

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós Graduação em História

Dissertação de Mestrado

**Intelectuais comunistas e a revista *Fundamentos*:
afirmação e atenuações das diretrizes partidárias (1948-1955)**

Eduardo Oliveira dos Santos

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**INTELECTUAIS COMUNISTAS E A REVISTA *FUNDAMENTOS*:
AFIRMAÇÃO E ATENUAÇÕES DAS DIRETRIZES PARTIDÁRIAS
(1948-1955)**

EDUARDO OLIVEIRA DOS SANTOS

Sob a orientação do Professor Doutor

Luís Edmundo de Souza Moraes

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História.

SEROPÉDICA, RJ

2016

320.53230981

S237i

T

Santos, Eduardo Oliveira dos, 1983-

Intelectuais comunistas e a Revista Fundamentos: afirmação e atenuações das diretrizes partidárias (1948-1955) / Eduardo Oliveira dos Santos - 2016. 128 f.

Orientador: Luís Edmundo de Souza Moraes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 120-128.

1. Comunismo - Brasil - História - Teses. 2. Comunismo e intelectuais - Teses. 3. Partidos comunistas - Teses. 4. Partido Comunista Brasileiro - Teses. 5. Realismo socialista - Teses. I. Moraes, Luís Edmundo de Souza, 1966-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

RESUMO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

*Intelectuais comunistas e a revista Fundamentos: afirmação e atenuações das diretrizes
partidárias (1948-1955)*

EDUARDO OLIVEIRA DOS SANTOS

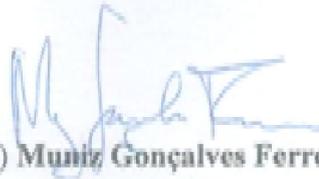
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/09/2015

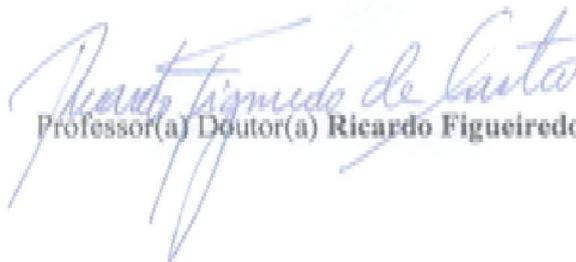
Banca Examinadora:



Professor(a) Doutor(a) **Luis Edmundo de Souza Moraes - UFRRJ**
Orientador(a) e Presidente da Banca



Professor(a) Doutor(a) **Muniz Gonçalves Ferreira - UFRRJ**



Professor(a) Doutor(a) **Ricardo Figueiredo de Castro - UFRJ**

RESUMO

A maior parte da bibliografia sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao tratar da relação entre a organização e os intelectuais, enfatizou a falta de independência destes e a tendência em reproduzir mecanicamente as diretrizes definidas pela cúpula dirigente. Por meio da análise de artigos de autores comunistas publicados na revista *Fundamentos*, o presente trabalho busca demonstrar a presença de dissensos que deixam transparecer a existência de certo grau de autonomia na atuação desses intelectuais em relação aos seus dirigentes.

Palavras-chave: PCB, Intelectuais, revista *Fundamentos*.

ABSTRACT

the bibliography about the Partido Comunista do Brasil (PCB), treating to the relationship between the organization and intellectuals, emphasized the lack of independence in a trend in reproduce mechanically guidelines defined by the dome leader. Through articles analysis of communist authors published in the *Fundamentos* magazine, this paper seeks to demonstrate the presence of dissent which highlights the existence of a certain degree of autonomy in the performance of these intellectuals.

Keywords: PCB, Intellectuals, *Fundamentos* magazine.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: Aspectos Gerais da Revista <i>Fundamentos</i>	21
1.1. Considerações historiográficas sobre <i>Fundamentos</i> e a análise de editoriais.....	21
1.2. Editores, redatores, regularidade e finanças.....	24
1.3. Em defesa da cultura.....	29
1.3.1. Os usos do conceito de “cultura”.....	29
1.3.2. A “cultura nacional”.....	31
1.4. O dever dos intelectuais.....	35
1.5. Os congressos de escritores.....	40
1.5.1. O “Movimento da Paz” nas páginas de <i>Fundamentos</i>	46
1.6. A tradição de intelectuais progressistas.....	47
CAPÍTULO II: O Realismo Socialista na Revista <i>Fundamentos</i> : Divulgação, Discussão e Controvérsias.....	51
2.1. O realismo socialista e o <i>zhdanovismo</i> : os debates sobre a produção artística na URSS nos anos 1930.....	52
2.2. A revista <i>Fundamentos</i> divulgação do realismo socialista.....	59
2.2.1. Literatura exemplar: contos de autores soviéticos.....	67
2.3. Os contos de autores brasileiros: aproximações e distanciamentos com o modelo <i>zhdanovista</i>	70
2.4. O caso do livro <i>Falam os muros da cidade</i> : críticas com direito a réplica.....	79
CAPÍTULO III: A PARTICIPAÇÃO DE ELIAS CHAVES NETO NA REVISTA <i>FUNDAMENTOS</i>	87
3.1. Elias Chaves Neto e suas divergências com a linha oficial na <i>Revista Brasiliense</i>	87
3.2. Análise dos textos de Chaves Neto na revista <i>Fundamentos</i> (1948-1950).....	98
CONCLUSÃO	118
BIBLIOGRAFIA	120

INTRODUÇÃO

I

Há, sem dúvida, uma vasta e variada bibliografia sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB).¹ Grande parte desta bibliografia, caracterizando-o fundamentalmente como um partido monolítico, enfatizou dois de seus aspectos: a estrutura burocratizada da organização e a falta de uma elaboração teórica adequada para interpretar a realidade brasileira – ambos os aspectos são geralmente relacionados à dependência ideológica e política do partido com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Quanto a esta dependência, é inegável que o êxito da “Revolução de Outubro” serviu de estímulo para a fundação do Partido Comunista Brasileiro, que desde o princípio buscou reconhecimento perante a Internacional Comunista (IC) e, para isto, procurou se ajustar às “21 condições de admissão da Terceira Internacional”.² Dentre as condições de adesão, estava a exigência de os partidos se organizarem sobre o “princípio do centralismo-democrático” e de que os aderentes que rejeitassem as condições e teses da IC fossem excluídos da organização – elementos que alimentariam a burocracia e a dependência com a URSS.³

Em razão dessa ligação, oficialmente declarada, alguns trabalhos, que direta ou indiretamente discorreram sobre o PCB, destacaram sua subordinação à URSS e, sendo assim, explicaram as atividades do partido a partir das determinações internacionais, dando relevo à baixíssima autonomia dos comunistas brasileiros.⁴ Paulo Sérgio Pinheiro, que dedica uma parte de seu estudo sobre a classe operária na política à análise do PCB, caracteriza o partido como “sectário”, disposto a aplicar as “diretrizes gerais da Internacional Comunista [...] sem

¹ Fundado em 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, adotou a sigla PCB. No entanto, em 1961, após seu quinto congresso mudou o nome para Partido Comunista Brasileiro. O antigo nome foi retomado por uma dissidência que ficou conhecida como PCdoB. Quanto à ampla bibliografia, a historiadora Lucília de Almeida Neves chama atenção para o fato de produção acadêmica sobre este partido ser “numericamente significativa e tematicamente variada”, a ponto de “a produção de qualquer novo trabalho” correr o risco “de se tornar repetitiva”. Cf. NEVES, Lucília de Almeida. O partido Comunista Brasileiro: trajetória e estratégias. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, n. 47, out/2007.

² A “Internacional Comunista” – ou “III Internacional” – foi criada (mar.1919) pelos bolcheviques após a vitória da Revolução Russa de Outubro de 1917, com o intuito de coordenar o movimento operário mundial em direção de uma revolução contra o capitalismo. Para uma apreciação sintética, mas não superficial sobre as “Internacionais” cf. JOHNSTONE, Monty. “Internacionais”. In. BOTTOMORE, Tom (Org.) et. al. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 195-199.

Sobre os efeitos da Revolução Russa no Brasil Cf. DEL ROIO, Marcos. “O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil”. In. MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil* – Vol. 1: O impacto das revoluções. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 59-122, citação p. 72 e 90.

³ Cf. CARONE, Edgard. A Internacional Comunista e as 21 condições. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=195:a-internacional-comunista-e-as-21-condicoes-por-edgard-carone&catid=2:artigos> Acesso em 2 de maio de 2014.

⁴ Diferentes autores que trataram do PCB nesta perspectiva podem ser citados como exemplos: O cientista político norte-americano, Ronald Chicolte, ao analisar a “política estadual do partido”, conclui que esta “parece ser amplamente determinada pela tomada de decisões do Comitê Central a nível nacional, que, por sua vez, seguiu em geral a linha do Partido Comunista Soviético”. CHICOLTE, Ronald. *PCB: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 257. Michael Löwy sugere que, entre 1930 e 1959, o marxismo latino-americano (incluindo o PCB) se limitou a “transplantar *mecanicamente* para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX”. LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: 1999. p. 10.

levar em conta as particularidades concretas da conjuntura brasileira”.⁵ Já Leandro Konder, preocupando-se em mostrar as peculiaridades das condições dos marxistas brasileiros, buscou explicar que as ideias de Marx difundidas no Brasil foram rudemente deturpadas e codificadas de forma doutrinária no que se chamou de “marxismo-leninismo”.⁶ Konder argumenta que este marxismo desvirtuado encontrou ambiência favorável à sua assimilação na pobreza da experiência política e na tradição positivista entre os ativistas políticos de esquerda no Brasil.⁷ A partir de 1930, graças à atuação do Secretariado Sul-Americano da IC, o PCB passou a “receber de fora um ‘marxismo-leninismo’ codificado e aplicá-lo ao Brasil de acordo com instruções estritas do produto importado”.⁸

Sem se distanciar da argumentação da dependência internacional, alguns trabalhos acrescentaram o problema da estrutura rígida e burocratizada do partido como elemento para explicar as carências das formulações intelectuais. Por exemplo, o sociólogo Emir Sader relaciona o empobrecimento teórico ao processo de “stalinização” sofrido pela organização, que resultou no “estreitamento das condições de debate e de elaboração teórica dentro do partido” e cristalizou uma “visão esquemática” para análise do processo histórico brasileiro.⁹

Beatriz Ana Loner, voltando-se para a análise da organização nos anos de 1948 a 1954, tem como uma de suas preocupações o estudo dos “mecanismos internos de coesão e controle da estrutura partidária”.¹⁰ Loner, apesar de reconhecer a importância das referências externas, afirma que ver as ações do partido apenas como resultado direto dos ditames soviéticos seria um equívoco. Por isso, indica que a elaboração das políticas partidárias era

⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil* (dos anos vinte a 1930). 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 125. Pinheiro também faz referência às “21 condições”, que para ele foi um exemplo de “transposição mecanicista”, pois pensadas em um contexto completamente diverso daquele vivido na América Latina. *Idem*, p. 121.

⁶ Este processo que redundou na criação do “marxismo-leninismo”, Konder apresenta como perda da dimensão dialética no pensamento de Marx na manipulação que muitos dos seus seguidores fizeram de sua teoria. A expressão “marxismo-leninismo” foi cunhada após a morte de Lênin “para dar ênfase à dimensão universal que os comunistas enxergavam na obra de Lênin”, mas também serviu “para forçar artificialmente a elevação de certas ideias de Lênin a um nível filosófico e para rebaixar certas ideias de Marx a um nível não-filosófico, impedindo que os leitores de Marx extraíssem todas as conseqüências delas”. KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 37 e 41-42.

⁷ *Idem*, p. 197-198. Marcos Del Roio e João Quartim de Moraes parecem concordar com Konder no que diz respeito aos efeitos limitadores que a combinação entre positivismo e o “marxismo-leninista” tiveram para os militantes comunistas brasileiros. Cf. DEL ROIO, Marcos. “A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo”. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil – v. 4: Visões do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000, p. 69-126.

⁸ *Idem*, p. 165. Mesmo um autor como Leôncio Martins Rodrigues, que trabalha argutamente as singularidades nacionais do PCB, acaba por fim valorizando também o argumento internacionalista para explicar as ações do partido ao explicar que as oscilações políticas do partido estavam relacionadas à “fidelidade incondicional à URSS”. RODRIGUES, Leôncio Martins. “PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*, tomo 3, vol. 10: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 431-530, p. 523.

⁹ Para Sader, o termo “stalinização” tem uma forte carga negativa, já que, assim como Perry Anderson, sua principal referência neste texto, encara o processo de “stalinização” como uma das tragédias que se abateu sobre o marxismo. Por vezes, ele aparece como sinônimo de “bolchevização” em seu texto, pois no caso brasileiro a bolchevização do PCB se deu quando Stálin já assumira a condição de líder máximo soviético. “Bolchevização” foi uma das palavras de ordem adotadas no V Congresso da IC e pregava a necessidade dos partidos ligados a ela de seguirem estritamente o modelo russo. A “stalinização” compreende-se como uma continuação radicalizada do processo de bolchevização, mas com maior ênfase as obras teóricas e políticas de Stálin. SADER, Emir. “Introdução. O marxismo ocidental no Brasil”. In: ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 7-13.

¹⁰ LONER, Beatriz Ana. *O PCB e a linha do ‘Manifesto de Agosto’*: Um estudo. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. 1985.

definida pela própria direção pecebista, já que, num partido leninista stalinizado, as capacidades e interesses da direção eram determinantes. Então, Loner aponta dois tipos de “mecanismos” – os “político-administrativos”, concernentes à própria estrutura organizacional, e os “ideológicos” – para explicar como foi possível o partido, no período estudado, agir como uma “máquina de forjar unanimidade”.¹¹

II

Não obstante o inegável valor da bibliografia supracitada, que indubitavelmente enriqueceu nosso conhecimento sobre o Partido Comunista Brasileiro, ela, ainda assim, causou certo incômodo, pois, ao enfatizar os elementos de coesão e homogeneidade do partido, caracterizando-o às vezes como algo indivisível e uniforme, acaba, a meu ver, transmitindo a ideia de que divergências eram insignificantes ou mesmo que não existiam. Desta forma, acredito que enunciados como “monolítico” ou “máquina de unanimidade” valorizaram a forte tendência centralizadora que de fato existia, mas ocultaram discordâncias de membros que atuavam dentro do partido ou pequenos conflitos que ocorreram.

A motivação para duvidar da existência de um PCB inteiramente coeso veio, num primeiro momento, do contato com a obra de Nelson Werneck Sodré. Werneck Sodré foi comumente identificado ao PCB e à tese da “revolução democrático-burguesa” atribuída ao partido,¹² o que acarretou, inclusive, na desvalorização de sua obra perante os meios acadêmicos.¹³ Se realmente, por um lado, Sodré defendia uma revolução de caráter antifeudal e anti-imperialista – que sustentava a necessidade de desenvolver um capitalismo autônomo e, para isso, eliminar o latifúndio e as relações feudais no campo (empecilhos apoiados pelo imperialismo) – por outro, o autor explicava a existência de restos feudais no Brasil de forma distinta à concepção “etapista” da história definida, sobretudo, por Stálin. De acordo com esta concepção, a história segue um padrão universal único, qual seja, a sucessão linear de cinco estágios de desenvolvimento: “a comuna primitiva, a escravatura, o regime feudal, o regime capitalista e o regime socialista”.¹⁴ Werneck Sodré, ao invés de ver o processo histórico brasileiro como uma sequência linear de etapas, compreende que aqui existiram, ao mesmo tempo, diferentes “regimes de produção” (“contemporaneidade do não-coetâneo”) e que eles não se desenvolviam necessariamente de modo linear em um único sentido.¹⁵ Sendo assim, identificamos em Sodré um intelectual que concordava com as linhas políticas gerais do programa do partido, porém com condições para propor uma interpretação original do

¹¹ Idem, p. 161.

¹² Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

¹³ Sobre a identificação com o PC e o descaso acadêmico pela obra de Sodré cf. SILVA, Marcos. “Diante do imediato”. In. SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001, p. 9-23. Cf. também DEL ROIO, Marcos. Op. cit., p. 86-87.

¹⁴ Stálin apresenta “o quadro esquemático do desenvolvimento das forças produtivas desde os tempos mais recuados”, mostrando o caráter linear do aumento do domínio do homem sobre a natureza. Dentro deste “quadro” estariam “os cinco tipos fundamentais de relações de produção” que a “história conhece”: “a comuna primitiva, a escravatura, o regime feudal, o regime capitalista e o regime socialista”. Defende, assim, a existência de um movimento unilinear ascendente, que acompanha o progresso técnico dos meios de produção, caracterizado pela sucessão inevitável de uma estrutura social por outra. STÁLIN, Josef. *Sobre o Materialismo dialético e materialismo histórico*, p. 18-19. Disponível em: <pt.scrib.com/doc/49888200/Materialismo-dialetico-e-materialismo-historico> Acesso em: 6 jan. 2013.

¹⁵ Sobre os “regimes de produção” coexistindo no mesmo território cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. É importante lembrar que, recentemente, a obra de Sodré passou a ser rediscutida, realçando a sua originalidade em relação à perspectiva stalinista mais restrita e suas contribuições para historiografia brasileira. Cf. CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006; SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Op. cit.; DEL ROIO, Marcos. Op. cit..

processo histórico brasileiro, distinto da concepção difundida oficialmente pelo movimento comunista internacional.

Outro questionamento à noção de partido “monolítico” é de caráter teórico. Importantes estudiosos que se propuseram a conceitualizar e traçar linhas gerais para o estudo das organizações partidárias apontaram para o caráter composto destas organizações. Uma definição famosa é a de Max Weber, segundo a qual partido político seria “uma associação... que visa a um fim deliberado” que pode ser: 1) “‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais”; 2) “‘pessoal’ destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para chefes e sequazes”, ou, envolver esses objetivos conjuntamente. Esta aceção destaca, além do caráter associativo e da ação visando à conquista do poder, a “multiplicidade de estímulos e de motivações que levam a uma ação política associada”.¹⁶

O historiador francês Serge Berstein procura demonstrar a fecundidade dos partidos políticos como objeto de estudo, apresentando diferentes abordagens já trabalhadas. Entre suas considerações, afirma que, mesmo reunindo “homens em torno de um objetivo comum”, os partidos políticos são compostos por pessoas de gerações diversas¹⁷, o que ajuda a explicar variados comportamentos e diversas atitudes tomadas no interior de uma mesma organização partidária. Outro de seus apontamentos diz respeito à composição social dos partidos políticos que revela o caráter “interclassista” de todas as formações partidárias. Tal como a reunião de diferentes as gerações, a composição “interclassista” também pode nos levar a pensar a heterogeneidade dos comportamentos políticos dentro de um partido.¹⁸

Uma terceira contribuição que nos leva a duvidar da existência de uma organização plenamente homogênea vem de algumas considerações propostas por Pierre Bourdieu sobre o que chama de “campo político”. Para Bourdieu, o campo político seria um “microcosmo”, um “pequeno mundo social relativamente autônomo” e separado do “macrocosmo social”. Autônomo porque opera segundo seus próprios critérios de avaliação e os agentes que atuam dentro de seus limites são dotados de competências que os distinguem dos que estão de fora (constituindo assim uma distinção entre “profissionais” e “leigos”).¹⁹ Os agentes que atuam no campo político concorrem “pelo monopólio do direito de falar e agir” em nome de grupos sociais que passam a representar. Em contrapartida, na qualidade de representantes, estes agentes, ao prestarem a palavra “reconhecida como legítima dentro do campo político”, contribuem para constituição do grupo, pois podem tornar sua existência visível.²⁰ De acordo com Bourdieu, os partidos são os “agentes por excelência” da luta que ocorre no campo político “pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer” que simultaneamente é também uma luta pela “administração do Estado”.²¹ O partido político, chamado por vezes de “aparelho de mobilização”²², funciona de modo análogo ao campo político e, portanto, por mais “monolítico que possa parecer” não deixa de “ser lugar de defrontações entre tendências e interesses divergentes” (Bourdieu chega a comentar o caso do partido bolchevique como um

¹⁶OPPO, Anna. “Partidos Políticos”. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 898 – 909.

¹⁷ Serge Berstein define geração como um grupo de pessoas que passou “pelos mesmos acontecimentos” e viveu “num ambiente cultural comum”. BERSTEIN, Serge. “Os partidos”. In. REMOND, René (dir.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-98, p. 72.

¹⁸ Idem, p. 75.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. O campo político. In. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.5, p. 193-216, 2011. Disponível: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6274>>. Acesso: 16 de jun. 2014.

²⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 185.

²¹ Idem, p.174.

²² Idem, p.192.

exemplo de que por detrás da fachada de unidade política, mantinha divergências e conflitos importantes).²³

III

Além da insatisfação com a própria ideia de um partido monolítico, esse modo de conceber o PCB leva-nos a pensar também na relação que o intelectual mantinha com o partido: a rigidez burocrática e o dirigismo imputariam ao intelectual a condição de mero reprodutor de discursos pré-definidos, um papel não mais que “ornamental”?

Um estudo recente que responde afirmativamente a esse questionamento é o excelente trabalho de Frederico José Falcão, *Homens do passo certo*. Falcão, amparado em depoimentos de antigos militantes, ressalta que, pelo menos, entre os anos de 1948-1954, o “sectarismo” e o “monolitismo das orientações” desestimularam “processos criativos”, deixando “a situação do intelectual no partido” muito difícil, pois, caso não se enquadrasse e escrevesse “como os cânones nacionais e estrangeiros” corria o risco de “sofrer humilhações” e acusações.²⁴

Se, internamente havia restrições ao livre pensamento pelo próprio aparelho partidário, a vida daqueles que se envolviam com o comunismo era, ademais, dificultada pela perseguição policial promovida pelo Estado brasileiro, pelo menos em certos períodos. Contudo, devemos lembrar que, mesmo com tantas privações, o PCB atraiu e manteve artistas e intelectuais em sua órbita de influência ao longo de vários anos. Dito isso, o que estimulou artistas e intelectuais a participarem do movimento comunista no Brasil?

Alguns pesquisadores fizeram importantes apontamentos para dar conta da questão acima – e, com isso, contribuíram também para reavaliar a noção de que o partido funcionava como um todo coeso.

Um exemplo pode ser visto na dissertação de Ana Paula Palamartchuk. Neste trabalho, Palamartchuk ampara-se em considerações de Eric Hobsbawm para afirmar que os intelectuais, ao se engajarem no comunismo, faziam um “balanço” dos “prós” e “contras” da militância política e quando decidiam aderir a um partido comunista era porque os aspectos positivos teriam sido valorizados. Portanto, não foi uma “cegueira” que levara muitos intelectuais ao comunismo e a posicionar-se a favor de Stálin, mas sim “uma postura crítica” que, em outros momentos, estimulou, inclusive, o rompimento com o socialismo soviético.²⁵

Guiando-se por esta lógica, Palamartchuk estudou as “experiências de Caio Prado Júnior, de Oswald de Andrade, de Patrícia Galvão e de Astrojildo Pereira como comunistas” e demonstrou que diferentes motivações de adesão ao comunismo resultaram em diferentes formas de se relacionar com o partido. Após abordar os “intelectuais comunistas sem perder de vista a singularidade de cada personagem”, a autora percebeu diversos “graus de envolvimento” dos intelectuais com o partido, variações que tiveram a ver mais “com os dilemas que cada qual colocou para si naquele momento do que com uma recepção positiva por parte dos dirigentes e militantes ‘proletarizados’ da organização”.²⁶ Assim, segundo Palamartchuk, para quem a “militância ‘intelectual’” se realizava principalmente através de escritos “(romances, ensaios históricos, etc.)”, os textos que analisou, mesmo aqueles de

²³ Idem, p.196.

²⁴FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo: O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012, p. 120. Frederico Falcão se ampara em uma ampla base documental e em depoimentos de antigos militantes.

²⁵ Idem, p. 5-6.

²⁶ Idem, p.147-148.

caráter mais “panfletários”, “longe de revelar unanimidade de visões de mundo”, expuseram “as diferenças entre os escritores que se aproximaram do comunismo e do PCB”.²⁷

Marcelo Ridenti, em um curto ensaio, propõe reflexões próximas às de Ana Paula Palamartchuk, referindo-se, porém, a outro período da história do PCB, o período do “auge da Guerra Fria” (1948-1956). Para Ridenti, ainda que existam muitos depoimentos de intelectuais falando sobre estarem em uma condição “ornamental” dentro do partido, seria inadequado dizer que havia “mera manipulação dos intelectuais pelos dirigentes do PCB”. Se realmente era mantida uma “linha política estreita e dogmática”, a relação entre intelectuais e partido não se resume ao “uso indevido e despótico da arte e do pensamento social para fim que lhes seriam alheios, mas de uma relação intrincada com custos e benefícios para todos os agentes envolvidos”.²⁸

Ridenti indica que o controle sobre a produção de intelectuais ligados ao partido não era absoluto. Havia, na verdade, uma vigilância “seletiva e relativamente desorganizada” que não inspecionava toda obra antes ou depois de tornada pública.²⁹ Alguns intelectuais e artistas consagrados, com uma carreira autônoma ao partido e maior independência profissional, teriam mais liberdade para realizar seus trabalhos do que os “empregados na imprensa ou burocracia partidária”. Menciona certo depoimento de Dias Gomes, no qual o dramaturgo diz ser necessário “acabar com a falácia de que no Comitê Central se discutiam e aprovavam ou reprovavam obras de membros ou não membros do Partido”³⁰, problematizando, portanto, com os que veem a direção do PCB como uma entidade onisciente, capaz de vigiar e controlar todos os seus militantes.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, o historiador Muniz Gonçalves Ferreira levanta um problema que muito se aproxima da reflexão que norteia esta dissertação. Em sua análise sobre o papel do PCB no campo intelectual brasileiro, Gonçalves Ferreira salienta a singular proximidade que o partido brasileiro manteve com a intelectualidade, relação que, em certa medida, foi importante para a “sobrevivência” do partido e sua intervenção na sociedade. Avaliando as relações do PCB com artistas e intelectuais, pondera que muitos autores, ao salientar a instrumentalização dos intelectuais pelo partido, contribuíram para entender os “motivos para não permanência”, porém deixaram de explicar o porquê tantos outros permaneceram.³¹

IV

A partir da bibliografia elencada acima, mesmo que em alguns casos o PCB não tenha sido o foco principal das pesquisas, permite-nos observar certo predomínio no meio acadêmico de avaliações que valorizam: a força do controle da direção sobre o conjunto dos militantes; a estreita vinculação da direção nacional com os órgãos comunistas internacionais; a homogeneidade de pensamento, em geral reproduzindo diretrizes políticas soviéticas; a impossibilidade dos intelectuais ligados ao partido pensarem de forma autônoma; a existência de mecanismos organizacionais de controle próprios à estrutura partidária.

Entretanto, trabalhos como os de Ana Paula Palamartchuk, Marcelo Ridenti e Muniz Gonçalves Ferreira demonstram que, mesmo com as diversas restrições à liberdade, alguns intelectuais mantiveram as singularidades das suas produções e, sem entrar em contradição

²⁷ Idem, p.148.

²⁸ RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.12.

²⁹ Idem, p.81.

³⁰ Idem, p.80.

³¹ FERREIRA, Muniz Gonçalves. “O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro”. In: Marco Roxo; Igor Sacramento. (Org.). *Intelectuais Partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. 1ed.Rio de Janeiro: E-Papers, 2012, v. 1, p. 13-41.

direta com a política mais ampla do partido, conseguiram atuar com certa autonomia em seus campos específicos. O presente trabalho visa contribuir com estas reflexões, pois acredito que, por vezes, enfatizou-se de modo desproporcional os fatores de coesão e, assim, algumas dissensões foram deixadas de lado, dificultando a justa compreensão da dinâmica interna do partido e da militância dos intelectuais ligados a ele.

Apesar de ter como norte a reavaliação da ideia de partido monolítico, presente, implícita ou explicitamente, em algumas obras, mais do que criticar as pesquisas que sublinharam as restrições vividas por intelectuais comunistas, este trabalho procura olhar a atuação desses agentes por outro ângulo, privilegiando a margem de manobra que eles tinham para expressar ideias próprias, que não estivessem necessariamente de acordo com posições oficiais do partido. Se aceita que os intelectuais encontravam-se, no interior do partido, em condição de subordinação frente à direção e, além disso, compartilhavam dos mesmos referenciais “marxista-leninistas”, porém devemos notar que, na totalidade, não se achavam presos em “camisas-de-força”³², integralmente passíveis aos comandos da direção e à reprodução direta das formulações soviéticas. Mesmo em um partido que almejava ser como um “bloco de granito”, alguns militantes pensavam autonomamente e expuseram na própria imprensa do partido visões particulares sobre certos assuntos.

Ainda seguindo indicações de Palamartchuk, Ridenti e Ferreira, esta pesquisa visa colaborar, por um lado, com a ideia de que existiam formas variadas de adesão ao partido e às suas diretrizes, por outro, com a noção de que a repressão sobre a militância intelectual não fora absoluta, inclusive, incidia provavelmente com intensidade diferente dependendo da relação que o intelectual mantinha com a organização e do assunto por ele abordado. Para tanto, ao longo deste trabalho, serão apresentados e discutidos textos publicados num órgão muito identificado com o PCB, a revista *Fundamentos: revista de cultura moderna*, editada entre junho de 1948 e dezembro de 1955 em São Paulo, somando um total de 40 edições e um suplemento.³³

V

A circulação de *Fundamentos* coincidiu com o momento da história do PCB tido, pela maioria dos estudiosos e ex-membros, como o de maior sectarismo e dogmatismo. “Esquerdista, sectária, subjetivista”; “marcada pelo dogmatismo stalinista”; “ultra-esquerdista”; “auge das práticas mandonistas da direção”, são apenas algumas das caracterizações sobre linha política e a postura adotada pelo partido à época.³⁴ O PCB havia passado por uma inflexão em relação a linha política anterior, em vigor entre os anos de 1943 e 1947 – período em que os comunistas participaram do esforço de guerra e esteve na legalidade.

De 1943 a 1947, o discurso estava centrado na política de “União Nacional” que deveria envolver operários, “patrões progressistas”, camponeses, “fazendeiros democratas”, intelectuais e militares em prol de políticas consideradas progressistas (“elevação ponderável do salário mínimo”, legislação sobre as grandes propriedades de terra, aumento do imposto de

³² A expressão “camisa-de-força” foi usada por Jorge Ferreira ao se referir à adequação dos artistas e intelectuais comunistas brasileiros ao realismo socialista inspirado nas ideias de Andrei Zhdanov. FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002, 173.

³³ Ao longo do trabalho, por uma questão de praticidade, vamos nos referir à revista apenas por seu título, *Fundamentos*, deixando o subtítulo de lado.

³⁴ Respectivamente, VINHAS, Moisés. *O Partido. A luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo: HUCITEC, 1982, p. 95; SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.p. 71; CHICOLTE, Ronald. *Op.cit.*, p. 106; LONER, Beatriz Ana. *Op. cit.*, p. 5.

renda e diminuição do imposto de consumo) de “maneira ordeira e pacífica”.³⁵ A reorganização da política internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial, que deu origem a “Guerra Fria”, levou o Kremlin a abandonar a política da “grande aliança contra o eixo” e adotar a “teoria dos dois campos”. Segundo esta análise, o mundo estaria dividido em dois campos antagonistas: de um lado, o capitalista decadente, sob a liderança norte-americana, que, em desespero, estaria promovendo uma política imperialista e belicosa; de outro, as forças progressistas sob a égide da URSS se posicionavam a favor da paz e contra o imperialismo.

No entanto, a virada dos comunistas brasileiros não pode ser explicada apenas como reprodução do movimento internacional. A cassação do registro do partido e de seus parlamentares com certeza pesou de forma decisiva para as alterações na linha política.³⁶ A primeira publicação que expôs a “nova política” veio a lume em janeiro de 1948 no texto assinado por Prestes conhecido como “Manifesto de Janeiro”.³⁷ Em textos que se seguiram a este, sobretudo o mais célebre, conhecido como “Manifesto de Agosto”,³⁸ a nova política foi consolidada e outros elementos atribuídos. De forma geral, podemos dizer que oficialmente o PCB se manifestava pela derrubada do governo³⁹ (caracterizado como “ditadura feudal-burguesa) para substituí-lo por um governo “nacional-popular” e pela formação do “exército revolucionário e popular”. No meio operário a ordem do dia era tirar greves a qualquer custo e organizar os trabalhadores dentro ou fora dos sindicatos. A política agrária também passou por significativa radicalização, acrescentando-se no programa mínimo o confisco de grandes propriedades sem pagar qualquer indenização e sua distribuição à massa camponesa.⁴⁰

Mesmo sem aprofundarmos sobre o significado destas mudanças, notam-se alterações táticas importantes em relação à política estabelecida até meados de 1947. Os próprios documentos que traziam as inovações indicavam também os erros cometidos anteriormente. O “Manifesto de Janeiro” aponta que “foi, sem dúvida, a falta de um espírito crítico, a incapacidade de levar mais a fundo [...] o estudo da realidade” a causa para não alterarem a política do partido em correspondência com “as grandes modificações” na situação interna e mundial.⁴¹ Para superar os erros e assimilar a nova linha, avaliou-se imprescindível o maior domínio do “Marxismo-Leninismo-Stalinismo” pelo conjunto partidário (dirigentes e militantes). Assim, a criação de cursos de formação e escolas para

³⁵ As citações são do famoso discurso de Prestes em São Januário, no dia 23 de maio de 1945. Nele, Prestes frisa a importância da unidade entre as potências aliadas na II Guerra Mundial, e a manutenção dessa unidade de “todas as classes” no âmbito nacional. O Partido Comunista é definido como o “esteio máximo da ordem” e dentro dessa lógica outros discursos e documentos em nome do PCB vieram a público até 1947. Citações cf CARONE, Edgar. *O P.C.B. 1943 a 1964*, vol.2, São Paulo: DIFEL, 1982, p. 33, 34 e 38.

³⁶ Sobre a cassação do PCB cf. PANDOLFI, Dulce. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>>. Acesso em: 13 de jun. de 2014. Na bibliografia consultada há certo consenso sobre a importância deste fato para a alteração na linha política em 1948.

³⁷ PRESTES, Luiz Carlos. Como enfrentar os problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista. In. *Problemas*, Rio de Janeiro, n.8, p. 18-42, abr. 1948. (Utilizamos o texto que foi republicado na revista *Problemas* em abril de 1948).

³⁸ Publicado originalmente na revista *Problemas* de agosto de 1950, mas utilizamos uma versão que saiu em janeiro de 1951 na revista *Fundamentos*, n. 17, p. 4-8.

³⁹ Entre 1948 e 1954 esta palavra de ordem – “Derrubada da ditadura feudal-burguesa” – esteve presente, incluindo na mesma classificação o governo de Dutra e o governo de Getúlio Vargas eleito em 1950.

⁴⁰ Sobre a política sindical e agrária, o resumo apresentado no parágrafo foi feito com base nos documentos citados nas notas 36 e 37.

⁴¹ PRESTES, Luiz Carlos. “Como enfrentar os problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista”. In. CARONE, Edgard. Op. cit., p. 80.

quadros foi uma medida adotada nesta direção.⁴² Coube também à imprensa um papel de destaque na divulgação da nova política e na “elevação do nível ideológico” do partido.

Na tradição leninista, o jornal seria o melhor meio para “educar” uma organização política revolucionária, que, além de ser “um propagandista e um agitador”, deveria funcionar como “organizador coletivo”,⁴³ pois os problemas técnicos para sustentá-lo levariam à constituição de uma “rede de agentes” com relações pessoais uns com os outros que passariam a conhecer a situação geral, “treinando-se na preparação desta ou daquela ação revolucionária”.⁴⁴ No III Congresso da IC, em 1921, são estabelecidos parâmetros para a atividade de imprensa dos partidos comunistas, e o primeiro ponto logo deixa claro que “nenhum jornal poderá ser reconhecido como órgão comunista se não estiver submetido às diretrizes do Partido” e “é elemento essencial da imprensa de combate [...] a participação direta nas campanhas conduzidas pelo Partido”.⁴⁵

VI

Fiéis à tradição leninista, os comunistas brasileiros afirmaram reiteradamente que a imprensa era um “instrumento decisivo e insubstituível, capaz de levar às massas a palavra de nosso Partido”.⁴⁶ Entre suas tarefas fundamentais, estariam “aumentar a vigilância revolucionária, educar as massas no espírito da intransigência em face aos inimigos do socialismo, combater as influências burguesas” e, sobretudo, “publicar com mais destaque as questões relativas à organização do Partido e à educação ideológica [...] no espírito do marxismo-leninismo”.⁴⁷ No contexto de renovação política que se seguiu a 1948, caberia à imprensa mostrar às “massas” o “dilema em que se encontra nosso povo – a paz ou a guerra, a colonização estrangeira ou a independência nacional, a ditadura fascista ou a democracia popular – e lhes apontar [...] o caminho indicado no Manifesto de Agosto”.⁴⁸

É notório que o discurso oficial pecebista sobre a imprensa atribuiu a ela a função de homogeneizar a militância de acordo com as diretrizes definidas. Não se fala em espaço de discussão ou de reflexão, mas sim em educar segundo a “doutrina marxista-leninista” e mobilizar em torno da linha política estabelecida. Assumindo um papel de “doutrinador”, o jornal comunista é apresentado como meio de construir e consolidar a coesão partidária, função que parece passar por uma intensificação no momento de renovação política que se seguiu a 1948.

Mas seria suficiente resumir a revista *Fundamentos* a este papel meramente doutrinário? Gostaria de propor, aproveitando a metáfora do monólito, que é justamente na imprensa onde podemos observar “fissuras” na pretensamente sólida edificação ideológica do partido. Nela, não apenas circularam discursos oficiais que transmitiam as diretrizes e retificavam o comportamento do militante, como também divergências afloraram e puderam chegar a um público que ultrapassava as fronteiras da organização, ainda que para entender

⁴² Cf. RÜCKERT, Sérgio Joaquim. *Persuasão e ordem: A escola de quadros do Partido Comunista do Brasil na década de 50*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 1988.

⁴³ LÉNINE, Vladimir I. *Que fazer?* Lisboa: Editorial Estampa, 1975, p. 180-181.

⁴⁴ Lenin compara o jornal aos “andaimes que se levantam ao redor do edifício em construção, facilita as comunicações entre os diferentes construtores, permitindo-lhes que repartam tarefa e atinjam o conjunto dos resultados obtidos pelo trabalho organizado”. Cf. LENIN, Vladimir I. *Por onde começar?* Disponível em: <<http://textosmarxistas.blogs.sapo.pt/17761.html>>. Acesso: 15 de jul. 2014.

⁴⁵ Resoluções do 3º Congresso da III Internacional Comunista. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1921/congresso/index.htm>>.

⁴⁶ PRESTES, Luiz Carlos. Sobre o Programa do PCB. In. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, n.242, p.8, 2 de jan. 1954.

⁴⁷ Tarefas fundamentais da imprensa comunista. In. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, n.601, p.3, 20 de jan. 1951.

⁴⁸ Crítica e auto-crítica na frente de imprensa. In. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, n.99, p. 11, 14 de mar. 1951.

essas divergências como tais, para poder discernir entre os discursos concorrentes que ocupavam o mesmo espaço, fosse preciso ter domínio da linguagem empregada pelos comunistas, do jargão compartilhado entre eles.

Assim, este trabalho busca demonstrar que a revista *Fundamentos* – um órgão da imprensa pecebista – serviu como um espaço em que as diferenças em relação às teses oficiais defendidas pelo partido vieram a público e onde os intelectuais ligados ao PCB se posicionaram de modo particular, ao expressar pontos de vista singulares em meio a sua atuação quanto militantes.⁴⁹ Para alcançar este intuito, serão apresentados textos claramente afinados às teses oficiais e textos que se distanciam destas, analisando-os para evidenciar os contrastes presentes na produção publicada em *Fundamentos*. Foi feita uma espécie de triagem, na qual priorizei, numa primeira leitura, artigos que expusessem uma visão teórica da realidade brasileira e apresentassem as ações a ser adotadas para a superação das condições encontradas, ou seja, textos que continham, no jargão comunista, elementos “teóricos, estratégicos e táticos”.⁵⁰ No entanto, dentro deste âmbito temático, encontramos apenas dois textos, de um mesmo autor, que apresentaram divergências significativas com as teses oficiais – estas foram pontualmente publicadas e comentadas na revista.

Num segundo momento, minha atenção se voltou para a produção e crítica literária, devido ao destaque que estes temas tiveram nas páginas de *Fundamentos*. Foi em relação a esta produção que encontramos um número maior de contrastes nas contribuições feitas à revista. Procurei demonstrar estes contrastes comparando textos metodológicos de autoridades comunistas⁵¹ com contos de escritores brasileiros, sublinhando as inadequações destes em relação às diretrizes indicadas nos anteriores.

Esta opção de acompanhar textos publicados em um órgão da imprensa se deve à forma como o “intelectual” é compreendido neste trabalho. Novamente, retomo Pierre Bourdieu para afirmar que o “intelectual” pode ser entendido como o detentor de “capital cultural incorporado” – habilidades adquiridas “em um trabalho do ‘sujeito’ sobre si mesmo”, que permitem, por exemplo, o domínio sobre uma área do saber ou recursos no uso da língua oficial (compreender e expressar discursos falados ou escritos) – e/ou de “capital cultural institucionalizado” – conhecimento sancionado por alguma instituição, que aparecem, principalmente, como títulos escolares.⁵²

No entanto, não é simplesmente a posse de “capital cultural” que determina a condição de intelectual. O intelectual deve estar inserido no “campo intelectual” ou, de modo mais geral, em um “campo de produção cultural” – o capital cultural apenas dá ao sujeito competência para entrar na rede de relações, tácitas ou explícitas, que constitui o campo, onde a posição de cada um está relacionada à posição de outros. Semelhante a outros campos do espaço social, o campo de produção cultural é um “campo de forças”, no qual os agentes que dele fazem parte disputam para “transformar ou conservar a relação de força estabelecida”,⁵³ ou seja, os detentores do capital específico tendem a adotar estratégias de conservação, enquanto “os menos providos de capital inclinam-se para as estratégias de subversão”.⁵⁴

Cada campo detém princípios organizativos próprios. Uma das especificidades dos campos de produção cultural é que as relações de força “têm por princípio uma espécie muito particular de capital, que é simultaneamente o instrumento e o alvo das lutas de concorrência no interior do campo, a saber, o capital simbólico como capital de reconhecimento ou

⁴⁹ Aqui a expressão “militante” se resume a condição de membro do partido.

⁵⁰ Cf. STÁLIN, J.V. “A questão da estratégia e da tática dos comunistas russos”. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/stalin/1923/03/14.htm>>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

⁵¹ Lideranças partidárias soviéticas e das repúblicas socialistas do leste europeu.

⁵² BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003

⁵³ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 172.

⁵⁴ Idem. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003, p. 120.

consagração”.⁵⁵ Outra singularidade destes campos é que as lutas são principalmente para determinar os limites do campo, para classificar quem pode ser considerado participante e quem dele está excluído (as disputas para inserir ou excluir, para legitimar ou deslegitimar não envolvem apenas indivíduos, mas também grupos).⁵⁶

O capital adquirido em disputas no interior de seu campo de atuação garante ao produtor cultural o “poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas [...] do mundo natural e do mundo social e, por essa via, fazê-las existir”.⁵⁷ Este poder o legitima a se posicionar a serviço de alguma causa política, pois, como vimos acima, uma dimensão fundamental da política é a produção de “representações do mundo social”. Trata-se, portanto, de um poder que se exerce por meio do discurso, da palavra – que possibilita nomear, classificar, representar ou denegar.

Dentro desta acepção, o texto, materialização do discurso, pode ser tomado como um dos produtos mais característicos da prática intelectual e, neste sentido, uma fonte privilegiada para entender a militância dos intelectuais comunistas. Diferenças como o uso de categorias diversas para aludir à mesma realidade, avaliações contrastantes a respeito de um romance ou formas distintas de se referir a outros intelectuais não podem ser ignoradas, pois são expressões das tomadas de posição dos intelectuais estudados em seus campos de atuação. Esse agir em relação aos pares, essas tomadas de posição foram realizadas por meio de um mesmo instrumento profundamente identificado com o PCB o que, decerto, tornava possível reconhecer esses intelectuais com o partido. Portanto, se por um lado a revista garantia certa identidade e unidade, já que aqueles que se expressavam através dela se apresentavam aos demais participantes do campo como comunistas, por outro lado, essa unidade não era plena e o conteúdo dos discursos não podem ser automaticamente declarados idênticos. Ainda que possamos ver os colaboradores de *Fundamentos* como porta-vozes mais ou menos autorizados da instituição – cujos cabedais simbólicos e materiais são apropriados pelos que integram o grupo –, observamos também divergências quanto à matéria das mensagens, o que nos possibilita conceber a revista como um subcampo, no qual os agentes fazem seus lances individualizados, expressando visões particulares, mesmo que os limites para ações inadequadas às regras do grupo sejam restritos.

Ao longo do trabalho, tentaremos enxergar o Partido Comunista Brasileiro para além do chamado monolitismo, por intermédio da análise de textos que ajudem a compreender a condição do intelectual no partido. Se, de fato, como já apontara Leôncio Martins Rodrigues, os intelectuais que se aproximaram do PCB mantiveram-se “afastados do centro do aparelho partidário” e pouco influenciaram na linha política, por outro lado, eles ocuparam com destaque espaço na imprensa pecebista. O caso de *Fundamentos*, ao nos deixar entrever posicionamentos que fugiam ao almejado consenso, talvez possibilite pensar que, diferente das instâncias decisórias, o controle burocrático na imprensa tenha sido menos efetivo e a adesão às diretrizes oficiais feita de modo parcial.

No primeiro capítulo é apresentado um panorama geral da revista *Fundamentos* por meio, principalmente, da análise dos editoriais. Mesmo sabendo que a linha editorial não abarca toda a complexidade da redação de uma revista – e tentaremos evidenciar a diversidade desse espaço nos capítulos seguintes – é importante também ter consciência que a revista, quanto projeto coletivo, reúne pessoas que compartilham pelo menos minimamente algumas ideias e crenças. Os editoriais são importantes para percebermos o que há de consensual dentro da rede de colaboradores da revista.

⁵⁵ Idem, *Coisas ditas*, op. cit., p. 170.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem, p. 176.

Há alguns temas recorrentes, como o esforço para demarcar as diferenças entre os “intelectuais democratas e honestos”, defensores dos interesses do povo, e os que se dizem “imparciais”, mas que na verdade estariam a “serviço das forças mais reacionárias”; a convocação à luta pela democracia e liberdade de imprensa; questões relativas ao “Movimento pela Paz” e homenagens aos intelectuais considerados exemplares.

Neste percurso inicial, foram elencados os principais tópicos abordados nos editoriais, para apresentar a revista, já que, apesar de existirem estudos que se referiram a *Fundamentos*, ela foi utilizada mais propriamente como fonte em meio a um conjunto mais amplo de periódicos do que como objeto específico.⁵⁸ Outra questão é que por meio destes editoriais também podemos verificar a presença ativa do PCB na revista. Por exemplo, a principal campanha promovida pelo partido para os intelectuais, o “Movimento pela Paz”, ocupou com destaque as primeiras páginas de várias edições.

No segundo capítulo é abordado o “realismo socialista” que foi difundido pela revista *Fundamentos*. A revista, definida como uma “revista de cultura”, pode ser vista como uma das principais revistas culturais do PCB à época e, por isso, a discussão da arte criada e produzida pela “nação do socialismo” ganhou grande destaque. No entanto, é nesse aspecto que temos possibilidade de perceber o maior número de dissensos entre os colaboradores da revista. Por isso, devemos ter cuidado ao dizer que o periódico funcionou simplesmente como difusor do ideário do realista socialista ou que os intelectuais ligados a ela assimilaram mecanicamente o modelo propagado oficialmente pela URSS.

O terceiro capítulo trata de uma divergência do ponto de vista político publicada na revista, especificamente referente à política agrária, em dois artigos do jornalista comunista Elias Chaves Neto. Essa divergência foi analisada não apenas pelo seu conteúdo, mas também por meio de considerações sobre outras divergências ocorridas no partido durante a década de 1950 tornadas públicas pela imprensa e pela reflexão sobre as diferentes posições assumidas pelos colaboradores mais assíduos do periódico, destacando as diferentes posturas perceptíveis no teor de seus textos.

⁵⁸ Cf. RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil*. Bahia: Editora da UFBA, 1995; GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. O papel da editora Brasiliense na difusão do pensamento de esquerda e nos debates intelectuais e políticos, no Brasil, entre 1979 e 1985. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, 1, 2004, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/andrealucio.pdf>>. Acesso em: 15 de jan. 2012.

CAPÍTULO I: A revista *Fundamentos* em seus aspectos gerais

1.1. Considerações historiográficas sobre *Fundamentos* e a análise de editoriais

Há cerca de 15 anos era possível, como fez a historiadora Mônica da Silva Araujo, afirmar que, apesar da extensa bibliografia a respeito das “questões organizativas” do PCB, verificava-se certa carência quanto à “temática das políticas culturais” desenvolvidas pelo partido.⁵⁹ Hoje já não se pode dizer o mesmo. Nota-se que, ao longo dos últimos anos, o comunismo no Brasil não deixou de ser alvo de estudos, sendo as políticas culturais, a militância intelectual e, sobretudo, a imprensa os temas que provavelmente receberam maior destaque. Os trabalhos que tomaram a imprensa comunista como objeto ou a tiveram como fonte ajudaram a esclarecer muito dos seus aspectos, além de contribuir para a compreensão da relação entre dirigentes e intelectuais. Quanto à revista *Fundamentos*, vemos que uma série de pesquisas a abordou de alguma maneira, desde trabalhos mais antigos aos mais recentes, porém sem tê-la como foco principal de estudo.

Em importante obra sobre a difusão do “realismo socialista” no Brasil, Dênis de Moraes apresenta *Fundamentos* como uma das principais revistas culturais do PCB, que cumpriu com maior eficácia “papel estratégico na implementação da estética soviética”.⁶⁰ Para respaldar sua tese, de que a imprensa foi “o lugar exemplar de reverberação das teses de Andrei Zhdanov”⁶¹, Moraes traz trechos de artigos publicados em diversos números de *Fundamentos*, os quais podem ser vistos como exemplo das “diretivas do stalinismo-jdanovismo”, deixando claro que para o autor a revista se caracterizava como um instrumento do “stalinismo cultural”.

Em estudo pioneiro ao que se refere à “rede de aparatos culturais” pecebista, Antônio Albino Canelas Rubim faz uma apreciação mais nuançada, informando que a revista adotou diferentes posturas ao longo do período de publicação. Rubim alega que a revista esteve “inicialmente aberta com relação a colaboradores e temáticas”, porém, posteriormente, atravessou uma “pronunciada flexão nesta postura” ao assumir um “estilo quase panfletário” e passou a “receitar o realismo socialista para todas as áreas estéticas”.⁶²

Em sua tese sobre as editoras *Civilização Brasileira* e *Brasiliense*, Andréa Lemos Xavier Galucio, ao comentar sobre a *Fundamentos*, afirmater sido o lançamento da revista uma iniciativa da editora Brasiliense. De acordo com Galucio, a editora teria sido criada nos últimos anos do Estado Novo por Caio Prado Júnior, Monteiro Lobato e Arthur Neves com o objetivo de “distribuir clandestinamente um material produzido pelo Partido Comunista do Brasil”.⁶³ Ainda que Arthur Neves e Caio Prado fossem militantes, quando *Fundamentos* foi lançada, a revista tornou-se um espaço “onde se expressaram as mudanças de orientação de

⁵⁹ ARAUJO, Mônica da Silva.. *A arte do partido para o povo: o realismo socialista no Brasil e as relações entre artistas e o PCB (1945-1958)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS-PPGHIS UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2002, 1.

⁶⁰ MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado: A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p. 144.

⁶¹ Idem, p. 16.

⁶² RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Marxismo, Cultura e intelectuais no Brasil”. In: MORAES, João Quartim (org.). *História do marxismo no Brasil, III, teorias e interpretações*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998, pp.305-376, p. 319.

⁶³ GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009, p. 173.

seus autores em relação ao partido, pois as “discordâncias” com relação à política do PCB tomavam um caráter cada vez mais explícito”.⁶⁴

A historiadora Carine Dalmás também tece breves comentários sobre *Fundamentos*. Sua tese de doutorado em história comparada debate a “questão cultural” nos partidos comunistas do Brasil e do Chile, analisando a atuação de intelectuais e artistas e alguns órgãos de imprensa (as revistas *Seiva e Literatura* no caso brasileiro).⁶⁵ Carine Dalmás aponta que *Fundamentos* foi criada “por iniciativa de comunistas paulistas” e publicou “ensaios sobre temas variados”, mas com ênfase na “temática artístico-cultural”, publicando principalmente artistas comunistas brasileiros e traduções de autores soviéticos ou europeus. Dalmás aponta que tanto a revista baiana *Seiva* como *Fundamentos* expressaram “vozes de grupos regionais” de militantes e simpatizantes, indicando certa “pluralidade de políticas culturais”, portanto, sem corresponder “a uma iniciativa dirigida pelo comitê central”.⁶⁶ Nos dois casos, buscou-se um diálogo com o “ideário” para a questão artística do movimento comunista internacional, porém nenhum dos veículos revelou “orientações explícitas do PCB neste sentido”, deixando parecer que o partido tratou a “questão artístico-cultural de forma genérica [...] sem planos ou estratégias para a ação cultural dos militantes”.⁶⁷

Outro estudo recente que traz apreciações sobre *Fundamentos* é a dissertação de Luciana Marta Bueno Arbex, cujo objetivo foi investigar “a agenda cultural comunista nos anos iniciais da Guerra Fria Cultural (1947-1956)”, para “mapear a participação de intelectuais brasileiros” ligados ao PCB em “eventos nacionais e internacionais” por meio da análise de “três importantes publicações culturais vinculadas ao Partido”: *Literatura, Fundamentos e Horizonte*.⁶⁸ A respeito de *Fundamentos*, Arbex diz que “durante toda sua existência” a revista manteve forte orientação “anti-imperialista”, com forte postura “pró-soviética” e deu destaque ao *Movimento pela Paz Mundial*.⁶⁹ A autora atribui a publicação da revista à editora Vitória, empresa ligada diretamente ao Partido Comunista, e só posteriormente à editora Brasiliense.

Ao lermos os pareceres elencados acima, podemos perceber entre eles algumas incongruências. A primeira corresponde à questão da criação da revista que, segundo Andréa Galucio, foi uma iniciativa da editora Brasiliense – o que decerto não exclui a participação de comunistas – enquanto Luciana Arbex atribui o empreendimento, pelo menos no início, à editora Vitória. Esta discordância parece importante porque pode estar relacionada com o financiamento da revista. Se fosse administrada pela editora oficial do Partido e dependesse diretamente de seus recursos, provavelmente estaria mais suscetível ao controle dos dirigentes comunistas. Infelizmente, não tive acesso às fontes com informações sobre a administração da revista e, quanto aos estudos citados, Andréa Galucio apresenta como fonte de sua afirmação um livro do historiador Paulo Teixeira Iumatti sobre os 50 anos da editora Brasiliense e Luciana Arbex não apresenta a fonte de seu comentário. Devido à falta de acesso às fontes adequadas, a questão do financiamento da revista será deixada de lado neste trabalho e nossa atenção se voltará para o segundo desacordo encontrado na bibliografia citada.

⁶⁴ Idem, p.175.

⁶⁵ DALMÁS, Carine. *Frentismo cultural em prosa e verso: Comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos (1935-1948)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

⁶⁶ DALMÁS, Carine. Partidos Comunistas e Políticas Culturais: um estudo comparado da imprensa no Brasil e no Chile, 1935-1956. Revista *IZQUIERDAS*, ano 3, n. 8, p. 6, 2010.

⁶⁷ Idem, p. 10.

⁶⁸ ARBEX, Luciana Marta Bueno. *Intelectualidade brasileira em tempos de Guerra Fria: agenda cultural, revistas e engajamento comunista*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, SP, 2012, p. 13-14.

⁶⁹ Idem, p. 87.

Podemos perceber que, enquanto Dênis de Moraes encara *Fundamentos* como um órgão totalmente submisso às diretrizes soviéticas para as artes e empenhado na divulgação/reprodução dessas diretrizes, Galucio e Dalmás amenizam a sujeição em relação aos ditames externos, salientando a existência de certo grau de independência entre os que participam da revista. Já Rubim aponta que a revista teria passado por momentos distintos, dando uma guinada em direção ao dogmatismo ideológico a partir da décima primeira edição e, assim, acompanhado a “*blitz*” stalinista vivida pelo partido no início dos anos 1950. Diante dessas diferentes avaliações a respeito da questão da autonomia intelectual – reflexão central para este trabalho – tentarei traçar uma apresentação geral da revista, levando em consideração a inflexão indicada por Rubim, através da análise de seus editoriais.

Mesmo que não exista verdadeiro consenso sobre o que é e como deva funcionar um “editorial”⁷⁰, geralmente este é tido como texto que expressa a “opinião coletiva dos responsáveis pela redação do jornal”.⁷¹ Neste sentido genérico, podemos encarar o “editorial” como aquilo que Tânia Regina de Luca chama de “texto programático”, um tipo de texto “valioso” por explicitar “propósitos, ideias aglutinadoras, valores, estratégias de intervenção no espaço público e as maneiras como o grupo idealizador [do periódico] lê o passado e imagina o futuro”.⁷² A autora concebe as revistas e jornais como “projetos coletivos” que “agregam pessoas em torno de ideias, crenças e valores” explicitados pela imprensa.⁷³ Amparando-se em Jean-François Sirinili, Tânia Regina de Luca caracteriza os periódicos como lugares de sociabilidade – que envolvem amizade e identidade – que servem como “ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum”.⁷⁴ Assim, por meio de periódicos grupos de intelectuais que mantêm alguma afinidade entre si podem interagir e intervir na sociedade a favor de certas ideias e objetivos compartilhados, ao mesmo tempo que se opõem a outros grupos cujas ideias são contrárias.

Os editoriais, por conseguinte, podem ser tomados como textos que revelam pontos de consonância dentro do grupo de colaboradores ou que, pelo menos, expressem as ideias majoritárias entre os principais responsáveis pela edição da revista. Ao tentarmos avaliar o que há de mais harmônico dentro deste “projeto coletivo”, devemos ter consciência que a união em torno de ideias e objetivos basilares não esgota a pluralidade de opiniões no conjunto da revista. Lidamos aqui com o produto acabado, no sentido de já lançado ao público, onde as ideias encontram-se separadas fisicamente de seus autores e materializadas na forma de escrita nas páginas do periódico. Por isso, acredito ser justo supor que se trata de um material já filtrado, cujas divergências que possam ter existido no seu processo de produção tenham sido, no mínimo, amenizadas. Ainda assim os editoriais serão uma forma útil de apresentar a revista e traçar os temas enfatizados por aqueles que a dirigiam.

⁷⁰ RODRIGUES, Miguel Urbano. “Sobre Editorial”. Disponível em: <http://resistir.info/mur/sobre_o_editorial.html>. Acesso em: 20 dez. 2014.

⁷¹ LIMA, José Rosamilton de; SANTOS FILHO, Evanildo Oliveira dos. Editorial: Gênero de expressão opinativa. *Interdisciplinar*, ano IV, v.14, p. 87-99, jul./dez. de 2011. Disponível em: <http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_14/INTER14_08.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

⁷² LUCA, Tania Regina de. “Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo?” In: DUTRA, Eliane de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 315-334, p.318.

⁷³ LUCA, Tania Regina de. “Fontes impressas”. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154, p. 140.

⁷⁴ Idem.

1.2. Editores, redatores, regularidade e finanças

Em junho de 1948 veio a público a primeira edição de *Fundamentos*, com o nome do escritor Monteiro Lobato apresentado como seu “Redator-Chefe”.

Lobato já era um destacado empresário do ramo editorial e seus livros estavam entre os mais vendidos no Brasil, tanto sua obra destinada ao público adulto como infantil.⁷⁵ Além disso, desde o início dos anos 1940, Lobato vinha se aproximando do Partido Comunista. Em 1945, chegou a ter seu nome divulgado na lista de candidatos do PCB em São Paulo para deputado federal, mas desistiu da candidatura por não se considerar marxista e nem estar em condições de uma militância plena. No entanto, não escondia sua simpatia pelo partido e sua admiração por Luiz Carlos Prestes.⁷⁶

Porém, a morte de Lobato em julho de 1948 o impediu de levar a frente o empreendimento. O segundo número de *Fundamentos* iniciou com uma nota assinada por Afonso Schmidt, na qual o novo “redator-chefe” explicava que a revista já estava na tipografia quando do óbito de Lobato, impossibilitando que as homenagens a este “grande patricio” fossem prestadas nesta mesma edição. De julho de 1948 até março/abril de 1949, o nome de Monteiro Lobato passou a ser apresentado com destaque como fundador da revista na contracapa e da edição de janeiro de 1950 em diante esta informação passou a constar na capa.

Ao longo das 40 edições, verificam-se regularidades e alterações no seu corpo editorial. Afonso Schmidt, após a morte de Lobato, ocupou o cargo de editor-chefe até a última edição, em dezembro de 1955.

Schmidt nascera em 1890 e, na década de 1950, acumulava um longo histórico na imprensa operária, além de se tratar de um autor bastante relevante no campo literário brasileiro. Desde muito jovem, antes mesmo de completar 18 anos, Schmidt se envolveu com o movimento operário, trabalhando junto com Edgar Leuenroth e Carlos Dias na fundação e direção de diversos jornais anarquistas como *A Lanterna*, *A Plebe*, *A Vanguarda* e *Voz do Povo*. Muitos dos seus trabalhos – poemas, crônicas e novelas – foram publicados em periódicos operários.⁷⁷ Assim como outros militantes anarquistas, aproximou-se do comunismo e, ao lado de Astrojildo Pereira, participou da fundação da seção paulista do Partido Comunista do Brasil, colaborando com a revista teórica *O Movimento Comunista* que lançou as “bases de uma cultura comunista”. A partir daí, Schmidt manteve uma ativa militância na imprensa comunista, mas, como destaca Maria Célia Rua de Almeida Paulilo, “sua contribuição escrita para os periódicos ligados ao partido parece ter sido mais expressiva no campo literário”.⁷⁸ Sua atuação, entretanto, não esteve restrita à imprensa operária. Colaborou com vários periódicos literários nas primeiras décadas do século XX e, nos anos 1950, era membro de instituições como a Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, além de ter obras premiadas em vários concursos literários.⁷⁹

Além da chefia da redação sob sua responsabilidade, Afonso Schmidt, outra constante diz respeito ao cargo de “diretor-responsável” ou “diretor-proprietário”, ocupado por Ruy Barbosa Cardoso da edição inaugural até a 33ª edição (setembro de 1953). Ruy Barbosa Cardoso estudara, na década de 1930, na Escola Livre de Sociologia e Política de

⁷⁵ De acordo com Sérgio Miceli, “até o ano de 1935, a Companhia Editora Nacional e a Editora Brasiliense”, das quais Lobato era associado, teriam lançado “um total superior a 1.800.000 exemplares” dos livros do autor. Cf. MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 100.

⁷⁶ Cf. BERTOLINO, Osvaldo. Monteiro Lobato e o Partido Comunista do Brasil. Disponível em: vermelho.org.br/autores-e-ideias/noticia/177032-297. Visitado em: 6 de jan. 2015.

⁷⁷ PAULILO, Maria Célia Rua de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume: Fapesp: Unifesp, 2002.

⁷⁸ PAULILO, Maria Célia Rua de Almeida. Op. cit., p. 98-99.

⁷⁹ MELO, Luís Correa de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1954, p. 565-566.

São Paulo e era funcionário da Prefeitura Municipal de São Paulo, onde trabalhava como “pesquisador social” na divisão de Documentação Social e Estatística.⁸⁰ No acervo do DEOPS-SP (Departamento Estadual de Política e Social) sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontramos um “Informe do ‘SS’ sobre o ‘Movimento dos funcionários públicos’”, no qual o autor afirma que “reuniões preliminares [...] tiveram a orientação de dois comunistas de destaque: Rui Barbosa Cardoso e Dr. Mário Sanches”, ressaltando a liderança de Cardoso no movimento, cujas táticas e o linguajar empregados, segundo “o elemento infiltrado”, “são nitidamente comunistas”.

Quanto ao conselho editorial da revista notam-se algumas alterações ao longo da publicação. Nas primeiras edições, junto aos nomes de Lobato, Ruy Barbosa Cardoso e Schmidt, constavam também o nome de dois secretários: G. Nonnemberg – sobre quem não consegui informações biográficas – e o médico José Eduardo Fernandes, então filiado ao PCB. A partir da edição de março/abril de 1949, essa composição foi alterada, aparecendo uma “Comissão de Redação” e um “Conselho de Redação”. Esta modificação já havia sido informada em uma “nota da redação” da edição anterior (dez/jan. 1948/49), na qual a “ampliação” da direção e redação era justificada pelo “desejo” de fazer da revista “um órgão ainda mais representativo da intelectualidade brasileira”.

Na “Comissão de Redação”, aos nomes de Afonso Schmidt, Ruy Barbosa Cardoso e José Eduardo Fernandes, somaram-se os de Artur Neves e Caio Prado Junior.

A composição do “Conselho de Redação” se mostrou mais ampla e heterogênea, apresentando alguns dos principais intelectuais filiados ao partido do eixo Rio-São Paulo – Annibal Machado, Aparício Torelli, Artur Ramos, Astrojildo Pereira, Candido Portinari, Clovis Graciano, Edson Carneiro, Galeão Coutinho, Graciliano Ramos, Vilanova Artigas, Leo Ribeiro Moraes, Mario Schemberg, Moacir Werneck de Castro, Oscar Niemeyer, Samuel Barnsley Pessoa – e Sérgio Buarque de Holanda, que era membro do PSB (Partido Socialista Brasileiro), mas que havia se aproximado de Caio Prado Júnior e Astrojildo Pereira na época da “Esquerda Democrática”. Em nota, os editores avaliavam que estes “intelectuais, artistas e técnicos [...] sobejamente reconhecidos” poderiam, com “suas opiniões e sugestões”, contribuir “para o aperfeiçoamento cada vez maior da revista”. Porém, a ampliação do corpo editorial foi seguida de um longo período de interrupção na publicação da revista, que só voltou a ser publicada oito meses depois, em janeiro de 1950.

O editorial desta edição menciona a interrupção, mas não apresenta os motivos da suspensão na publicação, apenas comenta que, em seu reaparecimento, traz modificações “na sua forma, no seu conteúdo e sobretudo no seu preço”.⁸¹ Apesar das citadas mudanças, nesta décima primeira edição não houve alterações no corpo editorial em relação ao número anterior. O que ocorreu há apenas dois meses depois, quando os nomes do arquiteto Léo Ribeiro de Moraes (filiado ao PCB) e de Sérgio Buarque de Holanda foram excluídos do “Conselho de Redação”. Da décima terceira edição (março de 1950) até a décima sexta (agosto de 1950) não houve novas alterações no corpo editorial. Isto ocorreu na edição seguinte, de janeiro de 1951, quando a revista deixou de apresentar o “Conselho de Redação”, mantendo apenas a “Comissão de Redação”, na qual permaneceram os mesmos componentes, com a adesão do arquiteto Vilanova Artigas e do advogado Rivadávia Mendonça.

Esta composição se manteve até edição número 26, de março de 1952, quando novamente a revista voltou a apresentar um “Conselho de Redação” ampliado, com muitos colaboradores: Álvaro de Faria, Aparício Torelli, Artur Neves, Astrojildo Pereira, Bráulio Pedroso, Caio Prado Júnior, Clóvis Graciano, Edson Carneiro, Eduardo Sucupira Filho, Eunice Catunda, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Pedreira, Fernando Segismundo, Gilberto de Andrada e Silva, Graciliano Ramos, Gonçalves Machado, José Eduardo

⁸⁰ Idem, p. 130.

⁸¹ A Imprensa Livre [Editorial]. *Fundamentos*, São Paulo, n.11, p.3, jan.1950.

Fernandes, José Menezes Campos, João Belline Burza, Luiz Enjolras Ventura, Léo Ribeiro de Moraes, Mário Schemberg, Moacyr Werneck de Castro, Omar Catunda, Rivadavia Mendonça, Rossine Camargo Guarnieri, Samuel Barnsley Pessoa, Vilanova Artigas e Walter Sampaio. Os únicos nomes que apareciam em destaque eram os de Ruy Barbosa Cardoso e Afonso Schmidt (Diretor-Responsável e Redator Chefe, respectivamente). Esta formação manteve-se a mesma até janeiro de 1954, quando o nome de Ruy Barbosa Cardoso deixou de constar entre os colaboradores da revista e, em agosto de 1955 (ed. 37), Vilanova Artigas passa a ser o diretor de *Fundamentos* e mais três nomes foram incluídos no Conselho de Redação: Alfredo Galiano, Paulo Pedro Dantas e Renato Santos Pereira (jovens comunistas do meio cinematográfico).⁸²

Os nomes que aparecem sublinhados acima são daqueles que já haviam, de alguma forma, participado do corpo editorial de *Fundamentos* entre 1950 e 1952, ou seja, metade dos editorialistas atuantes nos três últimos anos de publicação da revista já haviam assumido função semelhantes nos anos anteriores. Nota-se, portanto, dezesseis permanências, cinco afastamentos (Annibal Machado, Candido Portinari, Galeão Coutinho e Oscar Niemeyer)⁸³ e dezesseis adesões. Destes últimos, nove já haviam contribuído com textos em edições anteriores.

Estas coincidências indicam que houve certo grau de continuidade no corpo editorial mesmo após períodos de interrupção na publicação. Por sua vez, esta continuidade sugere que a afinidade em torno de objetivos fundamentais tenha pesado mais do que as possíveis divergências entre os indivíduos que compunham o grupo de colaboradores da revista.

Sobre a publicação da revista, vemos que não manteve uma regularidade. Os dez primeiros números, publicados entre junho de 1948 e março de 1949, já apresentavam falta de regularidade, tendo saído às vezes mensal e outras bimestral. Ao longo dos sete anos de publicação a regularidade da revista oscilou entre fases de regularidade mensal, trimestral seguidos, por vezes, de períodos maiores de inatividade.

Esta irregularidade pode ser parcialmente explicada pelos textos publicados nas seções “carta aos leitores” e “nota da redação”. Na edição de janeiro de 1951 (n.17), na qual foi publicado o “Manifesto de Agosto”, o editorial justifica que o atraso de quatro meses ocorreu devido às “deficiências materiais de que se ressentia uma revista que se coloca na vanguarda das lutas do povo e não conta com os amplos recursos das publicações que estão no campo da traição aos interesses populares”.⁸⁴ Em junho de 1951 (n.19), em editorial comemorando o terceiro ano de *Fundamentos*, José Eduardo Fernandes, que assina o texto, justifica o atraso da edição pelas “dificuldades materiais”, causa de alguns problemas apresentados pela revista como casos de “imperfeições de revisão e paginação”.⁸⁵

Entre fevereiro e junho de 1952 (n.25 ao n.28), todos os textos fizeram referências explícitas sobre os problemas financeiros vividos, dando-nos informações importantes sobre as condições do periódico. O primeiro deles, não assinado, explica:

Cada exemplar de FUNDAMENTOS dá um déficit de Cr\$ 0,54. Estamos vendendo a revista por um preço abaixo do preço de custo. Há várias razões para o preço elevado das revistas de cultura. Elas têm uma circulação muito pequena e nosso meio, cabendo a culpa fundamentalmente ao tipo de governo que aí temos; não é por acaso que no Brasil 70% dos habitantes não sabem ler [...]⁸⁶

⁸² Cf. AUTRAN, Arthur. “Cineastas Comunistas no Brasil”. ROXO, Marcos; SACRAMENTO, Igor (orgs.). *Intelectuais Partidos: comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012, p. 303. Cf. Também a ficha técnica do filme “Alameda da Saudade” com a participação de Alfredo Galiano.

⁸³ Arthur Ramos faleceu em outubro de 1949.

⁸⁴ “Editorial”. *Fundamentos*, São Paulo, n.17, p.3, jan. 1951.

⁸⁵ “3 anos de lutas” [Editorial]. *Fundamentos*, São Paulo, n.19, jun.1951.

⁸⁶ 10 Vivas à Paz. *Fundamentos*, São Paulo, n.25, p.2, fev. 1952.

Outros fatores para os problemas enfrentados pelo periódico seriam o alto custo do papel e outros materiais para impressão e a falta de liberdade de imprensa que permite “qualquer tira boçal intimidar o jornalista que exhibe em sua banca manchetes contra a guerra”. Diante destas dificuldades, o autor convoca os leitores a se empenharem numa “campanha de assinaturas” que, além de garantir “uma saída para a revista”, “é meio eficaz de propaganda e constitui uma renda fixa”. Nos números seguintes, há novos comentários sobre os problemas financeiros e as dificuldades de distribuição, mas até agosto de 1952, *Fundamentos* manteve uma regularidade bimestral, seguida de uma interrupção de 4 meses, quando volta a circular de forma trimestral.

As informações sobre o contínuo déficit no orçamento da revista estão de acordo com as considerações de Agildo Barata – à época dirigente da Comissão Nacional de Finanças do PCB – a respeito das dificuldades financeiras na imprensa comunista que, com constantes déficits, trazia despesas ao partido.⁸⁷

Voltando a questão da periodicidade de publicação, vale a pena atentarmos para a primeira grande interrupção, entre março de 1949 a janeiro de 1950. O próprio editorial do décimo primeiro número afirma que ao reaparecer a revista apresenta modificações “na sua forma, no seu conteúdo, e sobretudo no seu preço” que “objetivam realizar mais plenamente as finalidades” iniciais: “ser uma revista popular de ampla divulgação”. Percebe-se alterações nos aspectos formais da revista que diminuiu o número de páginas (antes com cerca de 100 páginas para cerca de 45), reduziu o tamanho das letras e mudou a diagramação: os textos ocupavam páginas inteiras de forma sequencial, a partir de janeiro de 1950 os textos passaram a ser divididos em até três colunas e era comum textos diferentes dividirem a mesma página. Houve um aumento no número de figuras no interior das revistas, apresentando ilustrações dos artistas “progressistas” e fotografias junto as notícias. As capas continuaram com o mesmo estilo, trazendo um índice resumido com os títulos dos principais artigos e uma imagem. Outra alteração significativa, como o editoralista chamou atenção, o preço reduziu pela metade, caindo de Cr\$ 6,00 para Cr\$ 3,00. Ao que parece, com estas modificações os diretores da revista procuraram diminuir os custos, aproveitando melhor o espaço com as alterações na diagramação, reduzindo assim o preço para torná-la mais acessível e popularizá-la. Uma última mudança que chama a atenção foi a redução do número de propagandas comerciais nas páginas do periódico.

Antes de nos atermos à análise dos temas abordados no conjunto dos editoriais, gostaria de avaliar as alterações de conteúdo citadas na abertura da edição de janeiro de 1950. Para Rubim, essas mudanças foram reflexo das transformações vividas pelo PCB, o que resultou numa postura mais sectária e panfletária nos posicionamentos apresentados na revista. Certamente, Rubim não se limitou a balizar sua avaliação através apenas dos editoriais, e sim por meio dos vários textos publicados a partir de 1950. Surgem e tornam-se comuns artigos que atacam abertamente intelectuais e artistas brasileiros não alinhados com os comunistas, inclusive aqueles com posicionamentos políticos de esquerda.⁸⁸ Outros textos que também eram pouco presentes antes e passaram a aparecer nas páginas da revista foram os que divulgam e defendem os princípios do realismo socialista para o conjunto das artes.⁸⁹ Essa análise de conjunto levou Antônio Rubim a considerar que a postura sofreu uma profunda inflexão, deixando de ser um empreendimento aberto e tornando-se sectário.

Entretanto, a análise do editorial de janeiro de 1950, “Imprensa Livre”, ajuda a perceber a ocorrência de mudanças no teor do discurso, que se radicalizou na defesa do

⁸⁷ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário* (memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

⁸⁸ Discutido no terceiro capítulo desta dissertação.

⁸⁹ Discutido no segundo capítulo desta dissertação.

comunismo, mas também que as principais pautas antes defendidas mantiveram seu papel de destaque.

O texto diz que: 1) uma das finalidades de *Fundamentos*, desde sua criação, foi exprimir “no Brasil o pensamento moderno mais progressista do mundo atual”, escapando assim dos “interesses privados a serviço das forças mais reacionárias”, mal que afeta a “maior parte da imprensa brasileira”. A revista seria uma “válvula” pela qual os intelectuais “progressistas” poderiam se “exprimir livremente”; 2) os intelectuais agrupados em *Fundamentos* não são imparciais, pois estão do lado das “forças progressista” enquanto aqueles que se dizem imparciais ocultam seu posicionamento ao lado das “forças da reação”; 3) combatem mortalmente o imperialismo “pela defesa de nossas riquezas minerais por ele ameaçadas”; 4) acima de tudo, está a importância de defender a “paz internacional, suprema garantia dos povos no seu caminho para o progresso e a liberdade”; 5) apesar das “provocações guerreiras do imperialismo” que ameaça a liberdade dos povos, o mundo era também “a marcha para o comunismo na União Soviética, a construção do socialismo nas democracias populares, a libertação da China [...], o despertar de todos os povos, do oriente e do ocidente, para a liberdade e o progresso”.

Todos os tópicos destacados acima, abordados pelo editorial da 11ª edição, já tinham sido tema de editoriais anteriores à interrupção de oito meses na publicação da revista. No primeiro editorial, por exemplo, vemos alguns dos temas enumerados acima como: a ideia de ceder espaço e agregar intelectuais para analisar os problemas brasileiros sob um prisma progressista; a impossibilidade de imparcialidade do intelectual; a necessidade de defender os recursos naturais do capital estrangeiro (sem usar o termo “imperialismo”). A “defesa da paz” e a divulgação dos eventos internacionais promovidos pelo “movimento da Paz” foram apresentadas nas edições de novembro de 1948 e março/abril de 1949.

A mudança de “conteúdo” mais visível foi que, pela primeira vez em um editorial, fez-se referência explícita ao comunismo soviético e a Revolução Chinesa, relacionando-os ao “progresso”. Percebe-se nesse trecho a presença da tese, apresentada no “informe Zhdanov”, dos dois campos antagônicos que dividia o mundo: o imperialista guerreiro anti-democrático e o anti-imperialista democrático. Apesar de ser novidade a menção direta à URSS, a tese dos dois campos já aparecia no primeiro parágrafo escrito na revista, cuja a frase de abertura dizia que o “mundo todo assiste e vive a luta entre o progresso e o obscurantismo”.⁹⁰ Assim, parece justo afirmar que a partir de janeiro de 1950 a revista apresentou uma radicalização no teor dos discursos publicados, maior empenho na adesão ao “movimento pela paz” e aumento nas críticas direcionadas a intelectuais que se abstiveram de participar do movimento, sem, contudo, significar uma ruptura com a linha geral defendida pela em *Fundamentos* nos números anteriores.

Por fim, além dos dados sobre as dificuldades econômicas, vale ressaltar que as “notas da redação” também nos oferecem informações a respeito da tiragem da revista. Em janeiro de 1949, o editorialista se desculpa pelo esgotamento ao mesmo tempo em que comemora o sucesso da edição de setembro/outubro de 1948 que teve uma tiragem de seis mil exemplares. Porém, é provável que esta tiragem tenha sido atípica, pois se tratava de uma edição comemorativa, em homenagem a Monteiro Lobato, com mais propagandas comerciais que o habitual e um número maior de páginas. Em março de 1952, numa nota sobre a “campanha de assinaturas”, o editor afirma que, à época, a tiragem de *Fundamentos* era “superior à média das outras revistas de cultura”, informação que apresenta o êxito do projeto em relação com outros periódicos do ramo.⁹¹

⁹⁰ *Fundamentos*, São Paulo, n.1, p.3, jun. 1948. [Editorial]

⁹¹ Carta aos leitores. *Fundamentos*, São Paulo, n.26, p. 2, mar. 1952.

1.3. Em defesa da cultura

Aproveitando a última citação do tópico anterior, percebemos que, além do apresentado no próprio subtítulo, “revista de cultura moderna”, os editores em diferentes ocasiões definiam *Fundamentos* como uma “revista de cultura”. Essa classificação pode ser compreendida ao pensarmos que, no início do século XX no Brasil, houve um aumento progressivo dos impressos periódicos com “crescente segmentação de públicos e temáticas”. Esta expansão da imprensa, segundo Tania Regina de Luca, permitiu “discernir” os periódicos “devotados à sátira político-social – para divertir e agradar, e que prefiguravam os semanários ilustrados e de variedades [...]” e os “culturais e literários, bastante próximos do formato de livro, que exigiam um leitor disposto a enfrentar ensaios densos e discussões sobre estética”.⁹²

Em um contexto em que a imprensa e o mundo das letras estavam fortemente interligados, as revistas literárias e culturais se tornaram meio privilegiado de divulgação de propostas estéticas e centro aglutinador de grupos que compartilhavam de ideias parecidas. Os movimentos de vanguarda aproveitaram estes veículos para lançarem seus manifestos.

Para Luca, mesmo sendo a diferença muito “tênue”, é possível distinguir entre revistas literárias e culturais, pois

as primeiras destinavam-se, sobretudo, à difusão de prosa de ficção, poesia e crítica, enquanto as demais, sem deixar de incorporar a literatura, possuíam escopo mais abrangente e também abrigavam ensaios sobre temas variados, sempre com o intuito de discutir os grandes problemas nacionais e apontar caminhos para solucioná-los.⁹³

Esta caracterização das “revistas culturais” proposta por Luca ajusta-se muito bem à revista *Fundamentos*. Ao final de seu texto inaugural, no qual os propósitos da publicação são apresentados, a “revista” “conclama seus leitores a refletir sobre os problemas fundamentais da pátria, a estudá-los e lutar pela sua solução”⁹⁴, quase um decalque das palavras usadas por Luca. Dois meses mais tarde, no terceiro número da revista, o interesse em focar “os problemas da pátria” é reafirmado:

ao lado de páginas puramente literárias ou científicas, de estudos folclóricos, de comentários sobre música e artes plásticas, FUNDAMENTOS, desde o início, tem encarado de frente questões da maior oportunidade como o petróleo, a eletricidade e, agora, o problema do algodão.⁹⁵

Esta noção de “revista de cultura” – que apresenta não apenas temas artísticos e científicos, mas abarca também problemas políticos e econômicos – leva-nos a refletir, não só, o significado adotado para o termo “cultura”, como também qual é o papel do “intelectual” frente às questões “culturais” debatidas na revista.

1.3.1. Os usos do conceito de “cultura”

Como sabemos, “cultura” é um termo polissêmico. Há, entre muitos estudiosos que buscaram definir o conceito, acordo em separar o seu sentido mais amplo, ligado à disciplina Antropologia, de um sentido mais restrito empregado para se referir às diversas produções

⁹² LUCA, Tania Regina de. Um repertório do Brasil: tradição e renovação na *Revista Nova*. *ArtCultura*, v.8, n.13, p.97-107, jul.-dez. 2006.

⁹³ Idem, p. 99.

⁹⁴ *Fundamentos*, São Paulo, n.1, p.5, jul. 1948. [Editorial]

⁹⁵ *Fundamentos*, São Paulo, n. 3, p.168, ago. 1948. [Editorial].

artísticas e intelectuais.⁹⁶ Em seu sentido mais amplo, um extenso debate sobre o conceito se desenrolou ao longo da história da antropologia a partir do significado apresentado no século XIX pelo antropólogo britânico Edward Tylor.⁹⁷ Segundo Tylor, cultura em seu “sentido etnográfico” seria “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem com membro de uma sociedade”.⁹⁸

Pensadores marxistas também fizeram usos variados do vocábulo, relacionando-o, geralmente, a outros conceitos elementares do materialismo-histórico como “base/superestrutura”, “ideologia” e “consciência de classe,⁹⁹ mas também sem deixar de transitar entre a denotação “estética” e a denotação antropológica do “modo de vida” de uma sociedade. Próximo a este último sentido, Trotsky, por exemplo, define cultura como “tudo o que foi criado, construído, aprendido, conquistado pelo homem no curso de sua história, diferentemente do que recebeu da natureza”, dividindo em “cultura material”, âmbito da técnica, verificável nos “logros materiais” do homem – “na forma dos instrumentos, na maquinaria, nos edifícios, nos monumentos...” – e “cultura espiritual”, ou seja, a “parte mais preciosa da cultura” depositada na “consciência humana: os métodos, costumes, habilidades adquiridas e desenvolvidas a partir da cultura material pré-existente e que, ao mesmo tempo em que são seus resultados, a enriquecem”.¹⁰⁰ Por outro lado, Györg Lukács apresenta uma definição menos abrangente, segundo a qual

o conceito de cultura (em oposição a civilização [Zivilisation]) compreende o conjunto das atividades e dos produtos dotados de valor que são supérfluos em relação ao sustento imediato. Por exemplo, a beleza interna de uma casa pertence ao conceito de cultura; não sua solidez, nem sua calefação, etc.¹⁰¹

No entanto, antes de propor esta definição, Lukács destaca que não se pode falar em “cultura” de forma isolada em relação às “outras manifestações sociais” e que se “compreendemos corretamente a cultura de uma época, compreendemos em suas raízes o desenvolvimento do conjunto dessa época, como se tivéssemos partido da análise de suas relações econômicas”.¹⁰²

Apesar das diferenças, autores marxistas, em geral, sugeriram que o domínio próprio das ideias ou valores (incluindo, assim, a produção artística) não estaria separado de outros campos da prática humana. Willian Outhwaite lembra que os pensadores marxistas procuraram “desenvolver uma explicação materialista das relações entre as ideias e outros aspectos e condições da práxis humana”, mas também destacou que isso, às vezes, deu lugar, “numa forma rudimentar de marxismo”, a uma “concepção dualista de cultura”, cujo resultado foi a criação da teoria do conhecimento do reflexo – “na qual o conhecimento

⁹⁶ Cf., por exemplo, BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora Unesp, 2012; HALL, John B. “Cultura”. In. OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.206-210.

⁹⁷ Cf. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1 ed. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 3-4.

⁹⁸ TYLOR, Edward. *Apud* LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*. Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p.25.

⁹⁹ OUTHWAITE, Willian. “Cultura”. In. BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 93-96.

¹⁰⁰ TROTSKY, Leon. Cultura e Socialismo. In. *Esquerda Marxista*. Disponível em: <<http://www.marxismo.org.br/content/cultura-e-socialismo>>. Visitado em: 10 abr. de 2015

¹⁰¹ LUKÁCS, György. Nova e velha cultura. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>>. Visitado em: 10 abr. de 2015.

¹⁰² Idem.

aparece como simples reflexo de uma realidade que existe independentemente” – e ao uso político da produção artística e intelectual, instrumentalizada pelo partido.¹⁰³

Ainda de acordo com referenciais marxistas, na forma como foram apropriados oficialmente na URSS, temos a definição apresentada no Dicionário Filosófico soviético. Organizado por Rosenthal e Iudin, foi originalmente publicado em 1939, mas logo ganhou duas edições na língua espanhola, publicadas em Montevideu em 1946 e 1950, possibilitando, talvez, que os comunistas brasileiros tivessem acesso ao seu conteúdo. No referido dicionário, o verbete “cultura” é definido como:

[...] fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições que lhe correspondem. Em um sentido mais restrito, compreende-se, sob o termo cultura, o conjunto de formas da vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem à base do *modo de produção dos bens materiais* historicamente determinado. Assim, entende-se por cultura o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral, etc., e as instituições correspondentes. Entre os índices mais importantes do nível cultural, em determinada etapa histórica, é preciso notar o grau dos aperfeiçoamentos técnicos e dos desenvolvimentos científicos na produção social, o nível cultural e técnico e dos produtores de bens materiais, assim como o grau de difusão da instrução, da literatura e das artes entre a população.¹⁰⁴

Nesta acepção, aparentemente, está presente a noção de progresso, ou seja, de que a cultura, os aspectos não materiais de uma sociedade, desenvolve-se manifestando crescente aperfeiçoamento. Neste sentido, haveria diferentes graus de desenvolvimento cultural relacionados às condições da estrutura econômica da sociedade e passíveis de serem mensurados de acordo com alguns critérios generalizáveis às diferentes situações.

1.3.2. A “cultura nacional”

Provavelmente, os autores que participaram com textos na revista *Fundamentos* não detinham uma única compreensão do significado de “cultura”. Contudo, tomando os editoriais como referência, em que medida o sentido apresentado neles dialogavam com os discutidos acima?

No editorial da terceira edição, citado anteriormente, as “questões de maior oportunidade” – de cunho econômico – são expostas como se fossem um acréscimo aqueles temas mais habituais a uma revista como *Fundamentos*: literatura, ciências, música, artes plásticas e o folclore. Ao destacar estes assuntos como os mais característicos para uma “revista de cultura”, a apresentação passa a impressão de que o vocábulo “cultura” é utilizado em seu sentido mais restrito, relacionado com a produção intelectual e artística. Todavia, incluindo também o folclore, há uma ampliação no conteúdo semântico do termo em relação à abordagem que valoriza apenas as artes tradicionais e as ciências, já que o folclore leva em consideração as manifestações artísticas, os saberes e as crenças populares.

Ainda assim, apesar desta ampliação de sentido, a concepção de cultura apresentada na revista permanece mais restrita que a conceituação de Tylor, na qual cultura é vista em seu sentido amplo de modo global de vida. O(s) autor(es) do editorial de agosto de 1951 avalia(m) que a “profunda crise que atinge todos os setores” nacionais têm efeitos mais “perturbadores” no “terreno da cultura” e elenca as evidências desse sério desajuste: a insuficiência e

¹⁰³ OUTHWAITE, Willian. *Op. cit.*, p. 94.

¹⁰⁴ *Apud* SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 14ª ed. São Paulo: Difel, 1986, p. 3-4.

orientação inadequada do “aparelho escolar”; “a literatura e as artes debatem-se em discussões e rivalidades superficiais”; “a intelectualidade sadia e honesta encontra-se [...] dividida”. A tudo isto se soma a penetração de “influências dissolventes” – histórias em quadrinhos, “bestsellers” torpes de crimes, a “arte cosmopolita” e a “poesia mórbida” – que atuam para “desfigurar a nossa tradição”.¹⁰⁵ Percebe-se que os critérios usados para apontar a crise brasileira no “terreno da cultura” estão ligados às artes e à educação.

No texto de abertura desta mesma edição, intitulado “Dois documentos, duas culturas”, o editor José Eduardo Fernandes continua as ponderações apresentadas no editorial a partir da comparação entre o discurso do presidente Getúlio Vargas “sobre a cultura nacional” e o “Manifesto de Agosto” que representam culturas opostas que coexistem no mesmo país. A cultura “predominante”, a “cultura oficial” da qual o discurso de Vargas seria um exemplo, segundo Fernandes, é a “expressão espiritual da estreiteza da infraestrutura feudal-burguesa dominante” e reflete “em suas instituições, em suas teorias, em suas aplicações, os interesses das classes dominantes”.¹⁰⁶

A manutenção do “analfabetismo da grande massa” e a “orientação clerical”, frutos das políticas educacionais promovidas por Getúlio, alimentariam a “ignorância do povo” e sua sujeição ao “paternalismo tradicional entre senhor e servo”. Essa situação está relacionada à condição da “burguesia brasileira” que incapaz de se afirmar precisa se associar ao “imperialismo em sua política de guerra e espoliação do país”. Situação que se repete no “campo da cultura”, no qual “as classes dominantes se valem do cosmopolismo para desfigurar e desnacionalizar as formas nacionais de cultura brasileira”. São vários os exemplos da desfiguração da cultura nacional, verificáveis na Universidade, onde não se fala de marxismo, nos representantes da literatura (Tristão de Ataíde, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade) ou da sociologia (Gilberto Freire) e nas artes plásticas, cuja Bienal é o mais claro exemplo. Mas todos esses problemas, lembra Fernandes, não são motivos para “pessimismo”. Existiria uma “outra cultura, ligada aos interesses e à luta do povo” – a verdadeira cultura nacional brasileira. Esta “corrente popular tradicional na nossa literatura” estaria em “irreversível expansão”. No entanto, não se pode concretizar os “ideais patrióticos” unilateralmente no “terreno da cultura”, o “problema de uma nova cultura brasileira” deve “ser concebido e realizado no conjunto de um programa nacional que integre diretivas unitárias [...] linhas mestras da revolução brasileira” e tal programa seria o “Manifesto de Agosto de 1950”.

O trecho acima, a meu ver, sintetiza bem a maneira como o termo cultura é utilizado na revista. Passa-se a ideia de que as questões concernentes à imprensa, literatura, arte, cinema e rádio, ou seja, os *problemas culturais* refletem as condições socioeconômicas instauradas no Brasil, premindo-nos compreender o uso do conceito “cultura” dentro da discussão, cara ao materialismo-histórico, de “base-superestrutura”. Ao que parece, a forma como é pensada a esfera cultural em relação ao todo social se adequada ao que Raymond Willians chama de “noção mais simples” de superestrutura, na qual esta é tida como “reflexo, imitação ou reprodução da realidade da base” de maneira “mais ou menos direta”, sem ser feita uma reflexão elaborada da noção de “base”.¹⁰⁷

De tal modo, a questão cultural relaciona-se com a teoria dos dois campos defendida no “informe Zhdanov”.¹⁰⁸ Nesta o avanço do socialismo é apresentado como inevitável, o que leva o capitalismo, em desespero, a assumir uma atitude ofensiva para conter este avanço, só encontrando saída numa nova guerra mundial. Na promoção da guerra, o capitalismo vê-se na

¹⁰⁵ *Fundamentos*, São Paulo, n.21, p. 2, ago. 1951. [Editorial]

¹⁰⁶ FERNANDES, José Eduardo. Dois documentos, duas culturas. *Fundamentos*, n.21, p.3-6, ago. 1951.

¹⁰⁷ WILLIANS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 45-46.

¹⁰⁸ ZHDANOV, Andrei. Texto integral do Informe à Conferência dos Partidos Comunistas na Polônia. *Problemas* – Revista Mensal de Cultura Política, Rio de Janeiro, n.5, dez. de 1947. (Discutido mais a frente)

necessidade de exaurir suas últimas energias, intensificando, desse modo, a espoliação colonial sobre os países dependentes. Um dos reflexos da crise capitalista na superestrutura é o fato de artistas e escritores vinculados à ordem social em crise produzirem uma arte pessimista que expressa a angústia e induz à prostração, à inércia. Entre os exemplos mais citados neste sentido estão o “abstracionismo” nas artes plásticas e a “literatura existencialista” de Koestler e Sartre, que teriam sido transformados em moda pela crítica e imprensa burguesa, pois os sentimentos que suscitam nas massas vão ao encontro dos interesses das classes dominantes.

No Brasil, onde predominariam relações sociais pré-capitalistas, esta tendência se repete com agravos. As classes dominantes ligadas à grande propriedade de terra, para manter seus privilégios, articula-se ao imperialismo e atua contra os interesses nacionais, ao colaborar com a exploração de nossos recursos naturais pelo capital estrangeiro. Assim, as forças ligadas à estrutura arcaica, semifeudal, brasileira coadunam com os decadentes capitalistas para conter o avanço do socialismo promotor do progresso e da emancipação do povo.

Nota-se que esta situação sócio-histórica é representada a partir de uma série de pares antagonísticos como socialismo/capitalismo, paz/guerra, nacional/imperialista, progressista/reacionário, moderno/atrasado. O termo “cultura”, portanto, é utilizado e discutido dentro desse raciocínio dualista antitético, para o qual haveria a cultura legítima, cuja origem estaria no povo brasileiro – a “cultura nacional” – e a ilegítima – a “cultura antinacional” ou “cosmopolita”, estranha aos valores do povo e avessa aos seus interesses. Exemplos deste antagonismo podem ser encontrados em alguns editoriais, como o de janeiro de 1951 que destaca o dever dos intelectuais de “limpar a nossa cultura, extirpando os corpos estranhos, os enxertos ianques, varrendo tudo que ela tem de negativo e derrotista, de desmoralizado e decadente” que seriam disseminados por “órgãos de entorpecimento das virtudes populares, que se encontram instalados no país sob as formas mais diversas, desde os Institutos e Uniões Culturais Brasil-EUA, publicações, cinema, até espaço alugado na imprensa venal”.¹⁰⁹ Outro exemplo é o editorial de junho de 1951, no qual o editorialista explica que as contradições sentidas no âmbito cultural se agravaram desde 1948, acompanhando a “situação política internacional e nacional”. As “ameaças” de “colonização política, econômica e cultural” nunca pesaram tanto, “as classes dominantes, para manter o mando, lançam mão de recursos extremos”, entre os quais está “a desfiguração revoltante da arte, da língua, das fontes nacionais de cultura”.¹¹⁰

Além de ser geralmente apresentada dentro do contexto internacional e nacional conflituoso, onde a verdadeira cultura, a “cultura nacional”, é compreendida em oposição àquilo que ela não é, qual seja, a cultura vinculada ao imperialismo, a cultura legítima é tida como o conjunto de valores e produção artística que expressa a singularidade de um povo, dando-lhe identidade:

O Brasil possui um patrimônio cultural, que se criou e vem se enriquecendo no decurso de toda a sua história, e que representa valiosa contribuição ao tesouro comum da cultura universal.

Nos mais diversos ramos de nossa cultura, verificam-se peculiaridades nacionais que revelam as virtudes criadoras do povo brasileiro.¹¹¹

Assim, enquanto o imperialismo impinge uma “pseudocultura cosmopolita dissolvente” interessado “em quebrar as resistências nacionais para melhor executar sua política de dominação e exploração colonial” a cultura nacional, inspirada nas tradições populares brasileiras, resguarda o patrimônio nacional e salvaguarda a independência. Preservar as tradições oriundas do povo brasileiro é indispensável para a afirmação nacional,

¹⁰⁹ Libertação Nacional. *Fundamentos*, São Paulo, n.17, p.3, jan. 1951.[Editorial]

¹¹⁰ FERNANDES, José Eduardo. 3 anos de lutas. *Fundamentos*, São Paulo, n.19, p.2, jun. 1951. [Editorial]

¹¹¹ 1º Congresso Nacional de Intelectuais. *Fundamentos*, São Paulo, n.34, p.42, jan. 1954.

pois enfrenta-se desse modo a padronização cultural segundo os moldes americanos e dificulta a atuação imperialista.¹¹²

Se é comum contrapor tradição e modernidade – entendidos, respectivamente, como “um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente” e uma ruptura com o passado, sendo em relação a este diferente e melhor – em *Fundamentos* a preservação das “nossas tradições”¹¹³ liga-se à luta contra o imperialismo e, portanto, coloca-se ao lado do socialismo e do progresso. A cultura cosmopolita ligada ao imperialismo tenta transmitir a ideia de ausência de diferença entre os povos, elevando os padrões da arte e literatura burgueses como exclusivos. A arte abstrata, a literatura antirrealista e pessimista, as histórias em quadrinhos violentas visam instigar sentimentos úteis para a manutenção da ordem latifundiária e a exploração capitalista, tirando o foco e o ímpeto revolucionário das classes trabalhadoras.

Em vista disso, defender nossas tradições contra a generalização da cultura “antinacional” é combater às ações imperialistas e às estruturas semifeudais que emperram o livre desenvolvimento do nosso povo e nação. É neste sentido que a revista se auto proclama, no subtítulo, uma revista de “cultura moderna”, pois está ao lado das forças que buscam o progresso da humanidade. A “cultura nacional”, vista sob este prisma, carrega as tradições populares que singularizam o povo brasileiro e representa a contribuição brasileira à cultura humana universal que, inserida na lógica de progresso, move-se “para frente” rumo a um futuro positivo, pautado na razão, na paz e educação – atributos do encontrados no “socialismo”. Por outro lado, a cultura universal progressista, ligada ao socialismo, coopera para o enriquecimento de nossa cultura. Não por acaso a questão do “intercâmbio cultural” foi tópico recorrente nas pautas dos congressos divulgados na revista e o contato entre povos, “na base da reciprocidade”¹¹⁴, descrito como “indispensável para impulsionar o crescimento das culturas nacionais”.¹¹⁵

A complementaridade entre o particular – emanada das tradições populares de diferentes nações – e o universal – o desenvolvimento histórico da humanidade capitaneado no momento pelo socialismo – aparece também em textos de autoridades socialistas. Para Josef Revai, ministro da educação da Hungria, a “nova cultura socialista húngara” de “unir-se à cultura soviética”, mas mantendo seus “caracteres nacionais indelévelis”.¹¹⁶ O escritor Alexey Alexandrovich Surkov, em seu informe ao II Congresso dos Escritores Soviéticos, ressalta o caráter “multinacional” da literatura soviética que, na “luta comum dos povos pelo comunismo”, permitiu o desenvolvimento da arte e da literatura “nacionais”.¹¹⁷

Por fim, deve ser salientado que “a defesa da cultura” torna-se o objetivo essencial da revista. Enquanto no primeiro ano “a norma editorial” foi “focalizar [...] um ou dois problemas de nossa economia”¹¹⁸, ao longo de sua publicação, como fica claro no título do editorial de julho de 1951 – “Em defesa da cultura” –, o centro das preocupações passa a ser “a” cultura, chegando a ocorrer uma mudança no subtítulo dos três últimos números para “revista de defesa da cultura”. A cultura por excelência – nacional, popular e moderna – deve

¹¹² Independência Nacional e Cultura Brasileira. *Fundamentos*, São Paulo, n.22, p.2, set. 1951.[Editorial]

¹¹³ *Fundamentos*, São Paulo, n.37, p.1, jul./ago. 1955. [Editorial].

¹¹⁴ A Paz é o bem supremo. *Fundamentos*, São Paulo, n.19, p.12, jun. 1951. Sobre a recorrência da questão cf. *Fundamentos*, São Paulo, n.14, p.8, abr. 1950; n.22, p.5, set. 1951; n.34, p.44, jan.1954; n.37, p. 102, jul/ago. 1955.

¹¹⁵ Resoluções do Congresso Continental de Cultura. *Fundamentos*, São Paulo, n.33, p.46, set. 1953.

¹¹⁶ REVAI, Josef. Cultura e luta de classes nas democracias populares. *Fundamentos*, São Paulo, n.22, p 14-15, set. 1951.

¹¹⁷ SURKOV, Alexey A. O estado atual e as tarefas da literatura soviética. *Fundamentos*, São Paulo, n.37, p.63, jul./ago. 1955.

¹¹⁸ *Fundamentos*, São Paulo, n. 9/10, p. 108, mar./abr. de 1949. [Notas de Redação]

ser defendida das investidas imperialistas e os principais agentes desta luta são os “intelectuais”.

1.4. O dever dos intelectuais

A maneira como é definido em *Fundamentos* o termo “cultura”, mesmo que expresse um conteúdo mais ou menos delimitável, só pode ser verdadeiramente apreendido quando pensado em relação à ação política do grupo que atua na revista. Quando se coloca a dicotomia “cultura nacional” e “cultura antinacional” (também chamada de “cosmopolita”), percebe-se o esforço de estabelecer inclusões e exclusões, permitindo que o grupo em torno de *Fundamentos* se reconheça e autodetermine, ao mesmo tempo em que identifica e deprecia outros grupos e suas ações.

O conceito de “cultura”, mais precisamente sua delimitação “cultura nacional”, costuma ser apresentado articulado a outro conceito muito trabalhado na revista que é o de “intelectual”. Tal como “cultura”, “intelectual” é uma palavra que também despertou muitas discussões ao longo do século XX, discussões que ocuparam as páginas de *Fundamentos* desde suas primeiras edições.

Carlo Marletti explica que, geralmente, são atribuídos dois sentidos ao substantivo “intelectuais”. No primeiro, intelectuais “designa uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa, superior à média”. Noutra acepção, o termo refere-se aos “escritores ‘engajados’” e, por extensão, “o termo se aplica também a artistas, estudiosos, cientistas e, em geral, a quem tenha adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e influência nos debates públicos”.¹¹⁹

Sem negar a ideia de intelectual como “categoria social” distinta pela erudição e domínio de uma área do conhecimento, para os promotores da revista é através da ação política que o intelectual se realiza:

Nenhum escritor, artista, cientista ou professor pode dar o melhor rendimento de seu trabalho se o seu esforço intelectual estiver desligado dos problemas que a humanidade enfrenta atualmente, em sentido amplo, no campo internacional ou, em sentido estrito, no campo nacional. A tentativa de alheamento a esses problemas é, para o intelectual, a traição, a esterilidade e a morte.¹²⁰

Vemos que, apesar de considerar os executores de certas atividades como “intelectuais” potenciais (escritor, artista, cientista, professor), é ao posicionar-se na esfera pública que esta condição se efetiva. Assim, devido às atividades exercidas, os intelectuais podem ser vistos como uma categoria social específica, distinta do proletariado ou da burguesia. No entanto, não haveria possibilidade do intelectual se colocar a parte, seja dos conflitos de classe, seja do conflito entre o campo da paz e o campo da guerra, apresentado na teoria de Zhdanov.

Desde sua primeira edição, *Fundamentos* denuncia “não alimentar qualquer ilusão quanto à posição dos chamados intelectuais imparciais, que se dizem situar filosoficamente em campo neutro”.¹²¹ Poucos meses depois, ao realizar o primeiro balanço sobre a publicação a ideia da impossibilidade dos intelectuais se manterem imparciais é reafirmada:

¹¹⁹ MARLETTI, Carlo. “Intelectuais”. BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Op. cit.*, p. 637-640.

¹²⁰ Em defesa da cultura. *Fundamentos*, São Paulo, n.20, p.2, jul.1951. [Editorial]

¹²¹ *Fundamentos*, São Paulo, n.1, p.3, jun. 1948. [Editorial]

FUNDAMENTOS contou com a colaboração de homens de diversas tendências políticas e partidárias, intelectualmente unidos pelo mesmo ideal de defesa intransigente da democracia [...]. Não tivemos nem quisemos a colaboração dos *pseudo-intelectuais* que se julgam “capazes”, “inteligentes” e “hábeis” e se dizem filosoficamente plantados em campo neutro mas fazem, [...] consciente ou inconsciente, o jogo baixo da reação e do imperialismo.¹²²

A intenção de imparcialidade é pura ficção. Dois lados estão em disputa, um positivo e outro negativo. Aqueles que não se posicionam decididamente do lado correto, sabendo ou não, agem para o “imperialismo”, portanto, não são intelectuais de fato, são apenas “pseudo-intelectuais”. Para se qualificar como intelectual é preciso tomar atitudes na luta a favor da democracia, como por exemplo, colaborar com *Fundamentos*. Atuar na revista qualifica o intelectual, já que ela estaria “do lado das forças progressistas”, ao contrário daqueles que “enfaticamente se blasonam de imparciais” que estão do “lado das forças obscuras da reação”.¹²³ O intelectual progressista – e, neste sentido, o verdadeiro intelectual – deve lutar “pela defesa intransigente das liberdades públicas garantidas pela Constituição; pelo repúdio às leis de exceção, em particular ao projeto de Lei de Defesa do Estado ou de Segurança”, pela “reforma agrária” e “nossas riquezas minerais”, além de, sobretudo, defender a “paz internacional”.¹²⁴

Mesmo que, em 1951, perante das dificuldades, a “intelectualidade sadia e honesta do país” se encontrasse ainda “em boa parte dividida, aplicando o melhor de seus esforços em soluções de sentido muitas vezes meramente individual”, verificava-se um número cada vez maior de “escritores, professores e artistas que, levados pelo patriotismo e pelo desajuste de suas condições de vida e trabalho,” voltavam-se “para os problemas gerais da política em busca de esclarecimentos e diretivas”.¹²⁵ Uma forma de tomar conhecimento de sua “indelével responsabilidade” seria por meio do “Manifesto de Agosto”. Os intelectuais deveriam adotá-lo como “roteiro de ação e de criação cultural”, pois “só aí é que os escritores, artistas, cientistas e professores” estariam “vivendo e participando com o povo da causa da paz, do progresso e da libertação nacional”.¹²⁶

“Fazer a separação entre o joio e o trigo” entre os intelectuais e os traidores era uma tarefa a ser levada a sério por “uma revista de cultura” como *Fundamentos*, inclusive, ao procurar se posicionar frente a “questão básica que afeta a vida dos escritores, a saber, qual o seu papel em face dos grandes problemas políticos da nacionalidade e da humanidade”, a 14ª edição dedicou “diversos artigos” para analisar a “atuação de nossos intelectuais neste sentido”.¹²⁷

Acredito que, assim como no caso do termo “cultura”, para melhor entendermos o uso do termo “intelectual” podemos abordá-lo dentro daquilo que Pierre Bourdieu chama de “lutas simbólicas”. Pensando a realidade social como um conjunto de relações que “constituem um espaço de posições exteriores umas às outras, definidas umas em relações às outras”¹²⁸, Bourdieu assinala que o “mundo social apresenta-se, objetivamente, como um sistema simbólico” estruturado por “esquemas de percepção e apreciação [...] inscritos na linguagem”, fazendo com que os “objetos do mundo social” possam “ser percebidos e expressos de diversas maneiras, porque sempre comportam uma parcela de indeterminação e

¹²² *Fundamentos*, São Paulo, n. 6, p. 388, nov. 1948. [Editorial]

¹²³ A Imprensa Livre. *Fundamentos*, São Paulo, n.11, p.3, jan.1950. [Editorial]

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Os intelectuais e o Manifesto de Agosto. *Fundamentos*, op. cit.

¹²⁶ Libertação Nacional. *Fundamentos*, São Paulo, n.17, p.3, jan. 1951. [Editorial]

¹²⁷ Posição decidida dos intelectuais brasileiros a favor da paz, da democracia, da liberdade e da soberania nacional. *Fundamentos*, São Paulo, n.14, p.3, abr. 1950.

¹²⁸ BOURDIEU, Pierre. *As coisas ditas... Op. cit.*, p. 152.

fluidez, e [...] um certo grau de elasticidade semântica”.¹²⁹ Esta incerteza na apreciação do mundo social permite que as “lutas simbólicas” – ou seja, as disputas “pelo poder de produzir e impor a visão de mundo mais legítima” – ocorram.

Bourdieu explica que as lutas internas próprias aos campos de produção cultural “tomam inevitavelmente a forma de conflitos de *definição*” nos quais os agentes buscam “impor os *limites* do campo mais favoráveis aos seus interesses”.¹³⁰ O centro das rivalidades do campo literário, por exemplo, é, sobretudo, “o monopólio do poder dizer com autoridade quem está autorizado a dizer-se escritor ou mesmo a dizer quem é escritor e quem tem autoridade para dizer quem é escritor”.¹³¹

Ao acompanhar os editoriais de *Fundamentos*, vemos – sobretudo, nas edições publicadas entre 1950 e 1952 – o constante esforço em separar o “joio do trigo”, de definir quem são os legítimos intelectuais – “honestos”, “patriotas”, “sadios”, “fiéis as suas tradições”, “livres”, “progressistas” – e os “pseudo-intelectuais”, traidores que colocam suas obras a serviço do “imperialismo” ou das “forças reacionárias” e, portanto, deturpam a atividade intelectual e não podem ser levados a sério. Mais do que em títulos acadêmicos, publicação, exposição e circulação de obras, participação em associações e eventos, resenhas elogiosas ou contratos editoriais – critérios tradicionais de consagração intelectual – no discurso apresentado nos editoriais de *Fundamentos* busca-se legitimar o intelectual pela sua ligação com “os interesses populares”.

Mas há certa dubiedade na instrumentalização do conceito. Os elementos habituais de consagração intelectual não são simplesmente descartados. Nas edições iniciais (1-9/10), os colaboradores eram apresentados na primeira página da revista com suas qualificações destacadas: “Fernando Luiz Lobo Carneiro – engenheiro especializado em assuntos de petróleo; do Instituto Nacional de Tecnologia”; “Catulo Branco – engenheiro eletricista e autor de vários trabalhos e monografias sobre energia elétrica no Brasil”; “João Cunha Andrade – Assistente de Filosofia da Universidade de São Paulo”.¹³² Nos exemplares após janeiro de 1950, apesar deste espaço específico de apresentação ter sido suprimido, a prática de destacar as qualificações dos colaboradores não cessou.

Ao reverenciar autores com titulação, cargos acadêmicos ou obras publicadas a revista parece procurar converter o capital simbólico adquirido por estes intelectuais ao longo das suas trajetórias particulares para si própria. Dentro ou fora do campo de produção intelectual estes critérios típicos de validação do capital cultural são mais amplamente reconhecidos e apreciados e, portanto, podem ajudar a autorizar o discurso emitido pela revista sobre o mundo social assim como dar força as suas causas políticas defendidas.

Um exemplo claro do aproveitamento do capital simbólico de certos intelectuais a favor das causas defendidas em *Fundamentos* pode ser encontrado nos “pronunciamentos contra a bomba atômica”. Parte do chamado “Movimento pela Paz” – diretriz do movimento comunista internacional no período do início da Guerra Fria –, a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas”, lançada em março de 1950, ficou conhecida como “Apelo de Estocolmo” e tinha como objetivo coletar assinaturas “para serem enviadas à ONU, manifestando, dessa forma, a vontade de milhões de pessoas em favor da paz mundial”.¹³³ Envolvida na campanha, além de publicar o “apelo”, *Fundamentos* trouxe em maio de 1950 pronunciamentos de “eminentes personalidades” contra as armas atômicas. As

¹²⁹ Idem, p. 160-161.

¹³⁰ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 252.

¹³¹ Idem, p. 253.

¹³² *Fundamentos*, São Paulo, n. 1, p. 2, jun. 1948.

¹³³ RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os “Combatentes da Paz”*: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p. 10.

“personalidades”, geralmente intelectuais, eram apresentadas por meio de referência às atividades que faziam delas pessoas especiais: “presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Sr. Hebert Moses”; o “romancista José Lins do Rego”; o “poeta Jorge de Lima”; “o cientista César Lattes”; o “professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro Dr. Francisco Mangabeira”; o “escritor Érico Veríssimo”; entre outros.¹³⁴ Vale notar que alguns dos pronunciamentos destacados não foram de intelectuais reconhecidamente próximos ao comunismo. José Lins do Rego, por exemplo, pouco tempo depois era duramente criticado por escrever sob os “moldes” da “técnica literária do best-seller americano”.¹³⁵

Podemos observar que as formas convencionais de consagração intelectual eram destacadas circunstancialmente, quando os detentores do capital simbólico manifestavam-se em prol das causas políticas defendidas pela revista. O título de “engenheiro”, “cientista”, “escritor” remetem à ideia de qualificações conquistadas através do esforço pessoal e, assim, condições positivas que independente do posicionamento político qualificam a opinião do sujeito. Quando visam o convencimento de um público maior, externo às disputas próprias ao campo de produção cultural, a condição do intelectual é apresentada tomando como base a sua ocupação e seu o domínio reconhecido por critérios neutros de uma área do conhecimento. São estes critérios que autorizam a causa defendida.

A ideia neste caso é que o “intelectual” por meio da razão, do conhecimento conseguido com o estudo, percebe a realidade e defende uma causa justa. A condição de intelectual legítima, por conseguinte, a causa política. Não obstante, quando o discurso volta-se para o âmbito interno do campo de produção cultural, observamos o oposto. Ao falar sobre seus pares/concorrentes, a validação intelectual passa a ser concedida por meio de critérios políticos, sublimando outros elementos de consagração. Gilberto Freyre faz uma “sociologia impostora”; Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Álvaro Lins são “apolíticos na aparência”, mas “sempre com compromissos e ódios definidos”; Alceu Amoroso Lima é chamado de “descarado agente cultural do imperialismo americano”.¹³⁶ Estas rotulações buscam demonstrar a subordinação desses escritores às classes opressoras e, assim, desacreditá-los e desvalorizar suas obras. Ou seja, submissos aos interesses do imperialismo, produziram uma arte encomendada, desvirtuada. Neste caso, o raciocínio adotado defende que o sujeito, ao não reconhecer e/ou não se posicionar a favor do propósito correto, não pode ser considerado como um verdadeiro “intelectual”. Portanto, a causa política legítima a condição de intelectual.

Esta dubiedade vista na revista – que, ora, instrumentaliza a consagração intelectual para valorizar a luta política, ora, utiliza o posicionamento político para qualificar o intelectual – pode ajudar a entender a relação entre o PCB e os artistas/escritores na sua esfera de influência. Penso aqui na avaliação de Bourdieu sobre a atuação zhdanovista na França, segundo a qual o zhdanovismo “deu a intelectuais de segunda classe (do ponto de vista dos critérios em vigor no campo intelectual) a oportunidade de revanche, em nome de uma representação no interesse das demandas populares” contra aqueles que detinham “capital próprio suficiente para reivindicar autonomia face aos poderes”.¹³⁷ Provavelmente, artistas e intelectuais que se uniram em torno do comunismo puderam se beneficiar, nas lutas de concorrência nos campos de produção cultural onde se posicionavam, dos efeitos do trabalho coletivo, como os “autos de créditos”,¹³⁸ quando “autores consagrados consagram os mais jovens” por meio de prefácios, resenhas ou exposições conjuntas, e, assim, contar com um público já constituído.

¹³⁴ Pronunciamentos contra a bomba atômica. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.15, p.4-6, mai./jun. 1950.

¹³⁵ FERNANDES, José Eduardo. Dois documentos, duas culturas. Op. cit., p. 5.

¹³⁶ Independência Nacional e Cultura Brasileira. *Fundamentos*, São Paulo, n.22, p.2, set. 1951. [Editorial]

¹³⁷ BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 56.

¹³⁸ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte...* Op. cit., p. 260.

Apesar do uso do termo intelectual variar de acordo com as circunstâncias e com o público alvo, certamente o peso maior é dado à questão do envolvimento político. Isto fica especialmente claro em um texto de Artur Neves, um dos principais artífices da revista, no qual fala sobre a realização do III Congresso Brasileiro de Escritores. Segundo Neves,

A função dos intelectuais é das mais importantes e decisivas na vida cultural e política de uma nação, principalmente quando esta se encontra, como a nossa, mergulhada no atraso [...] cabe aos intelectuais a honrosa tarefa de ocupar o seu posto na vanguarda combativa e esclarecida que conduz a luta de libertação nacional, a luta pelo progresso e independência de sua pátria. Os intelectuais devem ser também, pela própria natureza de sua função social, os guardiões das tradições culturais da nacionalidade e os principais arquitetos de seu pensamento progressista.¹³⁹

Em outros textos, a visão de que o “intelectual” tem o dever, devido a particularidade de sua ocupação, de atuar para o desenvolvimento da nação também é evidenciada. Mas esta ideia não era exclusiva aos colaboradores de *Fundamentos*. O sociólogo francês Daniel Pécaut em seu estudo sobre as atividades políticas dos intelectuais brasileiros sugere que, mesmo havendo contrastes significativos, as gerações de intelectuais de 1920-40 e de 1954-64 mantêm em comum a ideia “de que lhes competia uma responsabilidade essencial na construção da nação”.¹⁴⁰ Pécaut, que dedica a primeira parte de seu livro a estas duas gerações, justifica ter deixado de lado uma terceira, “a geração que surgiu em 1945”, porque esta, diferente das outras duas, “manifestou menor coesão interna” e “não obteve a mesma evidência social”.¹⁴¹ Por mais que em 1930 o “povo” fosse visto “como destituído de qualquer identidade política” e os intelectuais “identificavam-se com as elites”, enquanto em 1960 os intelectuais “apresentavam-se como povo” e queriam “ser o povo”,¹⁴² ambas foram “solidárias na construção de uma cultura política, pela qual se responsabilizaram e de onde derivaram a sua própria legitimidade”.¹⁴³

Daniel Pécaut destaca, entre as duas gerações analisadas por ele, a existência de “convergência em torno dos mesmos temas”, no entanto, ao falar da geração intercessora, a de 1945, afirma que “o sentimento de identidade é substituído pelo confronto”¹⁴⁴ a ponto de impedir a “formação de representações do fenômeno político fecundas o suficiente para criar uma espécie de sentido comum e definir os objetivos do debate intelectual”. O sociólogo francês aponta que o debate posterior a 1945 girou em torno da “questão da ‘democratização’”. Mas a democratização, em pouco tempo, mostrou-se limitada. A ilegalidade do PCB em 1947 alimentou a cisão. Diante da impotência frente ao regime, a veemência democrática foi substituída, e o “nacionalismo” passou a fornecer “a trama da vida política”. A democracia formal é tida como restrita, já a verdadeira democracia, imprescindível para o desenvolvimento nacional, seria a que “o povo se identifica com a nação”.¹⁴⁵ Para parte da intelectualidade, “nacionalismo passa a significar, ao mesmo tempo, ativação das massas e resistência ao imperialismo”, enquanto para outros setores essa identificação entre povo e nação era vista como perigosa. Assim, entre os anos de 1945 e 1954, a cisão entre a intelectualidade se consolidava.

¹³⁹ NEVES, Artur. Os intelectuais de São Paulo e o III Congresso Brasileiro de Escritores. *Fundamentos*, São Paulo, n.14, p. 4-9, abr. 1950.

¹⁴⁰ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 14.

¹⁴¹ Idem, p. 16.

¹⁴² Idem, p. 181.

¹⁴³ Idem, p. 17.

¹⁴⁴ Idem, p. 99.

¹⁴⁵ PÉCAUT, Daniel. Idem, p. 99.

Ao acompanharmos os textos de *Fundamentos*, vemos que a avaliação de Pécaut sobre o alto grau de confronto na geração de 45 mostra-se coerente. As disputas com intelectuais concorrentes aparecem de diversas formas nas páginas de muitos editoriais da revista. Contudo, se para Pécaut a geração de 45 é destacada pela falta coesão interna, as características que ele diz ser compartilhadas pelas gerações de 30 e 60 também estão presentes. A visão de que o intelectual estaria “à altura da construção da nação”, de que seria o “portador” da “identidade nacional” e o “detentor do saber relativo às leis da evolução histórica” legitimava a entrega “à ação política sem nenhuma hesitação e como se tivessem qualificação especial para fazê-lo”.¹⁴⁶ Estes valores são os parâmetros das intervenções encontradas na revista. Em última instância, por meio deles que os rivais são desqualificações e os aliados qualificados como intelectuais. Assim sendo, a vocação política dos intelectuais é afirmado em todo o momento.

1.5. Os congressos de escritores

As disputas intelectuais que aparecem nas tomadas de posição da revista, além de observadas nos usos do vocábulo “intelectual”, também podem ser vistas em alguns editoriais por meio da referência à eventos e organizações em que seus colaboradores estão envolvidos, tal como em críticas aos eventos e associações de seus concorrentes.

Neste sentido, podemos verificar o destaque dado aos eventos relacionados à Associação Brasileira de Escritores (ABDE) nas edições de abril de 1950 (n.14), setembro (n.22) e dezembro de 1951 (n.23), além de alguns textos menores noutras edições.¹⁴⁷ Novamente, o cerne das questões apresentadas nestes artigos foi o tema do comprometimento político dos intelectuais e artistas. Segundo Dênis de Moraes, durante o II Congresso dos Escritores, em outubro de 1947 na capital mineira, que a “aliança no meio literário”, formada no fim do Estado Novo, “começou a se despedaçar” quando os comunistas através de uma manobra política dentro do congresso conseguiram aprovar uma moção contra a cassação do PCB.¹⁴⁸ Este “embate ocultava um racha político”, pois os escritores comunistas, como reação da ilegalidade, procuravam se impor “à frente de associações profissionais e entidades de classe”, enquanto os “não comunistas” queriam evitar “a partidarização da ABDE” para não estigmatizá-la “junto à opinião pública”.¹⁴⁹ A ruptura definitiva se deu em março de 1949, em meio as eleições para a diretoria da instituição, quando o “duelo ideológico confinou os dois lados em posições marcadas pela intransigência, passionismo e vaidades”. Na avaliação de Moraes, a “ânsia de controlar a entidade” se mostrou um “clamoroso erro estratégico” que estimulou a “fobia anticomunista” em “uma das poucas áreas que resistiam à mistificação das classes dominantes contra os comunistas”.¹⁵⁰

Realmente a crise na ABDE teve especial importância para a relação dos intelectuais comunistas com seus pares/concorrentes. Porém, talvez mais do que um “erro estratégico” causador definitivo de desentendimentos, o evento possa ser encarado como um sintoma das disputas inerentes ao campo literário e de um processo de radicalização política que se articulava às concepções antagônicas da atuação do escritor/intelectual. A ideia de que a unidade entre intelectuais foi dissolvida por iniciativa dos pecebistas pode ser atenuada se entendermos que a aliança em torno da democratização, no término do Estado Novo, não era tão sólida, ocultando uma série de conflitos que vieram a tona e foram alimentados na conjuntura política da Guerra Fria.

¹⁴⁶ Idem, p. 6-7.

¹⁴⁷ Abril de 1949 (n.9/10), maio de 1950 (n.15), jun./agosto de 1950 (n.16) e janeiro de 1951 (n.17).

¹⁴⁸ MORAES, Dênis. *O imaginário vigiado... Op. cit.*, p. 139.

¹⁴⁹ Idem, p. 140.

¹⁵⁰ Idem, p. 141.

A ABDE nasceu em junho de 1942 fruto da iniciativa de intelectuais paulistas que meses antes haviam formado a Sociedade Brasileira de Escritores e de intelectuais cariocas que estavam envolvidos na publicação da revista *Diretrizes*, dirigida por Samuel Wainer.¹⁵¹ Em sua dissertação, Felipe Vitor Lima chama atenção para a ausência de fontes a respeito da fundação da ABDE o que o levou a trabalhar principalmente através de comentários encontrados nas memórias deixadas por participantes da associação. Em meio a incongruência desses depoimentos, para Vitor Lima é possível pontuar que o “intuito original da associação” era o de constituir “um órgão de classe que zelasse pelos direitos legais e econômicos dos escritores”, o que ajuda a entender a heterogeneidade da entidade, que contava, inclusive, com a participação de “defensores do regime” estadonovista.¹⁵² Mas a atuação do aparato de repressão e a derrubado dos regimes autoritários no fim da guerra estimulou parte da “intelectualidade brasileira bater-se pelo estabelecimento de um regime democrático e pela liberdade de expressão”. Assim, no I Congresso Brasileiro de Escritores se “estabeleceu um espírito de conciliação dentro do possível” em prol do “estabelecimento de um regime democrático e a definição de uma legislação apropriada de direitos autorais”.¹⁵³

Já Ana Paula Palarmatchuk, ao examinar os discursos de Sérgio Millet e Aníbal Machado na abertura do congresso, vê o “tom de unidade política” como “expressão das polêmicas criadas, ainda, durante a preparação do Congresso e se referia às questões que ali seriam discutidas”.¹⁵⁴ Para a autora, “criou-se uma memória cristalizada”, tanto entre seus participantes, quanto na “bibliografia acadêmica”, de que “o congresso representou, por um lado, a última pá de cal no Estado Novo e, por outro, a unidade política entre os intelectuais dos mais diferentes matizes político-partidários”.¹⁵⁵ Em sua análise, Palarmatchuk argumenta que, como parte significativa dos escritores reunidos participaram de alguma forma do governo Vargas, “posicionar-se pela democracia” era imprescindível “se não quisessem sucumbir com o Estado Novo” e, só assim, garantir “o espaço político-institucional dos escritores”.¹⁵⁶ O “aparente consenso” teria sido, na verdade, resultado de “um acordo de bastidores entre as correntes político-partidárias que se encontravam nas direções da entidade” com a intenção de “ampliar as garantias de prestígio público e proteção legal”.¹⁵⁷ Portanto, a unidade em meio à heterogeneidade ideológica se impôs a favor da “dignidade do escritor”.

O argumento utilizado no congresso para defender a dignidade do escritor, ou seja, sua importância perante a sociedade, era de que o “escritor” é “o porta voz da sociedade, [...] com seus desejos, as suas cicatrizes e a respiração abafada do povo”.¹⁵⁸ No I Congresso houve certa convergência na ideia de intelectual missionário, que têm a capacidade e a responsabilidade de se manifestar politicamente a favor do bem comum. Sendo assim, no início de 1945, os escritores concordavam, “conscientes da sua responsabilidade na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro”, em definir como seu “primeiro” princípio defender a “legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão”.¹⁵⁹

¹⁵¹ Cf. PALARMATCHUK, Ana Paula. *Hamlet acabará Narciso?* Associação Brasileira de Escritores 1942-1945. *Antíteses*, v.6, n.11, p.100-126, jan./jun. 2013.

¹⁵² LIMA, Felipe Vitor. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo* (1945). Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 87-88.

¹⁵³ *Idem*, p.96.

¹⁵⁴ PALARMATCHUK, Ana Paula. *Hamlet acabará Narciso?*, Op. cit., p. 106.

¹⁵⁵ *Idem*, p.123-124.

¹⁵⁶ *Idem*, p.124.

¹⁵⁷ *Idem*, p.125.

¹⁵⁸ MACHADO, Aníbal *apud* PALARMATCHUK, Ana Paula. *Hamlet acabará Narciso?*, Op. cit., p. 106.

¹⁵⁹ I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES, *apud* PALARMATCHUK, Ana Paula. *Hamlet acabará Narciso?*, Op. cit., p. 124.

Mas a democracia brasileira em 1947 mostrou seus limites e o registro do Partido Comunista do Brasil foi cassado. A frágil união estabelecida na defesa da “dignidade do escritor”, com os argumentos que se baseavam no comprometimento político e na apologia da democracia, tampouco se sustentou. Para escritores não-comunistas, de direita ou esquerda, a prioridade do engajamento presente no I Congresso deixa de ser fundamental e, para uma entidade classe, até mesmo perigosa. Os comunistas, todavia, mantiveram-se fiéis à ideia de comprometimento político do escritor, ou melhor, elevaram-na como critério determinante para definir o legítimo escritor. Podemos acompanhar, na revista *Fundamentos*, essa elevação e a radicalização das tomadas de posição dos intelectuais comunistas no fim da década de 1940 e início dos anos 1950.

A primeira referência à ABDE em *Fundamentos*, foi a transcrição do discurso do crítico literário Mario da Silva Brito, membro da chapa “Movimento Renovação” encabeçada por Caio Prado Júnior, durante a posse de seus rivais, a chapa presidida por Sérgio Milliet e Mário Neme, nas eleições para a seção paulista da ABDE. No pronunciamento, Mario da Silva Brito parabeniza a direção reeleita, afirmando que a vitória ocorreu por um “pleito liso” e “honesto”, tal qual a postura dos eleitos. Diz que o Movimento Renovador, apesar da derrota, mantém-se presente e disposto a auxiliar a diretoria “na efetivação de suas tarefas”. Lembra, que dentro da ABDE “cabem todos os que são escritores, grandes e pequenos, ” e destaca a importância da presença das “altas personalidades da literatura paulista [...] em nosso quadro social” para “trazer prestígio” à entidade. Em seguida, faz “algumas sugestões”, entre elas destacam-se: o combate duro “às leis de imprensa e de segurança nacional” e que se “tome conhecimento também do crucial problema da paz”. Por fim, Silva Brito fala que a diretoria conta com “vasto crédito” e que o Movimento Renovador deposita sua “confiança e solidariedade”.¹⁶⁰

A edição na qual o discurso de Mario Silva Brito foi publicado data março/abril, por isso, possivelmente, o pronunciamento e sua transcrição para a revista ocorreu antes das eleições da diretoria nacional em que o confronto entre “comunistas” e “não-comunistas”, narrado por Dênis de Moraes, aconteceu. Após esta edição, a revista *Fundamentos* passou por oito meses de interrupção, só voltando a aparecer em janeiro de 1950. A edição de abril de 1950 dedicou-se especialmente para discutir o III Congresso Brasileiro de Escritores, que se realizou entre 17 e 21 daquele mês em Salvador.

No texto de abertura, Artur Neves se propõe analisar o “papel que essa ampla e democrática assembleia está destinada a desempenhar no cenário nacional”. Ressaltando o embate que o “imperialismo norte-americano desencadeou [...] na nossa frente ideológica”, Neves aponta que dentro da ABDE os “intelectuais reacionários” para disfarçar seus verdadeiros desígnios” alegam “que a ‘A.B.D.E deve ser uma organização apolítica [...] dedicada à defesa dos interesses profissionais dos associados, porque qualquer tomada de posição frente aos problemas políticos poderia prejudicar a vida da associação’”.¹⁶¹ Uma pena Neves não indicar o autor do trecho entre aspas favorável a adoção de uma postura apolítica. Entretanto, mais a frente ele faz algumas indicações de quem são estes “intelectuais reacionários” ao declarar que é em São Paulo que os escritores “mascarados de apolíticos tem o seu principal centro de ação”. O grupo composto por Sérgio Millet, Antônio Cândido e Mário Neme, “valendo-se de suas posições na imprensa burguesa ou de altos cargos públicos”, conseguiram “organizar uma verdadeira máquina eleitoral e passaram a se revezar nos cargos de diretoria”.¹⁶² A direção da seção paulista acusava o “congresso de ‘sectário’ e ‘comunista’” e estaria realizando “manobras” para boicotá-lo ao impedir a inscrição de delegados. Mas, mesmo assim, os “escritores democráticos” de São Paulo, apesar da “falta de

¹⁶⁰ Eleições na A.B.D.E., seção de São Paulo. *Fundamentos*, São Paulo, n.9/10, p.192-194, mar./abr. 1949.

¹⁶¹ NEVES, Artur. Os intelectuais de São Paulo e o III Congresso Brasileiro de Escritores. *Op. cit.*, p. 4.

¹⁶² Idem, p. 5.

vigilância democrática e compreensão política” que permitiu a manutenção dessa diretoria “traidora”, enviariam “uma grande e brilhante delegação ao III Congresso”.¹⁶³

Ainda nesta edição foram publicados textos, a respeito do III Congresso e da ABDE, de Astrojildo Pereira, Jamil Almansur Haddad e Rivadavia Mendonça. Astrojildo Pereira traça um breve histórico dos congressos anteriores e sentencia que o congresso da Bahia assume “uma responsabilidade maior” que seus predecessores, pois se trata “agora de uma definição mais concreta e mais combativa na defesa da cultura e contra o perigo de guerra, as ‘leis de segurança’” e sobre “a situação econômica nacional que entrava a atividade intelectual” impedindo os “escritores independentes” de publicarem seus “livros e trabalharem”.¹⁶⁴

Em sua avaliação dos congressos anteriores, Pereira relata que entre o primeiro e o segundo mudanças na conjuntura política mundial foram significativas para as diferenças dos congressos. Enquanto o primeiro, realizado no momento da derrota do nazi-fascismo, teve como principal mérito “apressar o fim do Estado Novo”, ou seja, uma “ação de natureza essencialmente política, expressa em termos políticos pela Declaração de Princípios”, o segundo, realizado após a ação “do imperialismo anglo-americano” ter dividido “o mundo em dois campos”, votou uma Declaração de Princípios “bem mais débil” que refletia a “cisão aberta pelos falsos democratas” em nome do “princípio do apoliticismo”.¹⁶⁵

O texto de Haddad segue uma lógica semelhante, asseverando que se espera um III Congresso “eminente político em suas bases” que consiga um “denominador comum” como fora a “Declaração de Princípios firmada em São Paulo no primeiro congresso”, a saber, “um documento de democracia”.

Distinto dos textos anteriores, pelo tom nele empregado, o texto de Rivadavia Mendonça é abertamente ofensivo aos membros da diretoria da ABDE de São Paulo, o que já se evidencia no título: “Pelegos intelectuais a serviço da reação”. Não faltam insultos a Sérgio Milliet e sua “trupe”, “Arnaldo Pedroso d’Horta, Luís Martins, Mário Neme, Antônio Cândido, Luis Coelho, Paulo Magalhães e mais alguns agentes e militantes da decadência e do divisionismo no meio intelectual paulista”.¹⁶⁶ Se as provocações de Astrojildo Pereira e Artur Neves aos “intelectuais reacionários” podem ser consideradas duras, as de Mendonça se distanciam de qualquer padrão de elegância. Sérgio Milliet e seus companheiros são chamados de “escória cultural”, “retardados mentais”, “tarados” e etc.

Na edição seguinte, de junho de 1950, há um texto elogioso comentando a “Contribuição do III Congresso” assinado por João Palma Neto (participante junto com outros militantes comunistas da Escola Bahiana de Cinema)¹⁶⁷, mensagens de saudações de escritores estrangeiros (tchecos, poloneses e albaneses) e a declaração de princípios do congresso. Nesta, proclama-se que o “principal obstáculo para o desenvolvimento da cultura” é “atraso econômico do país” e a necessidade da luta pela “livre manifestação de ideias”. Entre os princípios estabelecidos, estão o comprometimento na luta pela interdição dos armamentos atômicos e a adoção da postura “realista” que coloca a arte a “serviço do povo, dos ideais de paz, progresso e bem-estar”.¹⁶⁸

Em agosto de 1950, o poeta comunista Rossine Camargo Guarnieri propõe explicar “A verdade sobre a Associação Brasileira de Escritores em São Paulo”. Segundo Camargo Guarnieri,

¹⁶³ Idem, p. 7-8.

¹⁶⁴ PEREIRA, Astrojildo. O próximo Congresso de Escritores. Idem, p. 8.

¹⁶⁵ Idem, p. 6-7.

¹⁶⁶ MENDONÇA, Rivadavia. Pelegos Intelectuais a serviço da reação. Idem, p. 9.

¹⁶⁷ Cf. RAMOS, José Mário Ortiz. Cinema, Estado e Lutas Culturais: anos 50, 60, 70. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

¹⁶⁸ DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO III CONGRESSO. *Fundamentos*, São Paulo, n.15, p.21, mai./jun. 1950.

A maioria da direção da seção paulista acolitada pelos aventureiros capitaneados pelos Sérgio Milliet e Mário Neme, respondeu à direção nacional da ABDE que não daria apoio oficial àquele importante congresso [III Congresso], alegando que a seção paulista da entidade não mais fazia parte da Associação Brasileira de Escritores de caráter nacional e que se constituiria em entidade independente e autônoma, desligada do órgão nacional, com a reforma de seus estatutos, verificada na assembleia do dia 13 de outubro de 1949... A surpresa foi geral. Jamais os associados da seção paulista foram convocados para o fim expresso de reformar os estatutos.¹⁶⁹

Guarnieri argumenta que por meio de uma “manobra” realizada por Antônio D’Elia, secretário da diretoria, que retirou a palavra “seção” ao passar para a ata o texto do estatuto, assim, a antiga “seção” paulista da ABDE se tornou “Associação Brasileira dos Escritores de São Paulo”. O ocorrido foi tão subterfúgio que a diretoria nacional sequer se manifestou a respeito durante o congresso de Salvador. Só pouco depois demandou uma resposta, da então nova diretoria, formada por Sérgio Buarque de Holanda, Luís Lopes Coelho e Raimundo de Meneses, e recebeu a decepcionante confirmação do artifício conduzido pelo grupo divisionista de Sérgio Milliet.

Independente da versão dada por Rossine Camargo Guarnieri ser “a verdade”, o fato é que a cisão da associação paulista se concretizou. A direção nacional da ABDE exigiu a troca de nome e não tardou em compor uma nova ABDE “seção de São Paulo”, a “verdadeira”, segundo os comunistas, que se opunha à ABDE “surda-muda”, como atesta o discurso de Moacyr Werneck de Castro, representante da direção nacional, na posse da entidade recém formada (final de 1950).¹⁷⁰ Em seu pronunciamento, Werneck de Castro reitera o caráter político da associação e expõe seu desprezo quando “a preocupação renovadora formal de intelectuais e artistas” se traduz “em desdém pelo público e encontra na vaia popular a maior consagração estética”, tal como os “aristocratas do espírito” que querem “uma ABDE onde se reúnam os adoradores de ídolos da decadência num cenáculo fechado”.¹⁷¹

Nas edições de setembro (n.22) e dezembro de 1951 (n.23), os editoriais abordam, respectivamente, o III Congresso Paulista de Escritores, cuja principal finalidade era a preparação para congresso nacional, e o IV Congresso Brasileiro de Escritores realizado em Porto Alegre entre 25 e 30 de setembro daquele ano. Os textos seguem a mesma linha de raciocínio dos apresentados acima. Primeiro, trata de se autorreverenciar através de adjetivos exaltando a grandeza e relevância do evento (“maior mobilização já feita entre os intelectuais brasileiros”), ressaltando a amplitude representativa (“162 delegados de 14 estados”) e sublinha que ao lado dos “escritores de renome”, listados em ordem de reconhecimento (Graciliano Ramos, Afonso Schmidt, Apparício Torelli...), estão os “jovens escritores de todo o Brasil”. Em seguida, com o mesmo interesse de legitimar o conclave e seus participantes, apresenta-se a “repercussão internacional”, evidenciada nas moções de apoio assinadas por autores estrangeiros consagrados ligados ao campo comunista (Howard Fast, Louis Aragon, Pablo Neruda...). Por fim, são apresentados e defendidos os “princípios” do congresso: repúdio ao “apoliticismo” (acompanhados de críticas aos seus promotores); o comprometimento aos interesses do povo e a democracia; as medidas adotadas para defender os direitos dos escritores; e a luta pela defesa da “paz”.

Ao acompanharmos os artigos e editoriais da revista *Fundamentos* podemos ver a relevância que a ABDE e, tal como aponta Dênis de Moraes, os esforços dos intelectuais

¹⁶⁹ GUARNIERI, Rossine Camargo. A verdade sobre a ABDE de São Paulo. *Fundamentos*, São Paulo, n. 16, p.26, jul./ago. 1950.

¹⁷⁰ WERNECK DE CASTRO, Moacyr. A ABDE e a luta dos escritores. *Fundamentos*, São Paulo, n.17, p.43, jan. 1951.

¹⁷¹ Idem, p. 43.

comunistas em usar a entidade em benefício de suas causas. Contudo, em que medida esta atuação contrariava princípios definidos no I Congresso de 1945? No processo de redemocratização no fim do Estado Novo, foi interessante para o conjunto dos escritores politizar a associação em prol dos seus interesses de classe. A imagem do escritor como “voz do povo” foi usada na defesa da dignidade do escritor e a luta pela democracia (e as liberdades constitucionais) significava maior espaço para publicar e garantias dos direitos autorais. Em 1947, com a mudança na conjuntura política, muitos escritores avaliavam que aproximação com o comunismo poderia trazer desconfortos para entidade e pessoais, portanto, o discurso dito “despolitizado”, “neutro”, seria taticamente mais adequado. Já para os intelectuais mais identificados ao comunismo, a politização da instituição poderia ser uma forma combater as perseguições políticas diretas, promovidas pelo Estado (como prisões e proibição de livros). Estas oscilações e embates dentro da “associação de classe” podem indicar a baixa autonomia do campo literário brasileiro em relação ao campo de poder, mas para afirmações neste sentido seria imprescindível uma pesquisa aprofundada.

A partir da análise dos textos em *Fundamentos* que se referem à ABDE, o que podemos ver com maior clareza são as estratégias dos literatos comunistas. Primeiro, é que são poucas as vezes que se afirmam explicitamente como comunistas. Quando a entidade e os congressos são chamados de sectários e comunistas, o argumento de defesa vai no sentido de explicitar a alta representatividade dos eventos (“das mais variadas tendências políticas”¹⁷²) sem, entretanto, negar a participação ou a condição de comunista.

Outra estratégia interessante são as tentativas de capitanear os ganhos simbólicos de autores estrangeiros consagrados adeptos do comunismo por meio da publicação de mensagens para os “escritores progressistas brasileiros”. Diferente dos autores “decadentes burgueses” reverenciados pelos escritores reacionários nacionais, que não fazem ideia da existência de seus tletes, os escritores do “campo da paz” estão a par das atividades da vanguarda literária brasileira.

Mas o mais evidente recurso se verifica na luta pelos princípios de hierarquização do campo. Os colaboradores de *Fundamentos* posicionam-se a favor de que a literatura deve ser essencialmente política. Aqueles que se dizem “autônomos” e defendem a “arte pela arte” estariam na verdade subordinados aos interesses das classes dominantes, pois não protegem os interesses populares e, assim, obtêm vantagens do poder público, da imprensa e das editoras burguesas. Para os comunistas a verdadeira autonomia é a de criticar uma ordem social injusta, posicionando ao lado do “povo”. Mas quem defende politicamente os interesses populares? O Partido Comunista.

Por fim, vale destacar uma última estratégia que aparece nos textos de *Fundamentos*, sobretudo, quando as disputas na ABDE de São Paulo são apresentadas. No pronunciamento transcrito em abril de 1949, após a derrota do Movimento Renovador nas eleições da seção paulista da ABDE, Mário da Silva Brito lembra da necessidade de aproximar da entidade os “escritores do interior”, “onde tantos valores na verdade encontram-se isolados”.¹⁷³ Já Rossine Camargo Guarnieri, para justificar o motivo pelo qual o grupo de Sérgio Milliet conseguiu se manter por tanto tempo na diretoria da seção paulista, argumenta que eles teriam utilizado de vários “expedientes”, dentre os quais “o de manter os associados do interior do Estado (que constituem a maioria no quadro social) na mais completa ignorância a respeito de todas as questões ligadas à vida da entidade”.¹⁷⁴

Ao que parece, a estratégia utilizada em São Paulo foi o de recrutar novos escritores no interior para se juntar as suas posições. É bom lembrar, que a defesa de princípios de

¹⁷² NEVES, Artur. O IV Congresso Brasileiro de Escritores, vitória do campo da Paz, da Cultura e do Progresso. *Fundamentos*, São Paulo, n.23, p.3, dez. 1951. [Editorial]

¹⁷³ BRITO, Mário da Silva. *Op.cit.*, p. 194.

¹⁷⁴ GUARNIERI, Rossine Camargo. *Op. cit.*, p. 25.

hierarquizações externas ao campo literário valida-se e torna-se mais compreensível se entendermos que o PCB pode ser tido como um tipo de “mecenas” para autores iniciantes, já que contava com imprensa própria, público e participação de autores consagrados.

Portanto, podemos dizer que a revista *Fundamentos* claramente tomou parte das disputas internas da ABDE a favor da politização da entidade, divulgou seus congressos e deliberações.

1.5.1. O movimento da Paz nas páginas de *Fundamentos*

“O camarada Stálin nos diz que devemos levantar a bandeira da paz entre os povos e da luta intransigente contra os provocadores de guerra. A luta pela paz é, sem dúvida, a tarefa central e decisiva de nosso Partido [...]”.¹⁷⁵ A frase é de Prestes e atesta a importância dada pelo PCB ao “Movimento da Paz”. O objetivo deste tópico não se trata de fazer considerações sobre o “Movimento da Paz” no Brasil e como ele foi apresentado na revista *Fundamentos*, mas sim demonstrar apenas o esforço empreendido pelos promotores da revista na divulgação das campanhas relacionadas ao movimento.

Em setembro de 1947, durante a Conferência dos Partidos Comunistas realizada na Polônia, foi criado o Centro de Informação dos Partidos Comunistas (*Kominform*) e lançada uma nova “linha política” formalizada no Informe do dirigente soviético Andrei Zhdanov, a teoria dos “dois campos” – na qual “campo” significa “bloco de Estados”.¹⁷⁶ Derivada da teoria dos dois campos a nova linha política para os partidos comunistas era organizar a resistência contra o belicismo norte-americano efetivado com a “Doutrina Truman” e o “plano Marshall”. A tarefa fundamental dos comunistas seria a manutenção da paz.

Neste contexto, foi estabelecida a organização do “Movimento pela Paz” que teve início em agosto de 1948 com a realização do “Congresso Mundial de Intelectuais pela Paz”, em “Wroclaw” (Breslávia, Polônia). A seguir, nos países da Europa Ocidental, realizaram-se assembleias semelhantes, cuja mais significativa ocorreu na França, promovida pelo Partido Comunista Francês em novembro do mesmo ano. Aproveitando-se do “mito do papel ‘pacífico’ da URSS”, Silvio Pons acredita que os comunistas do ocidente europeu obtiveram “sucesso em combinar a ideia de defender a soberania com a de resistir à invasão de uma cultura de massas mercantilizada”, e assim agregaram muitos intelectuais com sentimento “anti-imperialista” ao movimento.¹⁷⁷

Em 1949, em Praga, realizou-se o “I Congresso Mundial dos ‘Combatentes da Paz’” que reuniu representantes de 72 países. Fernando Claudín avalia, criticamente, que “a principal atividade dos ‘combatentes da paz’ consistiu em recolher assinaturas em incontáveis manifestos dirigidos à opinião pública, aos governos, aos parlamentos, à ONU, etc., reclamando a proibição da bomba atômica e o desarmamento geral, protestando contra o Pacto do Atlântico e o rearmamento alemão, apoiando as sucessivas iniciativas da diplomacia soviética [...]”.¹⁷⁸ O movimento atingiu seu apogeu, e nisso Pons e Claudín parecem concordar, com o lançamento do “Apelo de Estocolmo” contra as armas atômicas (março de 1950), que conseguiu a adesão várias personalidades mundiais ligadas à produção cultural e científica.

¹⁷⁵ PRESTES, Luiz Carlos. O XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as tarefas do nosso Partido. *Problemas*, Rio de Janeiro, n.45, mar./abr. 1953.

¹⁷⁶CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista – vol.2 – o apogeu do stalinismo*. São Paulo: Global, 1985-1986, p. 497. (Coleção luta de classes)

¹⁷⁷ PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014, p. 350-351.

¹⁷⁸CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p.618.

A revista *Fundamentos* acompanhou, desde o princípio, os passos do movimento internacional pela paz, procurando divulgá-lo no Brasil. Em sua 6ª edição, logo após a organização do Movimento pela Paz na Polônia, *Fundamentos* fala do alerta feito pelo “manifesto de Wroclaw aos intelectuais do mundo inteiro” a respeito das “ameaças à paz mundial” promovidas em “Wall Street”. A revista então assume o “dever de participar ativamente da mobilização da luta contra os atentados à democracia” e defender os interesses da pátria contra o “imperialismo”.¹⁷⁹

Já nesta primeira apresentação o comprometimento é claro. Nota-se que a luta pela paz converge com a luta contra o imperialismo que, não só ameaça a independência nacional, como também a paz mundial.

O editorial da edição de março de 1949 recebe o título de “A Paz” e nele, além de alertar sobre o ímpeto guerreiro do imperialismo evidenciado na formação da OTAN, convoca enfatiza a importância do Congresso Nacional da Paz que estava sendo realizado naquele mês na cidade do Rio de Janeiro. Também lembra que esse congresso nacional definirá a delegação brasileira para o I Congresso Mundial da Paz (convocado para Paris, mas que devido imposição do governo francês teve de ser realizado em Praga). Na edição seguinte foram publicadas as resoluções do “Congresso Continental Americano pela Paz”, realizado em Cuba meses antes, enfatizando a importância do evento que teria contado com a participação 1182 delegados e 723 observadores.¹⁸⁰

Além das notícias sobre os eventos, na edição de maio/junho de 1950 foi lançado pela revista o “Concurso de contos Monteiro Lobato “pró Apelo de Estocolmo” oferecendo 10 mil Cruzeiros para o melhor conto “contra a Bomba Atômica”. Esta mesma edição o editorial, “A Cruzada Humanitária”, dedica-se exclusivamente a narrar as atividades já realizadas pelo movimento da paz, sublinhando os nomes dos mais conhecidos participantes, e transcrever trechos do “Apelo de Estocolmo”. As convocações para a coleta de assinaturas aparecem nas edições que vão até maio de 1951, quando novamente a questão da Paz aparece com maior destaque no editorial.

A 19ª edição, além de se iniciar com um texto da poetisa chilena Gabriela Mistral sobre a “paz”, traz o maior artigo sobre o tema, contando com riqueza de detalhes a história do movimento, e os documentos deliberados no “II Congresso Mundial dos Combatentes da Paz” (“Manifesto aos Povos” e a “Mensagem à ONU”).

A partir daí pelo menos mais quatro edições colocam em relevo atividades concernentes ao movimento da paz – fevereiro e novembro de 1952 (n. 25 e 30), janeiro de 1953 (n.31) e agosto de 1955 (n.37). Nota-se que já em 1952 a questão da paz perdeu espaço nas páginas de *Fundamentos*, apesar de ainda presente na retórica da luta contra o imperialismo, os eventos, manifestações e abaixo-assinados deixaram de ser frequentes. Isto pode ser indicativo de uma tendência internacional – Silvio Pons esclarece que a mobilização “não teve sequência igualmente significativa” após 1950 – ou que tenha alcançado um limite de adesões nos anos sucessivos.

De qualquer forma, o empenho dos editores e colaboradores em abraçar com vigor esta política do *Kominform*, que tinha como foco a militância intelectual, é um bom indício do comprometimento deles a certas causas defendidas pelo Partido Comunista.

1.6. A tradição de intelectuais progressista

Se de janeiro de 1950 a dezembro de 1951 a política editorial ficou marcada pela tônica do combate contra os “pelegos intelectuais”, a partir de fevereiro de 1952 o caráter

¹⁷⁹ *Fundamentos*, São Paulo, n.6, p. 390-391, nov. 1948.

¹⁸⁰ BORSARI, Palamede. O Congresso Continental Americano pela Paz e pela Democracia. *Fundamentos*, São Paulo, n.11, p. 18-19, jan. 1950.

conflituoso é amenizado e outros temas passam a ocupar os artigos iniciais do periódico. A principal modificação de temática foi a passagem dos editoriais combativos para as homenagens a personagens admiráveis que contribuíram para o progresso da humanidade. Entre fevereiro de 1952 e outubro de 1954 (edições 25 a 35), Leonardo Da Vinci, Pablo Neruda, Graciliano Ramos, Stálin e Nicolau Copérnico tiveram editoriais dedicados a eles. Vitor Hugo, Silvio Romero, Afonso Schmidt e Capistrano de Abreu também foram festejados.

Estas homenagens não são casuais, e a maneira como são construídas deve ser entendida dentro da lógica de polarização “cultura cosmopolita decadente” X “cultura nacional progressista”.

A edição de fevereiro de 1952 destaca na capa a matéria sobre o “150º aniversário” do literato francês Vitor Hugo assinada por Louis Aragon, “Hugo, a Paz e o Futuro”. No texto Aragon descreve momentos das lutas políticas que Vitor Hugo se envolveu e trechos de sua obra que demonstram o engajamento político do escritor. Outro tema realçado por Aragon é o da dedicação de Hugo à “causa da paz”, através de trechos selecionados que atestam esta dedicação: “As massas são as forças: a partir de 89, são também as vontades. Daí o sufrágio universal. O que é a guerra? É o suicídio das massas”. O escritor comunista francês deixa bem claro que sua intenção é lembrar que Vitor Hugo, apesar de “socialista utópico”, tem de “grandioso e atual” a sua luta “pelo advento de um mundo novo” e o seu sonho por “um mundo de paz”.¹⁸¹

Os editoriais dos dois números seguintes tiveram como foco da deferência o centenário de Leonardo da Vinci. O primeiro, de Vilanova Artigas coloca-se em oposição à biografia do pensador florentino escrita por Antonio Vallentin elogiada pela revista Time. Artigas indigna-se com o fato da crítica do semanário americano “apresentar o grande gênio do renascimento como um miserável sofredor, um falido, inconformado cheio de vícios”, passando então defender a honra do inestimável “precursor Bacon, Watt e Newton”. Mais do que um grande pintor, da Vinci foi um pesquisador, um cientista que passou uma “bela lição de realismo”. E o “que pensava Leonardo sobre a guerra?": uma “loucura bestial”, assegura Artigas. Assim, quando “mais do que nunca a guerra ameaça” a vida humana, torna-se imprescindível defender a “herança de Leonardo”, este, conclui Artigas, “pertence à humanidade progressista”.¹⁸² O segundo editorial em homenagem a da Vinci foi de autoria de Afonso Schmidt. Seguindo a mesma linha do anterior, destaca que Leonardo da Vinci “trabalhou pela paz, pela concórdia geral, lutando sempre com aquele estado de desordem que era uma herança da Idade Média”.¹⁸³

O editorial de novembro de 1952 narra o encontro dos representantes de *Fundamentos*, Eduardo Sucupira Filho, João Belline Burza e Jaime Abovski, com o escritor Pablo Neruda, impossibilitado de descer em São Paulo quando retornava de seu exílio para o Chile. O que Sucupira Filho destaca do encontro com o “eminente poeta chileno” foi seu interesse ávido pelas atividades “dos intelectuais paulistas a favor da paz”, sublinhando que Pablo Neruda “é uma das mais elevadas expressões da literatura mundial, exemplo vigoroso de poeta militante, estímulo para os intelectuais que ainda se conservam [...] indiferentes”.¹⁸⁴

A edição de janeiro de 1953 inicia-se com um texto de Aluysio Sampaio, que em nome do povo brasileiro, presta “sentidas homenagens” ao sexagésimo aniversário de “um dos mais dignos representantes da cultura brasileira”. Junto a este tributo inicial a edição publica também um trecho do então inédito “Memórias do Cárcere” e uma seção com

¹⁸¹ ARAGON, Louis. Hugo, a Paz e o Futuro. *Fundamentos*, São Paulo, n.25, p. 7-9, fev. 1952.

¹⁸² ARTIGAS, Vilanova. A atualidade de da Vinci. *Fundamentos*, São Paulo, n.26, p.3-4, mar. 1952.

¹⁸³ SCHMIDT, Afonso. Leonardo. *Fundamentos*, São Paulo, n.27, p.3-4, mai. 1952.

¹⁸⁴ SUCUPIRA FILHO, Eduardo. “Yo vine para cantar y para que cantes comigo”. *Fundamentos*, São Paulo, n.30, p.3-4, nov. 1952.

“opiniões sobre Graciliano Ramos”, com elogios e saudações de escritores comunistas – Jorge Amado, Ivan Pedro Martins, Dalcídio Jurandir, entre outros – como de não-comunistas, inclusive, alguns dos mais ultrajados pela revista em momentos anteriores: Sérgio Milliet, Sérgio Buarque de Holanda, Augusto Frederico Schmidt, José Lins do Rego.¹⁸⁵

Foi em meio a esta série de homenagens que se toma conhecimento da mais triste notícia para o “mundo da paz”: a morte de Stálin. O que motiva uma edição, setembro de 1953, repleta de reverências ao “porta-voz da Paz Mundial”. Ilustrações, textos em prosa, poesia, depoimentos variados formas de homenagens que buscam, apesar das demonstrações de tristeza, enfrentar o abatimento com mensagens otimistas, como exemplifica bem o título do artigo assinado por Jorge Amado: “Stalin Imortal”.¹⁸⁶

O homenageado no número de janeiro de 1954 é ninguém menos que o próprio redator-chefe da revista, Afonso Schmidt. O editorial, no entanto, tem como tema central o projeto de programa proposto pelo Comitê Central do PCB para seu quarto congresso. A revista apresenta vários elogios a Afonso Schmidt, além de poesias e a publicação de textos antigos do autor.

E outubro de 1954, o texto de abertura e os dois posteriores são sobre Nicolau Copérnico em deferência aos 400 anos de sua morte. Novamente os textos realçam os grandes feitos científicos do homenageado e, sobretudo, exaltam sua postura “humanista” que, em confronto com o “obscurantismo”, tanto contribuiu para o progresso humano.¹⁸⁷

Ao acompanharmos os textos acima, podemos chegar a conclusões semelhantes às alcançadas por Ilka Maria de Oliveira sobre a atuação de Astrojildo Pereira dentro do quadro da política cultural pecebista. Oliveira afirma que Astrojildo Pereira consegue “instrumentalizar o conceito do ‘novo’, a dualidade cultura progressista-cultura retrógrada”, mantendo parâmetros próprios ao adicionar ou excluir “nomes dos mais variados matizes” ao propor um “cânone literário que se quer revolucionário”.

Ainda mais esclarecedoras e importantes são as considerações de Ilka Maria de Oliveira sobre as motivações do PCB em se esforçar na proposição de um cânone literário no qual ele próprio está insere:

O PCB – afinado com a revolução – parece pretender mapear via literatura o clima mesmo da insurreição [...]. Na pesquisa da polaridade progressista-retrógrado, define-se um cânone, mais do que literário, político-cultural, e esboçam-se perfis de militância, o que parece dever-se a várias motivações.¹⁸⁸

Há a intenção de “reler e delinear uma tradição político-cultural insurrecional na qual se insere o PCB”. Em um contexto de polarização política e ilegalidade do partido a “formulação do cânone [...], dentro do debate intelectual, reivindica para o partido uma posição de vanguarda não somente da classe operária, mas da própria cultura brasileira, da qual o PCB quer ser a expressão mais avançada”.¹⁸⁹

Os textos de reverência aos grandes pensadores da história humana devem ser alocados nesta linha de raciocínio apresentada por Ilka Maria de Oliveira. Vimos que ao “homenagearem” personalidades históricas do meio cultural – Vitor Hugo, da Vinci e Copérnico – as características elevadas foram as afinadas com as políticas defendidas pelo

¹⁸⁵ *Fundamentos*, São Paulo, n.31, p. 3-7, jan. 1953.

¹⁸⁶ *Fundamentos*, São Paulo, n. 33, p. 3-32, set. 1953.

¹⁸⁷ SUCUPIRA FILHO, Eduardo. Copérnico, símbolo da liberdade de pensamento. *Fundamentos*, São Paulo, n.35, p.3-4, out. 1954.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Ilka Maria de. *A literatura na revolução*. Contribuições literárias de Astrojildo Pereira e Alina Paim para uma política cultural do PCB nos anos 50. 1998. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 1998, p. 146.

¹⁸⁹ Idem, p. 147.

PCB no campo intelectual, como o comprometimento político do cientista/artista, o “realismo” e a exaltação da paz. Quando as homenagens contemplaram autores reconhecidamente comunistas, a escolha se deu pelos mais consagrados e bem vistos mesmo por rivais, tal como os depoimentos a favor de Graciliano Ramos deixam claro.

As “homenagens”, portanto, não deixam de ser estratégias de atuação no campo literário, pois, ao aproximarem suas opções políticas com a de personagens amplamente reconhecidos, os comunistas procuram se inserir em um panteão cultural e assim aproveitar do capital simbólico dos autores que compõe a “tradição progressista” da qual eles dizem fazer parte.

Ao acompanharmos os textos discutidos neste capítulo podemos ver alguns dos temas que ganharam destaque na trajetória de *Fundamentos*. Este panorama também serviu para apontar a estreita ligação do periódico com o Partido Comunista do Brasil, demonstrando que alguns dos temas abordados de forma mais recorrentes na revista – por exemplo, a divulgação do “Movimento pela Paz” e a formulação de um “cânone de intelectual progressista – estavam na pauta do partido. Além disso, mesmo que na revista se evitasse afirmações incisivas sobre o comunismo, nas edições 17 (na qual foi publicado o “Manifesto de Agosto”), 33 (prestadas as exaustivas homenagens a Stálin) e 34 (apresenta-se o projeto do “Comitê Central do Partido Comunista) as referências ao PCB são explícitas.

Capítulo II - O realismo socialista na revista *Fundamentos*: divulgação, discussão e controvérsias.

Em uma conversa entre o escritor Graciliano Ramos e o jornalista Heráclito Salles, este último perguntou ao autor de *Vidas Secas* se “nenhum livro do realismo socialista” havia lhe agradado. Graciliano, prontamente, respondeu: – “Até o último que li, nenhum. Eu acho aquele negócio de tal ordem ruim que não aceitei ler mais nada”. Questionado sobre qual era a sua “principal objeção”, novamente respondeu sem constrangimentos:

Esse troço não é literatura. A gente vai lendo aos trancos e barrancos as coisas que vêm da União Soviética, muito bem. De repente, o narrador diz: “O camarada Stalin...” Ora porra! Isto no meio de um romance?! Tomei horror.¹⁹⁰

Essa avaliação, com forte teor negativo, certamente era bastante incomum entre os comunistas da época. Não por acaso, Graciliano Ramos já foi apresentado como uma “notável exceção à regra” nos meios literários do PCB¹⁹¹, pois o “realismo socialista”, ao longo da década de 1930, firmou-se como o modelo oficial da literatura soviética e, portanto, deveria servir de exemplo aos comunistas de todo o mundo.

Pareceu conveniente iniciar este capítulo com a opinião de Graciliano Ramos sobre o realismo socialista – que chega a ser cômica quando comparada com certas exaltações à literatura soviética apresentadas na imprensa pecebista – pois ela vai ao encontro das finalidades do presente trabalho, ao evidenciar uma divergência com a linha oficial do partido (no caso das artes).

Como afirmou Ricardo Ramos, filho de Graciliano, em depoimento para Dênis de Moraes, seu pai, diferente da maioria dos intelectuais do partido, não fazia questão em esconder o desacordo com o realismo socialista.¹⁹² Esse comportamento teria causado indisposições com a direção do PCB. Uma série de três reuniões, entre 1949 e 1951, em que o dirigente Diógenes Arruda passou instruções aos intelectuais sobre o modelo artístico a ser seguido, Graciliano foi pressionado a se enquadrar aos moldes apresentados e alguns de seus livros foram acusados de “falta de vigor revolucionário” e de “subjetivismo”.¹⁹³

Entretanto, apesar desses incômodos, Moacir Werneck de Castro, à época um disciplinado stalinista, explica que “não adiantava querer impingir a diretriz do realismo socialista” a Graciliano porque ele “fazia o que queria”, seria difícil “enquadrá-lo nas normas que se aplicariam” aos outros militantes.¹⁹⁴ Isso se deve, provavelmente, ao fato dos dirigentes estarem cientes do valor que era ter entre seus quadros um intelectual tão respeitado e consagrado como Graciliano. Não é de espantar, portanto, que apesar das divergências, logo após as reuniões com Arruda, a própria direção do PCB indicou o nome de Graciliano Ramos para a presidência da Associação Brasileira de Escritores (ABDE). Além disso, seus textos

¹⁹⁰ MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 263-264.

¹⁹¹ MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p. 205.

¹⁹² Idem. *O velho Graça...* op. cit., p. 261.

¹⁹³ Idem, p. 264.

¹⁹⁴ Idem, p. 277.

circulavam na imprensa comunista e seu nome constava entre o corpo editorial de diferentes revistas ligadas ao partido.

Essas informações, colhidas na biografia escrita por Dênis de Moraes, levam-nos a considerar que, devido a sua singular consagração, Graciliano Ramos era um caso excepcional, pois mesmo discordando das diretrizes partidárias, ele não sofria graves repreensões. Talvez, para os dirigentes comunistas, os benefícios de ter um intelectual consagrado lutando pelas causas do partido tenham pesado mais do que suas divergências ditas ou escritas. Contudo, a situação, na qual divergências eram publicizadas por um de “seus” intelectuais, não entrava em contradição com a imagem de partido coeso, por vezes expressamente pretendida em documentos da direção?

Esta contradição pode ter sido até certo ponto admitida por dirigentes e talvez ajude a compreendê-la se aceitarmos o caso de Graciliano como uma exceção à regra, uma anormalidade que não nos permitiria, no entanto, dar uma visão mais geral do dirigismo sobre os intelectuais do partido no que tange a questão da produção literária e artística. Anuir ao argumento da excepcionalidade de Graciliano Ramos induziria pensar que os outros artistas e intelectuais comunistas enquadraram-se à regra e, assim, considerar que estes teriam acatado às teses do realismo socialista e buscado reproduzi-las no Brasil. Mas, mesmo que concordássemos que houve uma disseminada e verdadeira intenção em seguir as premissas vindas de Moscou, não significaria acreditar numa adesão automática, nem que a compreensão sobre as novas orientações se deu de forma consensual. Tal como consta nos relatos expostos por Dênis de Moraes no livro *O velho Graça*, ocorreram reuniões nas quais a direção, na figura de Diógenes Arruda Câmara, procurou instruir alguns intelectuais do partido para que estes se adequassem às diretrizes estipuladas.

Além das reuniões, alguns cuidadosos estudos demonstraram que outra forma de repassar as diretrizes soviéticas para as artes foi através da imprensa pecebista.¹⁹⁵ Revistas e jornais relacionados com o partido estiveram envolvidos no esforço, mais ou menos sistemático, de divulgação dos eixos teóricos, temáticos e estilísticos pelos quais se deveria pautar a arte (em suas diversas expressões) considerada “consequente” (adjetivo muitas vezes utilizado).

Partiremos dessa constatação – do papel relevante da imprensa comunista na difusão do realismo socialista – para avaliar a situação da revista *Fundamentos*, sobretudo no âmbito da literatura em prosa, como meio de divulgação do método a ser adotado pelos escritores brasileiros. Assim sendo, ao analisar o caso específico de *Fundamentos*, talvez possamos contribuir para a compreensão da recepção do realismo socialista no Brasil, sem perder o fio condutor deste trabalho, qual seja, discutir discordâncias tornadas públicas por meio de um órgão de imprensa relacionado ao PCB.

Acreditamos que a revista não funcionou simplesmente como um instrumento de reprodução das formulações soviéticas. É possível averiguar, ao longo dos 40 números, textos publicados que visivelmente escapam dos moldes mais rígidos do realismo socialista e, mesmo em meio aos esforços de divulgação dos parâmetros do método em questão, existiu na revista espaço, ainda que restrito, para o diálogo sobre a linha oficial apregoadada à literatura. A questão neste espaço de diálogo não era a negação das diretrizes, mas sim a expressão de diferentes interpretações do modelo proposto.

2.1. O realismo socialista e o *zhdanovismo*: os debates sobre a produção artística na URSS nos anos 1930

¹⁹⁵ Além das obras citadas de Dênis de Moraes, Cf. RUBIM, Antônio Albino Canelas. Op. cit. e ARAUJO, Mônica da Silva. Op. cit.

Neste tópico pretendo analisar o conceito de realismo socialista a partir de uma bibliografia sobre a condição da produção artística na União Soviética à época em que o termo foi adotado e generalizado. O objetivo é demonstrar que, sendo um conceito, a expressão carrega significados diversos que devem ser compreendidos dentro do ambiente de disputa política e ideológica vivido, ainda, na URSS da década de 1930.

Entre alguns dos estudos consultados, há concordância em apontar que a expressão “realismo socialista” foi usada inicialmente por volta de 1932 e, em 1934, no I Congresso dos Escritores Soviéticos, consagrada como doutrina oficial da literatura soviética.¹⁹⁶ Localizar temporalmente a origem do conceito, permite-nos pensar também sua historicidade. Os textos de Vittorio Strada são os que mais claramente se empenham neste esforço, os quais os próprios títulos – “Da ‘revolução cultural’ ao ‘realismo socialista’” e “Do ‘realismo socialista’ ao ‘zhdanovismo’” – evidenciam um processo de transformação que o autor vai chamar de “evolução (regressiva)”, uma perda progressiva da liberdade de pensamento e expressão.

Strada parte da reflexão de que para entender o stalinismo no campo das ideias, não é suficiente encará-lo apenas como uma forma de censura ideológica repressora e proibitiva, mas também como uma censura “prescritiva e diretiva”. Colocado de outra forma, o stalinismo em certa proporção teve uma parte construtiva e propositiva, portanto, não deve ser caracterizado restritamente pelo seu lado destrutivo da produção cultural. Neste sentido, pode-se dizer que o realismo socialista representou, para as artes, o “aspecto ativo produtivo” do período staliniano. Para Strada, aceitar essa condição nos levaria a ver de maneira mais complexa a adesão de intelectuais ao realismo socialista, não se limitando assim a recorrer a ideia de capitulação dos artistas por coação.

Com isso, não se nega reconhecer o realismo socialista como “um dos muitos instrumentos de dominação ideológica do Partido-Estado soviético”, tampouco, nega-se a força coercitiva estatal no controle dos intelectuais, porém é importante lembrar que “vários intelectuais” identificaram no realismo socialista “algo que eles mesmos tinham há muito projetado sob formas que lhes eram pessoais”.¹⁹⁷ O autor se esforça em mostrar que parte do conteúdo exposto no I Congresso de Escritores Soviéticos como o “método” adequado à literatura soviética agregou elementos presentes em concepções e reflexões apresentadas por artistas, críticos e filósofos em debates ocorridos, principalmente, ao longo dos anos 1920. Alguns destes elementos passaram por um processo de sobrevalorização que permitiu o progressivo aumento do dirigismo político sobre as artes, principalmente, a noção de *partiinost* – também “espírito de partido” ou de “partidarismo” – que teorizava a respeito do direito e dever do Partido Comunista de reger “sem nenhum controle ou limite toda a vida cultural do país segundo suas próprias necessidades particulares e gerais”.¹⁹⁸ Esta perspectiva, abre possibilidade para percebermos diferenças naquilo que vai ser apresentado como realismo socialista no início dos anos 30, quando a política cultural stalinista ainda resguardava “certa carga positiva”, e o formato assumido nos anos 40, o chamado “zhdanovismo” – a política cultural do último período do stalinismo – fase “puramente negativa e repressiva”.

O termo zhdanovismo, que define o auge da política cultural repressiva na URSS, é uma referência ao dirigente Andrei Alexandrovitch Zhdanov, membro efetivo do Comitê Central do PCUS desde 1930 e, a partir de 1934, do Presidium do Comitê Central Executivo da

¹⁹⁶ A respeito dessas afirmações cf. STRADA, Vittorio. “Do ‘realismo socialista’ ao zhdanovismo”. In: HOBSBAWM, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia*. v. IX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 151-219; MELLO, Marisa Schincariol de. “Encarcerando ideias: Graciliano Ramos, Jorge Amado e o realismo socialista (1945-1953)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *Livros vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto; FAPERJ, 2010, p. 123-160.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 159.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 152.

União Soviética, o órgão central do Governo Soviético. A atividade de Zhdanov, como dirigente, esteve marcada pela sua atuação na “frente ideológica” e no campo da arte e literatura, na qual procurou “depurar” o partido e a sociedade soviética de interpretações consideradas “rasteiras” dos cânones: Marx, Engels, Lênin e Stalin.¹⁹⁹

Zhdanov, na condição de dirigente político e ideólogo oficial, teve destacado papel na formulação do realismo socialista desde o primeiro Congresso de Escritores Soviéticos (1934) onde discursou em nome do Comitê Central do PCUS, expressando alguns elementos da sua concepção de realismo socialista e seu parecer sobre a função da literatura na sociedade. Mais tarde, em 1946, foi responsável direto na conclusão do processo “censório-repressivo” vivido na URSS, quando leu um informe diante dos intelectuais de Leningrado que representou o fim de qualquer possibilidade de discussão livre sobre arte e marcou o início do zhdanovismo. E, para Strada, foi justamente entre os anos de 1934 e 1946 que, apesar de ser possível averiguar o empobrecimento da literatura soviética, um importante debate teórico literário foi colocado em pauta pela revista *Literaturni kritik* – encabeçada por Mikhail Lifschitz e György Lukács.

Segundo Strada, a “fórmula” de realismo socialista consagrada em entre 1932 e 1934 apresentava os conceitos literários de modo genérico, constituindo-se como uma “fórmula elástica” que poderia “abrir e fechar” de acordo com aquele que seria, implicitamente, “o supremo regulador da interpretação e da aplicação do ‘realismo socialista’”, ou seja, o Partido Comunista.²⁰⁰ Essa elasticidade deixou espaço para a polêmica encampada pela *Literaturni kritik*, mas, por fim, acabou por determinar, com a intervenção do Comitê Central, o fechamento da “melhor revista soviética dos anos 30”.²⁰¹

Nos anos 30, portanto, foi ainda possível um debate teórico não desprovido de valor, no qual a “conceituação do ‘realismo socialista’” foi elevada ao “nível mais alto possível” a partir das contribuições do grupo de Lukács e Lifschitz.²⁰² Todavia, já no início dos anos 40, se afirmou o “critério pragmático”, cujo qual toda produção artística deveria estar a serviço da revolução que, necessariamente, era conduzida pelo núcleo dirigente do Partido-Estado. Dentro desta lógica (do *partiinost*), a fórmula apresentada por Zhdanov no congresso de 1934 se firmou como ortodoxia anos mais tarde.

Outros autores, também sublinharam a existência de significações diferentes para o termo “realismo socialista”. Francisco Posada fala de controvérsias em torno do conceito de realismo socialista e propõe em seu livro fazer um “exame” das “diversas posições”.²⁰³ Neste sentido, destaca a “polêmica de Lukács com a tendência zhdanovista”.

Articulada a uma concepção *etapista* da história, a “corrente” *zhdanovista* acredita que o nível de desenvolvimento da arte estaria subordinado ao nível de desenvolvimento da formação social em que foi produzida. Nesta ótica, o realismo socialista representaria uma “etapa radicalmente nova” e mais avançada da arte universal, pois foi fruto da formação socioeconômica mais desenvolvida na época, qual seja, o socialismo soviético. Essa nova fase se caracterizava por dar condições, por meio do marxismo-leninista, ao artista de produzir o reflexo mais fiel da realidade (um dos principais objetivos da arte). Havia também a primazia do conteúdo sobre a forma, o “valor estético não faz mais do que traduzir um valor ideológico-político”.

¹⁹⁹ As informações sobre Zhdanov foram retiradas de um texto, cujo teor é claramente apologético, escrito por Rui Facó após a morte de Zhdanov. Cf. FACÓ, Rui. O Bolchevique Zhdanov um exemplo a seguir. *Problemas – Revista mensal de cultura política*, n. 13, Figuras do movimento operário, Rio de Janeiro, ago./set. de 1948. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/13/zhdanov.htm. Acesso: 20 de set. 2013.

²⁰⁰ STRADA, Vittorio. *Op. cit.*, p. 192.

²⁰¹ Idem, p. 208.

²⁰² Idem, p.209.

²⁰³ POSADA, Francisco. *Lukács, Brecht e a situação atual do realismo socialista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970, p.117.

Para alcançar o conteúdo mais adequado, o realismo socialista deveria funcionar como um “método” que prescrevia um conjunto normativo de regras, embasado no marxismo, capaz não só de apreender como também transformá-la. Seriam essas normas e regras, inexistentes em qualquer outro método artístico, que distinguiriam e qualificariam o realismo socialista como uma maneira nova e superior de arte.

Lukács, ao contrário, parte da constatação de que obras de alto nível foram produzidas na sociedade burguesa, inclusive por autores conservadores do ponto de vista político. Segundo Posada, a “arte sadia”, para Lukács, “possui uma e a mesma função ao longo da história, e essa não é senão a de proporcionar o reencontro do homem com sua própria essência, cindida pela alienação”.²⁰⁴ Assim, se a finalidade da arte é expressar o processo social objetivo em sua totalidade, algumas obras produzidas na sociedade burguesa, sobretudo os romances realistas de Balzac e Tolstói, alcançaram tal fim. Por isso, afirma Posada, Lukács acredita que o realismo socialista “deve aproximar-se das fórmulas dos grandes realistas clássicos”²⁰⁵, não havendo, portanto, diferenças significativas do ponto de vista estético entre os dois realismos. O que o realismo socialista trazia de novo seria

[...] uma dose mais alta de ‘perspectiva concreta’ que possui um autor educado no marxismo e num meio socialista. Isto lhe facilitaria retratar com mais clareza e adequação a unidade entre os momentos individual e coletivo na vida dos homens. [...] Mas as categorias estéticas propriamente ditas não diferenciam o realismo socialista do realismo tradicional.²⁰⁶

Além de divergir quanto ao caráter radicalmente novo do realismo socialista ao propor que este, de certo modo, era uma continuidade do realismo clássico, a proposição acima levava Lukács ainda mais longe das formulações de Zhdanov. De acordo Lukács, os grandes escritores realistas conseguiram, mesmo sem ter uma visão de mundo socialista ou conhecimento do marxismo, expor através da ficção a estrutura e a dinâmica da sociedade burguesa na qual estavam inseridos. Assim, a proposta apresentava uma perspectiva em que o caráter progressista ou não da obra era independente da concepção de mundo e posição política consciente do autor.

Essa formulação de Lukács destoava completamente com o que defendiam os *zhdanovistas*. Estes viam a arte como “um instrumento para adaptar os membros da coletividade a formas genéricas de comportamento”, sua finalidade era a de “educar os homens de acordo com a moral comunista”.²⁰⁷ A arte tinha uma “meta político-propagandística” e, para ser fiel a este objetivo, o artista deveria se embasar no marxismo-leninista e no “espírito Partido”, mostrar-se consciente da linha do partido para poder repassá-la à sociedade.

Sobre as polêmicas, o próprio Lukács, em texto de 1967, tece considerações quanto ao fato “insólito” de ter sido possível, “num período avançado da era stalinista, a publicação regular de artigos deste gênero”, contrários ao que estava se impondo como ortodoxia. Para isto, era preciso fazer citações de Stálin para passar pelos censores que não percebiam o papel irrelevante de tais citações no conteúdo real do artigo. Porém, tal artifício não explica tudo. De acordo com Lukács, mais importante, foi a situação contraditória na qual se exigia formalmente “a qualidade artística, mas, desde que o autor fosse fiel ao partido, proclamava-se como arte de alto nível o pior naturalismo”. Contudo, esta situação contraditória teria

²⁰⁴ POSADA, Francisco, p.123.

²⁰⁵ Idem, p.119.

²⁰⁶ Idem, p. 122.

²⁰⁷ Idem, p. 139.

assegurado “alguma liberdade àquela tendência crítica que reivindicava verdadeiramente o realismo socialista”.²⁰⁸

Além das formulações de Lukács e a “corrente *zhdanovista*”, de acordo com Francisco Posada, havia uma “variante ‘ortodoxa’ do realismo socialista”, muitas vezes erroneamente apresentada como parte indistinta do *zhdanovismo*, articulada pelo escritor Máximo Gorki.²⁰⁹ Nesta vertente, a arte era concebida por princípio como “‘a criação coletiva de um povo’ e o indivíduo apenas um instrumento da imaginação e da vontade coletivas”.²¹⁰ O papel do mito, do folclórico e da imaginação era realçado, pois o folclore era visto como o “canteiro” de onde os autores tiram os elementos para as suas obras e o mito como o “alimento da arte”. O homem do povo é apresentado como biologicamente “sensível à beleza”, movido por um impulso natural “em direção a forma perfeita”, mesmo na sociedade capitalista – “o estágio máximo da degradação” humana.²¹¹

Sendo assim, ao conceber a arte como expressão do povo, há, em Gorki, uma valorização da espontaneidade popular que se distancia do dirigismo do partido onisciente do *zhdanovismo*. Além disto, outra diferença entre o programa defendido por Gorki e o de Zhdanov é em relação ao “herói positivo”. Segundo Posada, no *zhdanovismo*, o herói positivo é a exaltação patente de “um determinado tipo de ser humano, que não corresponde a realidade alguma”. O protagonista aparece como um ser cheio de qualidades extraordinárias, que não demonstra ter defeitos, cuja principal característica era ser cômico e aplicado às prescrições políticas do partido. Já para Gorki o “personagem principal é o trabalho, mas o trabalho entendido não como nível concreto de produção, e sim como a mais genuína manifestação da realidade”.²¹² Por fim, Posada dá o parecer de que

Esta variedade do realismo socialista desfaz os lineamentos de uma concepção política da arte, enfraquece os esquemas de critérios muito rígidos, intervirem o povo e o mito como fatores maiores do processo de gestação da grande arte, e introduz uma noção pré-marxista do trabalho.²¹³

Outro trabalho que mostra a existência de variadas definições para o realismo socialista é o de Ilka Maria de Oliveira. A autora chama atenção para a intensificação, após a morte de Lênin, do esforço em estabelecer “uma ‘doutrina estética oficial e rígida’”, cujo resultado foi a criação da Associação Russa de Escritores Proletários, conhecida como RAPP.²¹⁴ A RAPP, entre 1925 e 1932, teve papel fundamental na implementação da *partiinost* e procurou modelar os escritores simpatizantes (os “companheiros de viagem”) ao marxismo e à linha do partido. No entanto, a postura sectária dos membros da RAPP gerou certo grau de desgaste à organização frente a muitos escritores que se mantiveram simpáticos, mas não totalmente alinhados, o que levou o Comitê Central soviético dissolver a RAPP (junto a outras organizações) e criar a União dos Escritores Russos.²¹⁵ O I Congresso de Escritores Soviéticos foi convocado e realizado neste contexto.

Tal como outros autores, Oliveira também aponta o I Congresso como “marco para o encaminhamento da nova orientação [o realismo socialista] e para as incongruências dela

²⁰⁸ LUKÁCS, György. “Prefácio à edição húngara de *Arte e sociedade*”. In: _____. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. (Pensamento Crítico, 13).

²⁰⁹ POSADA, Francisco. *Op. cit.*, p. 142.

²¹⁰ Idem, p. 142-143.

²¹¹ Idem.

²¹² Idem, p. 149.

²¹³ Idem,

²¹⁴ OLIVEIRA, Ilka Maria de. *A literatura na revolução*. Contribuições literárias de Astrojildo Pereira e Alina Paim para uma política cultural do PCB nos anos 50. 1998. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 1998, p. 29.

²¹⁵ Para Strada, além de pregar o dirigismo político sobre as artes, a RAPP estabeleceu a noção de “método” artístico. STRADA, Vittorio. *Op. cit.*, p. 192.

derivadas”.²¹⁶ Entretanto, o Congresso não deve ser tomado como o momento de imposição de uma “visão monolítica sobre a literatura”, mas sim correspondendo a uma “contraditória e entusiasmada festa”.²¹⁷ No I Congresso – quando a expressão “realismo socialista” passou a ser quase sinônima de “literatura soviética” – figuraram como autoridades máximas sobre os assuntos artísticos Maximo Górkí e Andrei Zhdanov, cujos discursos pronunciados “atravessaram o tempo como referências inaugurais do realismo socialista”. Mas estas duas propostas (Oliveira assinala haver diferença entre elas), não eram as únicas possibilidades de teorização lançadas à época para o realismo socialista. Após o Congresso, discussões em torno de diferentes questões foram travadas e só mais tarde, no pós-guerra, é que o realismo socialista se desdobrou no *zhdanovismo* o qual, apesar de ter suas linhas mestras traçadas em 1934, se caracterizou mais por certo conjunto de práticas repressoras do que por um programa teórico claro.

A partir da discussão bibliográfica traçada, procuramos destacar que as diretrizes soviéticas para as artes não formavam um todo plenamente coerente no decorrer das décadas de 30 e 40. Apesar do termo “realismo socialista” ter sido oficializado para se referir ao conjunto das artes que os comunistas deveriam produzir, já em 1934, nos anos seguintes estabeleceu-se (em certa medida, dando continuidade a debates anteriores) um debate teórico em sentido de melhor delimitar quais seriam os pressupostos da arte socialista. Neste tópico, portanto, estivemos mais interessados em mostrar que na URSS houve, nos anos 1930, alguma frouxidão em torno do conceito do que analisar detalhadamente a sua definição.

Também buscamos ressaltar que, após 1945, a proposta mais forte, aquela que surgira dos órgãos de decisão política, o *zhdanovismo*, consolidou-se, ganhando status de ortodoxia. Seu traço característico era o *partiinost*, cuja legitimação estava numa interpretação particular do texto de Lênin, publicado em novembro de 1905, “A organização do partido e a literatura de partido”.²¹⁸ Neste artigo, Lênin defende que, entrando em vigor a liberdade de imprensa (consequência do enfraquecimento do czarismo com as greves e manifestações populares daquele ano na Rússia), a atividade literária deveria se tornar “uma parte do trabalho social-democrata organizado, planejado, unificado”. Para o líder bolchevique, apesar de ser a atividade literária a “que menos se submete à igualização e nivelamento mecânicos, à dominação da maioria sobre a minoria”, ela não deve se isentar de ser parte do trabalho partidário, inclusive os “literatos devem obrigatoriamente fazer parte da organização do partido” e estarem sujeitos a prestação de contas.

Recorrer a este texto de Lenin certamente dava respaldo a Zhdanov em sua pregação radical para a literatura como divulgadora da última linha política deliberada. Mas além do dirigismo, e até mesmo para melhor alcançá-lo, a proposta zhdanovista continha elementos que definiam aspectos a serem seguidos por literatos, mesmo que tais elementos pudessem ser flexibilizados de acordo com as circunstâncias e interesses dos dirigentes políticos.

Aqui não podemos averiguar em que medida os comunistas brasileiros acompanharam o debate soviético sobre o realismo socialista. Sabemos que o PCB, em

²¹⁶ OLIVEIRA, Ilka Maria de. *Op. cit.*, p. 29.

²¹⁷ *Idem*, p. 30.

²¹⁸ LÉNINE, V. I. “A organização do partido e a literatura de partido”. In: _____. *Obras escolhidas* (em seis tomos). v. 1. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1984, pp. 277-282. Lukács faz ressalvas quanto a interpretação dada por Stálin e Zhdanov sobre este texto, afirmando que Nadia Krupskaja (mulher de Lenin) dizia que o texto não falava a respeito exatamente da literatura, mas sim sobre a imprensa em geral. Cf. LUKÁCS, György. *Op. cit.*, p. 28.

diferentes momentos, preocupou-se com as questões relacionadas à produção artística²¹⁹, mas a expressão “realismo socialista” só passou a aparecer com mais frequência na imprensa comunista após à radicalização política ocorrida em janeiro de 1948.

A respeito dessa questão, Mônica da Silva Araujo, estudando o jornal *Tribuna Popular* (que foi criado em 1945 e entre 1948 e 1958 circulou com o nome de *Imprensa Popular*), afirma que “as teses do realismo socialista” já eram divulgadas no Brasil pelo menos desde 1945. No entanto, Araujo reconhece que “com a mudança de nome [do jornal], que acompanhou a entrada do partido na ilegalidade, [...] temos também uma mudança de perfil”.²²⁰ Até 1948, mantinha-se uma abordagem mais suave e por vezes mais dispersa do realismo socialista, artigos de crítica cultural mais pontuais [...]”. Contudo, a partir daí “toma lugar neste periódico uma defesa mais fechada e amarrada das teses do realismo socialista”.²²¹ Nota-se que a maioria das citações feitas por Mônica Araujo data entre 1951 a 1954, e são estes artigos que utilizam explicitamente a expressão “realismo socialista”. Já os artigos citados pela autora, anteriores a 1948, apesar de teses como a da submissão da arte à política e da pretensão de reflexo da realidade estarem expostas, a expressão realismo socialista não é usada.

A divulgação mais sistemática das teses e das obras do realismo socialista deve ser compreendida dentro do esforço mais amplo de “elevação ideológica” dos quadros comunista, após a ilegalidade e virada política.²²² Por exemplo, o discurso proferido por Zhdanov no I Congresso de Escritores Soviéticos (1934), considerado uma das bases do realismo socialista, só foi publicado no Brasil em abril de 1950 na revista *Para Todos*.²²³ Outros textos do mesmo autor, que tiveram como tema questões artísticas, também passaram a figurar na imprensa comunista a partir de 1948.²²⁴

Mas e quanto a *Fundamentos*, qual foi o seu papel nesta conjuntura? Tanto Dênis de Moraes como Antônio Albino Canelas Rubim colocam *Fundamentos* em meio a outros órgãos que trabalharam na divulgação do realismo socialista no PCB. Rubim é categórico ao afirmar que, a partir de 1950, *Fundamentos* passa a “receitar o realismo socialista para todas

²¹⁹ Cf. FERREIRA, Muniz Gonçalves. O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro. In: Marco Roxo; Igor Sacramento. (Org.). *Intelectuais Partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012, v. 1, p. 13-41.

²²⁰ ARAUJO, Mônica da Silva. *Op. cit.*, p. 120.

²²¹ Idem, p. 121.

²²² Ao usar a expressão “elevação ideológica”, faço referência à intervenção de Maurício Grabois apresentada no Pleno do Comitê Nacional, em que o dirigente expõe sua preocupação com a falta de domínio que dirigentes e militantes pecebistas têm da “teoria revolucionária” e dos “clássicos do marxismo” (Cf. GRABOIS, Maurício. Elevar o nível ideológico: tarefa decisiva para o fortalecimento do Partido. In: *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.399, p. 4, 10 de abr. 1951). A noção de “ideologia” neste caso é de matriz leninista, na qual a ideologia designa as concepções políticas e valores ligados às classes sociais, a consciência de classe. Assim, a elevação ideológica relaciona-se com a preparação, a formação teórica do militante, necessária para a aplicação da linha política e a literatura tem um papel importante neste processo de conscientização. Cf. LÊNINE, Vladimir I. *Que Fazer?* Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso,

²²³ ZHDANOV, Andrei. “Sobre o realismo socialista e o romantismo revolucionário”. In: *Para Todos*, Rio de Janeiro, n. 3, pp. 5-6, abr. de 1950.

²²⁴ ZHDANOV, Andrei. “O Marxismo é a Revolução na Filosofia”. In: *Problemas* - Revista Mensal de Cultura Política. 7, s/p, Rio de Janeiro, fev. de 1948. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/capas.htm. Este não foi o primeiro texto de Zhdanov na imprensa comunista, pois dois meses antes outro já havia sido publicado em *Problemas*, mas é o primeiro que trata de uma “questão superestrutural”. ZHDANOV, Andrei. As Tarefas da Literatura na Sociedade Soviética. In: *Problemas* - Revista Mensal de Cultura Política, Rio de Janeiro, n. 20, s/p., Ago./Set. de 1949. (Outro texto de fôlego de Zhdanov. Trata-se do informe sobre as revistas de Leningrado que Strada apresenta como o desfecho do realismo socialista e afirmação definitiva do zhdanovismo). ZHDANOV, Andrei. “Literatura e Política”. In: *Voz Operária*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5, 17 de set. de 1949.

as áreas estéticas”.²²⁵ Moraes aponta que o partido “estabeleceu um sistema de conexões entre os periódicos, tornando-os subsistemas para a reverberação dos códigos jdanovistas”.²²⁶ Na compreensão de Moraes a imprensa pecebista adotava o modelo leninista de imprensa, sendo assim, os periódicos eram “concebidos como meios de educação ideológica e de coesão interna”, cabendo a eles a função de “unificar as opiniões dos membros da agremiação”.²²⁷ Contudo, se focalizarmos nosso olhar particularmente sobre a exposição do realismo socialista feita em *Fundamentos*, a unidade de opiniões mencionada fica tão clara?

2.2. A revista *Fundamentos* na divulgação do realismo socialista

Podemos identificar, por meio de diversos artigos, que realmente houve empenho por parte de alguns colaboradores e de editores de *Fundamentos* na divulgação do realismo socialista em sua vertente *zhdanovista*. Deste modo, foram publicados textos de caráter teórico-metodológico, críticas, muitas vezes virulentas, a autores que não se alinhavam às causas soviéticas, elogios às obras de certos autores (clássicos ou contemporâneos) considerados adequados e a publicação de obras literárias (peças, contos e trechos de romances).

Iremos neste momento primar pela análise dos textos teóricos e metodológicos, principalmente os que versam sobre literatura em prosa, e dos contos de autores soviéticos que podem ser tidos como exemplares da estética do realismo socialista.

A primeira vez que o termo “realismo socialista” apareceu na revista foi em sua edição número três, de agosto de 1948, em um artigo no qual o musicólogo e militante comunista Claudio Santoro apresenta um resumo das discussões e da resolução do “2º Congresso Internacional de Compositores e Críticos de Música” realizado em Praga.²²⁸ O termo só voltaria às páginas de *Fundamentos* alguns meses depois (abril de 1949) em uma retificação sobre o mesmo artigo de Santoro, pois, quando publicado pela primeira vez, em agosto de 1948, ficou faltando uma página, editada nesta oportunidade. Mas a partir da 11ª edição, de janeiro de 1950, após um período de interrupção na publicação da revista, o termo realismo socialista passa a figurar com muito mais frequência. Deste momento em diante, nota-se um esforço mais sistemático em esclarecer o significado do conceito “realismo socialista” e usá-lo para embasar as críticas às diferentes formas de arte.

O primeiro artigo neste sentido foi “Portinari, Tiradentes e o novo realismo”, do arquiteto Eduardo Corona, no qual o autor faz uma apologia à obra “Tiradentes” de Candido Portinari que havia sido recebida negativamente pelos críticos brasileiros. Com citações de Marx, Prestes e Zhdanov, Eduardo Corona faz a defesa da obra de Portinari demonstrando

²²⁵ De acordo com Antônio Rubim, *Para Todos* (Rio de Janeiro), *Seiva* (Salvador), *Horizonte* (Porto Alegre) e *Orientação* (Recife) “reúnem intelectuais ligados ao Partido” com a missão de combater a cultura burguesa e defender o realismo socialista. RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Op. cit.*, p. 319 e 320.

²²⁶ Moraes destaca a importância de *Fundamentos* e *Para Todos* na “implementação da estética soviética”, sem deixar citar várias outras publicações. MORAES, Dênis de. *O imaginário... Op. cit.*, p.143-145.

²²⁷ Idem, p. 63 e 61.

²²⁸ Em seu resumo, Santoro enfatiza a discussão sobre o “Formalismo”, explicando que “‘formalista’ é toda a arte abstrata e desligada da realidade social, desprovida de uma sólida base popular” conceituação tirada em “assembleia” pelo povo da URSS. Santoro preocupa-se em defender a arte soviética das acusações, feitas nos países capitalistas ocidentais, de que há imposição governamental sobre as artes. Para Santoro, existiria na verdade uma cobrança por parte da própria sociedade soviética sobre os músicos para a “realização de algo novo como conteúdo [...] o ‘conteúdo do realismo socialista’”. Sendo assim, os compositores soviéticos buscavam “tomar como ponto de partida uma época que constituiu um período áureo na manifestação artística de uma classe, para daí tirar conclusões com o aproveitamento da cultura popular, desenvolvendo-a com um sentido revolucionário e partindo por um novo caminho”. SANTORO, Claudio. Problema da música contemporânea brasileira em face as Resoluções e Apelo do Congresso de Compositores de Praga. In: *Fundamentos*, São Paulo, n. 3, p. 233-240, ago. 1948.

que esta está adequada ao “novo realismo”, qual seja, o realismo socialista. Os elementos do painel são apresentados em referência aos parâmetros artísticos defendidos pelo crítico: 1º) ao não se eximir de representar a tragédia de Tiradentes na completude de seu processo, Portinari teria mostrado de forma realista a dinâmica da luta social envolvida no evento; 2º) “o tratamento geométrico [...] dado ao trabalho como complemento das figuras exatas” se adequaria a noção de arte como “representação”, ou seja, não era nem “uma criação abstrata da intuição do artista, nem uma reprodução exata e mecânica da natureza”; 3º) a disposição da cena e o colorido adotado refletiriam “a alegria, o otimismo de uma tragédia física que é transformada numa esperança humana”. Por fim, Corona avalia que os recursos plásticos utilizados revelam a “fusão importante da personalidade do artista que não se permite subjugar por convenções, com a intenção plástica de conteúdo da composição”.²²⁹

Logo na edição seguinte aparece um primeiro texto que estamos chamando de metodológico. Trata-se da tradução de um discurso pronunciado, em 1942, portanto, anterior a Revolução Comunista Chinesa, por uma das principais autoridades comunista da época, Mao Tsé-Tung, dirigente do Partido Comunista Chinês. Neste discurso, Mao Tsé-Tung não utiliza o termo realismo socialista, porém apresenta elementos que devem ser seguidos pelo crítico literário na realização do seu trabalho. De acordo com o líder comunista chinês, há dois critérios que podem ser adotados pela crítica literária: o critério político, por um lado, e o critério artístico, por outro. Dentro desta separação, frisa que “em qualquer sociedade ou em qualquer classe, o critério político ocupa sempre o primeiro lugar e o critério artístico o segundo”. Assim sendo, percebe-se que a burguesia repele as obras literárias dos proletários – “mesmo o seu valor puramente artístico” – e o proletariado, por seu turno, repele as obras dos burgueses em seu “conteúdo político reacionário, mas absorvem o lado artístico com um espírito crítico”. Portanto, Mao Tsé-Tung afirma que a crítica comunista não é sectária, contudo deve se prender “sempre com firmeza aos princípios definidos” e, conseqüentemente, “criticar severamente toda obra que manifeste uma opinião [...] anticomunista”.²³⁰

Apesar de não usar a expressão “realismo socialista”, o que é mais notório no discurso de Mao Tsé-Tung é a primazia do conteúdo político em relação à forma da obra literária, tal qual a concepção defendida por Andrei Zhdanov. Outra característica comum pode ser percebida na alusão sobre a possibilidade da arte proletária absorver parcialmente o “lado artístico” da arte burguesa, assim como admitia Lênin²³¹ e os promotores das diferentes concepções do realismo socialista (Gorki, Zhdanov e Lukács) em seu combate com as vanguardas artísticas russas.

Outro texto de caráter metodológico trata-se da transcrição de um discurso proferido por Jakub Berman, apresentado na revista como Ministro da Cultura da Polônia. Berman inicia constatando que a produção literária polonesa é insuficiente, em termos de quantidade e qualidade, em vista das necessidades sociais do país. O fato de o proletariado não ser, habitualmente, o principal herói nas obras literárias é uma grave falta que evidencia as citadas limitações. Então, propõe uma reflexão: qual fator pode se “tornar a alavanca do desenvolvimento de nossa literatura?” A resposta da pergunta, diz Berman, é o “aprofundamento da atitude marxista do escritor em sua aproximação com a nova vida”.²³² Só escritor consciente do papel fundamental da classe operária e de seu partido no

²²⁹ CORONA, Eduardo. Portinari, Tiradentes e o novo realismo. In: *Fundamentos*, São Paulo, n. 11, p. 36-38, jan. 1950.

²³⁰ TSÉ-TUNG, Mao. Mao Tse Tung fala sobre crítica literária. In: *Fundamentos*, São Paulo, n. 12, p. 16-17, fev. 1950.

²³¹ Por exemplo, cf. LENINE, Vladimir. “Lev Tolstoi como espelho da Revolução Russa”. _____. In: *Obras escolhidas* (em seis tomos). v. 1. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1984, pp. 364-368.

²³² BERMAN, Jakub. Papel e tarefas do escritor socialista. In: *Fundamentos*, São Paulo, n. 15, p. 10, maio/jun. 1950.

desenvolvimento social seria capaz de “aplicar na sua atividade criadora o realismo socialista”.²³³

Para Berman, em um país como a Polônia, dando os primeiros passos na construção do socialismo, identificam-se dois tipos de contradições: as “antagônicas” e as “não-antagônicas”.²³⁴ A superação das contradições seria a forma de promover o desenvolvimento da sociedade polonesa. Neste contexto, a função do escritor é exprimir a luta por tal superação “do modo mais completo em sua obra”. O melhor exemplo deste tipo de esforço está na literatura soviética que – com escritores como Gorki, Maiakovski e Makarenko – “soube conquistar a posição honrosa de co-criador da vida” e, portanto, promover a “aceleração do crescimento do novo homem socialista”.²³⁵

Apesar de usar o termo uma única vez, ainda no início do texto, em Berman o realismo socialista aparece como conceito fundamental, pois é concebido como a atividade literária de verdadeira qualidade que os autores poloneses deveriam buscar por em prática. Para alcançarem esse objetivo, os escritores não poderiam se furtar de tomar conhecimento dos princípios do marxismo-leninista, o que só é possível com o envolvimento na luta cotidiana.²³⁶ Outras duas indicações do ministro da cultura polonês para os escritores de seu país que destacamos são: ter o proletariado como “herói principal” da literatura e nortear sua escrita pela dos autores soviéticos. Este é um texto importante por ser o primeiro publicado em *Fundamentos* onde, uma autoridade comunista (o Ministro da Cultura de uma “República Popular”) apresenta uma noção delimitada do “realismo socialista” e traça apontamentos de como alcançá-lo.²³⁷

Na edição de janeiro de 1951, foi publicado o texto mais longo na discussão sobre arte em *Fundamentos*. De autoria de Rodolfo Ghioldi – apresentado na revista como “pensador e líder do povo argentino, figura destacada nos meios intelectuais sul-americanos” e “amigo do povo brasileiro” – este artigo escapa das recorrentes indicações metodológicas comum a outros textos e propõe uma reflexão filosófica mais profunda sobre a estética²³⁸ segundo os parâmetros do marxismo-leninista.

Ghioldi começa sua reflexão apontando a resistência entre não-comunistas – e até entre alguns comunistas – em aceitar a legitimidade de uma “estética marxista”. Em seguida, afirma que só por meio do marxismo conseguimos examinar com proficiência a maneira que a “classe agonizante” faz da arte um instrumento a favor do atraso.²³⁹ Os discursos mais característicos desta forma de instrumentalização encontram sempre “um a priori misterioso

²³³ Idem, p. 10.

²³⁴ Como antagônicas, entende-se a contradição entre a nova sociedade socialista e os “elementos capitalistas” ainda presentes – tanto na economia (atraso industrial, por exemplo), quanto nos costumes. As contradições não-antagônicas são problemas enfrentados com o advento do socialismo: o “atraso de consciência”, o “desleixo”, a “burocracia”. O instrumento para superar estas contradições é a autocrítica.

²³⁵ Idem, p. 12.

²³⁶ No texto não fica claro a forma de envolvimento do escritor nesta luta. O que parece, implicitamente, é dar papel central a classe operária e ao partido comunista, narrando a construção do socialismo e a luta contra os antagonistas.

²³⁷ Nesta mesma edição foram feitas mais duas menções ao realismo socialista. Uma delas no artigo “A grande arte”, assinado pelo cineasta Vsevolod Pudovkin, fala a respeito das conquistas do cinema após a Revolução de Outubro e menciona o apoio dado pelo partido bolchevique, desde os anos 1920, aos jovens cineastas, “ajudando-os a produzir e assimilar os princípios do realismo socialista”. Pudovkin destaca a importância de se inspirar em “temas contemporâneos”, como “o trabalho modificando a consciência do homem soviético, aproximando o último deste ideal preciso: o de ser um membro ativo da sociedade soviética”. A outra referência está no artigo “Música”, no qual é discutido o informe de Andrei Zhdanov publicado na revista *Problemas*.

²³⁸ O substantivo “estética” é aqui utilizado como o termo que se refere à investigação filosófica da “arte e do belo”. Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

²³⁹ GHIOLDI, Rodolfo. A estética à luz do marxismo. In: *Fundamentos*, São Paulo, n. 17, p. 29-35, jan. 1950, citação p. 29.

transcendental ao homem” para explicar a inspiração artística, formulando, assim, um “sentido não-humano” e “anti-histórico” ao conceber a arte.²⁴⁰

Contra esta argumentação, Ghioldi procura demonstrar que “não existe arte como esfera absolutamente autônoma” do social, os “seus elementos” – “tema, a situação, a trama, o conflito, os problemas [...] e até mesmo seus recursos e instrumentos” – são dados pela realidade social. Vai, então, amparar seus argumentos por meio de uma explicação da “origem da arte”, que teria seguido “o mesmo roteiro de outras formas de expressão”. O ser humano é apresentado como um “ser social” que, coletivamente, luta contra os rigores da natureza pela sua sobrevivência, e, das dificuldades encontradas nessa luta, advém à necessidade de se comunicar e criar “instrumentos de cultura”. Fazendo referência a uma célebre frase de Marx – “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”²⁴¹ – Ghioldi sustenta que o sujeito ao manejar ideias e representações, sobre si e o mundo a sua volta, previamente insere-se em um conjunto de relações sociais, constituídas historicamente, que condicionam as possibilidades deste manejo. Em seguida, apresenta outra formulação de Marx, segundo a qual “a beleza está na consciência do homem”. Mas, questiona: “Como surge a noção de beleza na consciência do homem”? O belo, tal qual a própria consciência, é produto do processo histórico do domínio do homem sobre a natureza. “[...] no curso de sua ritmada ação social sobre a matéria, que é sua defesa e seu meio de nutrição, forma-se nele a aptidão para criar o harmonioso, o gracioso, o belo”.²⁴²

Porém, além da relação homem-natureza, há também a relação entre os próprios homens. Assim, enquanto o homem por um lado aumentou sua autonomia frente ao mundo natural, chegando a um nível satisfatório na sociedade capitalista avançada, por outro lado, a dominação do homem pelo homem, a divisão de classes, não foi superada, mantendo-se como o principal entrave à elevação das potencialidades humanas.

A sociedade dividida em classes opostas, a sociedade burguesa, encontrava-se, na visão de Ghioldi, em franco declínio. A expressão artística da sociedade burguesa acompanhava o seu destino, degenerando-se inevitavelmente. O “modernismo”, em suas diferentes formas, não passava de uma manifestação da decadência. Impressionistas, *nabis*, *fauvisme*, cubismo, abstracionismo, surrealismo, atonalismo, cada um foi criticado particularmente, mas um defeito comum a todos seria sobrevalorizar a forma à revelia do conteúdo, causando, sem qualquer preocupação por parte dos artistas, o afastamento do público. Rodolfo Ghioldi, explica que não existe investigação formal

fora da relação com o conteúdo [...] a pseudo-investigação formalista do modernismo [...] excede em muito esse terreno exterior e atinge diretamente o conteúdo. O novo conteúdo exigido pelo modernismo, a pretexto de ajustá-lo a certas pesquisas formais, é o afastamento do humano, a renúncia temática, a traição da realidade.²⁴³

Para o realismo socialista, ao contrário, uma narrativa ou um quadro, por exemplo, seriam formas de apreender o “real”, este em seu sentido dinâmico, como aquilo que “está sendo”. A obra de arte deve se importar em passar para o público uma mensagem de “otimismo e confiança na capacidade do homem”, “modificando-o” e “estimulando-o”, pois

²⁴⁰ Idem, p. 30.

²⁴¹ MARX, Karl. “Para a crítica da economia política” (prefácio). In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 130. (Os pensadores).

²⁴² Com exceção a frase de Marx, todas as citações desse parágrafo estão em GHIOLDI, Rodolfo. *Op. cit.*, p. 30.

²⁴³ Idem, p. 31.

só assim ela cumpre a sua função social. Neste sentido, o aspecto formal é importante para atingir, com emoção, “as grandes massas populares”.²⁴⁴

O novo realismo se difere do velho e do “naturalismo fotográfico” porque seleciona o que merece ser representado. A realidade não é tomada como um dado, mas sim como algo passível à ação humana, estando em constante desenvolvimento. Por isso, há “personagens de carne e osso” que “não caracterizam uma tendência do desenvolvimento humano”, logo, não possuem valor para “o realismo artístico”. Conseqüentemente, mesmo ciente da presença de miséria e sofrimento na vida dos trabalhadores, o artista deve representar tais tormentos num segundo plano e dar prioridade a tenacidade combativa do proletariado, pois esta é a “classe da vitória inelutável”. Ghioldi cita o escritor Aleksander Fadeiev para quem o realismo socialista é “a arte de revelar a vida em seu progresso, de perceber e mostrar, no presente, os germes do futuro”. Seria esta uma das novidades do realismo socialista: conter o “romantismo revolucionário” em si.

O ensaio de Ghioldi chama atenção por ser o primeiro, na revista *Fundamentos*, e talvez o mais empenhado, a propor uma reflexão sobre a origem e o desenvolvimento da arte por meio dos princípios filosóficos materialismo dialético (lembrando, em certa medida, algumas contribuições de Lukács, autor citado por Ghioldi).²⁴⁵ Esse arcabouço teórico sustenta suas críticas à “arte burguesa”, como sustenta sua noção de “real” – o “está sendo” – e atribui a função do artista socialista. Tomo como indicativo da relevância deste texto o fato de um trecho dele (aquele que versa sobre o romantismo revolucionário) ter sido publicado, no mesmo mês, na seção “Arte e literatura” que saía aos domingos no diário *Imprensa Popular*.²⁴⁶

Na edição 21 foi publicado um artigo que trouxe considerações semelhantes às de Ghioldi, mas com algumas contribuições singulares. O texto é de autoria do vice-ministro da Cultura da Polônia, Włodzimierz Sokorski, no qual ele expõe a ideia de que a arte “é uma manifestação peculiar do processo de observação da realidade”, derivada da atitude, determinada pela época, “cognoscitiva do homem frente à realidade”.²⁴⁷ Vemos que Sokorski agrega, em suas apreciações, elementos dos debates sobre as artes ocorridos na URSS durante as décadas de 1920 e 1930, antes da oficialização do termo realismo socialista.²⁴⁸ A defesa da arte como uma forma de cognição, parece aproximar-se da ideia fundamental do fundador da primeira revista literária soviética, Aleksandr Voronski. Este afirmava que a “obra literária é, substancialmente, uma forma específica de conhecimento da realidade e não [...] um instrumento para modificar e construir uma nova realidade”.²⁴⁹ Mas o que particulariza a arte como forma de conhecimento?

Para Sokorski, a arte é “uma expressão emocional”, como tal, ela possui caráter subjetivo. No entanto, não se deve confundir com aqueles que argumentam a respeito da total incompatibilidade entre arte e ciência. Apesar de exprimir sentimentos humanos, ao mesmo tempo a obra artística é “produto do pensamento”. Sua principal distinção frente à ciência,

²⁴⁴ Idem, p. 32.

²⁴⁵ O início da argumentação de Ghioldi lembra a primeira parte do ensaio de György Lukács *Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels*. Cf. LUKÁCS, Georg. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 11-42.

²⁴⁶ Cf. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, n.602, p. 3 e 5, 21 jan. 1951.

²⁴⁷ SOKORSKI, Włodzimierz. O realismo socialista e a criação artística. In: *Fundamentos*, São Paulo, n. 21, p. 22-24, ago. 1951.

²⁴⁸ Cf. STRADA, Vittorio. *Op. cit.*, p. 160.

²⁴⁹ Aleksander Voronski, de acordo com Strada, foi um dos principais críticos literários da URSS nos anos 20 por ter dirigido entre 1921 e 1927 a primeira revista literária soviética *Krasnaia Novi*. Voronski “foi um político que – designado pelo Partido para desempenhar uma função de primeiro plano no setor literário” cumpriu sua tarefa sem espírito sectário. Entre 1925 e 1928, aproximou-se da oposição trotskista o que acabou determinando sua carreira.

que se “situa num mesmo plano”, está na forma de expressar a realidade apreendida por meio de “imagens”, enquanto na ciência as “deduções da experiência concreta possuem um aspecto de pensamento abstrato e são expressões típicas do pensamento conceitual”.²⁵⁰

Por meio da concepção de arte como “processo cognoscitivo do pensamento” humano, Sokorski vai apresentar sua compreensão sobre a “decomposição” da arte na sociedade burguesa. O autor comenta que de acordo com Lênin o conhecimento artístico é “um elemento de todo conhecimento”, assim sendo, a obra de arte possibilita ao homem alcançar a “verdade absoluta do objeto” e, dessa forma, constitui “um fenômeno progressista”. Sob o ponto de vista da história da arte, tal constatação nos permite dizer que a classe que se colocou na luta pelo desenvolvimento social do homem alimentou a “corrente realista” da arte, enquanto, ao contrário, a classe que lutava para manter seus privilégios assumia uma postura “anti-realista” (que “inverte o processo do conhecimento do mundo”).

A burguesia, desde a Comuna de Paris, percebeu que sua posição de classe dominante estava ameaçada e, com intuito de preservar seus privilégios, assume uma postura “antirrealista”. Esta postura reflete na produção artística burguesa, perceptível em diversos modos de irracionalismo: “o relativismo filosófico”, o “abstracionismo”, a “música dodecafônica”, o dadaísmo, etc. Segundo Sokorski, verifica-se nestas expressões da estética burguesa o “desprezo pelo leitor e o divórcio ente a arte e o povo”, além uma postura política “cínica” entre os artistas.

É contra esta decadência que se impõe o realismo socialista. Se, de acordo com Sokorski, a arte é uma forma de o homem obter consciência do mundo que o circunda, o realismo socialista qualifica-se como “o método” a ser seguido pelo artista apreender e expressar o mundo real precisamente. Todavia, não basta reproduzir o mundo conhecido. Além de fazer a análise crítica e interpretar o mundo, o realismo socialista “confere ao fenômeno artístico um sentido ideológico”. Segue o “princípio” da unidade entre forma e conteúdo, a “capacidade criadora do artista a serviço de determinada ideia”. A arte é concebida como “um instrumento de influência das massas”, uma forma de orientação para a construção de uma sociedade socialista mais desenvolvida, e, assim sendo, o realismo socialista indica o procedimento adequado para o artista alcançar seus objetivos.

Assim como Ghioldi, que assimila parcialmente algumas ideias de Lukács, Sokorski agrega certas contribuições de Voronski, contudo, ambos distanciam-se dessas influências e enfatizam a concepção *rappista*²⁵¹ de arte como instrumento ideológico da luta de classe.

Na edição seguinte, de setembro de 1951, foram publicados trechos do discurso do ministro da educação húngaro, Josef Revai, ao II Congresso do Partido dos Trabalhadores da Hungria. Com o título de “Cultura e luta de classes nas democracias populares”, o texto tem um forte teor combativo. Revai assevera ser preciso combater veementemente setores minoritários da “antiga elite intelectual burguesa” que, diferente da maioria, não se integraram “honestamente” à luta pela construção do socialismo. Destacamos a afirmação de Revai sobre a importância, para nova cultura húngara, de não “fechar a porta” aos clássicos da cultura burguesa e ocidental. As grandes obras da época em que “as culturas burguesas ainda eram progressistas” (Shakespeare, Voltaire, Balzac, Dickens, Bernard Shaw, entre outros), assim como alguns contemporâneos (Aragon e Howard Fast), serviriam para enriquecer a nova

²⁵⁰ “A arte [...] não se converte em manifestação do pensamento puramente conceitual, diferenciando-se da ciência precisamente porque permanece sempre como imagem de realidade; isso acontece mesmo em se tratando da síntese mais avançada – o sentido de projeção da arte é conseguido através da imagem”. Aparentemente, nota-se, mais uma vez, a influência de A. Voronski. Este via na arte a “tarefa de ‘refletir’ em suas imagens a mesma realidade que a ciência reflete e conhece em suas categorias abstratas”. STRADA, Vittorio. *Op. cit.*, p. 160.

²⁵¹ Relativo à Associação Russa de Escritores Proletários (RAPP) que funcionou de 1925 a 1932.

cultura húngara, o que demonstra que tipo de literatura era valorizada pelas lideranças comunistas.²⁵²

Há pelo menos mais cinco textos, de autoridades do mundo socialista, que traçam considerações sobre as artes e o papel do artista socialista. O primeiro deles, publicado na edição nº 31 de *Fundamentos*, aparece com o título “O papel da superestrutura no desenvolvimento da sociedade”. Curiosamente traz apenas o nome do autor abreviado, “G. Alexandrov”, sem dar qualquer informação das circunstâncias em que o texto foi escrito (ou caso tratar-se de um discurso transcrito, quando foi proferido) e sobre seu autor, algo incomum no tratamento dado pelos editores da revista a soviéticos.²⁵³ O texto contém muitas citações de Stálin, sobretudo do ensaio “A propósito do marxismo em linguística”, para advogar que a “base” econômica da sociedade determina a “superestrutura” ideológica. No fim, Alexandrov afirma que o socialismo trouxe novas e mais ricas condições materiais, das quais “as ideias de vanguarda” se beneficiaram, contando “com o poderoso apoio do Partido Comunista”.²⁵⁴

Nesta mesma edição, foi transcrito um trecho do discurso do dirigente do PCUS Georgy Malenkov que, ao contrário do caso anterior, recebe elogiosa apresentação. De acordo com os editores de *Fundamentos*, eles estariam “honrados” em apresentar o informe de Malenkov no XIX Congresso do PCUS. Em seguida afirmam que:

Embora o trecho do informe que transcrevemos faça referência somente aos problemas da União Soviética, os ensinamentos que ele encerra são válidos para os intelectuais de todo o mundo. Publicando-o em nossas páginas, estamos certos de que contribuímos para trazer aos intelectuais brasileiros, principalmente aos que se preocupam em colocar seus conhecimentos a serviço do povo, uma fonte de ensinamento [...] muito contribuirão para o aparecimento de uma arte e uma literatura que reflitam a realidade brasileira e a luta de nosso povo pela sua transformação.²⁵⁵

Depois dessa apresentação que deixa clara a finalidade instrutiva da publicação do texto, vemos aquele que provavelmente tenha sido o mais doutrinário dos artigos aqui discutidos.

Logo no começo do informe o dirigente destaca a relevância da literatura para a cultura soviética e os êxitos conquistados em seu terreno. Porém, a despeito dos sucessos alcançados, ainda havia escritores que apresentavam a “vida rica e ardente da sociedade soviética” de forma “sombria e enfadonha”, evidenciando a obrigatoriedade em “elevar” o “nível ideológico” de alguns artistas. Estes não teriam acompanhado o desenvolvimento dos homens do povo que, “educados pelo Partido”, aprenderam a apreciar apenas as belas obras literárias. Malenkov, então, aponta o que os escritores precisam seguir para produzirem admiráveis obras:

[...] devem estigmatizar os vícios, os defeitos, os fenômenos prejudiciais que existem na sociedade e mostrar os personagens positivos, os homens de novo tipo, em todo o esplendor de sua dignidade humana, contribuindo assim para formar nos homens de nossa sociedade caracteres e hábitos isentos da calamidade e dos vícios engendrados pelo capitalismo.²⁵⁶

²⁵² REVAI, Josef. Cultura e luta de classes nas democracias populares. In: *Fundamentos*, São Paulo, n. 22, p. 14-16, set. 1951.

²⁵³ Acreditamos que seja o cineasta soviético Grigori Alexandrov.

²⁵⁴ ALEXANDROV, G. O papel da superestrutura no desenvolvimento da sociedade. In: *Fundamentos*, São Paulo, n. 31, p. 19-21, jan. 1953.

²⁵⁵ *Fundamentos*, São Paulo, n. 31, p. 29, jan. 1953.

²⁵⁶ MALENKOV, Georgy. O papel das artes e das ciências na constituição do comunismo. In: *Fundamentos*, São Paulo, n. 31, p. 29, jan. 1953.

O texto do dirigente soviético é marcadamente impositivo, distanciando-se do caráter reflexivo e argumentativo dos textos de Ghioldi e Sokorski. Enquanto estes procuraram fundamentar a proposta do *partidarismo* nas artes, em Malenkov vemos a atuação do partido em sua condição de dirigente, delimitando de modo incisivo a maneira correta de proceder.

Na edição 37 de *Fundamentos*, foi publicado um longo texto, “O estado atual da literatura soviética”, que é apresentado como a tradução do informe de “A. A. Surkov” (não há maiores informações sobre este) ao II Congresso de Escritores Soviéticos. A maior parte do informe se ocupa em enumerar as conquistas da literatura soviética entre os vinte anos que separam o primeiro e o segundo congresso (aumento no número de participantes, crescimento de títulos e das tiragens, integração de “povos menores” das repúblicas soviéticas). O autor apresenta, também, preocupações com o nível das traduções e discorre sobre a questão do “herói positivo”, alvo de um “animado debate” durante o atual congresso. Surkov sublinha a importância para formação e o sucesso que estes heróis têm em relação aos jovens, mas se esforça em mostrar a diferença entre o “herói idealizado” – personagem que possui apenas qualidades – e o herói positivo – que apresenta dúvidas e contradições, contudo, ao longo da história, as supera.

Por fim, no último número publicado de *Fundamentos*, encontram-se dois textos que exemplificam bem o caráter impositivo do realismo socialista em sua vertente zhdanovista. O texto de abertura da edição, *Alguns problemas da literatura contemporânea*, está assinado por um dos mais populares literatos soviéticos à época, Konstantin Simonov. O tema central do ensaio é o que a literatura deve representar e como representar o “herói”. Segundo Simonov, o método do realismo socialista exige um “vínculo indissolúvel entre escritor e a causa do povo” e a literatura “acha-se isenta de todo pessimismo” já que em sua essência está a “fê inquebrantável na vitória das relações socialistas na terra.”²⁵⁷ Sendo assim, o realismo socialista é a “literatura do trabalho e do povo”, portanto é “com razão” que muitos escritores escolham como protagonista “o homem de vanguarda”.²⁵⁸ Inspirado em Górkki, Simonov acredita que a “missão da literatura é exaltar o trabalho” e seu “objeto de afirmação deve ser o trabalho frutífero do homem”. Neste sentido, tanto o homem como o protagonista adequado devem ser medidos pela “atitude para com o trabalho”, o trabalho coletivo e não aquele em benefício próprio.²⁵⁹ Porém, Simonov aponta que, no afã de expressar o “novo”, um erro recorrente entre os escritores soviéticos tem sido “embelezar” a vida e os heróis, deixando de lado as derrotas, as dificuldades e os defeitos pessoais de uma personagem. A estética do realismo socialista “não exige que se suavize os quadros da vida” ou proponha um herói de virtude “excepcional”, é preciso ter como diretiva ampla que “atrás da derrota momentânea há expectativa da derrota futura”, assim como a superação dos erros e fraquezas individuais.

No outro texto de teoria literária da última edição de *Fundamentos*, o escritor chinês, apresentado pelos editores brasileiros com entusiasmados elogios, Liu Pai-Yu, assevera que o escritor “não deve selecionar material ao acaso” ao exercer seu ofício, mas sim “selecionar apenas aquilo que é mais importante na vida real”, ou seja, aquilo que revele sua “relação com o povo e com a luta revolucionária”.²⁶⁰ O objetivo fundamental da literatura seria “aumentar a consciência do leitor”, através da descrição das “amargas experiências e do gradual despertar de consciência” das personagens durante essas experiências.²⁶¹ Citando si próprio como exemplo – pois fora voluntário na Guerra da Coreia – Liu Pai-Yu assegura que só diretamente envolvido na luta revolucionária é que o escritor conhece aqueles que devem ser tomados

²⁵⁷ SIMONOV, Konstantin. Alguns problemas da prosa contemporânea. In. *Fundamentos*, São Paulo, n. 40, p. 3-13, dez. 1955, p. 3.

²⁵⁸ Idem, p.5

²⁵⁹ Idem, p.8-9

²⁶⁰ PAI-YU, Liu. Sobre problemas de criação. In. Idem, p. 31-32.

²⁶¹ Idem, p. 33.

como personagens, os dotados das “qualidades bolcheviques” que os permitem não abandonar a luta mesmo “fisicamente esgotados”. Durante a guerra revolucionária surgem “os novos homens com novos caracteres” – cujas principais características são a “lealdade para com a revolução e o espírito de partido” – e assim acompanhar a superação do “velho” e o surgimento do “novo”.²⁶²

Até aqui procurei evidenciar a ocorrência frequente de textos – seja traduções de escritos ou transcrição de discursos – de autoridades comunistas estrangeiras discorrendo sobre as bases, teóricas e práticas, da arte socialista. Independente do caráter do texto, mais reflexivo-argumentativo ou propriamente doutrinário, há entre eles certo grau de consenso. Segue abaixo alguns dos pontos em comum.

Em todos os textos notamos a defesa da ideia de arte como instrumento da luta de classes. Na maioria dos textos também é apresentada a concepção de “unidade” entre forma e conteúdo, na qual a forma é tida como o suporte do conteúdo. Este, por seu turno, deveria transmitir – pelo menos segundo o entendimento de Berman, Ghioldi, Malenkov e Simonov – uma mensagem otimista que estimulasse as massas trabalhadoras a lutarem pela construção do socialismo sem esmaecer. Neste sentido, o realismo socialista concebido como o “método” adequado para que o artista seja bem sucedido em atingir, conscientizar e animar o seu público em prol das causas revolucionárias. Entre os elementos constitutivos, mais claros, do realismo socialista identifica-se: 1) ter como protagonista as classes trabalhadoras (proletariado e campesinato) ou sujeitos dessas classes; 2) descrever os pormenores da realidade social vivenciada, deixando claro que não se trata de uma condição estanque, mas sim de uma realidade modificável pela ação humana (há constante referência ao “realismo clássico” visto em Goethe, Balzac e Tolstoi); 3) apresentar a figura do “herói positivo” como uma personagem com defeitos e qualidades, mas que estas se sobressaíam, possibilitando que o protagonista supere as condições iniciais e apresente um crescimento no decorrer da trama.

2.2.1. Literatura exemplar: os contos de autores soviéticos

A partir de agora contos (ou trechos de romance) de escritores soviéticos publicados em *Fundamentos* serão analisados. Nesta análise, a reflexão central foi se estas produções literárias estão de acordo com as considerações analisadas acima. Esses contos, certamente, foram publicados não só com o intuito de entreter, mas também para servir de exemplo aos escritores brasileiros. A indentidade entre os conteúdos dos contos e as “orientações”, reforça a ideia de que a revista esteve de fato empenhada na divulgação do realismo socialista no Brasil.

O primeiro conto publicado por um autor estrangeiro foi “Fétis Siablikov (um conto soviético)”, de Vasil Ilienkov. A revista não traz maiores informações sobre o autor que acreditamos ser, devido à coincidência dos dois últimos nomes, o filósofo Evald Vasilyevich Ilienkov.²⁶³ Doze *colcozianos* são feitos prisioneiros pelos alemães dentro do celeiro da aldeia.²⁶⁴ Os alemães querem descobrir quais dentre eles são comunistas. Há algumas horas o presidente do *colcoz* e comunista, Zobotkin, fora assassinado na frente de todos. Zobotkin é descrito como “um homem de constituição muito forte” que “podia levantar um cavalo”. Só foi apanhado, porque torcera o pé enquanto ajudava desatolar um caminhão.²⁶⁵

²⁶² Idem, p. 34.

²⁶³ Cf. SILVA, Marcelo José de Sousa. “Evald Vasilyevich Ilyenkov”. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/index.htm>. Acesso em: 30 de dez. de 2013.

²⁶⁴ O “colcoz” era um tipo de propriedade rural coletiva, na qual os meios de produção eram dados pelo Estado que fica com uma parte fixa da produção. Os habitantes eram chamados de *colcozianos*.

²⁶⁵ ILIENKOV, Vasil. Fétis Siablikov (um conto soviético). In: *Fundamentos*, São Paulo, n. 13, p. 16, mar. 1950.

O outro comunista do *colcoz* estava entre os cativos, era Vavilitch, o secretário do Partido que, há dois anos, perdera os movimentos das pernas ao se acidentar enquanto salvava alguns sacos de trigo que tinham caído em um rio congelado. Então, passamos a acompanhar os pensamentos de dois personagens. O corajoso Vavilitch medita sobre os êxitos conquistados ao longo dos quinze anos de trabalhos no *colcoz* e em seus companheiros, dos quais tem orgulho e confiança, com exceção de Fétis. Este sempre se mostrou indisposto com os trabalhos coletivos e com as contribuições ao Partido, um “homem intratável”, que poderia entregá-lo. Fétis, por seu turno, refletia sobre o que Vavilitch pensava a seu respeito e em quantas vezes vacilara. Ao olhar pela fresta da porta, admira, apesar de ter vivido lá toda a vida, pela primeira vez a beleza da aldeia e pensa o quanto o trabalho coletivo foi importante para várias melhorias. Ao fim da sua contemplação, aproxima-se o oficial alemão e os coloca em fila. Em seguida vem a ordem: “Comunistas um passo a frente”. Fétis se põe a frente do grupo e decide se sacrificar em prol de seus camaradas. Os alemães o perfilam na parede da escola e, nesse momento, o narrador descreve que Fétis “parecia mais alto, mais forte e mais galhardo”, enquanto seus camaradas “o olhavam com satisfação e surpresa”. O conto termina com as palavras de um dos cativos sobre seu companheiro: “É digno!”²⁶⁶

No conto de Ilienkov vemos nitidamente algumas características do realismo socialista tal como apresentado nos textos discutidos acima. A escolha do tema é um exemplo. A luta contra os invasores nazistas se enquadra bem ao representar um tipo claro de antagonismo entre forças progressistas e forças reacionárias, ou mesmo entre o bem e o mal. A opção pelas personagens também estão adequadas. Como afirmou Zhdanov em seu discurso de 1934, as “fontes de inspiração da literatura soviética” são “os construtores cívicos da vida nova: operários e operárias, *colcozianos* e *colcozianas*, membros do Partido”.²⁶⁷ Há ainda outros elementos característicos, tais como: a exaltação das transformações percebidas na aldeia (por Vavilitch e Fétis) com a coletivização das propriedades e à atuação do Partido Comunista; a caracterização dos personagens comunistas é feita por meio da indicação das suas qualidades – força, bravura, disciplina e abnegação; e aquele que pode ser tido como o eixo da narrativa, a saber, a evolução positiva da personalidade de Fétis que, de homem intratável, termina se mostrando “digno” ao se sacrificar em prol de seus companheiros e de uma causa maior.

O conto “Nastia”, de Konstantin Pautovski, foi o segundo de autor soviético a ser publicado nas páginas de *Fundamentos*. A história novamente é ambientada na Segunda Guerra Mundial. O sargento Rúdev relata o caso de uma moça “do norte” que, apaixonada, deixa sua aldeia em busca do pintor leningradense Balachov. Nastia, graças à habilidade adquirida como bordadeira, torna-se enfermeira e passa a procurar Balachov nos campos de batalha. Logo “a história daquela moça nórdica que procurava o homem querido” se espalha e ganha aspecto de lenda. Os soldados das mais distantes províncias juravam que Nastia era de sua aldeia. Quando Nastia finalmente encontra a bateria na qual servia Balachov, este havia sido morto dois dias antes. Rúdev conclui dizendo que “depois os combatentes bateram-se como leões” e ele nunca tinha visto “homens tão freneticamente enfurecidos”.²⁶⁸

Novamente vemos um caso característico de “herói positivo” na protagonista Nastia. A evolução da personagem é descrita no conto – a garota apaixonada supera a frustração e o desespero ao se envolver na guerra contra os invasores fascistas. A história do amor verdadeiro e das ações de Nastia eleva o ânimo dos combatentes. Além disso, Nastia é apresentada como uma representante das qualidades do povo do norte da URSS, e uns dos interesses do governo soviético, na conjuntura do pós-guerra, era conseguir a adesão destes

²⁶⁶ Idem, p. 19.

²⁶⁷ ZHDANOV, Andrei. Sobre o realismo socialista e o romantismo revolucionário. In: *Para Todos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 5, abr. 1950.

²⁶⁸ PAUTOVSKI, Konstantin. Nastia. In: *Fundamentos*, São Paulo, n. 14, p. 14-15, abr.1950.

povos para os esforços inerentes à economia de comando, cujo peso recaia sobre os ombros dos camponeses.²⁶⁹

Mais três contos de escritores soviéticos foram publicados na revista *Fundamentos*: “A vida” de P. Pavlenko (julho-agosto de 1950), “O último dia de Matvei Kuzmin” de Boris Polevoi (junho de 1951) e “O parto sem dor” de Dora Belenkaia (dezembro de 1951).²⁷⁰ “A vida” conta a história de um major que, por acaso, reencontra seu filho pequeno ao visitar sua cidade natal. Porém, descobre que o pequeno Koyla tinha sido adotado legalmente por Rogaltchuki, uma jovem viúva, após a mãe e a tia terem sidas mortas por alemães. O conto demonstra a serenidade das três personagens em lidar com as dificuldades causadas pela guerra e como eles chegam a um acordo em torno da situação vivida.

O conto “O parto sem dor” começa falando sobre o silêncio na maternidade de um *colcoz* ucraniano, devido ao “método psicofilático”, que proporcionara às mulheres de todas as regiões soviéticas a possibilidade de ter um parto sem dor. É interessante a conclusão do conto, na qual é feita uma comparação com os países capitalistas ocidentais, cujo resultado é extremamente favorável ao “Estado do socialismo”.²⁷¹

O conto “O último dia de Matvei Kuzmin” chama a atenção por ser o único caso em que o autor é reverenciado pelos editores da revista *Fundamentos*. Na nota de apresentação diz que Boris Polevoi foi ganhador de dois Prêmios Stálin (1947 e 1948) e sua novela “O homem de verdade” é descrita como “um dos mais brilhantes exemplos aplicação do realismo socialista no romance”. Na história publicada, o velho aldeão solitário e de comportamento taciturno, Matvei Kuzmin, passa a ser assediado por um oficial alemão para que, em troca de certos benefícios, leve o seu batalhão, estabelecido no *colcoz* de Kuzmin, até outra região. Depois de alguma resistência e negociação, o velho caçador se compromete a levar os alemães por um atalho no meio da mata. Porém, Kuzmin os leva para uma emboscada e acaba se sacrificando para que a armadilha fosse bem sucedida.

Feita a apresentação dos contos soviéticos, podemos fazer algumas avaliações a respeito da coerência deles em relação aos textos teóricos e metodológicos anteriormente discutidos.

Primeiro, vemos nos contos a presença de mensagens otimistas: Fétis numa situação limite se revela um homem digno; Nastia, mesmo não encontrando seu amado, eleva o moral das tropas; a viúva Rogaltchuki, o jovem Koyla e o major resolvem uma situação complicada de maneira amigável; o velho Kuzmin, em uma manobra arriscada, determina a vitória sobre um batalhão alemão; o empenho dos médicos criadores do método “psicofilático”, que superando preconceitos, cria condições para todas as mulheres soviéticas um parto indolor. As situações incômodas são superadas pelas personagens que protagonizam a história, passando a ideia de que indivíduos bem intencionados e empenhados são agentes que podem modificar a realidade.

Relacionada ao teor otimista dos textos, temos a postura de entrega das personagens em benefício do interesse da maioria, levando-nos a pensar sobre a questão do “herói positivo”. Em pelo menos três contos, percebemos que o desenvolvimento das potencialidades dos protagonistas no decorrer da história ocupa a centralidade das narrativas

²⁶⁹ AARÃO REIS, Daniel. *Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético*. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

²⁷⁰ PAVLENKO, P. A vida. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.16, p. 24-27, jul./ago. 1950; POLEVOI, Boris. O último dia de Matvei Kuzmin. In. *Fundamentos*, São Paulo, n. 19, p.18-21, jun.1951; BELENKAIA, Dora. O parto sem dor. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.23, p.18-19, dez. 1951.

²⁷¹ Segue o trecho final do conto: “Enquanto nos países capitalistas o parto sem dor só é raramente praticado por alguns médicos, em clientes ricos – como impõe o regime – na União soviética a generalização do método [psicofilático] e sua aplicação em larga escala, a todos as futuras mães, chamam toda a atenção para o novo decreto que mostra, uma vez mais, a profunda solicitude do Estado socialista pela pessoa humana. [...] Operária ou kolkoziana, a mulher soviética pode dar a luz sem interromper o sorriso”. BELENKAIA, Dora. Op. cit., p. 19.

(Fétis visto como egoísta e intratável salva seus companheiros; Nastia movida pela paixão abandona o pai e passa por momentos de desespero e desilusão, porém acaba se recompondo e ajudando na frente de batalha; Matvei Kuzmin, que era visto com desconfiança por outros colcoses, se sacrifica num ato de bravura). Há, aparentemente, um esforço em apresentar as fraquezas das personagens para em seguida destacar a superação dessas fraquezas no envolvimento em algum tipo de luta (no caso, na guerra contra a invasão nazista). Deste modo, vemos que os textos vão ao encontro das indicações de Surkov e Simonov – na qual, não se trata de representar um herói idealizado, mas deixar claro seus defeitos – assim como não se distancia do apontamento de Malenkov da arte ter o dever de educar ao “ressaltar as elevadas qualidade morais e os traços típicos positivos do homem simples”²⁷², já que são as qualidades das personagens que sobressaem no desfecho dos contos.

Chama atenção que em nenhum dos contos há personagens operários. Em três, as personagens principais são *colcozianas* ou *colcozianos*. No conto “A vida” é dada a informação de que a viúva Rogaltchuki trabalha na cidade de Leningrado (pois Koyla informa ao pai que ela está de folga naquele dia) sem, no entanto, especificar o seu ofício. Na mesma história há um militar, o major Brazhnev. Em “O parto sem dor” há dois momentos: o primeiro, na maternidade de um *colcós*, onde a parteira Démiannik observa uma jovem tranquila antes do parto iminente e reflete sobre o silêncio; o segundo conta a luta dos médicos Velvovski e Platonov para disseminar o método psicoprofilático. Observa-se que, mesmo ausente o operário, os personagens podem ser encarados como os “construtores cívicos” de que fala Andrei Zhdanov. Os *colcozianos*, por exemplo, protagonistas na maioria dos contos, são tidos por Stálin como um tipo “superior” de camponês e os *colcozes* equivalentes a empresas socialistas.²⁷³

Por fim, mais um tópico apresentado nos textos de dirigentes que está presente nos contos diz respeito ao elogio à Revolução e às ações do partido e dos comunistas, capazes de atuar a favor do interesse do povo.

Foi possível identificar nos contos algumas das principais indicações e reflexões feitas nos textos teórico-metodológicos. Neste sentido, as mensagens otimistas, a valorização de pessoas comuns enfrentando com coragem as dificuldades, apologias aos homens do partido e à URSS e a figura do herói positivo podem ser tomadas como manifestações do gerenciamento político da arte – este o elemento mais característico do realismo socialista em sua vertente zhdanovista.

2.3 – Os contos de autores brasileiros: aproximações e distanciamentos com o modelo zhdanovista

Diferente da revista *Problemas*, que era o principal órgão teórico do PCB, no caso de *Fundamentos* a maior parte dos textos publicados, sobre variados temas, foi de autores brasileiros. No âmbito artístico, a revista publicou contos, poesias, peças, cantos, desenhos, críticas, divulgou, promoveu e criticou eventos, além de ter dado um espaço significativo para o debate sobre o cinema nacional. Os parâmetros do realismo socialista são perceptíveis em textos diversos, principalmente em críticas a artistas e eventos que não tinham afinidades

²⁷² MALENKOV, Georgy. *Op. cit.*, p. 29.

²⁷³ As considerações de Stalin são de um discurso realizado em 28 de dezembro de 1929 na Conferência de Técnicos Agrários Marxistas. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/stalin/1929/12/28.htm>> Acesso em 01 de abr. 2014. Pode ajudar entender a ênfase dada aos camponeses coletivizados, a situação por eles vivida no pós-guerra. A respeito cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*

políticas com os comunistas.²⁷⁴ Em alguns casos, essas críticas tinham um cunho pessoal, direcionadas estritamente ao posicionamento político do autor, e acabavam, por vezes, se tornando ofensas.²⁷⁵

Porém, se centrarmos nossa atenção nos contos, tal como foi feito acima para os autores soviéticos, podemos perceber uma variação maior em relação às diretrizes emanadas dos textos metodológicos. Contabilizamos, de autores brasileiros, um total de nove contos e uma novela ao longo das 40 edições. Destes, separamos os que identificamos traços característicos do realismo socialista e aqueles que se distanciam dos elementos do modelo (herói positivo, “construtores cívicos” como protagonistas, otimismo, luta social).

Entre os primeiros, temos: “Zé Meeiro” de João Paulo Neto; “Reco-reco” de Ibiapaba Martins; “O trem que não partiu” de Agenor Parente e “Aquela noite de março” de Narceu de Almeida Filho.

Em “Zé Meeiro”, publicado em junho de 1950, trata-se da história de um meeiro que se aproxima das Ligas camponesas. A narrativa apresenta as reflexões de “Zé” que, cansado de dar ouvidos ao coronel que explora seu trabalho, acaba tomando consciência da importância de lutar ao lado de outros camponeses pelos seus direitos. Outras personagens da trama são: Arlindo, aparentemente um militante que leva jornais para Zé, e Tertúlia, a esposa do personagem principal que, a princípio mostra-se reticente com a politização do marido, mas depois se sente contagiada com o espírito de luta de Zé quando este decide se juntar a “uma Liga Camponesa” fundada na região.²⁷⁶

“O Reco-Reco” narra o esforço de um grupo de operários e operárias para organizar uma greve, dando destaque à importância de ter um jornal feito pelos funcionários. No conto há alguns protagonistas – Targi, Zanenné, Roque, Maria Espanhola – que tomam a iniciativa e se empenham na produção do jornal, que acaba estimulando o surgimento de um movimento grevista. Algumas dificuldades são expostas, como a presença de um “tira” infiltrado que provoca tumulto para instigar a repressão policial, resultando na morte de Targi. No entanto, a história termina de forma positiva, com os operários conseguindo o aumento desejado e com a reflexão preocupada do advogado da fábrica: “o culpado era o veneno instilado pelos comunistas, que se tornava uma força material quando penetrava naquelas almas brancas e as fazia as atirarem contra as instituições e a própria pátria”.²⁷⁷

No texto de Agenor Parente, a “preta velha”, Marcolina, conta sua difícil história, que se mistura ao relato da luta do “povo” de Camocim para que os trilhos da linha férrea que leva até o porto da cidade não seja arrancado e levado para Sobral, como deseja os

²⁷⁴ Em relação às artes plásticas uma série de ensaios críticos à arte abstrata e a diferentes vanguardas modernistas (*fauvismo*, cubismo, futurismo, surrealismo...) foram publicadas. Cf. Por exemplo, CARDOSO, Plínio de Arruda. Do impressionismo ao abstracionismo. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.9/10, p. 170-176, mar./abr. de 1949 e MARTINS, Ibiapaba Os artistas plásticos tem um dever a cumprir. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.18, p. 11-14, mai. de 1951. O papel de principal crítico das artes foi assumido por Fernando Pedreira que, aos moldes do realismo socialista, dedicou grande parte de seus artigos para criticar a Bienal de Artes de São Paulo. Cf. A Bienal impostura cosmopolita. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.21, p. 14-15, ago. de 1951; A Bienal e seus defensores. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.22, p.13-14, set. de 1951. Na literatura também há vários exemplos de críticas cujo parâmetro era o realismo socialista: LEFÈVRE, Antonio Branco. Neurose: a solução Koestler. *Fundamentos*, São Paulo, n.2, p. 122-127, jul. de 1948; CASTRO, Moacir Werneck de. Uma literatura de decadência. *Fundamentos*, São Paulo, n.13, p.12-14, mar. de 1950; ROSA, Roldão de Mendes. Um escritor serve à guerra. *Fundamentos*, São Paulo, n.16, p. 34-35, jul./ago de 1950, entre outros. Um claro exemplo deste tipo de crítica é dado por Walter Sampaio ao falar sobre o romance “Fogo Verde” de Perminio Asfora, ao apontar que o “defeito do romance resulta da falta de conteúdo ideológico” e, “mais grave” é “que o romance foi escrito do ponto de vista dos interesses e sentimentos do coronel”. Cf. *Fundamentos*, São Paulo, n.25, p.25-26, fev. de 1952.

²⁷⁵ Cf. FERNANDES, J.E. Dois documentos, duas culturas. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.21, p. 3-5, ago. de 1951.

²⁷⁶ NETTO, João Palma. Zé Meeiro. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.20, p. 13-15, jun. de 1951.

²⁷⁷ MARTINS, Ibiapaba. O Reco-Reco. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.22, p.20-23, set. de 1951.

administradores ferroviária. Mais do que Marcolina, é o “povo” o protagonista da história. Sua unidade é destacada – “homens, mulheres, crianças e velhos [...] até os soldados, que guardavam a estação, marcham conosco”. Devido a esta união, os trabalhadores de Camocim conseguem barrar os interesses dos empresários e impedir a “partida” do trem.²⁷⁸

Por fim, o conto de Narceu de Almeida Filho, narra a história de um grupo de funcionários de um frigorífico (sendo um comunista, um simpatizante e um ex-militante) que, após a comoção causada pelo recebimento da notícia da morte de Stalin, formam uma célula do Partido na empresa. A primeira tarefa realizada, logo na madrugada que formaram a célula, foi pendurar uma bandeira negra e escrever no portão de entrada do frigorífico a frase: “Glória eterna ao grande Stalin”.²⁷⁹

Nos quatro contos podemos perceber claramente elementos do realismo socialista em sua vertente zhdanovista. As personagens são camponeses, operários ou propriamente o “povo”. Em todos os casos são relatadas as ações dos protagonistas visando a transformação do meio social que os cerca. Assim, encontramos uma variação do tema do herói positivo, pois à medida que transcorrem os contos, as personagens se tornam mais decididas em efetivar seus objetivos de classe. Outro elemento facilmente destacável é o romantismo revolucionário, tal como o entende Zhdanov, com mensagens positivas para estimular a ação revolucionária. E, especificamente no conto de Narceu de Almeida Filho, o culto a personalidade é evidente. Já no caso de “Zé Meeiro”, nota-se a defesa da “Paz”, uma das políticas da pauta do PCB e do *Kominform*.²⁸⁰

No entanto, os outros trabalhos literários levantados escapam aos moldes mais restritos do realismo socialista. Entre estes estão a novela “Sete cartas loucas”, de Afonso Schmidt, e os seguintes contos: “Santa”, de Ivan Pedro de Martins, “Democracia em Faveiral” de Matias Arrudão, “Arlindo” de Cleso de Lima Horta, “A Crisma” de Braúlio Pedrosa e “Entre a missa e o almoço” de Artur Azevedo. Serão traçadas algumas considerações sobre estes contos, a fim de demonstrar que nem todos os trabalhos publicados na revista estiveram circunscritos às fórmulas *zhdanovistas*.²⁸¹ É interessante destacar que, com exceção de “A Crisma” e do conto de Artur Azevedo, todos os demais trabalhos deste tipo foram publicados antes dos contos mais ajustados às diretrizes do realismo socialista, estes publicados entre junho de 1951 e janeiro de 1954.

O primeiro e mais longo texto literário publicado em *Fundamentos* foi a novela assinada pelo redator-chefe da revista, Afonso Schmidt. Dividida em sete partes, veio a público na segunda edição, de julho de 1948, e terminou na 11ª edição, de janeiro de 1951. A história é introduzida com uma nota de esclarecimento em que um escritor explica para o seu editor a origem do material disponibilizado. Trata-se de um conjunto de sete cartas, nas quais o mágico “Aladino”, nome artístico de Moacir Marques, conta a sua vida, desde a infância, em seu primeiro contato com o ilusionismo, até sua decadência pessoal e profissional que o levou, após anos de sucesso, a um asilo para velhos artistas.

Narrada a maior parte em primeira pessoa, pelas cartas de Moacir Marques, o simpático personagem relata o início difícil da carreira de mágico de circo, a mudança para as

²⁷⁸ PARENTE, Agenor. E o trem não partiu. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.32, p.15-17, abr. de 1953.

²⁷⁹ ALMEIDA FILHO, Narceu. Aquela noite de março. In. *Fundamentos*, São Paulo, n. 34, jan. de 1954.

²⁸⁰ Em um dos trechos, Zé responde a Tertúlia sobre o que está pensando: “Nos tempo de hoje, que os bandidos querem outra guerra”. Mais a frente, quando decide definitivamente que entrará na Liga, o meeiro pensa que “seus verdadeiros amigos estavam na Liga, esperando ele e Tertúlia para transformá-los e ativos defensores dos seus direitos, em verdadeiros campeões da *luta pela paz*” (grifo nosso). NETO, João Palma. *Op. cit.*, p 14 e 15.

²⁸¹ Aqui não cuidaremos do conto de Artur Azevedo, pois este, publicado em uma edição que homenageava o centenário de nascimento do autor, evidentemente não sofreu qualquer tipo de influência do realismo socialista. O conto “Democracia em Faveiral” vai ser analisado separadamente mais a frente.

apresentações solo, que lhe trouxeram dinheiro e fama, suas relações amorosas e expõe alguns de seus poemas. Mas o estilo de vida hedonista e, sobretudo, o alcoolismo o levou a abandonar a prestidigitação e Paula, o grande amor de sua vida. O próprio Moacir Marques narra, em sua sétima carta, parte de seus últimos dias, sonhando com Paula no asilo. Porém, é o escritor, remetente das cartas, que termina de contar o fim “melancólico” de Moacir.

O segundo texto que gostaria de apresentar resumidamente é o conto “Santa” de Ivan Pedro de Martins. A história, que possui um narrador externo, centraliza o pensamento e os diálogos de “Maneco”, um sertanejo que passa a maior parte de sua vida trabalhando no campo. Sua solidão é abrandada quando conhece “Santa”, uma prostituta muito singular, que nem parecia “muié da vida [...] tinha jeito dessas mulheres que aparentam ser irmãs de todo mundo” e só atendia quem ela quisesse, sem discriminar ricos e pobres. Durante cinco anos, quando o trabalho permitia, Maneco ia se encontrar com Santa. Porém, em certa ocasião, ao chegar à cidade, Maneco se surpreende, a casa de Santa está cheia por causa de seu velório. Tônico, o filho de um proprietário da região, não aceitou a recusa que Santa fez de seu convite para morar com ele e a matou. Enquanto acompanhava o enorme cortejo, Maneco não conseguia entender por que alguém atiraria em Santa, afinal a “pobre, queria bem a todo mundo, nunca fez mal a ninguém...”²⁸²

O conto de Cleso de Lima Horta traz, sobretudo por meio de diálogos, o cotidiano de um pequeno proprietário rural, Arlindo, em seu trabalho ao longo da semana e seu divertimento no baile sábado à noite. Arlindo não demonstra qualquer preocupação política. Como o próprio explica, o seu “regalo é berganha [negociar animais], tropa e lida de gado”. A história prossegue mostrando o domingo lucrativo da personagem, quando consegue trocar um burro por um cavalo com outro peão.²⁸³

Por fim, o conto “A Crisma” relata o alvoroço que a visita do bispo de Água Doce causa na pequena cidade de Cipoal, onde os fiéis disputam lugar para acompanharem a crisma a ser realizada pelo bispo. O conto trata com humor a diferença em que os mais pobres e os mais ricos escolhem os padrinhos de seus filhos, a cobrança feita pelo vigário da cidade por lugares na Igreja e a frustração de todos com a tão esperada missa do bispo, que não teve nada de especial.

As apresentações acima tiveram o intuito de demonstrar que em nenhum dos quatro contos há traços claros do modelo emanado dos textos de autores soviéticos publicados na própria revista *Fundamentos*. Se neles estão presentes personagens de classes subalternas, como trabalhadores rurais, estes não apresentam as características positivas exigidas por Malenkov e, tampouco, enfrentam uma situação de conflito revolucionário que demonstre crescimento pessoal das personagens ou a transformação da realidade vivida. No caso do peão Arlindo, por exemplo, mostra-se uma personagem egoísta, que não se incomoda em enganar seus companheiros, pelo contrário, se entusiasma com esta atitude. Em “Santa”, o conto gira em torno da subjetividade de Maneco, o que já destoa da fórmula do realismo socialista, e ele não tem preocupações políticas, na verdade sua preocupação é acabar com a solidão junto à bondosa prostituta. Santa aparece de forma idealizada, que apesar do seu ofício, faz jus ao nome, ao levar alegria para vários sertanejos solitários sem se importar com a condição dos “clientes”. Vemos, no máximo, certo grau de denúncia social ao comportamento dos fazendeiros, já que é o filho de um que, ao tomar Santa como sua propriedade, mata a heroína. Há um olhar positivo em relação à população pobre que demonstra união e consternação – não apenas homens, mas também mulheres que viam a “boa alma” da moça – com o assassinato de Santa.

No conto “A Crisma”, observamos que o autor se preocupa em fazer denúncias à ação da Igreja e a estratificação social presente no pequeno município de Cipoal. Também é

²⁸² MARTINS, Ivan Pedro de. Santa. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.6, p. 418-423, nov. de 1948.

²⁸³ HORTA, Cleso de Lima. Arlindo. In. *Fundamentos*, São Paulo, n.14, p. 20-22, abr. de 1950.

destacada a diferença entre o comportamento do camponês pobre, que escolhe o padrinho de seu filho simplesmente por amizade, e o de Osório, gerente do Banco do Brasil que opta pelo coronel Fabiano, interessado em obter com isso privilégios políticos. Entretanto, apesar de estar presente no conto o desapontamento com a simplicidade e rapidez da cerimônia conduzida pelo bispo, a história termina com os clérigos satisfeitos com o rendimento financeiro da cobrança pela missa, anunciando no alto-falante da Igreja que o bispo estenderia sua estadia e onde os fiéis poderiam obter as fichas para o evento. Este final enfatiza a permanência das condições sociais, com a vitória da instituição exploradora e alienante, estagnação que destoa, portanto, do otimismo exigido pelos promotores do realismo socialista. A dinâmica de luta, com a tendência para a vitória dos trabalhadores e decadência dos exploradores, passa longe de estar representada no conto de Braulio Pedroso.

Por fim, o mágico Moacir Marques não se adéqua nem um pouco à imagem de herói positivo do zhdanovismo. Hedonista e alcoólatra, o protagonista da novela, que não traz qualquer tipo de confrontação político-social, pode ser encaixada, em um esforço de aproximação com a doutrina, naquilo que Malenkov aponta como uma das funções do escritor: “estigmatizar os vícios, os defeitos, os fenômenos prejudiciais que existem na sociedade”. Porém, o próprio Malenkov lembra que o artista não pode apenas representar o que é espúrio na sociedade, o “homem de novo tipo”, ou o “construtor cívico” de Zhdanov, com o seu “entusiasmo e paixão do heroísmo” devem impregnar as obras realistas socialista.²⁸⁴ A história da decadência pessoal de Moacir Marques é o oposto do otimismo revolucionário colocado como uma das diretrizes da literatura soviética por Zhdanov.

Ao acompanharmos os contos publicados na revista *Fundamentos*, o objetivo foi demonstrar que pelo menos metade dos trabalhos escapou às prescrições encontradas nos textos metodológico-doutrinários de autoridades comunistas sobre o problema da produção artístico-literária. Esta característica fica ainda mais evidente se compararmos as últimas histórias de autores brasileiros analisadas (“Sete cartas loucas”, “Santa”, “Arlindo”, “A crisma”) com as primeiras ou com os contos soviéticos. Nestes, o *partidarismo* surge como um elemento claro e fundamental da narrativa. Os enredos dos contos giram em torno da superação de dificuldades que estão indicadas na política dos comunistas – no caso soviético, a luta na “Grande Guerra”, a reconstrução do pós-guerra, a coletivização do campo e a superioridade em relação ao ocidente capitalista; no caso brasileiro temos exemplos de luta no campo e na indústria e a defesa da “Campanha pela Paz”.

A partir destas comparações, parece lícito dizer que alguns autores encontraram, em *Fundamentos*, espaço para publicarem seus trabalhos mesmo sem estarem encerrados aos moldes do realismo socialista em sua vertente ortodoxa. É importante lembrar que a novela “Sete cartas loucas” e o conto “Santa” vieram a lume ainda nas primeiras edições, portanto, anteriormente a discussão sobre o realismo socialista na revista. Já o conto “Arlindo”, que saiu na revista de abril de 1950, foi publicado no momento em que o debate começou a figurar nas páginas de *Fundamentos*, inclusive, na mesma edição que o conto “Nastia” e no mês seguinte a publicação do conto “Fétis”. A partir daí os contos de brasileiros veiculados na revista passaram a ter um teor claramente *zhdanovista*, só com a publicação de “A crisma”, em outubro de 1954, que esta sequência foi interrompida. Também é importante frisar que nenhum destes contos foi criticado após terem sido publicados, o que pode indicar certo grau de tolerância com algumas produções literárias distintas das diretrizes que vinham sendo apregoadas à literatura por dirigentes comunistas internacionais.

²⁸⁴ MALENKOV, Georgy. *Op. cit.*, p. 29, jan. 1953.

Contudo, um caso específico causou reação diversa: o conto “Democracia em Faveiral”, assinado por Matias Arrudão, pseudônimo de Dácio Aranha de Arruda Campos. No anúncio de uma homenagem feita pela Associação Paulista de Magistrados para os juízes cassados pelo Golpe de 1964, Arruda Campos é apresentado como “confessadamente comunista [...] dono de uma vasta cultura humanística era redator de ‘O Estado de S. Paulo’ e assinava artigos com o pseudônimo ‘Matias Arrudão’”.²⁸⁵ Apesar de ser tido como confesso comunista pelos magistrados paulistas, devido a uma carência de registros foi difícil precisar qual era sua relação com o PCB. Aparentemente, poderíamos apresentá-lo na condição de simpatizante tal como especifica o cientista político Ronald Chilcote²⁸⁶, ou seja, uma espécie de colaborador reconhecido, pois, entre os anos estudados, não encontramos seu nome citado em memórias de ex-militantes e em artigos dos principais órgãos de imprensa do partido (mesmo nas listas de assinaturas do Movimento da Paz). O que realmente averiguamos foi que, após 1955, notícias de sua participação em organizações auxiliares do partido começaram a circular na imprensa pecebista. Na edição de 09/09/1955 do jornal *Imprensa Popular*, o nome de Arruda Campos consta entre os presentes na reunião da “diretoria do movimento brasileiro dos partidários da Paz”. Em julho de 1960, o semanário *Novos Rumos* noticiou a eleição de Arruda Campos como vice-presidente da “União Cultural Brasil-URSS” e o mesmo periódico, quatro meses depois, informou que ele havia assumido a presidência da “Comissão Estadual dos Amigos de Cuba (SP)”.²⁸⁷ Mais tarde, Dácio de Arruda Campos compôs a delegação brasileira que foi para o “Congresso Mundial pelo Desarmamento Geral e a Paz” realizado em Moscou.²⁸⁸

Sabemos também que Arruda Campos foi amigo de Monteiro Lobato e chegou a escrever na *Revista Brasiliense* e manteve uma postura de esquerda.²⁸⁹ Sua obra mais comentada, “A justiça a serviço do crime”, traz críticas ao judiciário brasileiro, à Constituição de 1946 – que não passaria de uma “ingênua ficção” – e, provavelmente, pesou para a sua exoneração em 1964, enquanto aguardava promoção no Tribunal de Justiça de São Paulo.²⁹⁰

O conto “Democracia em Faveiral” foi a única contribuição de Arruda Campos à revista *Fundamentos*. A narrativa centraliza as eleições municipais de Faveiral que tinha na disputa, por um lado, o candidato da oposição, “Zeca Pinga”, que “encarnava as mais legítimas reivindicações dos faveirenses” e, por outro lado, o “empreiteiro de lenha”, candidato escolhido pela situação exatamente por ter em suas mãos “a subsistência de muitos faveirenses”. A campanha de Zeca Pinga defendia a criação de um “gabinete sanitário”. Já o

²⁸⁵ Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI7602,101048-Homenagem>>. Acesso em 14 de abr. 2014.

²⁸⁶ Chilcote apresenta três “categorias” distintas de “participação de base” (distinta da participação da direção) em um partido comunista: o “militante”, o “simpatizante” e o “eleitor”. Sem problematizar esta categorização, acreditamos que Arruda Campos se encaixe no comportamento que Chilcote descreve como o de “simpatizante”. Este, segundo Chilcote, é adotado por indivíduos que declaram “concordância com as doutrinas do partido e as vezes o apoiam, mesmo não sendo formalmente filiados. CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 204 e 205.

²⁸⁷ Respectivamente, *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, n. 72, p.5, 15 a 21 de jul. de 1960 e n.91, p.5, 25 de nov. a 01 de dez. de 1960.

²⁸⁸ *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, n.177, p.7, 6 a 12 de jul. de 1962. Nota-se que sua participação tornou-se mais evidente alguns anos depois da publicação de seu conto em *Fundamentos*, justamente em um período (pós-1955) que, apesar de ainda na ilegalidade, existia por parte do Estado brasileiro uma tolerância maior em relação às atividades do partido.

²⁸⁹ ARRUDÃO, Matias. O arrependimento de Lobato. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 de jul. 1948 e ARRUDÃO, Matias. Piolho de piolho. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 4, p.116, mar./abr. 1956.

²⁹⁰ Sobre este livro de Arruda Campos e algumas considerações sobre sua prática como magistrado cf. PINTO, Almir Pazzianoto. Livro A justiça a serviço do crime faz 50 anos. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-mar-21/livro-justica-servico-crime-faz-50-anos-mantem-atual>> Acesso em abr. de 2014 e PINHEIRO, Aline. Livro mostra que, 50 anos depois, mazelas da justiça permanecem. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-fev-26/livro_mostra_mazelas_justica_permanecem> Acesso em abr. de 2014.

empreiteiro fazia a promessa vazia de que trabalharia para o povo de Faveiral e procurava agradar seus eleitores pagando cerveja, mas os faveirenses sabiam que “cerveja jamais resolveu os problemas de qualquer lugar”. Enquanto a campanha levada por Zeca Pinga “corria em termos elevados”, o candidato da situação pagou alguns “tiguereenses” para escreverem injúrias no letreiro de seu rival, ofendendo não só candidato, como também a sua mãe. O fato causou enorme indignação entre os faveirenses, mesmo entre os apolíticos, levando muitos, até antigos inimigos, a se solidarizarem com Zeca Pinga. Uma enorme mobilização animava a candidatura da oposição. Porém, no dia do pleito, o empreiteiro com apoio da Prefeitura impediu, a base da coação, que muitos faveirenses votassem. E, assim, o conto termina com a melancólica constatação do narrador: “José da Silva Peres [o ‘Zeca Pinga’] perdeu as eleições. Faveiral perdeu as eleições [...] Ruíram as nossas esperanças de um gabinete sanitário”.²⁹¹

A mensagem final deixa transparecer o derrotismo ao invés do otimismo que o artista, de acordo com o realismo socialista, deveria passar a fim de estimular a atitude revolucionária. Essa contrariedade com o modelo que a direção do partido, justamente naquele momento, estava tentando impor aos literatos ligados ao PCB não passou em branco. Duas edições após a publicação do texto, na seção “Fórum dos leitores” (cuja publicação era irregular), saiu uma nota crítica com o seguinte conteúdo:

Numerosos leitores criticara a publicação [...] do conto “Democracia em Faveiral” por ser de conteúdo francamente reacionário. De fato o conto encerra um menosprezo pelas reivindicações populares, naquilo que elas muitas vezes têm de modesto, assim como um ceticismo sobre as práticas do governo popular [...].

Houve por parte da direção da revista que sempre tem procurado se manter na altura de órgão verdadeiramente democrático, uma indesculpável falta de vigilância política, oferecendo a sés leitores um trabalho que, qualquer que seja o mérito de seu autor, é nocivo, deseducativo e reacionário.

A direção da revista reconhece seu erro e espera que o autor, democrata que tem ser em outros trabalhos, também reconheça a justeza das críticas recebidas, que a direção endossa inteiramente.²⁹²

Se aceitarmos como factível o conteúdo da nota²⁹³, seria razoável supor: primeiro, que “numerosos leitores”, já adequados aos parâmetros das diretrizes *zhdanovistas*, mantinham sobre a revista uma ativa vigilância. Assim sendo, pode-se também admitir que *Fundamentos* estava um passo atrás de seus habituais leitores no que tange ao emprego do realismo socialista, pois somente naquele momento a revista passou a tentar aplicar e a discutir de forma direta este modelo artístico. Segundo, nem sempre, ou pelo menos não neste caso, a direção do partido tivera condições de agir como o “grande censor” e fazer a censura prévia daquilo que era publicado nos órgãos da imprensa pecebista.

A “censura prévia”, de acordo com alguns juristas que tratam do Direito Público, se caracterizaria “por atos de fiscalização do material a ser transmitido”.²⁹⁴ Tal fiscalização ficaria ao encargo de “agentes especializados” – os “censores” – representantes do Estado. Aproveitando esta acepção jurídica do termo e os relatos dados por ex-militantes, tanto em

²⁹¹ Além do desenrolar negativo para o “povo Faveiral”, o conto também é atípico ao trazer como o protagonista das causas populares um personagem chamado “Zeca Pinga”, já que o consumo de bebidas alcoólicas era muito mal visto entre os comunistas, e tomado como um elemento da decadência do capitalismo. ARRUDÃO, Matias. Democracia em Faveiral. *Fundamentos*, São Paulo, n.11, p. 16-17, jan. 1950.

²⁹² *Fundamentos*, São Paulo, n.13, p. 42, mar. 1950.

²⁹³ Esta ressalva se justifica devido a informações de que por vezes membros da direção escreviam para jornais como se fossem operários para legitimar a posição que consideravam adequada. Cf. PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*

²⁹⁴ BASTOS, Celso Ribeiro. *Comentários à Constituição Brasileira*. 7º volume. São Paulo: Editora Saraiva, p. 253.

suas memórias, quanto para pesquisadores, podemos ver que os dirigentes do partido, no início dos anos 1950, esforçaram-se para instituir a censura prévia em torno da literatura. No entanto, este tipo de censura parece ter abarcado mais especificamente as atividades da editora do partido do que à imprensa. Osvaldo Peralva fala das dificuldades colocadas pela direção do PCB para publicarem um romance de Dalcídio Jurandir, escritor entusiasta do realismo socialista e redator-chefe da revista *Para Todos*. O mesmo Peralva indica um caso mais grave, no qual certo dirigente suspendeu a publicação do livro de Edison Carneiro sobre a “Revolução Praieira” pela Editora Vitória, após ter concluído “que aquela revolução não se procedera com os esquemas que ele tinha na cabeça e, não satisfeito, tentou destruir os originais do livro.”²⁹⁵

Dênis de Moraes também disponibiliza alguns casos parecidos, como, por exemplo, o de Rossine Camargo Guarnieri, outro autor empenhado na aplicação do realismo socialista no Brasil, que teve um “romance vetado por ordens superiores”. Ainda segundo Moraes, o dirigente Diógenes Arruda agiu como “censor literário” de diferentes maneiras: retirou “personagens de Jorge Amado; impediu que romances de Alina Paim fossem levados a URSS; ridicularizou poetas e novelistas do PCB; tentou influir para manter inéditos manuscritos de Graciliano Ramos”.²⁹⁶

Ao analisar a coleção “Romances do Povo”, lançada pela Editora Vitória, Antônio Albino Canelas Rubim apresenta uma visão mais complexa sobre a censura à literatura dentro do PCB. Segundo Rubim, há “divergências” entre os entrevistados sobre a “orientação e seleção de títulos”. Para Armênio Guedes, as decisões eram tomadas pela direção partidária. Já Jorge Amado, diretor da coleção, alega que muitas vezes brigou “para manter a linha da coleção sem cair no sectarismo”. Rubim constata, então, que certamente a “‘vontade’ político-cultural da direção” era “impor a estética oficial definida por Stálin/Zhdanov”, porém pondera que havia

um certo descompasso entre intento e realização da proposta, ocasionado por um campo de forças em que se locomovem uma direção político-ideológica sem cultura (específica) e um intelectual [Amado], na época também stalinista, [...] com sensibilidade literária e certa abertura cultural para ‘brigar’ por romances de certa qualidade, mesmo não adstritos à estética oficial. Desta maneira, a coleção pode ser definida como de realismo-socialista, por sua predominância numérica, malgrado a existência de textos de outras orientações e momentos literários.²⁹⁷

A reflexão de Rubim, a meu ver, pode sugerir a existência de um espaço de negociação no qual diferentes agentes, dirigentes e intelectuais, posicionam-se de maneiras diversas sobre o conteúdo a ser publicado na editora do partido. Há em tal espaço uma condição hierárquica, cuja primazia era da direção, porém, mesmo em meio a este desequilíbrio de forças, a negociação permitia que o resultado alcançado não significasse a total satisfação dos desejos dos dirigentes.

Quanto à imprensa comunista, cujo volume das publicações era significativamente maior em comparação a produção editorial, a possibilidade de se obter uma censura prévia demandaria maiores dificuldades. O caso de “Democracia em Faveiral” parece ser um exemplo da dificuldade para controlar os textos publicados nos vários periódicos. A direção da revista ao reconhecer “seu erro” pela “indesculpável falta de vigilância política” indica, aparentemente, que a responsabilidade por controlar o conteúdo publicado era dividida com as direções dos periódicos. Provavelmente, estes diretores da imprensa eram zelosamente escolhidos pela direção do partido entre os intelectuais que se mostrassem mais submissos às

²⁹⁵ PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, p.238 e 239.

²⁹⁶ MORAES, Dênis. *O imaginário vigiado... Op. cit.*, p. 159.

²⁹⁷ RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Op. cit.*, p. 329.

suas ordens.²⁹⁸ No entanto, a submissão não queria dizer que os diretores dos periódicos tinham assimilado plenamente as diretrizes do realismo socialista ou a seguiram em suas obras. Como foi exposto acima, o redator-chefe de *Fundamentos*, Afonso Schmidt, não publicou textos de acordo com o modelo zhdanovista.

Feitas essas considerações, vemos que em relação à imprensa o uso da censura prévia estaria em segundo plano se comparada com um tipo especial censura a *posteriori*: a “crítica” e a “autocrítica”.

De acordo com Ana Beatriz Loner, havia dois tipos de “mecanismos de controle interno” que garantiam a “manutenção do poder da direção”: os “político-administrativos e os ideológicos”.²⁹⁹ Entre estes últimos, estaria a “crítica” – “um instrumento do coletivo do partido contra o indivíduo”. A crítica era, sobretudo, uma “prerrogativa dos quadros dirigentes” e, assim sendo, deveria ser aceita sem contestação, pois a direção “representa, frente aos subordinados, os interesses maiores do partido”.³⁰⁰ Sua função era humilhar o militante para “fazê-lo reconhecer seus erros frente à sabedoria da direção”. Geralmente, a “crítica” era acompanhada da cobrança da “autocrítica”, prática na qual o militante era constrangido, por dirigentes e outros militantes, a reconhecer publicamente seus “erros” e, assim, “abrir mão” de suas posições a favor da “posição oficial do partido sobre o assunto”.³⁰¹ O “infrator”, ao fazer confissão, não apagaria seus erros, pelo contrário, ficaria marcado, e o “erro anterior” poderia ser lembrado e utilizado contra ele numa outra ocasião.

Alguns relatos, encontrados nas memórias de antigos militantes, demonstram a força restritiva deste recurso e o forte efeito emocional que tinha sobre o militante criticado. Osvaldo Peralva conta que ao se anunciar uma assembleia “havia pânico no coletivo”, pois a assembleia aflorava o “sadismo e o masoquismo dos camaradas, através das críticas geralmente feitas pelos dirigentes [...] a vítima era criticada em todos os tons, [...] apontavam-lhe os defeitos, punham-no em situação vexatória”.³⁰² Basbaum lembra que, em 1933, numa reunião do Comitê Central, recebeu um “choque tremendo” após sofrer uma série de duras críticas. Atônito, não conseguiu sequer falar na reunião, por isso os “camaradas” deram-lhe um prazo de uma semana para “escrever uma carta ao CC ‘reconhecendo os [seus] erros’”. Após a reunião voltou para casa, sentou-se na cama e começou a chorar.³⁰³

Agildo Barata, tesoureiro do Comitê Central entre 1945 a 1957, alega que quando alguém divergia era “imediatamente admoestado: [...] ‘Quer o camarada enxergar mais e melhor que a direção?’ E o audacioso indagador” tinha de “encolher-se” e “conformar-se: ‘se sou só eu quem discorda, quem deve estar errado sou eu’”. Para Barata, este tipo de raciocínio se deve porque “o militante, em via de regra, é um ser predisposto às ações coletivas (tanto que entrou no partido)”.³⁰⁴

O historiador Jorge Ferreira se empenha em compreender “as atitudes, as motivações e a maneira como os militantes comunistas, na época de Stálin, deram significados e interpretaram a realidade social que viviam”.³⁰⁵ O alto grau de renúncia da sua

²⁹⁸ Podemos encontrar alguns apontamentos a respeito nas memórias de Osvaldo Peralva (p. 230 e 231) e de Elias Chaves Neto (p.87).

²⁹⁹ Entre os primeiros aponta “própria estrutura do partido”, com seus princípios de organização e estatutos, que dariam um caráter essencialmente centralizado e hierárquico na tomada de decisões, privilegiando, assim, o grupo no estabelecido na direção. Os mecanismos de dominação ideológica seriam alguns elementos que davam ao partido características de “seita”, baseada numa interpretação do marxismo que imputava os preceitos stalinistas o status de doutrina. P. 161.

³⁰⁰ Idem, p. 183.

³⁰¹ P. 185.

³⁰² PERALVA, Osvaldo citado por LONER, Ana Beatriz. *Op. cit.*, p. 184.

³⁰³ BASBAUM, Leôncio. *Op. cit.*, p.145.

³⁰⁴ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário* (memórias). São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978, p.366.

³⁰⁵ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1955)*. Niterói: EDUFF: Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 13.

individualidade e a submissão frente à ordem interna do partido fazia parte do que o autor chama de uma “cultura” dos militantes. A dedicação ao partido era motivada “por uma fé tão forte na salvação da sociedade no plano terreno, como a que move a crença dos cristãos na salvação da humanidade no plano divino”.³⁰⁶ A devoção a ideais grandiosos – expressos nos slogans que reivindicavam “liberdade, paz, abolição de classes, igualdade e solidariedade humana” – resgatava “antigos mitos” oriundos das “sociedades tradicionais” que “sobreviveram ao processo de dessacralização do mundo”.³⁰⁷

Gostaria de frisar que os relatos expostos acima são de antigos “quadros”, militantes profissionais que, pelo menos em algum momento de suas vidas, ocuparam cargo de dirigente e dedicaram-se integralmente ao partido. Em relação aos estudos de Ana Beatriz Loner e de Jorge Ferreira, ressalta-se que ambos estão focados no “militante”, portanto, em um tipo específico de adesão ao partido.

Ao entrar em contato com a nota sobre o conto “Democracia em Faveiral”, vemos que a direção da revista faz sua “autocrítica” e cobra a mesma postura de Matias Arrudão, porém se este realizou sua autocrítica, não a fez pelas páginas de *Fundamentos*. Talvez, o tipo de inserção na cultura militante, que permitia que o recurso da autocrítica fosse tão efetivo na construção da coesão de pensamento, não era compartilhado totalmente por “simpatizantes”. Como procuramos demonstrar, se levarmos em consideração os outros vínculos profissionais de Arruda Campos – juiz pelo estado de São Paulo e redator de o *Estado de S. Paulo* – dificilmente poderíamos supor que ele participava do partido como um membro totalmente devotado. Contudo, a adesão mais aberta como simpatizante permitiu que seus colegas da “Associação Paulista de Magistrados” o reconhecessem como “militante comunista”, assim como o regime instaurado com o “Golpe de 1964” que o exonerou do cargo por motivos ideológicos.

Neste tópico procurei mostrar que: 1) nem toda produção literária de escritores brasileiros publicada em *Fundamentos* estava restrita aos parâmetros do realismo socialista; 2) se realmente exista a “censura prévia”, esta, no que tange a publicação literária nos periódicos, teria deixado brechas que permitiram a publicação em *Fundamentos* de textos que escaparam aos moldes do realismo socialista *zhdanovista* – “Sete cartas loucas”, “Santa”, “Arlindo”, “A crisma” – e em um caso – “Democracia em Faveiral” – que fora de encontro com uma das premissas fundamentais do modelo oficial; 3) outra forma de censura seria um tipo de coerção social que suscitava entre os militantes um comportamento padronizado e submisso a direção. Considerações como a de Ana Beatriz Loner e, sobretudo, de Jorge Ferreira vão nesse sentido e permitem compreender o comportamento de militantes que estariam predispostos a se envolver numa espécie de mística revolucionária que não dava espaço para o pensamento minimamente autônomo. No entanto, ao focar a análise em textos destoantes das diretrizes para literatura, levanto a suposição de que esses autores mantiveram com o partido relações mais tênues do que as mantidas por “militantes” e, portanto, estariam menos suscetíveis as restrições intelectuais vividas no interior do PCB.

2.4. O caso do livro *Falam os muros da cidade*: críticas com direito a réplica

No final de 1950, a Editora Brasiliense publicou o primeiro romance de Ibiapaba Martins, *Falam os muros da cidade*. Na orelha do livro encontra-se um comentário (não assinado) elogiando a iniciativa do escritor por “penetrar na realidade cidadina” muitas vezes esquecida por “nossos romancistas”. Segue-se uma breve apresentação do romance e, em seguida, o autor da resenha, procurando localizar a obra no contexto brasileiro da época, diz que:

³⁰⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Apresentação”. In: FERREIRA, Jorge. Idem, p. 9-11.

³⁰⁷ FERREIRA, Jorge. Idem, p. 79.

Agora que tanto se fala em realismo socialista e romantismo revolucionário, poder-se-ia enquadrar esse volume entre as primeiras tentativas no gênero em nosso país. Realmente, o livro de Ibiapaba Martins se enquadra naquela recomendação dos grandes realistas que dirigem suas vistas para o que é novo numa sociedade, para o que vai nascendo. [...] Sente-se que para escrevê-lo, o autor se valeu da experiência dos romancistas soviéticos [...] Situado, porém, em outro plano histórico e social, o romance procura analisar o aprofundamento da luta de classes no país com todas as suas consequências.³⁰⁸

Se o autor desta apresentação não tinha dúvidas que o livro de estréia de Ibiapaba Martins tratava-se de uma obra realista socialista, alguns de seus companheiros na revista *Fundamentos* estavam, no entanto, em total desacordo.

A primeira crítica feita na imprensa pecebista foi desferida por Moacir Werneck de Castro. Militante do PCB entre 1947 e 1956, Werneck de Castro afirma que, na condição de militante, tinha de se “enquadrar” às normas do partido no se refere às diretrizes do realismo socialista.³⁰⁹ Sendo assim, não poupou sequer outro “camarada” também comprometido com os mesmos princípios estéticos. Logo de início, o crítico anuncia que o “principal equívoco” do livro está em apresentar o romance como a “primeira tentativa de realismo socialista” no Brasil, já que Martins “se desviou basicamente do caminho que deveria seguir na aplicação do método do realismo socialista”. Essa apresentação equivocada trazia, contudo, a oportunidade de “examinar” quais os “critérios que deveriam ser seguidos” por um autor de vanguarda.³¹⁰

O problema fundamental em *Falam os muros da cidade* teria sido situar “em primeiro plano a história de um pequeno-burguês” – disponibilizando, assim, mais um “tipo de ‘herói fracassado’” – e relegar ao “segundo plano” as “lutas operárias e democráticas em São Paulo” que no máximo serviram como “cenário para as aventuras sentimentais” de seu personagem principal, o pequeno-burguês Pirangi. Para Werneck de Castro, Martins não soube aproveitar os personagens revolucionários – Benedito, Alvim e Oswaldo Adelaide – inseridos rapidamente no romance. A “torrente do mundo revolucionário” foi vista em suas “exterioridades”, apreendidas apenas pelas frases pichadas nas paredes, as quais o título enfatiza.

Moacir Werneck de Castro destaca alguns exemplos da superficialidade do romancista ao tratar das forças revolucionárias em atuação na realidade brasileira. Primeiro, acusa que Martins não soube analisar os efeitos da mudança nas condições materiais na consciência de Antonio Adelaide – que deixou de se vendeiro para ser ferroviário, mas, mesmo participando de uma greve para aumento de salários, continuou a sonhar com um filho “doutor”. Com uma citação de Stálin, Werneck de Castro acredita que a conscientização de Antonio Adelaide foi incompleta, algo que pode acontecer com um trabalhador isoladamente. Porém ao colocar um exemplo que seria atípico como pai do comunista Oswaldo Adelaide, o autor teria prejudicado o “nexo” de seu romance. Um segundo exemplo, foi não ter o romancista refletido a “grandeza do homem comunista” numa cena de espancamento em o comunista torturado apenas xingou os policiais, o que significou para o crítico vulgaridade que “nada revela de essencial sobre o tipo humano deste trabalhador”.

Apesar de constatar que Ibiapaba Martins não conseguiu exprimir o “heroísmo revolucionário, a incomparável beleza do mundo de amanhã refletida na consciência, nos atos e nos sonhos dos melhores homens de nossos dias”, Werneck de Castro ressalva que a

³⁰⁸ MARTINS, Ibiapaba. *Falam os muros da cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1950.

³⁰⁹ Depoimento apresentado por MORAES, Dênis. *O velho Graça...op. cit.*, p. 277. Em um depoimento posterior, para uma matéria que saiu na *Folha de S. Paulo*, no entanto, ameniza dizendo que antes mesmo das denúncias de 1956 já fazia críticas ao que acontecia na URSS. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il0606201004.htm>. Acesso em: 14 de abr. de 2014.

³¹⁰ CASTRO, Moacir Werneck de. Um romance paulista. In. *Para Todos*, Rio de Janeiro, n.7,p.7, mar. 1951.

elaboração do romance se processou “em tempo menos agudo, de menor consciência dos objetivos da literatura revolucionária” e que nas próximas oportunidades Martins saberia “empregar suas qualidades positivas” em obras que “correspondem às tarefas do romancista revolucionário”.³¹¹

A segunda crítica de um comunista direcionada ao romance de Ibiapaba Martins foi feita por Walter Sampaio na revista *Fundamentos*, em maio de 1951, numa edição que contou, inclusive, com a participação do próprio Martins em um longo artigo que discorreu sobre a situação e os “deveres” dos artistas plásticos no Brasil.³¹² Walter Sampaio, advogado trabalhista que atuou por anos em vários sindicatos apoiados pelo PCB, contribuiu para a revista *Fundamentos* em seis ocasiões, além de compor o “Conselho de Redação” a partir de março de 1952.³¹³

Tal qual Moacir Werneck de Castro, Sampaio aponta que o livro de Martins apresenta “grandes deficiências na sua estrutura”, dentre estas estaria ter feito da “vida de Pirangi” – um “pequeno-burguês, assalariado, com pretensões a escritor” e uma “ideologia idealista na cabeça” – o “caso principal na estrutura do romance”. No romance, diz Sampaio, os “tipos frustrados” foram os “mais estudados”, mas, mais grave que dar primazia numérica aos “tipos negativos” ao invés dos “positivos”, o defeito foi que do “conflito entre esses caracteres não resultou uma compreensão clara do desenvolvimento histórico e revolucionário”.³¹⁴

Em *Falam os muros da cidade*, o protagonista amenizava sua “ridícula vidinha de comerciário mal remunerado” frequentando “rodas intelectuais” em que “não se conversava nada sério”.³¹⁵ Neste espaço, sonhava em escrever um livro bem recebido pela crítica e se tornar um escritor “conhecido, admirado e bajulado”.³¹⁶ Mas, por um momento de sua vida, Pirangi deixa de lado a “vidinha” que levava até então e passa a viver em um cortiço junto a sua namorada Edite – ex-dançarina de um cabaré por quem o personagem, logo no início do romance, havia se apaixonado. Portanto, graças a Edite, Pirangi passa a conhecer a vida do proletariado. De início, acha-os estranhos e agressivos. Tem a “impressão de que não pensavam em outra coisa senão na atuação dos imperialistas e no aumento de salários”.³¹⁷ Contudo, após conhecer alguns comunistas e passar por uma invasão policial, Pirangi começa a se sensibilizar com os operários e suas causas. Surpreende-se com um operário comunista que além de possuir uma biblioteca “boa”, era capaz de criticar com desenvoltura o existencialismo de Sartre – filósofo tão admirado nas rodas intelectuais. Porém, Pirangi conhece a filha de um diretor de um grande escritório de advocacia o que o leva a por fim ao seu “flerte” com o proletariado.

³¹¹ Idem.

³¹² Texto que critica a Semana de Arte Moderna de 1922, qualificando-a como um tipo de arte afinada com ideais decadentes e defende o realismo socialista como instrumento dos artistas para enfrentar a arte limitada e “sujeita aos mecenas”. MARTINS, Ibiapaba. Os artistas plásticos têm um dever a cumprir. *Fundamentos*, São Paulo, n. 18, p. 11-14, mai. 1951.

³¹³ Sobre Walter Sampaio ver CORRÊA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direito na cidade de São Paulo, 1953 a 1964*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, SP, 2007, p. 41. Os trabalhos de Sampaio publicados em *Fundamentos*: a crítica ao romance de Martins; uma crítica ao romance *Fogo Verde*, de Permino Asfora (“Fogo Verde”. *Fundamentos*, São Paulo, n.25, p. 25-26, jan. de 1952); um texto no qual defende que a poesia deve versar sobre temas ligados “a vida e ações das massas populares” (O povo em ação forja a sua poesia. *Fundamentos*, São Paulo, n. 31, p. 8-9, jan. de 1953); e três poemas (tem como tema a luta do povo coreano, outro é uma ode Stálin e o último uma referência ao movimento pela Paz).

³¹⁴ SAMPAIO, Walter. A propósito de um romance. *Fundamentos*, São Paulo, n. 18, p. 22-23, mai. 1951.

³¹⁵ MARTINS, Ibiapaba. *Falam os muros da cidade*. *Op. cit.*, p. 109.

³¹⁶ Idem, p. 110.

³¹⁷ Idem, p. 127.

Para Sampaio, a “relação de Pirangi com a ação política e a vida do proletariado foi meramente acidental”, as personagens foram apresentadas “desligadas” do seu trabalho material e o autor deveria ter enfatizado “os conflitos que existia entre Pirangi e a classe dominante”. Em grande medida, a falta de “realidade” do romance se relaciona com o fato do autor deixar de escrever seu livro “do ponto de vista da classe operária” e ter escrito sob a perspectiva da “pequena burguesia”. Destarte, “ao contrário do que se poderia desejar, os elementos propositivos do livro aparecem de uma forma descritiva, descontínua e superficial” e os personagens de “caráter positivo” – Oswaldo Adelaide e o negro Benedito – são pouco aproveitados.

Por fim, Walter Sampaio ressalta que a maior deficiência foi que o “autor não viveu o problema político-partidário” e a “atividade dos operários Adelaide, Benedito e Dias, aparece como parte de um processo espontâneo de luta, inexistindo o menor indício de vanguarda dirigente”. Mas apesar de apontar todos esses problemas, Walter Sampaio, assim como Werneck de Castro, reconhece como traços positivos: “o operariado embora não apresentado em profundidade, aparece no livro em ações políticas reivindicatórias; a classe operária [...] não é o *lumpen*, o grotesco, como lhe retrata a literatura burguesa”.

Os dois críticos parecem concordar que: 1) existem critérios bem definidos para qualificar uma obra como “realista socialista”; 2) seguir estes critérios é o que distingue o escritor de vanguarda, ou seja, aquele que produz uma “arte progressista” superior a arte decadente burguesa; 3) Ibiapaba Martins não seguiu estes critérios e, portanto, produziu uma obra inadequada ao método do realismo socialista. O que distanciou o autor do realismo socialista foi ter colocado como protagonista um pequeno-burguês, que ocupa indistinta centralidade na história, e deixado personagens positivos – operários com consciência de classe – em segundo plano.

Entretanto, é importante ressaltar que, logo em seguida a publicação das críticas nas revistas *Para Todos* e *Fundamentos*, esta última deu espaço para Ibiapaba Martins respondê-las e apresentar uma compreensão divergente quanto à aplicação do realismo socialista no romance.

Assim, na edição de junho de 1951, *Fundamentos* publica o texto *Heróis e vilões na literatura de vanguarda*, no qual Martins diz pretender aprofundar a autocrítica e reconhecer “numerosas debilidades” em *Falam os muros da cidade*, porém, o autor complementa que “algumas críticas abordaram questões não muito estudadas em nosso país”, sendo assim, se vê “obrigado a escrever não para aprofundar a autocrítica [...] mas para enfrentar umas tantas questões de princípios”.³¹⁸

Segundo Ibiapaba Martins, a “crítica revolucionária” tem defendido reiteradamente que é dever do escritor de vanguarda “mostrar o novo em desenvolvimento na nossa sociedade”. Tal afirmação é justa, porém, tanto Walter Sampaio quanto Werneck de Castro confundiram “esse *mostrar o novo* com a predominância de tipos positivos, de heróis positivos, nas obras dos escritores”. Assim, ao dizerem que Martins se preocupou “em demasia com uma personalidade superada” (Pirangi) e por isso *Falam os muros da cidade* não seria um exemplo de realismo socialista, ambos os críticos teriam se afastado “da aplicação do método justo na crítica literária”. Martins cita o exemplo das obras de Mikhail Sholokhov – “um dos mais estimados romancistas soviéticos” – que “em número de páginas impressas” os elementos negativos sobrepujam as personagens positivas. Outro exemplo neste sentido poderia ser encontrado no livro *A vida de Klim Sanguine*, no qual Máximo Gorki “descreve a gestação da revolução através da vida de um pequeno burguês intelectualizado”. Deste modo, assegura Martins, Pirangi não deve ser visto como um tipo de “herói fracassado”, conforme

³¹⁸ MARTINS, Ibiapaba. Heróis e vilões na literatura de vanguarda. *Fundamentos*, São Paulo, n.19, p.14-15, jun. de 1951.

afirmou Moacir Werneck de Castro “com evidente impropriedade”, mas sim um “pequenino vilão jactancioso e comodista”.

Martins continua se defendendo e, a partir de citações de Stálin e Zhdanov, afirma que seu romance estaria de acordo com as leis da dialética, pois nele via-se a “luta entre o velho e o novo”. Com Pirangi, o autor acredita ter conseguido fazer aquilo que Zhdanov aconselha, a saber, mostrar ao “povo aquilo que ele não deve ser”.

Outra falha de seus críticos foi a de ter confundido “crítica literária e balanço político”. E talvez esteja aí o aspecto mais peculiar da interpretação de Martins sobre o realismo socialista. Se amparando em um texto de Mao Tsé-tung publicado em *Fundamentos*, Martins julga que, mesmo sem ignorar o critério político, o crítico artístico tem de levar em conta a forma específica da obra de arte ao fazer sua avaliação, caso contrário, corre o risco de apresentar uma crítica “apressada” que exige do romancista “um didatismo que a literatura não exige”.

Por fim, Ibiapaba Martins agradece à direção de *Fundamentos* por abrir espaço para sua resposta e termina com um trecho de Alexandre Fadeiev, no qual o célebre escritor soviético diz ser necessário “desenvolver mais intensamente a crítica dos críticos”. Assim, a meu ver, mais do que uma autocrítica, a resposta de Martins adota por vezes caráter de contra-ataque, em que enfatiza as incoerências dos critérios usados para criticar seu romance.

A resposta de Martins não deu fim a este “debate” em torno de *Falam os muros da cidade*. O poeta santista Roldão Mendes Rosa, também ligado ao PCB, escreveu uma carta para a revista *Fundamentos* em que argumenta haver no artigo de Martins “erros de apreciação” e, cita o mesmo trecho de Zhdanov, para justificar que Martins deveria dar “primeiro lugar ao elemento novo (Oswaldo Adelaide) e relegado ao plano secundário o velho (Pirangi)”. A seção “correspondência” termina com a seguinte observação: “*Fundamentos* acredita que esta carta de R.M. Rosa vem contribuir [...] para esclarecer melhor os problemas de crítica levantados em torno de *Falam os muros da cidade*” e aponta que estes problemas já tinham sido “corretamente apreciados por Moacir Werneck de Castro”.³¹⁹

Esta foi a última vez que apareceram comentários sobre este livro na revista. Apesar da “revista” – ou melhor, daqueles que detinham condições de falar em seu nome – ter se pronunciado contra aos posicionamentos de Martins, continuou a haver espaço para o autor publicar seus textos. A partir deste momento ele passou a colaborar de forma mais assídua, mostrando-se, entre os colaboradores habituais, um dos principais críticos de arte da revista. Além disso, em março de 1952, tornou-se membro do “Conselho de Redação” de *Fundamentos* (junto com Walter Sampaio e Werneck de Castro).

Também chama atenção não encontrarmos nenhuma autocrítica pública do autor nas páginas de *Fundamentos*. Como vimos, Ibiapaba Martins defendeu suas posições com firmeza, apresentando argumentos respaldados pelos mesmos referenciais de seus críticos – Stálin, Zhdanov, Fadeiev –, sua resposta parece ter sido assimilada como uma divergência legítima, pois, bem diferente da “autoflagelação intelectual” cobrada nas autocríticas, o autor voltou a escrever na revista, aparentemente, sem precisar fazer prestação de contas comuns em caso de desacordos.³²⁰

Parece que estas divergências são compatíveis com as considerações de Nelson Werneck Sodré apresentadas por Dênis de Moraes. Ao tratar do distanciamento da estética stalinista e a realidade brasileira, Sodré diz que “aqui não entenderam muito bem o que o prócer queria [...] Aquilo era uma fórmula que ninguém seguia, e os que se aventuraram a

³¹⁹ *Fundamentos*, São Paulo, n. 21, p. 31, ago. 1951.

³²⁰ A expressão é de LONER, Ana Beatriz. *Op. cit.*, p. 181. Casos de autocrítica são comentados em obras citadas acima. Em relação à produção artística, Dênis de Moraes levanta alguns casos que discutiremos logo a seguir.

imitar se deram muito mal”.³²¹ Mesmo que no fim dos anos 1940 e início da década de 1950 tenha existido um esforço por parte de dirigentes e alguns militantes para enquadrar os intelectuais pecebistas na doutrina zhdanovista, na prática as regras do novo “método” encontraram entraves na individualidade dos artistas formados em uma realidade bastante diversa da soviética.

Outros casos de divergências entre comunistas ao avaliarem produções artísticas se tornaram públicos por meio da imprensa. Jorge Ferreira mapeia nos jornais *Imprensa Popular* e *Voz Operária* avaliações distintas sobre o filme *O canto do mar* de Alberto Cavalcanti (cineasta não comunista). A crítica feita por “E.A.”, a respeito do “pessimismo” dos frustrados personagens, abriu “um áspero debate sobre a arte e o papel dos intelectuais”.³²² Jorge Amado foi o primeiro a polemizar com “E.A.” ao apontar que, apesar de ver como carência a falta de uma “perspectiva de luta” no filme, é um erro estipular para autores não comunistas o realismo socialista. Para Amado, o filme de Cavalcanti contribui a sua maneira na defesa da cultura nacional. Em seguida, “E.A.” renega o que tinha escrito e agradece a Jorge Amado pelos esclarecimentos concedidos.

O debate não termina aí. Roberto Corrêa, militante do PCB, concorda com Jorge Amado quando este diz que “não é possível colocarmos como divisor de água o realismo-socialista” e com o entendimento de não serem os comunistas os únicos capazes de “acusar os inimigos do povo”. Não obstante, Corrêa aponta problemas no filme porque este não acusa com clareza devida o imperialismo e o governo como os causadores da miséria representada.³²³

Além de *Falam os muros da cidade*, Dênis de Moraes cita outros exemplos de divergências entre autores e críticos pecebista na aplicação do realismo socialista. O crítico Floriano Gonçalves questionou o romance *Passos cegos*, de Milton Pedrosa, que foi, em 1949, reeditado doze anos depois de sua primeira edição. Mais uma vez, o defeito indicado é a “vacilação, a descrença, o pessimismo” que, segundo o crítico, permeia o livro de Pedrosa. Este peca por não ter olhos para o que “o povo tem de mais saudável, mais novo [...] o Partido Comunista” e se concentrar na perspectiva de Landislau, uma personagem “pusilânime e covarde”.³²⁴

Para Dênis de Moraes, a replica de “Pedrosa permite-nos aquilatar o alto grau de subserviência à ortodoxia”, pois nesta resposta ponderou que o romance fora escrito há 12 anos e que ele não estava, na época, ligado com “as forças de vanguarda do proletariado”.³²⁵ Todavia, Pedrosa afirma que mesmo assim julga que o livro ainda é “digno de publicação” anos depois.³²⁶ O autor esclarece que, apesar de reconhecer inúmeras falhas, não concorda com as objeções, porque personagens negativos como Landislau não são tirados do “ar”, mas sim produtos de “condições que aí estão, condições que tanto produzem o negativo quanto o positivo”.³²⁷ Pedrosa alega também que foi “questão de técnica” mostrar a história sob o prisma pessoal de Landislau e, em seguida, explica que dentro de uma sociedade em

³²¹ WERNECK SODRÉ, Nelson apud MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado...* op. cit., p. 162.

³²² FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 169.

³²³ CORRÊA, Roberto. A propósito de “O canto do mar”. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, n., p. 5, 27 de fev. 1954. Corrêa vê importância no debate, pois por meio dele é possível apontar alguns problemas dos intelectuais comunistas brasileiro: 1) “a subestimação pela Direção do Partido da literatura, da arte e do cinema como fatores importantíssimos da nossa luta revolucionária; 2) falta uma justa linha política do Partido; 3) falta domínio do marxismo-leninista por parte dos nossos intelectuais”. Nota-se que a crítica de Corrêa ultrapassa a questão do filme e aponta problemas na linha política do Partido e também na atuação da Direção.

³²⁴ GONÇALVES, Floriano. Resenha do livro de Milton Pedrosa “Passos cegos”. *Para Todos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 15, mai./jun. 1950.

³²⁵ MORAES, Dênis de. *Op. cit.*, p. 163.

³²⁶ PEDROSA, Milton. Porque escrevi *Passos cegos*. *Para Todos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 6, jul. de 1950.

³²⁷ Idem.

decomposição “o escritor de vanguarda não pode e nem deve deixar de mostrar essa decomposição” – procedimento seguido inclusive por Máximo Gorki em diferentes obras.³²⁸

Dênis de Moraes enxerga os casos de *Falam os muros da cidade* e *Passos cegos* como exemplos do “atrelamento ao stalinismo-jdanovista [que] sitiou a intelectualidade comunista nas cercas do partidismo”.³²⁹ O “transplante” bem-sucedido das diretrizes soviéticas impediria os artistas pecebistas de pensarem o mundo com autonomia. De maneira semelhante, Jorge Ferreira vê no debate sobre o filme *O canto do mar* um exemplo de “vigilância revolucionária”.³³⁰ Ferreira acredita que as discordâncias são pouco significativas em relação às concordâncias, já que todos os quatro intelectuais envolvidos no debate “exigem do artista o engajamento político e ideológico”; dois deles, E.A. e Roberto Corrêa, lamentam “que o diretor não tenha dado aos personagens uma perspectiva revolucionária” e “afirmam, por fim, a liderança do partido no campo artístico”.³³¹ Sendo assim, os artistas e intelectuais “tentam se adequar à camisa-de-força imposta [...] pelas ideias de Andrei Zhdanov”.

É inegável que os artistas ligados ao PCB enfrentavam muitas restrições, estipuladas pelo partido, às suas atividades criativas. No entanto, mesmo limitados por estas restrições, houve possibilidade de diferentes apropriações das premissas do chamado “método” oficial e que as apropriações tiveram oportunidade de ser expostas por meio de órgãos do partido. A própria publicação destes debates nos órgãos de imprensa – tidos como um dos principais meios de propagação das teses zhdanovistas – leva a crer que controle da produção literária nas revistas e a divulgação do realismo socialista zhdanovista não alcançou uma plena sistematização. As mensagens não eram tão óbvias a ponto de ser assimiladas com uniformidade por todos os intelectuais que aderiram ao partido.

Em todos os dez textos de autoridades comunistas internacionais publicados em *Fundamentos* a noção de que a arte tem uma função política é defendida. Porém, os textos trazem outros elementos e cada autor realça pontos específicos ao argumentarem sobre o papel do artista e da arte na sociedade. Mao Tsé-Tung, por exemplo, apesar de defender que o crítico deve dar primazia ao critério político ao avaliar uma obra, ele ressalta que não se deve adotar uma postura sectária, pois o “lado artístico” de obras burguesas pode ser aproveitado. Josef Revai, seguindo uma lógica parecida, diz que não se deve ignorar o valor de clássicos produzidos na sociedade burguesa. O texto de Jakub Berman, publicado dois meses antes do debate sobre *Falam os muros da cidade*, inicia-se com o autor lamentando por não ser o proletariado o “herói principal” nos romances poloneses, mas conclui com uma exaltação da literatura soviética, da qual destaca os nomes de Maiakovski e Gorki – dois artistas cujas obras já eram consagradas antes do congresso que oficializou a expressão “realismo socialista” ter sido realizado. O artigo de Ghioldi, que aborda diferentes questões, é o único anterior ao debate a argumentar com clareza sobre a favor da questão da necessidade de por mensagem positiva em primeiro plano e os tormentos vividos pelo proletariado em segundo. O discurso de Malenkov que fala da importância do autor “ressaltar [...] as características positivas do homem simples” só foi publicado cerca de dois anos depois.

Assim, a partir dos debates, vê-se que havia grande aceitação a respeito do que é mais evidente nestes textos metodológicos, a saber, a instrumentalização da arte pela política, entretanto, outros pontos apresentados – o otimismo e o herói positivo proletário como protagonista – deixaram margem para os desacordos. Tanto Ibiapaba Martins quanto Milton Pedrosa citaram Gorki – uma autoridade incontestada nos meios comunistas – como exemplo para justificar a opção por ter personagens pequeno-burguesas medíocres como protagonistas

³²⁸ Idem, p. 6 e 18.

³²⁹ MOARES, Dênis de. *Op. cit.*, p. 138.

³³⁰ Título do capítulo no qual ele apresenta o debate sobre o filme.

³³¹ FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 175.

do romance. Vimos também, ao acompanhar alguns estudos sobre o realismo socialista, que na URSS houve um longo processo até o zhdanovismo se consolidar como doutrina oficial (e, mesmo assim, Francisco Posada questiona a existência de uma “ortodoxia” firmada nas ideias de Zhdanov, pois estas tiveram a concorrência das ideias de Gorki). Membro do Comitê Executivo do PCUS, Zhdanov contou com intervenção efetiva do aparato estatal – censura prévia e repressão policial – para impor sua concepção do realismo socialista. Instrumentos de controle que o PCB não dispunha.

Para concluir este capítulo, parece justo realçar dois pontos. Primeiro, o debate metodológico/doutrinário em torno de *Falam os muros da cidade*, no qual aparecem divergências sobre a forma correta da aplicação do realismo socialista na literatura, dá força à opinião de Nelson Werneck Sodré de que aqui as pessoas “não entenderam muito bem o que prócer queria” e à observação de Carine Dalmas para quem “o partido tratou a questão artístico-cultural de forma genérica” mesmo quando pautado explicitamente em orientações internacionais.³³² Os três debatedores, neste caso, não eram apenas intelectuais simpatizantes com colaborações esporádicas ao partido. Todos foram membros do “Conselho de Redação” de *Fundamentos* a partir de março de 1952 e nomes constantes em manifestos; Ibiapaba Martins, com sete textos publicados, fora um dos principais colaboradores na revista; Walter Sampaio, outro ativo colaborador de *Fundamentos*, era um dos principais advogados do PCB; Moacir Werneck de Castro foi redator da *Tribuna Popular* e do *Imprensa Popular*, jornais de grande circulação no Rio de Janeiro. O fato de três destacados intelectuais comunistas, empenhados com a estética realista socialista, apresentarem publicamente desacordos quanto à aplicação do “método”, sem haver intervenção explícita de dirigentes do partido no debate, demonstra que, apesar da publicação de textos e contos das autoridades comunistas, não se consolidou no Brasil uma ortodoxia zhdanovista. Mesmo existindo uma orientação para a arte militante, os intelectuais comprometidos com este modelo artístico não abdicaram totalmente de sua autonomia para agir e pensar dentro das normas apresentadas.

O segundo ponto a frisar, diz respeito às relações entre literatos/intelectuais e o PCB. Até os anos 1950, jornais e revistas “funcionavam como uma instância fundamental de divulgação da obra literária e de construção de reconhecimento social do escritor”.³³³ Neste sentido, a revista *Fundamentos*, como vimos, abriu espaço para autores brasileiros, alguns iniciantes, publicarem textos literários, mesmo no caso de textos que escaparam às regras zhdanovistas mais claras, isto em um momento no qual esse modelo passou a ser adotado como estética oficial dos comunistas.

Averiguada a existência destes textos, podemos pensar a relação intelectual/partido de maneira mais dialógica, valorizando os ganhos dos intelectuais dentro dos órgãos comunistas e a tolerância de dirigentes com certos desvios de literatos frente às premissas soviéticas para o campo artístico. No caso estudado, para ambas as partes houve vantagens: enquanto os escritores aproveitavam dos bens simbólicos e materiais disponibilizados pelo partido (prestígio do grupo, organização, imprensa, editora) para se firmarem em seus campos de atuação; o PCB, por outro lado, ganhava legitimidade ao atrair artistas para sua órbita de influência. Para o partido certamente foi importante ter intelectuais que se dispusessem, mesmo na situação de proscrição em que PCB se encontrava, a defendê-lo e a expressar algumas de suas políticas. Vê-se em alguns dos trabalhos publicados em *Fundamentos* que nem tudo que era produzido pelos intelectuais comunistas tinha caráter imediatamente panfletário e que o partido, se quisesse permanecer inserido na sociedade e na intelectualidade, não poderia privar “seus” escritores de toda autonomia.

³³² Respectivamente, MORAES, Dênis. *O velho Graça... op. cit.*, p. 261 e DALMAS, Carine.

³³³ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. Estudos históricos*, n.31, 2003, p. 147-160, p. 148.

Capítulo III: A participação de Elias Chaves Neto na revista *Fundamentos*

Foram recorrentes em *Fundamentos* textos que se preocuparam em abordar aquilo que, embasado nas fontes, podemos chamar, de forma geral, de “problemas econômicos brasileiros”. Entre os dez primeiros números, manteve-se como “norma editorial focalizar de maneira mais extensa e aprofundada” questões econômicas.³³⁴ Publicou-se “dossiês” e textos sobre o “petróleo”, “algodão”, “café”, “indústria nacional” e as “matrizes energéticas”. Podemos dizer que, após a edição de janeiro de 1950, os “problemas econômicos” deixaram de ser o principal foco temático da revista, porém não desapareceram por completo. Foi depois dessa mudança que se nota a presença mais constante do jornalista, militante do PCB, Elias Chaves Neto. Este retomou a questão dos “problemas econômicos” e contribuiu com dois textos neste sentido.

No presente capítulo, focaliza-se a participação de Elias Chaves Neto em *Fundamentos*. Aqui, mantemo-nos fiéis ao problema da pesquisa e partiremos da seguinte reflexão: Chaves Neto, em sua participação na revista *Fundamentos*, seguiu estritamente às diretrizes do PCB definidas para o período entre 1948 a 1956?

Como já foi dito, trata-se de um momento da história do PCB avaliado, por grande parte da bibliografia especializada, como o de maior sectarismo e de zelo com a doutrina stalinista. O esforço doutrinário teria levado a uma grande submissão dos intelectuais do partido a princípios impostos de cima para baixo e criado dificuldades de tornarem públicas as divergências. Em que medida o caso específico de Chaves Neto em *Fundamentos* pode nos ajudar a pensar os êxitos e limites do esforço doutrinário pecebista no período?

Antes, no entanto, faremos uma breve apresentação deste intelectual e teceremos algumas considerações sobre sua atuação na *Revista Brasiliense* em meados dos anos 1950.

3.1. Elias Chaves Neto e suas divergências com a linha oficial na Revista Brasiliense (1955-1956)

Na introdução a uma coletânea de textos de Elias Chaves Neto, Paulo Sérgio Pinheiro, ao apresentá-lo, diz que “se tratava de um comunista brasileiro bem estranho”, pois, ao contrário do que era comum, não foi “recrutado” na “classe média”, mas sim na “classe dominante”, tardiamente, aproximadamente aos 45 anos e sem “nenhuma pretensão de se fantasiar de operário”.³³⁵ De fato, Chaves Neto narra em suas memórias sobre seu pertencimento a uma das “famílias tradicionais” de São Paulo que se beneficiou com a exportação de café. Além disso, conta a respeito dos anos em que trabalhou como eminente advogado na subsidiária brasileira de uma grande empresa norte-americana, a *Electric Bond and Share*, e como essa vivência “dentro de um grande truste internacional” o levou a se decepcionar com os ideais do liberalismo econômico.³³⁶

Contudo, ainda segundo suas memórias, não foram estas experiências que o levaram

³³⁴ *Fundamentos*. São Paulo, v.III, n. 9/10, p. 108, mar./abril de 1949. [Editorial]

³³⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Apresentação”. In: CHAVES NETO, Elias. *O sentido dinâmico da democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 9-18, p. 13.

³³⁶ CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo*: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 36.

ao comunismo, mas sim o curso de Filosofia da recém-fundada Universidade de São Paulo, na primeira metade da década de trinta. Foi nesta instituição que teve seu primeiro contato com o marxismo. O autor ressalta a importância que teve para ele a leitura do livro *A Crise do Progresso*, do então marxista, Georges Friedmann.³³⁷ Infelizmente, em *Minha vida e as lutas de meu tempo* (título das memórias) Chaves Neto não expõe os pormenores de como ocorreu o abandono da promissora carreira de advogado para a atividade de jornalista. Nem tampouco fala de modo mais detalhado sobre sua adesão ao Partido Comunista.

A partir de algumas considerações presentes no texto das memórias, percebe-se que a aproximação com o PCB aconteceu já em 1945, em decorrência de sua atividade jornalística. Chaves Neto narra que, quando trabalhava nos *Diários Associados* de São Paulo, entrou em contato com dois antigos jornalistas comunistas recém-libertados do cárcere estadonovista, Câmara Ferreira e Noé Gertel, os quais foram os responsáveis por indicar seu nome para uma conferência em uma célula de bairro do partido em São Paulo.³³⁸ Segundo o autor naquele momento “iniciava uma nova vida militante”.³³⁹

Ainda no mesmo trecho, Chaves Neto lembra seu envolvimento na organização do comício de Prestes em São Paulo (15 de junho de 1945) e a “esperança” que a política naquele momento despertava. Nessa mesma época, ele deixou os *Diários Associados* e entrou para o jornal *Hoje* que tinha como diretores: Milton Caires de Brito, dirigente do PCB em São Paulo, seu irmão Nabor Caires de Brito, Caio Prado Júnior e Jorge Amado. Segundo Chaves Neto, a redação do *Hoje* se tornou “um centro vivo de encontro da intelectualidade” e lá teve a oportunidade de conhecer “alguns velhos comunistas que haviam participado em 1935 da Aliança Libertadora”.³⁴⁰ Entre os nomes elencados estão os dos médicos José Maria Gomes e Waldemar Rangel Belfort de Mattos, a pianista Ana Stela Chic, e aqueles dos quais se tornou “amigo”: o filósofo Álvaro de Faria, o Maestro Eduardo Guarnieri, o professor da Faculdade de Medicina de São Paulo Samuel Barnsley Pessoa, o físico Mário Schenberg e o engenheiro e deputado comunista Catulo Branco. Estes últimos, achamos importante ressaltar, participaram também da revista *Fundamentos*, compondo inclusive o corpo editorial.

É curioso pensar que o historiador Caio Prado Júnior, primo de Elias Chaves Neto, e nesta época ativo militante comunista (filiado desde 1931), não é citado como influência direta para a sua adesão ao PCB. Curioso, porque em diversos momentos Chaves Neto fala de Prado Júnior com grande admiração e as ideias do historiador repercutem visivelmente em seus escritos, tal como sugere o cientista social e estudioso da obra de Caio Prado, Raimundo Santos. Este vê em Elias Chaves Neto o “principal divulgador” dos “textos caiopradianos” e, em suas “controvérsias com o PCB”, ampara-se nas teorizações de Prado Jr. sobre o caráter “colonial” da formação econômica brasileira (ou seja, agroexportador e não “feudal”).³⁴¹

As polêmicas com o PCB se tornaram explícitas, sobretudo, a partir de 1955, com a publicação da *Revista Brasiliense* (RB) que circulou até 1964. A *Revista Brasiliense*, dirigida nos seus cinquenta números por Elias Chaves Neto, ganhou amplo reconhecimento, entre os que se interessam pelo tema das esquerdas, como lócus privilegiado de elaboração de um marxismo alternativo ao marxismo pecebista. Apesar de ser levada a frente, principalmente, por dois comunistas, Chaves Neto e Prado Jr., muitos estudos sobre a revista ressaltaram a sua independência em relação ao PCB.³⁴² Esse distanciamento com o Partido Comunista valeu

³³⁷ Idem, p. 65.

³³⁸ Idem, p. 73.

³³⁹ Idem, p. 74.

³⁴⁰ Idem, p. 74.

³⁴¹ SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Jr. na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Maud/Faperj, 2001, p. 180. A maioria dos estudos consultados que fazem referência a Chaves Neto dá destaque a estas controvérsias.

³⁴² Cf. LIMONGI, Fernando Papaterra. *Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Júnior e a Revista Brasiliense*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 5, Vértice, 1987. Disponível

uma dura advertência feita pelo secretário-geral do partido, Luiz Carlos Prestes, a Chaves Neto, definindo como “nacional-reformista” a posição assumida por este no artigo “Política de União Nacional”, publicado em setembro-outubro de 1955, na primeira edição da *Revista Brasiliense*.³⁴³

Neste texto, Chaves Neto afirma que é o problema “da miséria e fome da grande massa popular do país [...] o grande problema nacional e humano que precisa ser resolvido”.³⁴⁴ Amparando-se em Caio Prado Jr., sobretudo na obra *História econômica do Brasil*, indica que a causa deste problema está “na formação histórica do nosso país”, marcado desde sua origem pela condição de fornecedor de matérias-primas e exportador de bens manufaturados. A superação desta situação fundamental de nossa economia exigiria uma industrialização rentável, possível somente com a existência de um mercado consumidor. Por sua vez, para criar o mercado consumidor que garantiria o sucesso da indústria nacional, seria imprescindível elevar “o padrão de vida da nossa população rural” (uma das maneiras para isto estaria na “reforma agrária”). O meio político para alcançar o padrão de vida necessário à industrialização seria “a luta do nosso trabalhador”, processada dentro dos limites da Constituição que dava o direito de greve, de sindicalização e reunião. Assim, afirma Chaves Neto, “a defesa da Constituição é o ponto básico de uma política que visa pela união nacional de todos os brasileiros a resolver os problemas dos quais depende a nossa prosperidade”.³⁴⁵

O comentário crítico de Luiz Carlos Prestes ao artigo de Chaves Neto foi feito no texto “É necessário combater e desmascarar os defensores e porta-vozes do nacional reformismo”, no jornal *Voz operária* de abril de 1956. De acordo com o Prestes, o “nacional reformismo” era um dos “principais obstáculos” da luta pela “libertação nacional do jugo imperialista” e esclarece que se trata da tendência em acreditar ser possível “um entendimento com o opressor estrangeiro e que, sem luta, sem medidas radicais [...] seja possível alcançar a independência nacional, avançar no caminho do progresso e da felicidade para seu povo”.³⁴⁶ Prestes ressalta ainda que quem assumisse ideias nacional-reformistas estaria a serviço do “opressor norte-americano” e colocando-se “contra a revolução e os mais sagrados interesses do povo brasileiro”.³⁴⁷

Para o secretário-geral do PCB, Chaves Neto se equivocava ao acreditar que o “mal-estar” econômico do país teria origem na “insuficiência das cambiais obtidas com a exportação” e, de outro lado, por se apoiar “no Sr. Prado Júnior para concluir que as causas de tal mal-estar devem ser procuradas na formação histórica do Brasil”.³⁴⁸ Além destes, outro erro do “articulista”, segundo Prestes, seria supor “que basta a prática da atual Constituição do país, quer dizer, a prática do atual regime de latifundiários e grandes capitalistas, para que seja possível ‘resolver os problemas dos quais dependem nossa prosperidade’”.³⁴⁹

No entanto, apesar da repreenda, Paulo Sérgio Pinheiro diz que Elias Chaves Neto continuou a defender com “firmeza suas posições” nas páginas da *Revista Brasiliense*, sem recuar frente à censura de Prestes.³⁵⁰ No artigo “Emancipação Nacional e Defesa da Constituição”, Elias Chaves Neto se diz espantado pelo fato do “Sr. Luís Carlos Prestes, [...]

em:http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_02.htm; e RUBIM, Antônio Albino Canelas. Op. cit.

³⁴³ SANTOS, Raimundo. *Op. cit.*, p. 179.

³⁴⁴ CHAVES NETO, Elias. “Política de união Nacional”. In: *O sentido dinâmico da democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 19-31.

³⁴⁵ Idem, p.

³⁴⁶ PRESTES, Luiz Carlos. É necessário combater e desmascarar os defensores e porta-vozes do nacional reformismo, *Voz operária*, n. 363, p. 3, Rio de Janeiro, 28 de abr. de 1956.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Op. cit.*, p. 13.

um materialista histórico”, censurá-lo “por ter ido procurar na formação histórica do país a causa do problema da miséria”.³⁵¹ Novamente afirmando seu débito com Caio Prado Júnior, explica que “o latifúndio produzindo para o mercado mundial, isto é, a estrutura econômica da nação, é que é responsável pela crise”.³⁵²

Ainda no mesmo artigo, quanto à questão da Constituição, Chaves Neto lembra que “a defesa da Constituição foi ponto essencial do informe do Sr. Luís Carlos Prestes sobre as eleições presidenciais e de outros documentos do Partido Comunista”.³⁵³ Pouco mais adiante, transcreve trechos de seu texto e o de Prestes para demonstrar que foi mal interpretado pelo dirigente do PCB.

Para Paulo Sérgio Pinheiro os escritos de Chaves Neto na *Revista Brasiliense* permitem dizer que, se os conflitos de Prado Júnior com o PCB “foram provocados por suas revisões precursoras das bases de interpretação da sociedade brasileira [...], com Elias Chaves Neto os desencontros são provocados por suas análises de conjuntura nada convencionais”.³⁵⁴

Como compreender estes “desencontros” acessíveis na imprensa, em tom por vezes ríspido, entre o intelectual pecebista Elias Chaves Neto e seu dirigente, se aceitarmos plenamente a caracterização de agremiação monolítica sem espaço para divergências, atribuída muitas vezes ao PCB?

Se tomarmos conhecimento de que pouco tempo antes, no IV Congresso do PCB (novembro de 1954), ficou estabelecido nos seus estatutos que o “membro do Partido tem o direito” de “participar da discussão livre e responsável, nas reuniões e na imprensa do Partido, dos problemas da política do Partido”, a ideia de serem as divergências mencionadas um caso de indisciplina pode ser relativizada.³⁵⁵ Contudo, muitas vezes o fato de algo estar estabelecido estatutariamente nem sempre significa sua verdadeira aplicação, mas, no caso o qual estamos nos remetendo, ao considerarmos as memórias de Chaves Neto, verifica-se que não há nenhuma menção a qualquer tipo de sanção imposta pelo PCB. Inclusive, anos depois (1960), Elias Chaves Neto e Caio Prado Júnior ganham certa relevância na Tribuna de Debates do V Congresso ao publicarem textos com leituras da realidade brasileira alternativas às teses expostas na “Declaração de Março de 1958” (documento aprovado pelo Comitê Central).³⁵⁶

De qualquer modo acredito ser útil ressaltar algumas especificidades do caso. Devemos lembrar que a *Revista Brasiliense*, tal como qualifica Sérgio de Sousa Montalvão, foi “uma publicação independente no campo da esquerda comunista”. Aqui, “independência” significa trabalhar com abordagens diferentes das expostas, dissertar sobre temas pouco explorados pelo PCB e aceitar a participação de não comunistas (ou até mesmo de colaboradores mal-vistos pela direção do partido). Para Montalvão, essa independência se devia ao fato da revista romper “com o controle material do PCB”, já que era publicada pela

³⁵¹ CHAVES NETO, Elias. “Emancipação Nacional e Defesa da Constituição”. In: _____. *O sentido dinâmico da democracia*. Op. cit., pp. 32-40, p. 33. (Publicado originalmente na edição de maio-junho da Revista Brasiliense).

³⁵² Voz Operária 28/04/1956. N 363.

³⁵³ Idem, p. 35.

³⁵⁴ Idem, p. 14.

³⁵⁵ Estatutos do Partido Comunista do Brasil – PCB. In: *Problemas*: Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955. Aqui o trecho de estatuto dá impressão de existir espaço para divergências na imprensa comunista, mas no caso da Revista Brasiliense é preciso atentar que se trata de uma publicação independente dirigida por membros do partido.

³⁵⁶ Sobre a participação de Chaves Neto e Caio Prado no V Congresso do PCB (1960) cf. SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001. Sobre a “Declaração de Março” há uma vasta bibliografia que trata a respeito. Em geral, esse documento é visto como uma formal ruptura com a política do “Manifesto de Agosto”, mesmo que tal ruptura seja considerada, por vezes, limitada.

Editora Brasiliense (propriedade de Prado Júnior).³⁵⁷ Possivelmente esta publicação garantia a ambos, Chaves Neto e Caio Prado, um espaço que não tinham na imprensa financiada pelo Partido Comunista, o que, contudo, não impediria que tal atitude – buscar um espaço fora do partido – fosse caracterizada como indisciplina e sofrer advertências (vide as críticas de Prestes citadas na página anterior).

Além da independência financeira, outro fator que pode ajudar a entender a forma como essa divergência se deu é o momento pelo qual o partido passava. Sobre esse momento, destacamos dois traços a serem considerados. O primeiro refere-se a transformações dentro do PCB imputadas pelas necessidades das atividades políticas cotidianas dos militantes. O segundo seria um evento externo – o relatório lido por Khrushchov no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) – que reverberou de forma determinante no PC brasileiro.

Para alguns estudiosos, ocorria no partido um processo gradual de abertura, em relação às determinações do “Manifesto de Agosto”, verificável, inicialmente, na “resolução sindical de 1952”. De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, os “militantes comunistas, *na prática*, começaram a rever as orientações políticas radicais, ou melhor, ignorá-las”, promovendo, assim, a processual “*reentrada na atmosfera* da sociedade brasileira”.³⁵⁸ O “primeiro grande sinal” de mudança para Reis Filho teria sido uma resolução sindical, lançada pelo Comitê Nacional do PCB em 1952, que chamava formalmente os comunistas a participarem da luta nos sindicatos oficiais.³⁵⁹

Poderíamos ver como indício dessa transformação gradual, por exemplo, a inclusão em seu estatuto do já comentado direito do militante de discutir na imprensa do partido questões sobre sua política, ponto não existente no Estatuto em vigor anteriormente. Além disso, certas passagens, que denotavam maior rigidez, não apareceram no estatuto deliberado em 1954, tais como o juramento obrigatório na admissão do militante ou o artigo que definia o Partido como “um só todo organizado, coeso pela disciplina”.³⁶⁰

Neste sentido, o cientista político Ronald H. Chilcote acredita que vinha “se delineando em 1954”, do ponto de vista da política pecebista, uma “virada reformista”, acentuada após a morte de Getúlio Vargas. Chilcote acredita que a “posição reformista” foi formalizada “explicitamente no IV Congresso” com a apresentação do “novo Programa”, por

³⁵⁷ MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. “Notas sobre uma publicação comunista independente: a *Revista Brasiliense*”. In: *Revista Urutágua* – revista acadêmica multidisciplinar. Quadrimestral – Nº 10 – Ago./Set./Out./Nov.

³⁵⁸ AARÃO REIS, Daniel. “Entre Reforma e Revolução: A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: *Op. cit.*, p. 85. (Grifos do autor).

³⁵⁹ Idem, p. 85. Sobre a questão sindical e a linha política adotada pelo PCB a partir de 1948 há controvérsias. Para alguns nunca houve oficialmente orientações para que os militantes abandonassem os sindicatos oficiais. Sobre essa discussão cf. FALCÃO, Frederico (2012) e SANTANA, Marco Aurélio (2001).

³⁶⁰ Durante o período de legalidade (1945-1947) circulou um folheto com o título “Estatutos do Partido Comunista do Brasil – Direito e deveres dos membros do Partido” que estava dividido em dez capítulos e 56 artigos. Alguns destes foram modificados, diluídos ou suprimidos, mas muito do conteúdo permaneceu no estatuto definido no IV Congresso (nov. de 1954). Observamos que um dos artigos diluídos noutros, com a mesma mensagem só que na nova forma passada de modo mais eufêmico, definia a “finalidade” do Partido, concebido “como um todo organizado, coeso pela disciplina consciente [...] e tem como objetivo organizar e educar as massas trabalhadoras dentro dos princípios do marxismo-leninismo”. Sobre quem poderia ser considerado membro do partido pouca coisa mudou, porém foi suprimido do estatuto um juramento cujo trecho final dizia: “juro permanecer fiel aos princípios do Partido Comunista do Brasil; lutar [...] pela sua unidade e crescimento; trabalhar no cumprimento do seu programa”. Além disso, entre os artigos acrescentados do estatuto de 1954, no tópico sobre os “direitos do membro do Partido”, está o que fala sobre “participar da discussão livre e responsável, nas reuniões e na imprensa do Partido, dos problemas da política do Partido”. Cf. PCB. *Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/tematica/1945/11/estatuto-pcb.htm>. Acessado: 20 de janeiro de 2014.

Diógenes Arruda, e pelas modificações nos estatutos apresentadas por João Amazonas.³⁶¹
Ainda segundo o mesmo autor:

[...] enquanto em 1950 o partido exigia o confisco indiscriminado de todas as ‘grandes’ propriedades rurais, em 1954 insistia apenas na redistribuição da propriedade latifundiária, excluindo a propriedade daqueles que apoiavam a frente pela libertação nacional. Além disso, a burguesia nacional – ignorada em 1950 – merecia um papel importante na formação da frente anti-imperialista em 1954. O programa de 1954 refletia o abandono das exigências revolucionárias, uma tendência particularmente efetiva a partir de 1952 quando os líderes operários do PCB começaram a colaborar com os sindicatos oficialmente. Finalmente, em 1954, o PCB adotou a velha linha de preparar-se para a participação eleitoral e foi até o ponto de tentar o registro legal no Tribunal Superior Eleitoral.³⁶²

Apesar de alguns indícios de mudanças no sentido de abrandamento no radicalismo da linha política do “Manifesto de Agosto” e nas práticas “mandonistas”³⁶³ existentes no interior do Partido, há também elementos que nos dão uma perspectiva contrária. Sobre a organização e realização do IV Congresso, que no nosso entender proporcionou estatutos de teor diferente daquele vigente em anos anteriores, o ex-militante profissional³⁶⁴ e intelectual comunista Leôncio Basbaum relata sobre os delegados não terem sido “eleitos, mas escolhidos a dedo entre os mais dóceis pela direção” e “convencidos” a não alterar “nenhuma vírgula” do programa proposto pelos dirigentes.³⁶⁵ O jornalista comunista, Moisés Vinhas (eleito suplente do Comitê Central na ocasião), corrobora com a avaliação de Basbaum. Para Vinhas, em vários aspectos – “linha política, concepção de partido, métodos de direção e modo de fazer política” – o Congresso de 1954 foi “exemplar do beco sem saída que a direção levou o partido com a linha do Manifesto de Agosto”.³⁶⁶

Sobre o Programa aprovado no IV Congresso, mesmo considerando que tenha consagrado a linha do “Manifesto de Agosto”, alguns pesquisadores (p. ex. Daniel Aarão Reis Filho, Marco Aurélio Santana e Marcelo Ridenti) o caracterizaram como “letra morta” em relação às atividades cotidianas da maioria dos militantes, o que nos passa a ideia da existência de transformações à revelia de aval dos dirigentes.³⁶⁷ Já Raimundo Santos ressalta que o programa aprovado significou um tipo de “resistência às mudanças” ocorridas,

³⁶¹ CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflitos e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p., 112.

³⁶² Idem, p. 114. Parecer semelhante ao de Chilcote é dado por Leôncio Martins Rodrigues que afirmar ter o PCB “ratificado” no IV Congresso mudanças, adotadas na prática desde 1952, em relação à linha política do “Manifesto de Agosto”. RODRIGUES, Leôncio Martins. *Op. cit.*

³⁶³ O termo “mandonismo” e sua variação “práticas mandonistas” aparece na imprensa pecebista muitas vezes para se referir ao autoritarismo dos governos, dos patrões e à ação do imperialismo (cf. *Tribuna Popular*, nº 223, 459, 501 e 689, por exemplo). Porém, após o início dos debates que se seguiram ao XX Congresso do PCUS (1956) a expressão passou a ser usada com frequência para indicar uma “anomalia nos órgãos superiores” do Partido Comunista que significava a ação arbitrária, o abuso de mando por parte de alguns dirigentes. Tal expressão passou a ser difundida na imprensa pecebista a partir do final do ano de 1956. Este aumento do uso pode ser visto em a *Voz Operária* a partir do número 391 de 10 de nov. de 1956, como do jornal *Imprensa Popular* nº 1943 de 19 de outubro de 1956 em diante.

³⁶⁴ Leôncio Basbaum foi dirigente do PCB no início da década de 1930 e por alguns anos (mesmo quando não mais dirigente) recebeu uma forma de pagamento do partido por sua militância.

³⁶⁵ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 222.

³⁶⁶ VINHAS, Moisés. *O Partidão: A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1982, 134.

³⁶⁷ Cf. AARÃO REIS, Daniel. “Entre Reforma e Revolução: A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. *Op. cit.*; SANTANA, Marco Aurélio. *Op. cit.* e RIDENTI, Marcelo. *Op. cit.* A expressão “letra morta” foi usada por Marcelo Ridenti.

sobretudo, depois da morte de Vargas.³⁶⁸ Segundo Santos, a revisão da “orientação altamente dogmática, resistente às evidências dos fatos” apareceu primeiro em alguns documentos da direção do Partido que circularam na imprensa comunista – como o “Manifesto do Comitê Central: A Ditadura de Café Filho” e “Comunistas e Trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum”, ambos publicados no jornal *Voz Operária* em setembro e outubro de 1954 (pouco antes do congresso) – mas não foi confirmada no IV Congresso.³⁶⁹

Contudo, contrariando as opiniões referentes à existência de mudanças, o caso do então candidato ao Comitê Central Fernando de Lacerda pode ajudar a sustentar as considerações de Vinhas e Basbaum, para quem as práticas autoritárias dos dirigentes estariam ainda na ordem do dia.

Nas edições 242 e 243 do jornal *Voz Operária* (02/01/1954 e 09/01/1954), foi apresentado o “Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil” que em dezembro do ano anterior havia sido aprovado por “unanimidade” pelo Pleno do Comitê Central do Partido. Logo em seguida, o mesmo jornal passou a publicar uma seção intitulada “Tribuna do IV Congresso” na qual “todos” poderiam “expende suas opiniões sobre as matérias a serem focalizadas pelo IV Congresso” e ressaltava as palavras de Prestes ao apresentar o Programa: “Todos membros do Partido devem ser incorporados neste debate, assegurando-se aos mesmos completa liberdade de crítica”.³⁷⁰

Um dos primeiros pronunciamentos foi feito pelo dirigente Fernando de Lacerda que, entre uma série de discursos elogiosos, apontava aquelas que seriam “as bases elementares principais de toda crítica necessária, útil ao nosso IV Congresso”.³⁷¹ O artigo de Lacerda foi rapidamente “respondido”, primeiro por Ubiratam do Amaral e em seguida por Agostinho Dias de Oliveira. Ambos afirmavam que, antes de Lacerda querer dar conselhos sobre críticas, deveria ele próprio fazer a “autocrítica” de seus erros passados (o chamado “liquidacionismo” e a proximidade com um ex-dirigente expulso em 1952).³⁷²

Na mesma edição que aparece a resposta de Dias de Oliveira, foi publicado um artigo de Lacerda com o título “Cuidado com os ‘delírios esquerdistas’ na aplicação do Programa do PCB”. Neste, o articulista propõe “modificar” o projeto “um pouco”, com a retirada da palavra de ordem “derrubada do governo Vargas”. Lacerda avaliava que essa ação imediata (derrubar Vargas) não condizia com o objetivo estratégico de uma “revolução anti-feudal e anti-imperialista”, pois, naquele momento, não havia condições objetivas para a constituição de um governo “democrático de libertação nacional” para substituir Vargas, mas estimularia

³⁶⁸ SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, p. 78.

³⁶⁹ Idem, p. 80.

³⁷⁰ Tribuna do IV Congresso. *Voz operária*, n. 247, p. 3, Rio de Janeiro, 16 de jan. 1954.

³⁷¹ LACERDA, Fernando. Por um IV Congresso realmente de unidade e reforçamento de nosso Partido. *Voz Operária*, n. 247, Tribuna de Debates do IV Congresso(Sessão), p.5, Rio de Janeiro, 06 de fev. de 1954. Entre as bases da crítica necessária estavam: a crítica “construtora”, ou seja, aquela que indica “a lição da tese ou das posições erradas” e sempre dê “ao camarada errado” possibilidade de se corrigir; a “verdadeira auto-crítica”, ou seja, “uma auto-crítica sem lamentações, nem bater no peito [...] que explique a natureza do ou dos erros cometidos, as causas que os motivaram, as consequências deles para o movimento popular, para o Partido e para o camarada que errou, enfim como poderiam e deveriam ser evitados”.

³⁷² Cf. AMARAL, Ubiratam do. Onde está a Auto-crítica do camarada Fernando Lacerda? *Voz Operária*, n. 250, p. 5, Rio de Janeiro, 27 de fev. de 1954; e OLIVEIRA, Agostinho Dias de. Por que Fernando Lacerda não faz Auto-crítica? *Voz Operária*, n. 251, Tribuna de Debates do IV Congresso(Suplemento), s/p, Rio de Janeiro, 06 de mar. De 1954. O “liquidacionismo” foi uma posição política defendida por algumas lideranças comunistas dos países ocidentais, após o encerramento das atividades da Internacional Comunista (maio de 1943) em nome do esforço de guerra, que pregava a dissolução dos partidos comunistas. O próprio Lacerda admite, em um artigo em 1947, que foi um dos defensores dessa política no Brasil ao conceder uma entrevista à revista *Diretrizes* em maio de 1943 (cf. LACERDA, Fernando. O liquidacionismo e o marxismo criador. In. *A Classe Operária*, n. 69, Rio de Janeiro, p. 4 e 6, 30 de abr. de 1947).

ações golpistas das forças reacionárias.³⁷³

Após a publicação deste artigo – e de outro, indicando falhas de formulação quanto à participação da burguesia na Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) conclamada no Programa³⁷⁴ – Fernando Lacerda passa a sofrer uma saraivada de críticas, tanto sobre suas objeções ao projeto do programa (Maurício Grabois), quanto, principalmente, ataques pessoais à sua postura dentro do partido (liquidacionista, irresponsável, delirante, oportunista, falsificador da história do partido, tolo etc.).³⁷⁵ O debate (se é que podemos chamar assim) culmina com o “Informe ao Comitê Central” do secretário-geral, Luiz Carlos Prestes, no qual são apontados os erros fundamentais de Fernando Lacerda: “Luta aberta contra o Programa do Partido”; “defesa do liquidacionismo de 1942-4”; “relações antipartido com o renegado Crispim”; “insistência no erro e atividade sistemática contra o Partido”; “contra o internacionalismo proletário”; “duplicidade na relação com o Comitê Central”.³⁷⁶ Junto ao informe, foi publicada uma resolução do Comitê Central que referendava as palavras de Prestes e informava as sanções a serem aplicadas a Lacerda, como a não publicação de alguns de seus textos posteriores e sua exclusão do Comitê Central.³⁷⁷

Fernando Lacerda teria sido a “voz discordante única” na Tribuna de Debates e, ainda assim, a usou com bastante cuidado, amparando suas críticas em obras de Stalin e Lenin e lançando-as meio a adjetivos apologeticos à direção do Partido.

O “caso Lacerda” ajuda-nos a perceber a indisposição dos dirigentes, proponentes do “Projeto de Programa”, em receber críticas abertamente e os métodos que podiam ser adotados para se livrar de “vozes discordantes”. Acusações, censura e a punição institucional foram usadas contra Lacerda, sobretudo, a partir do momento em que ele expôs suas críticas ao conteúdo político do “Projeto de Programa” e defendeu suas posições. Mas tudo isto ocorreu antes de fatos importantes – a morte de Getúlio Vargas e, principalmente, o XX Congresso do PCUS – que teriam funcionado como vetores para mudanças mais visíveis no PCB.

Além das limitadas transformações pelas quais o Partido teria passado até 1954, gostaríamos de destacar outro traço do período das controversas entre Chaves Neto e Luiz Carlos Prestes, a saber, os efeitos do XX Congresso do PCUS.

Geralmente, é reconhecido que desde a morte de Joseph Stalin, em março de 1953, iniciou-se na URSS um “tempo de reformas” – que incluía afastamentos de velhos dirigentes mais próximos do antigo líder, subordinação da polícia política aos comitês do partido, celebração da direção coletiva, adoção de medidas econômicas estimulando o consumo, uma nova política externa (de “coexistência pacífica”) e mudanças nas políticas agrárias.³⁷⁸ Mas o XX Congresso não só referendou essas reformas, como trouxe uma informação que abalou de forma definitiva o movimento comunista internacional, qual seja, as denúncias das arbitrariedades cometidas pelo antigo líder Joseph Stalin.

O informe público do então secretário-geral do PCUS, Nikita Khrushchev, já trazia

³⁷³ LACERDA, Fernando. Cuidado com os ‘delírios esquerdistas’ na aplicação do Programa do PCB. *Voz Operária*, n. 251, Tribuna de Debates do IV Congresso (Suplemento), s/p, Rio de Janeiro, 06 de mar. 1954.

³⁷⁴ LACERDA, Fernando. Nenhuma guinada à direita na aplicação do programa. *Voz Operária*, n. 253, Tribuna de Debates do IV Congresso (suplemento), p. 2, Rio de Janeiro, 20 de mar. 1954.

³⁷⁵ Quanto a crítica focada mais em suas ideias cf. GRABOIS, Maurício. Fernando Lacerda e os imaginários ‘delírios esquerdistas’ do Programa do Partido. *Voz Operária*, n. 252, Tribuna de Debates do IV Congresso (suplemento), p. 1, Rio de Janeiro, 13 de mar. 1954. Sobre ataques focando mais especificamente o comportamento de Lacerda cf. *Voz Operária* edições 254 a 259 de 27/03/1954 a 01/05/1954.

³⁷⁶ PRESTES, Luiz Carlos. A situação de Fernando Lacerda no Partido. *Voz Operária*, n. 274, p. 3-4, Rio de Janeiro, 14 de ago. 1954.

³⁷⁷ Sobre a censura de artigos de Lacerda é o próprio Prestes que a menciona. Cf. PRESTES, Luiz Carlos. Idem.

³⁷⁸ AARÃO REIS, Daniel. *As Revoluções Russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. (Coleção Revoluções do século XX).

novas teses – sobre a ampliação das zonas de paz, de aproximação com a social-democracia e aceitação de caminhos alternativos para o socialismo – que contradiziam parte daquelas formalizadas no programa de 1954 do PCB. Esse informe oficial logo ficou conhecido pelos pecebistas, pois foi publicado na edição 356 da *Voz Operária* (10/03/1956). Mas o chamado “relatório secreto” – lido por Khrushchev para membros do CC do PCUS e alguns representantes da China, Itália, França e das Repúblicas Populares da Europa Oriental – só foi conhecido aos poucos, através da imprensa não comunista (fonte pouco creditada) ou pelo “boca a boca”.³⁷⁹ Mesmo parcialmente, comunistas de todo o mundo tomaram conhecimento do conteúdo do “relatório secreto” que denunciava o culto da personalidade e a megalomania de Stalin, o despreparo soviético na Segunda Guerra (resultando em enormes perdas) e as violentas arbitrariedades cometidas contra a “legalidade socialista” que impediu qualquer discussão política nos anos 1930. As palavras de Daniel Aarão Reis Filho sintetizam o que acontecia: “o semideus virava demônio”,³⁸⁰ e, a medida que as notícias sobre a reunião extraordinária conduzida por Khrushchev se espalhava, ampliavam-se os questionamentos às lideranças dos vários partidos comunistas do mundo.³⁸¹

No Brasil, os comunistas foram muito reticentes quanto às notícias que chegavam, sobretudo, através da imprensa “burguesa” e, portanto, recebidas muitas vezes como provocações dos inimigos. Contudo, segundo Raimundo Santos:

[...] entre os meses de março a julho, os comunistas brasileiros lerão, na mesma *Voz Operária*, três matérias questionadoras: uma Resolução do Comitê Central do Partido Comunista Italiano, abrindo o debate sobre o XX Congresso entre suas bases partidárias; de primeira mão, conhecerão a resolução dissolvendo o *Kominform* firmada pelos oito PC's que o compunham; e um artigo de Eugene Dennis, secretário-geral do Partido Comunista Americano, reconhecendo a veracidade do já então famoso relatório secreto de Khrushchev.³⁸²

Dito isto, percebe-se que, se o primeiro artigo de Elias Chaves Neto na *RB* foi publicado em outubro de 1955, as críticas de Prestes só apareceram meses mais tarde, em abril de 1956, quando outra discussão – relativa ao XX Congresso – já estava em pauta na imprensa comunista.

Apesar do silêncio da direção brasileira, deixando a militância sob uma atmosfera de dúvida, uma série de artigos e notícias informando os graves efeitos do XX Congresso nos PC's estrangeiros estava sendo publicada na *Voz Operária* (afastamentos e reabilitações de lideranças na Hungria e Polônia ou o debate encabeçado por Palmiro Togliatti no PC da Itália). A resposta de Chaves Neto às críticas de Prestes foi publicada na quinta edição da *RB*, de junho de 1956. Logo em seguida, o artigo no qual o secretário-geral do partido americano admite a veracidade do relatório secreto e a Resolução do CC soviético afirmando a existência do “culto a personalidade” foram publicados. Acreditamos que, provavelmente, a repercussão do XX Congresso trouxe maiores preocupações às “cabeças” dos dirigentes do que os questionamentos teóricos de Elias Chaves Neto (por mais incisivos que tenham sido). Digo isto, por tomar como referência as memórias escritas por dois ex-dirigentes: Osvaldo

³⁷⁹ Essas informações foram retiradas das memórias do então dirigente pecebista e representante do partido brasileiro no *Kominform*, Osvaldo Peralva. Peralva afirma que “a Bomba do relatório secreto de Khrushchov sobre os crimes monstruosos de Stalin, não explodiu de uma vez sobre o *Kominform*; chegou através de estilhaços, em forma de notícias transmitidas a boca pequena [...]”. Pouco frente é que fala dos que tiveram direito de ouvir o relatório diretamente. PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1962, p. 148.

³⁸⁰ AARÃO REIS, Daniel. *As Revoluções Russas... Op. cit.*, p. 122.

³⁸¹ ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

³⁸² SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista... Op. cit.*, p. 100.

Peralva que, só em admitir a possibilidade das acusações à Stalin serem verdadeiras, “entrou em estado de crise”, seguido de noites sem dormir atormentado por pesadelos; Agildo Barata, tesoureiro do CC do PCB, ao confirmar que o relatório de Khrushchev era real, diz ter sentido “uma dor no estômago”, a “vista escurecendo” e uma “irresistível vontade de vomitar”.³⁸³ Não por acaso, o artigo que rompeu com o silêncio dos comunistas brasileiros na imprensa do partido trouxe o título que sugere a urgência e eminência da questão: “Não se poderia adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças”.³⁸⁴

Sendo assim, parece aceitável supor que o “diálogo” entre Elias Chaves Neto e Luiz Carlos Prestes acabou eclipsado por um debate de proporções muito maiores. Mundialmente, pode-se dizer, como o faz Geoff Eley, que o XX Congresso do PCUS (e as denúncias de Khrushchev) foi “o grande trauma do comunismo”, e entre suas consequências estiveram, por exemplo, várias dissensões e desfiliações em massa.³⁸⁵ No Brasil, os efeitos também foram graves, estando relacionados ao rebaixamento de alguns antigos dirigentes, a ascensão de outros, desfiliação de intelectuais importantes e de membros do CC e a revisão do programa. Aberto por pressão de alguns militantes (na maioria intelectuais responsáveis pela imprensa), o debate em torno do XX Congresso suscitou críticas às práticas dentro do partido, atingindo, inerentemente, dirigentes (quando não os tinha diretamente como alvos). Portanto, muito leva a crer que tais críticas foram mais impactantes que as divergências formuladas por Elias Chaves Neto, dadas no nível da teoria.

Mas, apesar de demonstrar certa autonomia em relação às teses oficiais ao continuar valorizando a Constituição e defender a ideia de processo gradual para o socialismo, muitas vezes amparado por apropriações das teorizações caiopradianas, Chaves Neto pouco interveio nos debates que seguiram ao XX Congresso. Segundo Montalvão, o debate entre ‘abridistas’ e ‘fechadistas’ sequer foi mencionado nas páginas da *RB*, sublinhando a “ausência de Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto no debate mais significativo da época”.³⁸⁶ Estes seriam traços que sugerem o esforço dos “responsáveis pela *Revista Brasiliense*” em evitar qualquer “confronto direto com o PCB”, o que teria contribuído para a manutenção deles no PCB sem maiores repreensões.

Este primeiro tópico tratou, sobretudo, da divergência entre Chaves Neto e Prestes e das especificidades do momento em que essa divergência veio à tona na imprensa. Recorrendo às considerações de memorialistas e historiadores, o objetivo foi demonstrar que este era um momento de transformações graduais – práticas entre os militantes de base à revelia do “Manifesto de Agosto”, alterações nos estatutos e revisões pontuais no Programa – que, em seu conjunto, parecem significar uma certa ampliação da liberdade interna em relação ao período anterior (jan. de 1948 a 1954). Soma-se a isso, o impacto do XX Congresso e do relatório de Khrushchev que forçou a abertura de um debate no qual as práticas autoritárias do

³⁸³ Cf., respectivamente, PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. e BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário (memórias)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978, p. 355.

³⁸⁴ LIMA E SILVA, João Batista de. Não se poderia adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças. *Voz Operária*, nº 386, p. 3, Rio de Janeiro, 6 de set. de 1956.

³⁸⁵ ELEY, Geoff. *Op. cit.*, p. 385.

³⁸⁶ Após o XX Congresso do PCUS, a direção pecebista manteve-se em silêncio. As informações que chegavam pelos periódicos comunistas eram esparsas. Até que alguns intelectuais que dirigiam ou trabalhavam nos jornais do PCB passaram a escrever artigos e mandar cartas exigindo a discussão aberta e o posicionamento dos dirigentes. Outros militantes, no entanto, defendiam que o debate deveria ser encerrado em certos limites ou sequer o aceitavam. Aqueles que adotaram esta última postura ficaram conhecidos como “fechadistas” e os que adotaram a primeira como “abridistas”. Sobre o debate entre abridistas e fechadistas cf. SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista... Op. cit.* A citação é de MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. *Op. cit.*, p. 4.

partido foram questionadas. Estes fatos talvez tenham permitido ao intelectual Elias Chaves Neto maior margem para expressar seu ponto de vista.

Contudo, o “caso Lacerda” foi mencionado como um exemplo dos limites dessas transformações de meados da década de 1950 no Partido Comunista. Apesar de ter chegado a publicar três artigos na “Tribuna de Debates”, o seu segundo e o seu terceiro artigo, os quais concentravam as críticas à tática defendida no Programa do Partido, foram publicados ao mesmo tempo que os artigos que questionavam sua postura dentro do partido. Em seguida, continuou sofrendo ataques sem publicar qualquer resposta e acabou punido (exclusão do Comitê Central e proibição de publicar textos).

Este exemplo nos faz pensar que, para além do momento de relativa distensão, a tolerância com a divergência poderia estar relacionada com a posição que o divergente ocupava dentro do partido. Devemos notar que as divergências expostas por Elias Chaves Neto na *Revista Brasiliense* foram logo respondidas pela direção, com críticas tanto as suas ideias quanto a sua postura. Apesar das respostas de Prestes, Chaves Neto não foi banido do Partido ou sofreu alguma represália mais dura, pelo contrário, no V Congresso sua participação foi mais ativa. Portanto, muito distinto do caso de Fernando Lacerda que sofreu fortes punições.

Em relação à posição de cada um dentro do Partido, vemos que Chaves Neto era um membro intelectual e apenas em um curto período, em que foi diretor do diário comunista de São Paulo, o *Popular*, viveu com rendas do partido, ou seja, como um militante profissional.³⁸⁷ Na maior parte do tempo, Chaves Neto viveu com outras fontes de renda, principalmente, da atividade jornalística. A partir de suas memórias, também percebemos que em nenhum momento Chaves Neto expressa ter intenção de ocupar algum cargo dirigente no PCB. Além disso, vale ressaltar que ele não se indispunha em realizar “tarefas práticas” como panfletar, recolher assinaturas e distribuir jornais em fábricas.

A história de Lacerda no partido é muito diferente. Este foi dirigente nos anos 1930 e já em 1945, antes mesmo da III Conferência Nacional, quando se ampliou o número de dirigentes, Lacerda era suplente do Comitê Nacional (como era chamado o Comitê Central em 1946).³⁸⁸ Segundo Maurício Grabois, Lacerda estava na reunião do Comitê Central e votou a favor do projeto do Programa do Partido que estava criticando na Tribuna de Debates, o que revela sua presença em órgãos dirigentes.³⁸⁹ Possivelmente, serviu também como agravante para as sanções sofridas o fato de, no IV Congresso, ser candidato a membro do Comitê Central. Por fim, Fernando Lacerda já havia em diferentes momentos se envolvido em eventos considerados “erros” pelo partido, como por exemplo o liquidacionismo nos anos 1940 e, em 1952, a aproximação pessoal com o ex-dirigente José Maria Crispim (acusado de criticar a linha do Manifesto de Agosto).³⁹⁰

Até aqui procurei apresentar que as divergências de Chaves Neto na *RB* se tornaram públicas em um momento de transformação na forma de atuar do partido – tanto, por um processo de abrandamento da linha política devido a conjuntura nacional, quanto pela crise que se seguiu ao XX Congresso do PCUS – o que pode ter contribuído para não ter sofrido maiores consequências. Porém, no caso de Fernando Lacerda, além da posição ocupada e de seu histórico no partido, pode ter sido decisivo o fato de ter exposto seus desacordos durante a preparação de um congresso, ou seja, um período de deliberação política.

³⁸⁷ Cf. CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. *Op. cit.*, p. 105-138.

³⁸⁸ Seu nome está listado numa nota de esclarecimento. Cf. *A Classe Operária*, n. 20, Rio de Janeiro, p. 1, 26 de jul. de 1946.

³⁸⁹ GRABOIS, Maurício. Fernando Lacerda e os imaginários ‘delírios esquerdistas’ do Programa do Partido. *Op. cit.*

³⁹⁰ Sobre os erros de Fernando Lacerda cf. PRESTES, Luiz Carlos. A situação de Fernando Lacerda no Partido. *Op. cit.* Quanto ao caso de José Maria Crispim cf. O Comitê Nacional expulsa do PCB José Maria Crispim. In. *Voz Operária*, n. 145, Rio de Janeiro, p. 2, 1 de mar. de 1952.

Assim, por meio da constatação da posição de Lacerda no PCB e do espaço que publicou sua divergência, acredito ter contribuído para compreensão das diferentes formas de repressão sofridas por Lacerda e por Chaves Neto. A partir de agora, voltaremos nossa atenção para a presença de Chaves Neto na revista *Fundamentos*.

3.2. Análise dos textos de Chaves Neto na Revista *Fundamentos* (1948-1950)

Se Elias Chaves Neto ganhou maior reconhecimento, entre as esquerdas brasileiras, graças aos seus trabalhos na *Revista Brasiliense*,³⁹¹ já havia anos, no entanto, que vinha atuando como intelectual comunista. Esta atividade se realizou, sobretudo, no jornal *Hoje*, diário comunista editado em São Paulo, e na revista *Fundamentos*.

Quanto a sua atividade nesta última, foi justamente nos anos da inflexão “esquerdista” da revista e no auge do stalinismo no partido que Elias Chaves Neto participou de forma mais ativa, com a publicação de artigos nos números 12, 13, 14 e 15, editados mensalmente entre fevereiro e maio de 1950. Antes desse momento, Chaves Neto havia apenas contribuído com o artigo “Neo-fascismo em São Paulo”, na edição número 7/8, relativa aos meses de dezembro de 1948 e janeiro de 1949.

Nesta primeira colaboração, o autor chama a atenção para uma espécie de fenômeno “migratório” de participantes do governo fascista italiano para o Brasil. Haveria entre esses imigrantes dois grupos distintos. O primeiro, explicitamente fascista, externaliza em gestos e atitudes característicos “do aspecto mussoliniano do fascismo”.³⁹² O segundo grupo, mais perigoso, posicionou-se de forma crítica ao fascismo, mas falou muito em “pátria” e “nunca em democracia”. Este grupo, que diz ter renegado o fascismo, era muitas vezes inserido “numa frente genérica anti-fascista”, onde estariam alocados todos aqueles contrários ao governo de Mussolini em seu momento final, mas “sem fazer uma definição prévia e precisa do que representa o fascismo do ponto de vista econômico social e classista”.³⁹³ O artigo procurava alertar “todos os sinceros democratas brasileiros” da entrada desse grupo nas atividades jornalísticas. Nota-se que, neste texto, apesar de não fazer uma clara delimitação do termo fascismo, Chaves Neto usa o termo de modo mais restrito do que o feito em alguns documentos oficiais do PCB – nos quais o termo é para adjetivar todos aqueles que são visto como inimigos, desde o governo Dutra até outras correntes de esquerda tidas como concorrentes (trotskistas ou socialistas, por exemplo).³⁹⁴

Após essa contribuição isolada em janeiro de 1949, há uma série de quatro artigos consecutivos de Chaves Neto nas páginas de *Fundamentos* nos primeiros meses de 1950. O autor menciona em suas memórias que trabalhou por algum tempo no “cargo de secretário de *Fundamentos*”³⁹⁵, mas como a revista parou de pagar seu salário (por motivos

³⁹¹ Esta afirmação nos parece justa, pois, dentro na bibliografia analisada, a maior parte das referências feitas a Elias Chaves Netos focalizam seus trabalhos na *Revista Brasiliense*. Um exemplo disso é a coletânea organizada por Paulo Sérgio Pinheiro reunindo textos de Chaves Neto quase que exclusivamente retirados da Revista Brasiliense. Cf. CHAVES NETO, Elias. *O sentido dinâmico da democracia*. *Op. cit.* Outro exemplo é o artigo de Raimundo Santos citado acima.

³⁹² CHAVES NETO, Elias. “Neo-fascismo em São Paulo”. *Fundamentos*, São Paulo, v. III, n. 7/8, p. 31-36, dez./jan., 1949.

³⁹³ *Idem*, p. 33.

³⁹⁴ Os exemplos da amplitude de utilização nos discursos comunistas são muitos. “Fascista” poderia definir a forma de promoção no exército (“É fascista o projeto de lei de promoção no Exército”. *Imprensa Popular*, n. 589, p.1, 5 de jan. de 1951) ou a política externa norte-americana (p. ex. “Contra a Conferência do Chanceleres-Quisling”. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, n. 598, p. 3, 17 de janeiro de 1951). Poderia também servir para caracterizar as ações de governos (Francês, norte-americano e brasileiros) e grupos de esquerda considerados inimigos dos comunistas (Sobre esse ponto cf. FALCÃO, Frederico. *Op. cit.*, pp. 44 e 45).

³⁹⁵ CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo*: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 116.

desconhecidos), teve de deixá-la “a contragosto [...] para tratar de assuntos pessoais”.³⁹⁶ Apesar de não precisar a data em que teria exercido esta função e nem seu nome aparecer discriminando no cargo de secretário ou na comissão de edição da revista, o volume dos artigos e outras informações contidas nas memórias nos levam a crer que tal atividade ocorreu mesmo no início de 1950. Depois do artigo assinado no número 15 de *Fundamentos*, o nome de Elias Chaves Neto só voltaria aparecer em notas informando sobre sua prisão em novembro de 1952 (edição nº 30) e sobre o lançamento da *Revista Brasiliense* em novembro de 1955 (edição nº 39).

Os textos que saíram do número 12 ao número 15 da revista, seguindo a ordem das publicações, são: “De passagem pela Terra do Cacau”, “O Saboó – A terra do lixo”, “As provocações guerreiras do espião Kennan” e “A Alta do Café – política de colonização”.

Em “Saboó – A terra do lixo”, escrito em parceria com o médico João N. Pacheco, Elias Chaves Neto denuncia a situação de miserabilidade em que viviam dezenas de famílias do bairro do Saboó, em Santos-SP. A região teria sido aterrada para servir de depósito de lixo, porém em consequência das terríveis condições de vida impostas ao povo de Santos, “cidade essencialmente operária”, algumas famílias tiveram de “procurar no lixo as coisas mais fundamentais para a sua subsistência”.³⁹⁷ Após, analisar os riscos desta condição de miséria para a saúde da população, Chaves Neto elogia a disposição do “povo de Santos” para lutar por melhores condições e destaca a necessidade de lutar pela “paz, pela defesa de nossas riquezas naturais, pela democracia, ameaçada por aqueles que, para preservar seus interesses de classe, uniram a sua sorte a dos imperialistas estrangeiros”.³⁹⁸

Ao falar sobre o ímpeto do “povo” em “lutar pela paz” acreditamos que o autor faz uma referência explícita ao “Movimento pela Paz”.³⁹⁹ Com estas palavras finais, no nosso entendimento, Elias Chaves Neto deixa explícita sua aproximação com as diretrizes políticas defendidas oficialmente pelo PCB e pelo movimento comunista internacional.

O mesmo pode-se verificar no texto publicado na edição seguinte de *Fundamentos*, de abril de 1948. Em “As provocações guerreiras do espião Kennan”, Chaves Neto faz duras críticas à visita do embaixador norte-americano George Kennan ao Brasil para uma conferência realizada no Rio de Janeiro, além de sublinhar a importância das manifestações realizadas por “patriotas” contra Kennan. Mas o artigo centra sua crítica à atividade da imprensa brasileira que, segundo o autor, teria aclamado a visita do embaixador norte-americano.⁴⁰⁰

Sobre os eventos relacionados à vinda de Kennan ao Brasil, Chaves Neto menciona, em suas memórias, que houve uma reunião com “toda a direção da revista [*Fundamentos*] e seus colaboradores”, na qual um “membro da direção do Partido” informou a respeito da importância de participar da manifestação contrária a presença do norte-americano.⁴⁰¹ Assim, tal como no texto sobre o “Saboó”, o autor novamente demonstra neste grande afinidade com as políticas do PCB.

Porém, essa estreita identidade com as formulações do Partido, pode ser atenuada ao analisarmos as outras duas contribuições de Chaves Neto à revista, concernentes justamente aos “problemas econômicos”.

No artigo “De passagem pela terra do cacau”, o autor descreve as impressões que teve em sua viagem a cidade de Ilhéus, apresentada como “a capital do cacau”, fazendo

³⁹⁶ Idem, p. 121.

³⁹⁷ CHAVES NETO, Elias. “O Saboó – A terra do lixo”. *Fundamentos*, São Paulo, n. 13, p. 22-24, mar. 1950.

³⁹⁸ Idem, p. 24.

³⁹⁹ Sobre o “Movimento da Paz” cf. CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista – vol.2 – o apogeu do stalinismo*. São Paulo: Global, 1985-1986, p. 619. (Coleção luta de classes).

⁴⁰⁰ CHAVES NETO, Elias. “As provocações guerreiras do espião Kennan”. *Fundamentos*, São Paulo, n. 14, p. 18-19, abril 1950.

⁴⁰¹ CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo, op. cit.*, p. 116.

descrições sobre a cidade, seus habitantes e seus contrastes: indícios de uma “intensa vida econômica” (tráfego pesado na principal estrada que leva a Ilhéus e a circulação de “caminhões carregados de mercadorias”) em meio à “pobreza geral população”.

Em seguida, expõe que a riqueza da região de Ilhéus derivou do cacau, porém, naquela época, 1950, o cacau encontrava-se em crise – a dependência do mercado estrangeiro fez-se sentir. Isto se evidenciava na diferença do preço pago pela arroba do produto em Nova York, 136 cruzeiros, do pago em Ilhéus, 70 cruzeiros. Para o autor, essa discrepância encontra uma de suas justificativas fundamentais na ação das “firmas exportadoras”, exclusivamente estrangeiras, que dominavam o comércio e, conseqüentemente, estariam “lesando” o “produtor nacional”.⁴⁰²

Mas apesar da baixa do preço, o cacau ainda se mantinha como “um bom negócio” para alguns produtores graças ao baixo custo da produção.

A visível situação de pobreza da região não se explicaria apenas com a crise do cacau. Segundo Chaves Neto, a maior parte dos produtores era formada por “pequenos fazendeiros”, que produziam, porém, “apenas 26% do cacau existente”. Os outros 74% estavam nas mãos da “burguesia rica de Salvador e do Rio de Janeiro”, donos das maiores fazendas e responsáveis por drenarem a riqueza de Ilhéus para outras regiões. Sendo assim, apesar da produção ser “grandemente concentrada, o regime da pequena propriedade é muito extenso”, tornando baixo o padrão de vida, “não somente da população trabalhadora, como dos próprios patrões”. Verifica-se, então, “uma dupla exploração: a exploração do trabalho agrícola [...] pelos grandes proprietários” e a exploração do “produtor brasileiro pelas firmas internacionais que compram o cacau e o colocam nos mercados consumidores”.⁴⁰³

Compondo este conjunto de problemas está o “regime da monocultura”, pois seria inviável tornar qualquer outro produto rentável devido à incapacidade de consumo da população da região. Em suma, Chaves Neto constata que um único produto, cujo escoamento é totalmente dependente do mercado externo, tornaria a “situação do cacau [...] intimamente ligada [à] organização da economia internacional”.⁴⁰⁴

Elias Chaves Neto aponta algumas saídas para a situação difícil vivida na “terra do cacau”. Primeiro indica a necessidade de soluções estruturais, como a construção de um porto e a construção de estradas, ambos atuariam para “melhorar o negócio do cacau”.

Porém, melhorar o negócio, não aliviaria necessariamente as condições de vida, já que “não é possível produzir mais cacau e obter maior riqueza”. A verdadeira solução apontada por Chaves Neto para sair desse “impasse” seria “o aumento do salário do trabalhador agrícola [...] de modo a elevar o padrão de vida da população”. A região de Ilhéus, caracterizada pelo autor, como “uma pequena colônia destinada a fornecer matéria prima aos países que realizam os seus lucros adquirindo-a a preços de miséria”, só poderia superar, tais condições, se o cacau proporcionasse condições para os trabalhadores e os fazendeiros (pequenos e médios) se tornarem consumidores. Portanto, a criação de um mercado consumidor local redundaria na possibilidade de constituir novos ramos de negócio e, conseqüentemente, na superação da monocultura voltada para o mercado internacional.⁴⁰⁵

No texto, podemos perceber aproximações e distanciamentos em relação à linha política que estava sendo estabelecida no PCB desde o lançamento do documento conhecido como “Manifesto de Janeiro” de 1948.⁴⁰⁶ Neste documento, Luiz Carlos Prestes indica a

⁴⁰² CHAVES NETO, Elias. “De passagem pela Terra do Cacau”. *Fundamentos*, São Paulo, n. 12, p. 29-30, fev. 1950, p. 29.

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁰⁵ Idem, p. 30.

⁴⁰⁶ O “Manifesto de Janeiro” foi publicado na revista *Problemas*, nº 8, com o título “Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista”. Foi o primeiro documento mais denso que iniciou “a

atuação do “imperialismo norte-americano” em conjunto com “governos de latifundiários”, como os principais entraves às forças progressistas e democráticas.⁴⁰⁷ Aqui, pode ser dito que, tanto Prestes como Chaves Neto, identificam a ação estrangeira um como um dos problemas fundamentais para o Brasil, mas deve-se levar em conta que o primeiro faz uma análise mais global, enquanto o segundo analisa, de maneira mais pormenorizada, um caso específico. Talvez por isso, percebe-se no estudo de Chaves Neto uma indicação mais clara do modo como se dá a “exploração imperialista”, ou seja, através das empresas estrangeiras que controlam a distribuição do produto. Entretanto, essa diferença talvez deva ser atribuída principalmente ao tipo de texto – um manifesto político, outro um texto jornalístico de um caso particular – do que a divergências analíticas.

Outra questão importante é quanto o papel dos latifundiários aliados ao capital internacional. Elias Chaves Neto identifica os latifundiários de Ilhéus como “a burguesia rica de Salvador ou do Rio de Janeiro” que explora os seus trabalhadores pagando baixos salários e realmente lucram devido ao volume de suas exportações. No “Informe Político ao Comitê Nacional do PCB”, de maio de 1949, Prestes afirma que “o capital financeiro penetra no país e controla sua economia”, através “dos grandes proprietários latifundiários da grande burguesia agrária, comercial, bancária e industrial”.⁴⁰⁸ Dessa forma, o dirigente comunista também identifica latifúndio com parte da burguesia. Em um trecho mais a frente do mesmo documento, Prestes, ao tratar a respeito da revolução necessária ao Brasil, afirma ser uma “revolução agrária e antiimperialista [...] democrática em sua forma e burguesa em seu conteúdo econômico e social”.⁴⁰⁹ Apesar destas características, não seria a burguesia quem conduziria a revolução, mas sim o proletariado, pois mesmo a “burguesia industrial” – “mais diretamente interessada na liquidação dos restos feudais e na revolução agrária, que determinariam a rápida expansão do mercado interno” – assumiu, no Brasil, posição contrarrevolucionária. Esta posição deriva da “origem” e da “formação” da burguesia brasileira que “jamais lutou contra o feudalismo”, sempre procurou “adaptá-lo aos seus interesses, conservando-o e a ele se aliando para a luta contra as massas trabalhadoras”.⁴¹⁰

Mesmo sendo textos com escopos distintos (um mais abrangente, outro mais específico), ambos se aproximam ao relacionarem a “grande burguesia” ao latifúndio e articularem os interesses desta burguesia de origem nacional com o que chamam de “imperialismo”.

Até aqui pudemos acompanhar algumas concordâncias entre a “linha oficial” do PCB, em textos assinados por Prestes, e as considerações de Chaves Neto. Contudo, no que tange a identificação daqueles que seriam os subjugados pelo “imperialismo”, torna-se mais difícil encontrar semelhanças.

Ao longo dos escritos de Prestes (aqui mencionados), veem-se diferentes termos para aludir aos grupos sociais explorados que deveriam se congregar numa ação conjunta contra o imperialismo e os restos feudais: “povo”, “classes trabalhadoras”, “massas trabalhadoras”, “grandes massas” e, no que se refere ao campo, “massas camponesas”. Em certa passagem, ao falar sobre a possibilidade de êxito da revolução, Prestes faz referência à tarefa do proletário de “libertar a pequena burguesia rural e urbana da influência da burguesia nacional conciliadora, de criar um bloco nacional revolucionário de operários, camponeses e

virada na orientação política do partido”, orientação que representa uma ruptura com a orientação anterior seguida entre 1943-1947 (Loner, 1985, p. 14).

⁴⁰⁷ PRESTES, Luiz Carlos. “Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista”. In: CARONE, Edgard. *O P.C.B. II* (1943 a 1964). São Paulo: Difel, 1982, p. 72-89.

⁴⁰⁸ PRESTES, Luis Carlos. “Informe político (maio de 1949)”. In: CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p. 89-108.

⁴⁰⁹ Idem, p. 99.

⁴¹⁰ Idem, p. 100.

intelectualidade revolucionária”.⁴¹¹

A noção de “restos feudais” fez parte do discurso pecebista desde as primeiras formulações teóricas sobre a realidade brasileira.⁴¹² O seu uso, tal como das outras expressões utilizadas por Prestes, está relacionado à concepção (predominante no PCB, mas não exclusiva) de revolução por etapas e da história como uma sucessão linear de modos de produção. Nesta perspectiva, o Brasil era visto como um país que não teria alcançado plenamente o capitalismo e mantinha no campo relações “pré-capitalistas” ou “feudais”, ou seja, vestígios de um modo de produção anterior. Isto porque se considerava que a maioria da população rural no país não era de assalariados, mas sim de arrendatários e “meeiros”. O latifúndio, o sistema de meia, de terça, o pagamento da terra em produtos eram interpretados como relações feudais de produção.⁴¹³ Assim, o caráter da revolução brasileira, ou etapa revolucionária passada no Brasil era de tipo “democrático-burguesa”, cujas “tarefas” essenciais seriam a revolução agrária (e a libertação das formas feudais de exploração) e a libertação do jugo imperialista. Um dos primeiros documentos que indicam esta concepção foi a “Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira”.⁴¹⁴

Já no texto de Chaves Neto há uma maior especificação sobre quais elementos sociais são explorados. É destacada a separação entre grandes latifundiários, cuja produção chega até a 12 mil arrobas por ano, e pequenos e médios fazendeiros, com propriedades de não mais que 50 hectares. Estes seriam a “quase totalidade dos produtores”. Enquanto Prestes usa termos mais genéricos ao falar daqueles em condição de explorados e apenas menciona a “pequena burguesia rural” como grupo que poderia ser levado a lutar, Chaves Neto sublinha a exploração sofrida, não só por trabalhadores, mas também pelos pequenos fazendeiros.⁴¹⁵

Outra diferença aparentemente significativa é que, diferente do propagado nos documentos assinados por Prestes, Chaves Neto, em nenhum momento, usa o termo “camponês”, preferindo utilizar os termos “trabalhador agrícola” ou “assalariado agrícola” ao ser referir àqueles que não são fazendeiros.

Para o nosso melhor entendimento, é imprescindível lembrar que, dentro da tradição marxista, o termo “camponês” (ou “campesinato”) geralmente designa aqueles que “trabalham na terra e possuem seus meios de produção: ferramentas e a própria terra”.⁴¹⁶ Há, inclusive, um importante debate, entre os marxistas do século XX, sobre o camponês ser uma classe no interior do modo de produção capitalista ou uma classe vestigial de um modo de produção pré-capitalista. Lênin, por exemplo, defende a segunda aceção. Para o líder bolchevique, referência fundamental no PCB, “a economia camponesa é uma economia de transição que reúne vestígios do modo de produção feudal a aspectos do modo de produção capitalista”.⁴¹⁷ Essa ideia dá lastro não só a política para países coloniais e semicoloniais oficializada no VI Congresso da Internacional Comunista, como também reverbera em documentos pecebistas. Na análise traçada no “Manifesto de Janeiro”, a “persistência no país de uma estrutura econômica atrasada, semifeudal e semicolonial” é apresentada como a causa

⁴¹¹ Idem, p. 101.

⁴¹² Já na original interpretação proposta por Octávio Brandão a agricultura brasileira é apresentada como “feudal”. Cf. Z Aidan Filho, Michel. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo: Vértice, 1988.

⁴¹³ Cf. Os restos feudais no Brasil. In. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 67, p. 4, 23 de abr. de 1947 e FACÓ, Rui. Um falso conceito de revolução brasileira. In. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 69, p. 3, 30 de abr. de 1947.

⁴¹⁴ *A Classe operária (segunda fase)*, Rio de Janeiro, n.89, p. 3, 17 de abr. de 1930.

⁴¹⁵ Há apenas um pequeno trecho no “Manifesto de Janeiro” em que Prestes inclui os “pequenos proprietários” entre aqueles que faziam parte da luta “das grandes massas”. PRESTES, Luiz Carlos. “Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista”. In: CARONE, Edgard. Op.cit., p. 89.

⁴¹⁶ DORE, Elizabeth. “Campesinato”. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983, pp. 42-43, p. 42.

⁴¹⁷ Idem, ibidem.

do “avanço da reação” e “obstáculo principal ao progresso nacional”.⁴¹⁸

Apresentada a conceitualização atribuída ao termo “camponês”, vemos que o seu uso se relaciona com a visão que atribui elementos de feudalismo numa sociedade. O contraste entre o teor dos documentos oficiais e do artigo de Chaves Neto fica ainda mais evidente ao compararmos as proposições para solucionar os problemas apontados na sociedade brasileira (ou Ilhéus, mais especificamente no caso do articulista de *Fundamentos*).

No tópico “Nosso objetivo estratégico” do *Manifesto de Janeiro de 1948*, os “restos feudais que ainda impedem a penetração do capitalismo na agricultura” são apontados como uma das causas fundamentais de miséria no país. Constituiria, assim, um dos objetivos centrais da “revolução agrária e anti-imperialista em nossa Pátria” atacar a reação em sua “base econômica”, ou seja, no “monopólio da terra” e lutar “pela sua distribuição às grandes massas camponesas”.⁴¹⁹ O “Informe Político” de 1949 reafirma essa formulação política. O progresso e a emancipação nacional só seriam possíveis com “a liquidação dos restos feudais” através de uma “revolução agrária” que confiscaria as “grandes propriedades” e as distribuiria às “massas camponesas sem terra” (abolindo, dessa maneira, “todas as formas feudais de exploração”).⁴²⁰

Em “De passagem pela Terra do Cacau” não há qualquer menção à “revolução agrária” ou à “luta pela distribuição terras” aos camponeses, tampouco é feita alguma referência aos “restos feudais” ao caracterizar Ilhéus. O artigo está dividido em cinco tópicos com os títulos em letras maiúsculas e em negrito, evidenciando, assim, a divergência, do ponto de vista estratégico, entre o autor e o partido, pois um deles aparece com o título “Aumento de salário para o trabalhador agrícola”. Neste tópico, Chaves Neto avalia que a luta necessária naquele momento é pela melhoria gradual das condições de vida da população, alcançada com o “aumento do salário do trabalhador agrícola”. Aumentar o salário do trabalhador seria, portanto, o “primeiro passo” no confronto com a “exploração imperialista”.

A respeito deste artigo, Elias Chaves Neto menciona em suas memórias que na “reportagem sobre Ilhéus citei o que me fora dito pelo dirigente do Partido naquela localidade, a saber, que a massa trabalhadora tinha uma única reivindicação, o aumento de salário”.⁴²¹ Todavia tal citação não está no texto, porque, segundo o autor, a informação “foi censurada pela direção do Partido” sob alegação de que a “reivindicação dos trabalhadores agrícolas tinha que ser de terras”, pois o partido não podia defender políticas agrárias distintas de acordo com a região do país.⁴²² Mesmo com a censura, nota-se, no entanto, que o artigo foi publicado e o ponto de vista do autor (de que o objetivo da luta dos trabalhadores agrícolas deveria ser o aumento de salário) defendido explicitamente.

Apesar dessa divergência quanto à política agrária, como já foi visto acima, os dois artigos subsequentes – “O Saboó – A terra do lixo” e “As provocações guerreiras do espião Kennan” – estiveram alinhados com as diretrizes da direção do partido. Porém, não é o que se verifica no último artigo de Chaves Neto publicado na revista *Fundamentos*: “A Alta do Café – política de colonização”.

Neste artigo, que ganha inclusive destaque na capa, é analisada uma alta do preço do café no mercado americano, causada por especulação, e alardeada, pelo governo e imprensa, como extremamente benéfica para os produtores brasileiros. Mas, segundo as considerações de Chaves Neto, na verdade essa alta teve um caráter ilusório, pois, ao ocorrer após a safra, grande parte dos “lavradores” já haviam vendido a sua produção. Dessa forma, a alta do preço

⁴¹⁸ PRESTES, Luiz Carlos. “Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista”. In: CARONE, Edgard. *Op.cit.*, p. 86.

⁴¹⁹ Idem, *ibidem*.

⁴²⁰ PRESTES, Luis Carlos. “Informe político (maio de 1949)”. In. CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p. 99.

⁴²¹ CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo...* op. cit., p. 116.

⁴²² Idem.

do café, tão comemorada pelo governo brasileiro, beneficiou apenas um pequeno grupo de latifundiários ligados aos bancos e às casas exportadoras, deixando na “mesma situação” que antes os “lavradores” e o “trabalhador agrícola”.⁴²³

No texto é ressaltado, ainda, o fato de que nossa economia está praticamente reduzida a condição de exportadora de “gêneros alimentícios e matérias primas”, sendo o café responsável por cerca de 50% das exportações. Outro agravante realçado por Chaves Neto é o papel dos EUA como comprador quase exclusivo do produto, que receberia, segundo um manifesto da FARESP (Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo), privilégios do governo Dutra.

Dessa vez as diferenças com o partido são mais sutis. Chaves Neto cita dois trechos do “Informe Político” de maio de 1949 – nos quais Prestes afirma que alta dos preços não passa de artifício, para beneficiar a política norte-americana – e chega a falar de “revolução agrária”, sem, contudo, explicitar o sentido da expressão ao não escrever a respeito da distribuição de terras como objetivo da luta política no campo. Mais uma vez, sublinha a importância do “aumento do padrão de vida do homem do campo”, mas faz ressalvas quanto à proficiência do aumento de salário, pois tal medida poderia acarretar no aumento do preço de vários outros produtos.⁴²⁴ Entretanto, ao longo do texto, continua sem utilizar o termo “camponês” e a destacar a condição de oprimido do pequeno produtor, chamado aqui de “lavrador”.

Este foi o último artigo de Elias Chaves Neto na revista *Fundamentos*. Segundo ele próprio alega em suas memórias, seu afastamento da revista se deu a contragosto, graças à falta de pagamento. Não podemos ter certeza sobre o motivo da revista deixar de pagar Chaves Neto, mas acredito ser devido a problemas financeiros, pois em diferentes editoriais os responsáveis pela revista apresentaram as dificuldades do empreendimento.

O nome de Chaves Neto só voltaria a constar nas páginas da revista na seção “Notas e Notícias” da edição 28 de junho de 1952. A nota informa sobre a prisão “injusta e criminosa” de “um dos mais destacados jornalistas de São Paulo”, “colaborador de FUNDAMENTOS desde os tempos de sua fundação”. Para dar “conhecimento” das “capacidades deste velho colaborador” aos “leitores mais recentes”, o autor da nota (não assinada) relembra “duas grandes reportagens que marcaram época, e nas quais ele [Elias Chaves] mostrou um conhecimento profundo da situação econômica do país”, justamente, “De passagem a terra do cacau” e a “A alta do café – política de colonização”.⁴²⁵ A nota conclama os leitores de *Fundamentos* a não silenciar “ante a arbitrária prisão”, explicando que esta aconteceu numa invasão policial à redação do jornal *Hoje*, onde Chaves Neto encontrava-se “casualmente”. Para o autor da nota, esse tipo de ação do “governo atual” [Getúlio Vargas], tem a finalidade de “silenciar a imprensa democrática e criar ambiente para golpes”.⁴²⁶

Na 30ª edição (novembro de 1952), logo na capa aparece em destaque a campanha para a liberdade de Elias Chaves Neto. Internamente, uma reportagem, novamente, ressalta as qualidades daquele “companheiro de todos os instantes, amigo de todas as ocasiões” e explica, com maiores detalhes, sobre a prisão do jornalista. Afirma-se a participação da revista “no movimento de libertação de Elias” junto a entidades – Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, etc. – e pessoas públicas que se manifestaram contra a prisão de Chaves Neto.⁴²⁷

Enfim, a última vez que o nome de Chaves Neto é comentado na revista os elogios

⁴²³ CHAVES NETO, Elias. “A alta do café – política de colonização”. *Fundamentos*, São Paulo, n. 15, p. 7-9, maio/jun. 1950.

⁴²⁴ Idem, p. 9.

⁴²⁵ *Fundamentos*, São Paulo, n. 28, Notas e Notícias, p. 31, jun. 1952.

⁴²⁶ Idem, p. 32.

⁴²⁷ *Fundamentos*, São Paulo, n. 30, p. 13, nov. 1952.

são deixados de lado, dando espaço a duras críticas. Na edição de novembro de 1955, penúltimo número de *Fundamentos*, em seção destinada à resenha de livros e revistas, é publicado um extenso comentário sobre o primeiro número da *Revista Brasiliense*, assinado somente com as iniciais C.M. e A.R.Y.⁴²⁸

A resenha expõe trechos da “declaração de princípios dos fundadores” da revista e de três artigos escritos por Chaves Neto, E.L.Berlinck e o “renegado do movimento revolucionário” Heitor Ferreira Lima. A respeito de todos estes textos são desenvolvidos comentários críticos, porque, para os autores da resenha, a *Revista Brasiliense*, “de um modo geral”, focaliza “os problemas nacionais e internacionais” sob o “ponto de vista dos ‘nossos homens de negócios’”, não reconhecendo, assim, “o papel dirigente da classe operária e de seu partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil”. Os principais ataques foram direcionados, sobretudo, ao texto de Elias Chaves Neto – “Política de União Nacional”, ao qual já fizemos referência ao tratar da divergência com Prestes – que, segundo seus críticos, pecou ao defender, no plano econômico, “a criação de um mercado interno que possibilite a ‘prosperidade dos negócios brasileiros’”, “a elevação de salários [como] ‘condição única possível para o escoamento de nossa produção industrial’ e ao ter falado de forma pouco clara sobre a reforma agrária.”⁴²⁹

Os autores da resenha constatam que a *Revista Brasiliense* discorda “da análise da situação nacional feita pelo IV Congresso do P.C.B. e se opõe em toda linha ao programa ali aprovado”. Por fim, concluem que:

achamos inadmissível a presença, entre os diretores e orientadores da ‘Revista Brasiliense’, de membros do Partido Comunista, como Elias Chaves Neto, Caio Prado Júnior e outros que ali aparecem subscrevendo aquela declaração de princípios e assinando artigos de colaboração.⁴³⁰

Após publicar cinco longos artigos, observamos que, possivelmente por motivos financeiros, Elias Chaves Neto se afastou da revista. Seu nome só voltou a aparecer dois anos e meio depois, durante a campanha contra a sua prisão, em notas que elogiavam seus trabalhos, sobretudo, os textos “De passagem a terra do cacau” e a “A alta do café”. No entanto, em 1955, com a publicação da *Revista Brasiliense*, a situação se modificou. A dura crítica direcionada à sua atuação na nova revista, tornou evidente o distanciamento entre o pensamento de Chaves Neto e de outros participantes da *Fundamentos*. É bom frisar que após a criação da *Revista Brasiliense* saiu apenas mais dois números da revista *Fundamentos* e que muitos de seus colaboradores passaram a atuar desde o início na nova revista.

Até agora foram analisados os textos de Chaves Neto em *Fundamentos* nos quais procurei apresentar suas divergências com a política agrária defendida em importantes documentos pecebistas da época (“Manifesto de Janeiro de 1948” e o “Informe Político” de maio de 1949). Essas divergências são, pelo menos em parte, compartilhadas nos textos publicados alguns anos depois (1955-1956) na *Revista Brasiliense*, que deram início à polêmica com Prestes.

As considerações de Chaves Neto, em ambos os casos, parecem se apoiar em análises teóricas formuladas por Caio Prado Júnior sobre o processo histórico do Brasil. Isto é claro nas páginas da *RB*, onde Chaves Neto explicita seu débito teórico no texto, enquanto, no

⁴²⁸ Não identificamos as iniciais, porém C.M. pode ser Clóvis Moura, membro do PCB que compunha o conselho de redação da revista *Fundamentos*.

⁴²⁹ *Fundamentos*, São Paulo, n. 39, Livros e Revistas, p. 107-109, Nov.. 1955.

⁴³⁰ Idem, p. 109.

caso das contribuições em *Fundamentos*, apesar de não citá-lo diretamente, a relação com as formulações de Prado Júnior são perceptíveis ao deixar de fazer qualquer referência aos “restos feudais”, aos “camponeses” e ao “objetivo estratégico” da “revolução agrária”.

Prado Júnior produziu, pelo menos desde 1933, uma série de trabalhos que negavam a existência de feudalismo no Brasil, marcado, na verdade, por uma colonização “destinada a explorar os recursos naturais [...] em proveito do comércio europeu”.⁴³¹ A maioria de suas teses foi exposta em livros, editados com recursos próprios, sem abrir diálogo direto com seu partido.

No entanto, quando a Tribuna de Debates para o IV Congresso foi convocada pela primeira vez, em 1947, Caio Prado abriu fogo contra a concepção de “revolução democrático-burguesa”.⁴³² O VI Congresso da Internacional Comunista (1928) afirmou que os “países atrasados” passavam por uma etapa do processo histórico, na qual a “revolução” deveria superar os entraves ao pleno desenvolvimento do capitalismo, a saber, o imperialismo e os restos feudais e, portanto, seu caráter deveria ser “democrático-burguês”.⁴³³ Para seus críticos, a tese da “revolução democrático-burguesa”, teria impregnado a estratégia do PCB e levado o partido a cometer uma série de erros políticos.⁴³⁴ Porém, vale destacar, que, no período estudado, os documentos pecebistas optam pelo termo “revolução democrático-popular” ou “nacional-democrática”, pois avaliavam que graças à “correlação de forças de classes e o papel dirigente da classe operária na revolução brasileira”, ela iria “adiante da revolução democrático-burguesa” e criaria “um poder de transição” para a superação do capitalismo.⁴³⁵

Caio Prado Júnior escreve, na Tribuna de Debates de 1947, que muitos comunistas brasileiros incidiram, frequentemente, no erro de reproduzir os textos de Marx, Engels e Lênin sem “interpretá-los à luz de circunstâncias históricas e de lugar diferentes daqueles que deram origem às conclusões dos mestres”.⁴³⁶ A “revolução democrático-burguesa”

⁴³¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 20. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

⁴³² É difícil precisar qual foi a repercussão destas considerações dentro do partido. A publicação do texto ocorreu no décimo terceiro “Boletim de discussão” do IV Congresso do PCB, evento marcado para 23 de maio de 1947. Acompanhando por meio de *A Classe operária*, “órgão central do Partido Comunista do Brasil”, vemos que a convocação do congresso foi uma iniciativa do “Pleno do Comitê Nacional” (reunido em fevereiro de 1947) e em 8 de março foram publicadas as “normas orgânicas para o IV Congresso” no primeiro Boletim de discussão. Nas normas foram anunciados os objetivos do congresso – “estabelecer a linha geral, política e orgânica, do Partido” e “eleger o Comitê Nacional” – e métodos para a eleição dos delegados. No capítulo III deste documento, referente as “teses” que seriam discutidas no congresso, é destacado que “durante todo o processo dos trabalhos do Congresso os militantes têm o direito de enviar suas opiniões, por escrito, diretamente ao Comitê Nacional para serem publicadas no Boletim do Congresso” (Cf. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.54, Boletim de Discussão para o IV Congresso, p. 6, 8 de mar. de 1947). Podemos observar que, a partir deste momento, foram publicados até 4 de maio dezessete boletins de discussão, onde temas variados foram abordados: depoimentos de antigos militantes sobre a história do PCB, textos exaltando a importância do Congresso, orientações de dirigentes sobre as teses e sobre a organização das assembleias para tirar delegados, campanhas de arrecadação para financiar o Congresso, publicação de documentos antigos, campanhas para recrutar novos militantes e debate sobre as “teses” (com contribuição tanto de militantes individuais quanto de coletivos como células ou comitês), nas quais, em alguns casos, houve divergências abertas e momentos de discussão. Este espaço de discussão foi mantido até a edição de 4 de maio de 1947, poucos dias antes do partido ter seu registro cassado pelo TSE e voltar para a ilegalidade (7 de maio). A partir daí, o espaço para debate foi deixado de lado e começou a ser publicado grande número de protestos contra a cassação do partido, e congresso acabou sendo adiado.

⁴³³ Cf. HENN, Leonardo Guedes. *A Internacional Comunista e a revolução na América Latina: estratégias e táticas para as colônias e semicolônias (1919-1943)*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2010.

⁴³⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*, Op. cit.

⁴³⁵ *Problemas*, Rio de Janeiro, n. 64, dez. 1954/fev. 1955, p. 55-65.

⁴³⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. Os Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira. In. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.66, Boletim de Discussão para o IV Congresso, p. 4, 19 de abr. de 1947.

representaria, nas “obras clássicas do marxismo”, a “transição da sociedade feudal para a ordem burguesa” e, sendo assim, pressuporia a existência de um regime feudal. No entanto, para Prado Júnior, o feudalismo trata-se de “um tipo específico de organização social” característico da Europa pré-capitalista e que “não existe nem existiu nunca no Brasil”. Prado Júnior argumenta que o “único rumo” para sua evolução seria o Brasil superar seu passado colonial ao “deixar de ser um simples fornecedor [...] dos mercados internacionais” e se tornar “um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação de sua população”.⁴³⁷ Para ele, esse processo de evolução, já em andamento em 1947, para se completar demandaria “reformas profundas”, tais como: 1) “completar a transição do regime de trabalho escravo” para um regime de trabalho “efetivamente livre”, a partir de “medidas econômica, políticas e administrativas de vulto”; 2) passar por uma “reestruturação completa da economia [...] em função das exigências do consumo da população brasileira tomada em conjunto”. Encarar a supressão dos “restos feudais” como objetivo da “revolução brasileira”, tratava-se de uma ilusão, pois o capitalismo no Brasil já estava desenvolvido e, “de mãos dadas com o imperialismo”, usufruía das “condições vigentes no país”.

Foi seguindo estas ideias defendidas por Caio Prado Júnior que, de acordo com Elias Chaves Neto, “um grupo de intelectuais, comunistas e não comunistas, fundou a *Revista Brasiliense*, num manifesto publicado no seu primeiro número de setembro-outubro de 1955”.⁴³⁸ O comentário de Chaves Neto nos leva a pensar que, pelo menos à época da publicação da *RB*, as formulações de Caio Prado eram compartilhadas por um grupo de intelectuais comunistas. O cientista político Bernardo Ricupero tece algumas observações que apontam nesta direção.

Em um tópico de seu livro, Ricupero se ocupa em avaliar a relação de Prado Júnior com o PCB que teria sido “marcada pela tensão”. Bernardo Ricupero menciona como exemplo dos conflitos, presentes em diferentes momentos, uma acusação de “fracionismo” feita pelo Bureau Político da ANL de SP (em 1937) e um informe do jornal *O Tempo*, de 1954, sobre a disposição da “linha prestista” em “expurgar alguns militantes do PCB” como Caio Prado e Octávio Brandão.⁴³⁹

Apesar desses confrontos, Caio Prado não seguia como um divergente solitário no partido, mas sim “como membro de um grupo minoritário no PCB o qual, entretanto, não chegou a ser uma fração”. Ricupero esclarece que por volta de 1943, no final do Estado Novo, quando diferentes grupos se esforçavam para reorganizar o partido após a dura repressão da ditadura Vargas, formaram-se, sobretudo em São Paulo, os Comitês de Ação, cujos membros eram “principalmente intelectuais, como Caio Prado Jr., Mário Schenberg, Victor Konder, Tito Batini e David Lerner”.⁴⁴⁰ Os Comitês de Ação se opunham à Comissão Nacional de Organização Política (CNOP), pois eram a favor de uma luta contra o “fascismo” interno de Getúlio, enquanto os membros da CNOP defendiam uma política de “união nacional” na guerra contra o eixo, o que incluía o então presidente.

Aceitando uma sugestão de Fernando Papaterra Limongi, Bernardo Ricupero acredita ter existido “uma certa continuidade entre os Comitês de Ação e a *Revista Brasiliense*”, já que a revista reuniu um grande número de comunistas que “tinham em comum o fato de se identificarem com teses minoritárias no interior do partido, que questionavam principalmente a aliança com o populismo”. Ricupero argumenta que o grupo de intelectuais envolvidos com a *Revista Brasiliense*, em sua maioria composto de comunistas, seria um “‘grupo de pares’ (peer group)”, e elucida que:

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo...* op. cit., p. 142.

⁴³⁹ RICUPERO, Bernardo. Op. cit., p. 108.

⁴⁴⁰ Idem, p. 109.

Os intelectuais paulistas da *Revista Brasiliense* compartilhavam mais do que posições políticas. Laços de amizade os uniam, o que talvez tenha contribuído até para criar um certo *ethos* entre eles.⁴⁴¹

Com um sentido parecido, Lincoln Secco também traz algumas considerações que mostram a existência de um grupo de comunistas que compartilhavam das ideias de Caio Prado ao fazer uma detalhada discussão sobre a relação deste com o partido.

Logo no prefácio de seu livro, Lincoln Secco diz buscar entender a razão da permanência de Prado Júnior no PCB e alerta ser preciso “desmistificar” a imagem, presente no “senso comum” e alimentada pelo próprio Caio Prado, que “simplesmente contrapõe” o intelectual ao partido que o perseguia.⁴⁴² Para dar uma visão mais complexa do que essa simples oposição, Secco lembra que Caio Prado Júnior não era apenas um intelectual de esquerda simpatizante, mas sim alguém que havia abraçado o comunismo como “escolha de vida”. Assim sendo, ele teria se mantido fiel ao partido e ao centralismo-democrático, além de entusiasmado defensor do modelo soviético.

Mesmo reconhecendo a falta de prestígio de Prado Júnior no PCB, Lincoln Secco faz ressalvas ao apontar que o partido aceitou sua participação “como seu representante na ANL de São Paulo na condição de vice-presidente” e as candidaturas para deputado federal, em 1945, e deputado estadual em janeiro de 1947 (na qual foi eleito).⁴⁴³

Para Secco, a “intrincada” questão do porquê o PCB “sempre tolerou” Caio Prado demanda algumas ponderações. Primeiro ponto levantado para explicar tal tolerância refere-se ao fato dele ter sido “um grande intelectual, o mais respeitado do partido nos meios exteriores”. Entretanto, Lincoln Secco adianta que esta explicação é insuficiente, pois a consagração de Prado Júnior só viria em meados dos anos 1940. Assim, Secco traz outras mediações:

Em primeiro lugar, o partido aceitava a contragosto um pensador independente demais para o padrão de discussão política dos comunistas. Mas este também aceitava, além de sua vontade, certas imposições do partido. Militava em células de base nos anos 1930, fazia tarefas manuais (como colar cartazes e distribuir panfletos) ao lado dos discursos e palestras, servia de organizador de festas e fiador para sedes partidárias. O mais importante recuava ou aparentava recuar quando se avizinhava um ponto de ruptura ou de não-retorno, como ficou evidente nos períodos 1937-1938 e 1943-1945.⁴⁴⁴

Outra questão levantada por Lincoln Secco, noutro momento, mas que, a meu ver, ajuda explicar aceitação de Caio Prado Júnior no partido, é quanto ao fato deste último sempre ter ajudado o PCB financeiramente e investido recursos em publicações.

As reflexões acima nos interessam por chamarem atenção para um certo espaço de atuação do qual gozava Caio Prado no PCB, evidenciando que o partido dava-lhe alguma importância. Em outro momento de seu trabalho, Lincoln Secco trata da adesão de Prado Júnior ao comunismo e da atividade na *Revista Brasiliense* e, a partir destas considerações, observamos que, talvez, outros intelectuais compartilhavam das ideias de Caio Prado e atuavam como seus aliados. Por exemplo, desde o início de sua militância manteve como Tito Batini – filho de um ex-operário anarquista e que chegou a ser dirigente do PCB em São Paulo – laços de amizade. Outra informação importante foi sobre a participação, desde a fundação, de Caio Prado Júnior no Clube dos Artistas Modernos (CAM) que reuniu intelectuais e artistas entre 1932 e 1934 em São Paulo.

⁴⁴¹ Idem, p. 112.

⁴⁴² SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 13. (Paulicéia).

⁴⁴³ Idem, p. 46.

⁴⁴⁴ Idem, p. 49.

Criado em 1932 pelos pintores Flávio de Carvalho, Di Cavalcanti, Antônio Gomide e Carlos Prado (irmão de Caio), o CAM tinha a finalidade de “criar um ambiente favorável à arte moderna, sem depender da ajuda financeira de mecenas” e, para tanto, cobravam mensalidades e realizavam eventos.⁴⁴⁵ Segundo Graziela Naclério Forte, apesar de um de seus fundadores, Flávio de Carvalho, ter afirmado que o clube era uma “sociedade apolítica”, na prática isto não se confirmava, pois “parte de seus associados militava no Partido Comunista, alguns frequentadores eram trotskistas ou anarquistas” e, muitas vezes, “os eventos artísticos” davam lugar aos “discursos políticos”. Muitos membros da agremiação mostraram-se entusiastas da Revolução Russa e do regime soviético. Foram promovidas, em diferentes datas, palestras a respeito dos êxitos, em diversas áreas, do socialismo russo. Inclusive uma das palestras que obteve grande sucesso – chegando a ser reapresentada dias depois – foi a de Caio Prado Júnior a respeito de sua viagem, acompanhado da esposa Baby Prado, à URSS.⁴⁴⁶

Graziela Naclério Forte destaca o acentuado caráter político do CAM que teria apresentado um “viés internacionalista ligado à vanguarda europeia e ao comunismo”.⁴⁴⁷ De fato, o número de intelectuais filiados ou simpatizantes do PCB presentes no clube chama a atenção. De acordo com Forte, dos membros fundadores, apenas Gomide não exerceu algum tipo de militância. Flávio de Carvalho transitou por várias ideologias, mas, em uma palestra proferida à época, manifestou-se radicalmente favorável ao reconhecimento da URSS por parte do governo brasileiro. Di Cavalcanti chegou a ingressar no Partido Comunista, porém afastou-se, segundo ele, por não conseguir abdicar dos prazeres cotidianos em prol das regras da militância.

Além do posicionamento pró soviético desses fundadores, entre os vinte e quatro diretores do clube, sete deles eram vinculados ao PCB: Afonso Schmidt, Celso Paraventi, Jaime Adour da Câmara, Procópio Ferreira, Sérgio Milliet, Tarsila do Amaral e o próprio Caio Prado Júnior. Outros comunistas – Camargo Guarnieri, Galeão Coutinho, Jorge Amado, Osório Cesar, Pedro Cataldi e Oswald de Andrade – também se envolveram no CAM ao apresentarem palestras ou ajudarem a realizá-las. Vemos que CAM moveu-se no sentido de conseguir “um espaço destinado às atividades artísticas autônomas”, sem depender do apoio financeiro de velhas ou novas elites ou do poder estatal. O grupo de artistas, para garantir a independência ideológica de suas obras, promoveu um esforço coletivo que passou a sustentar financeiramente o espaço criado por meio da arrecadação das mensalidades e pela bilheteria dos eventos ali realizados. Articulado a esta busca de autonomia, outro objetivo do CAM foi, desde o início, segundo Graziela Naclério Forte, reeducar “estética e ideologicamente” a “própria elite cultural”, promovendo experimentações artísticas e debates que incorporavam elementos do folclore brasileiro. Assim, muitos artistas viram no clube uma oportunidade de divulgar seus trabalhos. Num segundo momento, a agremiação, provavelmente sob a influência dos militantes de esquerda que abrigava, passou a defender ideias críticas a ordem social e procurou atrair grupos operários para seus eventos.

Além do CAM, outra atividade, destacada por Lincoln Secco, em que Caio Prado Júnior se articulou a outros intelectuais de esquerda para uma ação independente de seu partido, foi a *Revista Brasiliense*.⁴⁴⁸

⁴⁴⁵ FORTE, Graziela Naclério. *CAM e SPAM: Arte, política e sociabilidade na São Paulo moderna, do início dos anos 1930*. 2008. 294 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008, p. 8.

⁴⁴⁶ Segundo o relatório do DEOPS, citado por Forte, o salão de conferência estava “lotadíssimo” e contava com a presença de operários e “vários adeptos do comunismo como Tarsila do Amaral, Osório César e Orestes Ristori”. Idem, p. 117.

⁴⁴⁷ Idem, p. 113.

⁴⁴⁸ Com referenciais gramscianos, Secco vê a revista como “um intelectual orgânico coletivo” que teria buscado “criar um espaço político de discussão para as ideias de esquerda” – dialogando com intelectuais progressistas de

Lincoln Secco enumera alguns “colaboradores” da RB, separando-os entre “intelectualidade progressista da USP” – Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Antonio Candido, J. A. Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni – e os “críticos sociais importantes fora da área comunista Edison Carneiro, Hermes Lima, Josué de Castro, Fernando de Azevedo, Alice Cannabrava e o matemático Omar Catunda”.⁴⁴⁹ A maioria do conselho de redação e muitos colaboradores foram militantes na década de 1930, o que parece indicar uma “inclinação” de Caio Prado em buscar “convívio intelectual” com aqueles que “passaram pela experiência revolucionária dos anos 1930”.⁴⁵⁰

A partir das indicações de Lincoln Secco e Graziela Naclério Forte, é possível cruzar os nomes daqueles que participaram do CAM e da *Revista Brasiliense*, como: Afonso Schmidt, Everardo Dias, Nabor Cayres de Brito e Sérgio Milliet. Além disso, é possível indicar que alguns destes também participaram, em alguma medida, da revista *Fundamentos*.

Entre os membros do Clube de Arte Moderna há um número razoável de artistas e intelectuais que vieram participar tanto do Conselho de Redação como colaborando com algum artigo (ou ilustração) em *Fundamentos*. Entre estes estão: Afonso Schmidt (foi “redator-chefe” e membro do “Conselho de Redação”), Candido Portinari (membro do “conselho de redação entre abril de 1949 a agosto de 1950), Di Cavalcanti (colaborou com textos e desenhos), Galeão Coutinho (membro do “conselho de redação” entre abril 1949 e agosto de 1950), Graciliano Ramos (membro do “conselho de redação” entre abril de 1949 e agosto de 1950 e entre março de 1951 a janeiro de 1953), Jorge Amado (colaborou com texto e concedeu entrevistas) e Rossini Camargo Guarnieri (membro do “conselho de redação” entre março de 1951 a novembro de 1955).

Ao compararmos os participantes da *Revista Brasiliense* e da revista *Fundamentos* a coincidência é ainda maior. Se tomarmos como referência os nomes no “conselho de redação” da edição n. 39, a qual a já mencionada nota crítica foi publicada, sete membros (de 34, excluindo Caio Prado) – Afonso Schmidt, Álvaro de Faria, Fernando Segismundo, Léo Ribeiro Moraes, Omar Catunda, Rossine Camargo Guarnieri e Samuel Barnsley Pessoa – compunham o “grupo fundador” da *Brasiliense* e assinaram a declaração de princípios publicada no primeiro editorial da revista. Outros membros deste mesmo conselho de redação – Edison Carneiro, Eduardo Sucupira Filho, Fernando Henrique Cardoso e Ibiapaba Martins – colaboraram com artigos na RB.

O levantamento acima nos permite constatar que alguns dos membros do conselho de redação de *Fundamentos* estiveram, em diferentes momentos, juntos noutros projetos (como no CAM e na RB). Acreditamos que essa constatação dá força a sugestão de Bernardo Ricupero sobre a possibilidade de haver entre os alguns dos envolvidos da *Revista Brasiliense* afinidades não limitadas à política (incluindo possíveis laços de amizade).⁴⁵¹ Aparentemente, essa relação de afinidade entre os intelectuais citados já estava constituída, ou se constituindo, durante os anos em que atuaram na revista *Fundamentos*. Contudo, estas personagens, que encaramos como um grupo, encontravam-se em condições diferentes em cada uma das revistas.

No caso da RB, apesar dos comunistas presentes, havia grande grau de independência em relação ao partido. Tanto Sérgio de Sousa Montalvão como Fernando Papaterra Limongi dão destaque ao fato de a revista se manter com recursos próprios,

outros partidos e da universidade – e assumido um posicionamento de combate à hegemonia cultural e política da burguesia.

⁴⁴⁹ SECCO, Lincoln. Op. cit., p. 94-95. Apesar das considerações de Lincoln Secco serem convenientes por apresentar a existência de comunistas e não comunistas no empreendimento da *Brasiliense*, é importante destacar que Edison Carneiro não deve ser colocado “fora área comunista”, pois esteve presente no partido por vários anos.

⁴⁵⁰ Idem, p. 95.

⁴⁵¹ Cf. RICUPERO, Bernardo. Op. cit., p. 112.

sobretudo, sob o financiamento de Caio Prado Júnior. Ambos, Montalvão e Limongi, também se referem que a escolha dos colaboradores se dava por meio de uma “rede de relacionamentos pessoais”.⁴⁵² Segundo Limongi, amparado pelo depoimento de Paulo Alves de Pinto (membro do conselho de redação), uma das dificuldades da revista era quanto à mobilização de colaboradores. Para dar conta disto, formou-se uma “rede” que tinha como centro os mentores da revista. Eles chamavam seus amigos e estes, por sua vez, recrutavam outros e assim sucessivamente.⁴⁵³ Ainda de acordo com Limongi, uma das marcas do grupo que promovia a revista era a condição de derrotado nas disputas políticas partidárias e a conformação com esta condição. No depoimento concedido a Fernando Limongi, Paulo Alves de Pinto explica que não tinham a pretensão de “atuar dentro do Partido” ou de modificar a ação partidária, não queriam correr o risco de serem caracterizados como “uma dissensão”. Para ele, o interesse do grupo era que a revista servisse como “um fórum onde pudessem debater o seu pensamento, onde pudessem debater realmente aquilo que julgavam próprio para o momento”, ou seja, dar condições àquilo que é “próprio ao intelectual: [...] exprimir o que você está pensando”.⁴⁵⁴

No caso de *Fundamentos*, vemos a presença de alguns deste mesmo grupo – ao qual gostaríamos de acrescentar o nome do físico Mário Schemberg que fizera parte dos Comitês de Ação junto com Caio Prado na década de 1940 (membro do conselho de redação entre março de 1949 a agosto de 1950 e de março de 1952 a novembro de 1955) – porém mais cerceados para expressar livremente seus pensamentos.

Se na RB, estes intelectuais se destacaram do partido e tomaram a frente do empreendimento – tanto em termos de recursos materiais, quanto em relação à rede de sociabilidade formada – construindo, assim, um espaço próprio, onde não encontravam maiores empecilhos para exprimir seus pontos de vista, em *Fundamentos*, por outro lado, havia um espaço compartilhado, dividido com outros intelectuais nem sempre a par com suas ideias e que, portanto, tornava mais restrita a possibilidade de defender suas posições. Nesta revista, o vínculo com o PCB era forte. Provavelmente a revista não teve a mesma independência material que a RB e contou com o apoio financeiro do partido.⁴⁵⁵ Podemos dizer, também, que a maioria dos textos publicados seguia as diretrizes stalinistas.⁴⁵⁶ Os exemplos, neste sentido, são vários: elogios à URSS e ao mundo socialista, uma edição praticamente toda dedicada apenas a Stálin (nº 33), publicação e exaltação do “Manifesto de Agosto”, ataques aos intelectuais ditos “reacionários”, um empenho sistemático na promoção da “Campanha pela Paz” e o esforço em propagar o “realismo socialista”. Além disso, consta a presença de intelectuais bem afinados com a direção, como é o caso de Moacir Werneck de Castro apelidado por outro militante intelectual, Sinval Palmeira, como “o ‘olho’ de Moscou”,

⁴⁵² A expressão é de Montalvão. Cf. MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Op. cit.

⁴⁵³ LIMONGI, Fernando Papaterra. Op. cit.

⁴⁵⁴ Idem.

⁴⁵⁵ Sem mencionar diretamente questões administrativas, Floriano Gonçalves, ao fazer considerações positivas do programa do PCB e ressaltar a importância da ação dos intelectuais comunistas, se refere à imprensa “a serviço das grandes massas populares” da seguinte maneira: “Hoje dispomos de revistas literárias e de divulgação cultural em cinco grandes Estados: ‘Para Todos’, ‘Fundamentos’, ‘Horizonte’, ‘Seiva’ e em breve ‘Itinerários’”. Acreditamos com o uso de termos como “nossas revistas”, Gonçalves estava se referindo às revistas ligadas ao Partido Comunista. GONÇALVES, Floriano. Uma tarefa de honra. In: *Para Todos*, nº 8, Rio de Janeiro, p., abril de 1951. Somada esta informação com a obtida nas memórias de Agildo Barata, tesoureiro do PCB à época, que havia um trabalho de arrecadação cobrir “os vultosos e permanentes *déficits*” financeiros dos “jornais e revistas do partido”, podemos supor que provavelmente a revista *Fundamentos* contava com algum apoio financeiro destinado a imprensa pecebista. BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 345.

⁴⁵⁶ A esse respeito, o livro de Dênis Moraes apresenta muitos exemplos. Cf. MORAES, Dênis. *O imaginário vigiado*. Op. cit.

devido sua estreita ligação com a direção pecebista.⁴⁵⁷

Estes elementos acima podem ser tomados como dados para afirmar que, no caso de *Fundamentos*, certas orientações da linha oficial do PCB eram acompanhadas. Provavelmente, o grupo que mais tarde foi buscar maior liberdade na *Revista Brasiliense* concordava com parte significativa das diretrizes oficiais. Por exemplo, vemos que quase todos daqueles que apontamos acima como colaboradores em ambas as revistas se envolveram na “Campanha pela Paz”. Com exceção de Léo Ribeiro Moraes, todos os outros assinaram, pelo menos alguma vez, os “manifestos” e “apelos” promovidos pelo movimento da paz e alguns escreveram textos enfatizando a importância da participação no movimento.⁴⁵⁸ Em menor grau – já que nem todos escreveram textos neste sentido – podemos verificar outros exemplos de alinhamento com a política oficial do partido entre este grupo de intelectuais, tais como: a produção de apologias ao “mundo socialista” e a Stálin⁴⁵⁹, e a adesão ao modelo realista-socialista.⁴⁶⁰

Entretanto, se comparados com outros colaboradores, vemos que a maioria dos que participaram, a partir de 1955, da *Revista Brasiliense* mostraram-se mais reticentes ao criticar intelectuais não alinhados à política do Partido Comunista. Certos colaboradores, por outro lado, estiveram empenhados em abrir fogo contra os inimigos.⁴⁶¹ Por exemplo, o advogado e membro do PCB, Rivadávia Mendonça, que publicou no total sete artigos em *Fundamentos*, em três oportunidades atacou, sem qualquer ponderação no vocabulário, os intelectuais de esquerda não favoráveis ao comunismo soviético⁴⁶² e em outros três abordou diretamente

⁴⁵⁷ MORAES, Dênis. *O velho Graça...* Op. cit, p. 289.

⁴⁵⁸ Quanto aos abaixo-assinados cf. *Fundamentos*, n. 7/8, São Paulo, p., dez/jan de 1948/1949, *Fundamentos*, n. 16, São Paulo, p. 46, jul./ago. de 1950, *Fundamentos*, n. 21, São Paulo, p. 19, ago. 1951 e *Imprensa Popular*, n. 594, Rio de Janeiro, p. 2, 11 de jan. de 1951. A respeito dos textos cf. CATUNDA, Omar. Porque devemos assinar o Apelo de Estocolmo. In. *Fundamentos*, n. 16, São Paulo, p. 31-32, jul./ago. de 1950 e SUCUPIRA FILHO, Eduardo. O congresso continental de cultura uma lição de otimismo e de paz. In. *Fundamentos*, n. 33, São Paulo, p. 45, set. de 1953. Além desses, vimos anteriormente que o texto de Elias Chaves Neto sobre o “Saboó” também aborda o tema.

⁴⁵⁹ Caio Prado Júnior escreveu um longo artigo intitulado “Através das Democracias Populares”, no qual apresenta as conquistas da Polônia e da Tchecoslováquia na construção de uma “sociedade sem classes”. (*Fundamentos*, nº12, São Paulo, p. 31-36, fev. de 1950). O poeta e escritor Rossine Camargo Guarnieri publicou poemas em homenagem a Stálin e a Prestes (*Fundamentos*, n. 11, São Paulo, p. 27, jan. de 1950 e a edição seguinte p. 26). O jornalista Eduardo Sucupira Filho escreveu um texto glorificando Stálin à ocasião de sua morte (*Fundamentos*, n. 33, São Paulo, p. 28, set. de 1953). O médico Samuel Barnsley Pessoa publicou um artigo sobre as conquistas na saúde pública da China após a Revolução de 1949, mas é possível perceber um vocabulário menos efusivo e mais técnico do que nos outros textos. (*Fundamentos*, n. 35, São Paulo, p. 19-20, out. de 1954).

⁴⁶⁰ Quanto à adesão ao realismo socialista, Rossine Camargo Guarnieri foi o que mais claramente seguiu o modelo, tanto em seus poemas, de celebração aos líderes comunistas e as suas políticas, como ao tratar sobre outros autores. Também foi publicado, na edição de março de 1951, um trecho do seu primeiro romance “Terra Sangrenta”, no qual é narrada a ação de um “coronel” – cujas relações com o governo são frequentemente lembradas – que visa desapropriar camponeses para aumentar sua fazenda (Cf. CAMARGO GUARNIERI, Rossine. Terra Sangrenta. In. *Fundamentos*, n. 26, São Paulo, p. 18-20, mar. de 1952). No trecho em questão, o autor não deixa de mostrar que os camponeses estão dispostos a resistir. Do mesmo grupo, Ibiapaba Martins também produziu dentro dos moldes do realismo socialista, mas de forma menos sistemática. Seu primeiro romance sofreu críticas por não estar totalmente adequado ao realismo socialista. Porém, em um texto posterior, o “Reco-reco”, Martins mostra-se bastante afinado com o modelo.

⁴⁶¹ Um editorial do órgão do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas, reproduzido em *Voz Operária*, pode ser visto como uma indicação deste tipo de prática, já que orienta que os “os jornais comunistas dos países burgueses” devem denunciar “nominalmente os provocadores de guerra”. As tarefas fundamentais da imprensa comunista. In. *Voz Operária*, n. 87, Rio de Janeiro, p. 6-7, 20 de jan. de 1951.

⁴⁶² No texto “Pelegos e intelectuais a serviço da reação” o alvo principal é Sérgio Milliet, apresentado junto com outros “intelectuais de São Paulo” (Mário Neme, Antonio Cândido, Arnaldo Pedroso D’Horta) como “tarados”, “renegados”, “retardados mentais” que atuam na função de ideólogos da “repressão policial ao movimento da paz”.. Cf. *Fundamentos*, n. 14, São Paulo, pp. 9-14, abr. de 1950. Em “Na frente da terceira posição”, Rivadávia

temas políticos da pauta pecebista como a crítica a lei de segurança do governo Dutra, a defesa da política agrária do “Manifesto de Agosto” e ataque à política salarial de Getúlio Vargas.⁴⁶³

Posição parecida foi a de Artur Neves que teve seis textos publicados e dedicou três deles para agredir intelectuais que não aderiram às políticas dos comunistas. Em “Posições socialistas”, Artur Neves critica um documento da seção paulista do Partido Socialista Brasileiro. Os principais alvos são Antonio Cândido e Fúlvio Abramo acusados de desenvolverem “elucubrações pseudo-revolucionárias” fruto de “devaneios ideológicos de intelectuais pequeno burgueses” ao se distanciarem da URSS e por apresentarem uma “advertência” aos intelectuais sobre as iniciativas do “movimento da paz”. No artigo intitulado “Os intelectuais de São Paulo e o III Congresso Brasileiro de Escritores”, Neves ressalta a função dos intelectuais, em um momento de “crise e política e econômica”, de “orientar e educar o povo, estudar problemas e apontar soluções”. A diretoria da ABDE de São Paulo seria composta por esse tipo de intelectuais, “falsos democratas” como Sérgio Milliet, Antonio Cândido e Mário Neme. Artur Neves, de uma forma velada, critica até alguns de seus companheiros, que por ingenuidade e sem a verdadeira compreensão “do panorama político externo” (a divisão entre dois campos), não faziam a oposição devida, permitindo, assim, que este grupo “oportunista” se mantivesse na direção da associação.⁴⁶⁴

Neves também escreveu artigos sobre a importância de consolidar a atuação dos “intelectuais progressistas” na Associação Brasileira de Escritores (ABDE) e um em homenagem a Stálin.⁴⁶⁵ Já Moacir Werneck de Castro escreveu apenas dois artigos, porém em ambos verifica-se a mesma postura sectária. Em “Uma literatura da decadência”, Werneck de Castro critica os romancistas norte-americanos (como Faulkner e Capote) e seus admiradores brasileiros (Milliet e Otto Maria Carpeaux).⁴⁶⁶ No seu segundo artigo, a crítica é direcionada às iniciativas tomadas pelos governos do Brasil e do EUA de promoverem uma aproximação “cultural” entre os países. Moacir Werneck de Castro, por meio de adjetivos ultrajantes, apresenta alguns dos que participaram dos colóquios ou assinaram a favor destas ações: Sérgio Buarque de Holanda, Guilherme Figueiredo, Rubem Braga, etc.⁴⁶⁷ O militante intelectual que trabalhava como jornalista para o PCB em São Paulo, Isaac Akcelrud, nos três artigos que escreveu, também se mostrou disposto em insultar intelectuais não pecebistas, mesmo aqueles que também se opunham aos governos Dutra e Vargas.⁴⁶⁸

Mendonça se propõe a denunciar a “maliciosa neutralidade” de Paulo Duarte em relação a política de guerra liderada pelos EUA e o movimento pacifista que seria promovido pelos países comunistas. Para Mendonça, Paulo Duarte procura “fingir ideias socialistas” em sua revista Anhembi e promover uma “reforma” que deturpa o marxismo ao acreditar na possibilidade de capitalistas esclarecidos lutarem pelo socialismo. Cf. *Fundamentos*, n. 20, São Paulo, p. 28, jul. de 1951.

⁴⁶³ Cf. Lei de segurança. In. *Fundamentos*, n. 4/5, São Paulo, pp. 345-352, set./out. de 1948; O problema do camponês no Manifesto de Agosto. In. *Fundamentos*, n. 17, São Paulo, p. 15, jan. de 1951; Política de guerra e baixos salários. In. *Fundamentos*, n. 23, São Paulo, pp. 23-24, dez. de 1951.

⁴⁶⁴ Cf. *Fundamentos*, n. 14, São Paulo, pp. 4-8, abr. 1950. Em “O IV Congresso Brasileiro de Escritores, vitória do campo da paz, da cultura e do progresso”, que saiu como editorial da edição, Artur Neves, após exaltar as realizações do Congresso, lista alguns dos “arautos do ‘apoliticismo’” que procuram “que o escritor se ligue ao povo”: Manuel Bandeira (“com seus poemas de laçoio”), Carlos Lacerda e seu “jornalismo político da pior espécie”, Carlos Drummond de Andrade e sua poesia decadente, Gilberto Freyre e os membros do PSB. *Fundamentos*, n. 23, São Paulo, pp. 2-5, dez. de 1951.

⁴⁶⁵ Cf. NEVES, Artur. Os problemas do escritor e o IV Congresso. In. *Fundamentos*, n. 19, São Paulo, p. 15-16, jun. 1951 e Artífice genial da cultura soviética. In. *Fundamentos*, n. 33, São Paulo, p. 5, set. 1953.

⁴⁶⁶ CASTRO, Moacir Werneck de. Uma literatura de decadência. In. *Fundamentos*, n.13, São Paulo, p.12-13, mar. 1950.

⁴⁶⁷ CASTRO, Moacir Werneck de. A ofensiva ideológica norte-americana. In. *Fundamentos*, n. 17, São Paulo, p. 37, jan. 1951.

⁴⁶⁸ Segundo Akcelrud, desde 1945 atuava como militante profissional e fez “carreira no PC como jornalista”. Cf. AKCELROD, I. *Teoria e Debate*. [1 de maio de 1992]. Entrevista concedida a Joaquim Soriano e Ricardo de

Se adotarmos como critério a produção de textos de caráter sectário, com agressões aos antigos aliados⁴⁶⁹, podemos notar um contraste ao comparar os colaboradores relacionados no parágrafo anterior com os que mais tarde atuaram na *RB*. Afonso Schmidt, o autor que mais publicou em *Fundamentos*, em nenhum artigo seguiu a linha sectária de ofensas aos não comunistas. Além da novela, “Sete cartas loucas”, publicada em sete edições, quatro artigos dedicados a reverenciar outros escritores e artistas, alguns destes sem qualquer ligação com o comunismo.⁴⁷⁰ Seus outros textos abordam temas diversos: uma reflexão em que relaciona os riscos da bomba atômica com o romance “A Guerra dos Mundos” de H.G. Wells; sua presença na chegada do primeiro representante da Internacional Comunista no Brasil em 1919; dois poemas com temas variados e uma crônica sobre seu contato com refugiados da Revolução Russa de 1905; por fim, uma crítica positiva da obra do poeta americano Walt Whitman.⁴⁷¹ Chama atenção que, mesmo ao criticar Claudio de Souza autor de um livro anticomunista, Schmidt o faz com elegância, sem negar o valor do conjunto da obra do autor criticado.⁴⁷²

Diferente de Chaves Neto, nos textos de Schmidt não observamos divergências em relação às formulações políticas emanadas em documentos do PCB e o único texto em que ele mais claramente conforma-se à política do partido é naquele que expressa sua posição contrária ao uso de armas atômicas. Vemos, pelo menos na revista *Fundamentos*, ele se isentar de opinar diretamente sobre as políticas partidárias e sequer faz comentários a respeito do “Manifesto de Agosto” que foi publicado na revista.

Outros intelectuais mantiveram uma postura parecida, adotando um tom menos agressivo ao fazerem críticas e publicando principalmente textos com temas relativos aos seus campos de atuação. Álvaro de Faria, Caio Prado Júnior, Edison Carneiro, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Segismundo, Omar Catunda, Samuel Binsley Pessoa são alguns dos nomes que podem ser tomados como exemplos neste sentido. Fora do grupo que participou da *Revista Brasiliense*, o engenheiro Catulo Branco nos seis artigos que escreveu para *Fundamentos* tratou exclusivamente de temas sobre a questão da produção de energia elétrica no Brasil, sem deixar de fazer críticas as políticas governamentais adotadas para o setor e à atuação das empresas privadas.⁴⁷³ O físico Mário Schemberg, que colaborou em *Fundamentos* por três oportunidades, em seu primeiro texto publicado defendeu a tese dos dois campos de Zhdanov, ressaltando a importância das “Campanhas pela Paz” e descartando a noção de “Terceira via” entre o campo capitalista e socialista defendida por partidos socialistas

Azevedo. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/isaac-akcelrud?page=0,3>. Acesso em: 15/02/2014.

⁴⁶⁹ Falamos em “antigos aliados” porque muitos dos intelectuais criticados se aproximaram dos comunistas nos anos anteriores. Um exemplo disso, é que pelo menos três deles – Otto Maria Carpeaux, Hans-Joachim Koellreutter e Sérgio Buarque de Holanda – participaram da própria revista *Fundamentos*.

⁴⁷⁰ Há dois textos em homenagem a Monteiro Lobato (Cf. Monteiro Lobato. In. *Fundamentos*, n. 2, São Paulo, p. 86, jul. 1948 e Lobato panfletista. In. *Fundamentos*, n. 4/5, São Paulo, pp. 293-300, set./out. de 1948). Há também uma homenagem ao poeta Raymundo Reys, que fundou o PCB em São Paulo. Raymundo Reys. In. *Fundamentos*, n. 23, São Paulo, p. 13, dez. 1951. No texto intitulado “Lembranças”, dividido nas edições 14 e 15 de *Fundamentos*, Afonso Schmidt fala a respeito de diferentes literatos que conheceu (alguns e “esquecidos” pelo público e críticos). Cf. SCHIMIDT, Afonso. Lembranças. In. *Fundamentos*, n. 14, São Paulo, p. 22-23, abr. 1950.

⁴⁷¹ Respectivamente, cf.: *Fundamentos*, n.16, São Paulo, p. 34, jul./ago. de 1951; *Fundamentos*, n. 25, p. 12, fev. 1952; *Fundamentos*, n.34, p.7 e 11, jan. 1954; *Fundamentos*, n.37, p. 39, jul./ago. 1955.

⁴⁷² Um livro destoante. In. *Fundamentos*, n.26, São paulo, p.13, mar. 1951.

⁴⁷³ Cf. BRANCO, Catulo. Nova etapa da indústria elétrica em SP. In. *Fundamentos*, n. 1, São Paulo, p. 21, jun. de 1949; O problema hidroelétrico de São Paulo. In. *Fundamentos*, n. 2, São Paulo, p. 86-105, jul. de 1948; Lições Perniciosas. In. *Fundamentos*, n. 11, São Paulo, p. 28, jan. de 1950; A energia elétrica e a indústria. *Fundamentos*, n. 14, p. 34, abr. de 1950; A crise da energia elétrica. In. *Fundamentos*, n. 15, São Paulo, p. 13, mai./jun. de 1950; Plano hidroelétrico para o Vale do Paraíba. In. *Fundamentos*, n. 29, São Paulo, p. 19-22, ago. de 1952.

européus.⁴⁷⁴ Pareceu-nos interessante que ao tratar da questão da “Terceira via”, Schemberg, diferente de Rivadávia Mendonça e Artur Neves, não mencionou os brasileiros que defendiam tal posicionamento. No artigo seguinte fez campanha para o fim das armas atômicas e em seu último texto para a revista homenageou Nicolau Copérnico, caracterizado como um exemplo para os intelectuais brasileiros devido ao seu amor à Ciência.⁴⁷⁵

Do grupo que participou da *Revista Brasiliense*, dois se distinguiram dos demais por não pouparem os intelectuais considerados inimigos do comunismo. Ibiapaba Martins, apesar de ter sofrido represálias de críticos comunistas a respeito de seu romance, no artigo “Os artistas plásticos têm um dever a cumprir”, valendo-se das injúrias, promoveu críticas ao posicionamento político e a produção artística de artistas chamados de “modernos” como: Tarsila do Amaral, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia. Tarsila do Amaral, caracterizada como representante da classe feudal (assim como os outros envolvidos na “Semana de 22”), é definida como autora de uma “pintura fácil” e “sem qualquer contato orgânico com a realidade”.⁴⁷⁶ Ainda mais veemente nas críticas foi o poeta Rossine Camargo Guarnieri. Guarnieri, ao explicar as disputas ocorridas na seção paulista da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), apresenta seus dirigentes – entre estes estavam Sérgio Milliet, Mário Neme, Sérgio Buarque de Holanda, Luís Lopes Coelho e Raimundo de Meneses – como “desfibrados e velhacos fantasiados de intelectuais apolíticos” que atuavam tal qual “piranhas da reação” ao tentarem “abocanhar a seção paulista da A.B.D.E.”⁴⁷⁷

O texto de Camargo Guarnieri foi escrito cerca de um ano depois das eleições para a diretoria da ABDE, em março de 1949, quando as tentativas de formar chapa única fracassaram e os comunistas compuseram uma chapa própria, levando a disputa pela politização da associação chegará ao clímax.⁴⁷⁸

Não por acaso, a partir de 1950, podemos acompanhar na revista *Fundamentos* a posição oficial⁴⁷⁹ dos comunistas em relação à ABDE por meio de artigos de alguns colaboradores: Artur Neves, Astrojildo Pereira, Jamil Almansur Haddad, João Palma Neto, Rossine Camargo Guarnieri e Moacir Werneck de Castro. Chama a atenção que, com exceção de Camargo Guarnieri, nenhum outro colaborador de ambas as revistas, *Fundamentos* e *Brasiliense*, escreveu sobre o assunto.

Assim sendo, ao compararmos os textos de diferentes colaboradores, percebemos na revista *Fundamentos* formas distintas de adesão às políticas do Partido Comunista. Enquanto alguns participantes da revista seguiram “à risca” as orientações da direção e assumiram a postura sectária em relação aos “intelectuais de fora” – Artur Neves, Isaac Akcelrud, Moacir Werneck de Castro, Rivadávia Mendonça e Rossine Camargo Guarnieri –, outros, por outro lado, calaram a respeito de certos temas como a questão da ABDE e, sobretudo, quanto às injúrias a outros intelectuais.

Um segundo ponto que quer abordar é em relação da dificuldade em encarar a revista *Fundamentos* como um empreendimento editorial homogêneo. Além das diferentes posturas dos colaboradores percebidas através dos artigos, a áspera crítica ao “Manifesto de Fundação” da *Revista Brasiliense*, presente na última edição de *Fundamentos*, parece-nos um indício

⁴⁷⁴ SCHENBERG, Mário. A correlação mundial de forças e a luta contra a Guerra. In. *Fundamentos*, n. 13, São Paulo, p. 24, mar. de 1950.

⁴⁷⁵ SCHENBERG, Mário. Nicolau Copérnico. In. *Fundamentos*, n.35, São Paulo, p. 4, out. 1954.

⁴⁷⁶ MARTINS, Ibiapaba. Os artistas plásticos tem um dever a cumprir. In. *Fundamentos*, n. 18, São Paulo, p. 11-14, mai. de 1951.

⁴⁷⁷ CAMARGO GUARNIERI, Rossine. A verdade sobre a Associação Brasileira de Escritores em São Paulo. In. *Fundamentos*, n.18, São Paulo, p. 27, jul./ago. de 1950.

⁴⁷⁸ Dênis de Moraes apresenta um trecho do diário de Paulo Mercadante a respeito da deliberação. Noutra parte de seu livro, cita um depoimento de Moacir Werneck de Castro sobre o fato de a direção do PC ter “tomado o assunto [da ABDE] nas próprias mãos”. MORAES, Dênis de. *O Velho Graça...* Op. cit., pp. 254 e 255.

⁴⁷⁹ Chamo de “posição oficial” devido às informações dadas por Dênis de Moraes sobre a deliberação da direção.

desta falta de coesão, pois parte dos intelectuais que assinaram o “Manifesto de Fundação” compunham também o conselho de redação de *Fundamentos*. Provavelmente, não concordavam com o teor da nota crítica assinada por A.R.Y e C.M. já que havia deixado seus nomes no manifesto.

Por fim, vale retomar as reflexões advindas a partir da análise dos textos de Chaves Neto publicados entre fevereiro e maio de 1950. O período de 1948 a 1954 ficou marcado pelo esforço em estabelecer a coesão interna no PCB em torno das “orientações” emanadas do PCUS e acabou exigindo dos militantes uma postura sectária, de distanciamento em relação aos que divergiam da política implementada pela direção comunista. O documento de janeiro de 1948 afirma ser imperativo “um forte Partido Comunista [...] unido como um bloco de granito em torno de seu Comitê Nacional e de sua Comissão Executiva”.⁴⁸⁰ Na construção da coesão interna do partido era dado à imprensa um papel relevante. A intervenção de Maurício Grabois apresentada ao Pleno do Comitê Nacional, publicada com o título “Elevar o nível ideológico: tarefa decisiva para o fortalecimento e construção do Partido”, é um exemplo da função da imprensa. Para o fortalecimento do Partido era preciso trabalhar para a libertação “da influência das ideologias estranhas ao proletário”. O “oportunismo” da antiga linha política deveria ser combatido e a militância se adequar à “justa orientação política e tática” do Manifesto de Agosto.⁴⁸¹ Neste sentido, a imprensa tem o dever de empreender “a propaganda do marxismo-leninismo, realizar cursos por correspondência e tomar outras iniciativas”.⁴⁸² Noutro documento, o mesmo Grabois, enfatiza que a tarefa é “popularizar a linha política do Partido, fazer com que ela oriente todas as nossas atividades diárias pela Revolução”.⁴⁸³

Vimos que Chaves Neto expressou suas divergências por meio da imprensa, em um órgão muito identificado com o partido. Porém, nesta atividade, Chaves Neto não só mostrou desacordos, como também afinidades com as políticas oficiais. A princípio, em “De passagem pela terra do cacau”, ele revelou discordâncias bem claras em relação a assuntos importantes, do ponto vista teórico (a respeito da negação de restos feudais em Ilhéus) e quanto à política agrária oficial (focando na luta por melhores salários e sequer citando a “revolução agrária”). Nos dois textos seguintes, mostrou-se totalmente afinado às orientações do partido (ao falar que o povo de Saboó lutava pela “Paz” e contra o embaixador norte-americano). Por último, ao tratar da exportação de café, voltou exprimir os desacordos, mas de forma mais eufêmica que no texto sobre Ilhéus, o que pode ter sido um recuo consciente por parte de Chaves Neto para não sofrer maiores represálias do partido.

Entretanto, se aceitarmos como verídico o relato de Chaves Neto sobre uma passagem do texto ter sido censurada, parece-nos significativo que dirigentes com poder para censurar estavam cientes do conteúdo que seria publicado. Desse modo, por que apenas uma censura parcial e não total, tendo em vista que, como procuramos demonstrar acima, as divergências estavam presentes no texto?

É relevante lembrar que o trecho censurado tratava-se do comentário de um dirigente de base do PCB em Ilhéus afirmando “que a massa trabalhadora lá tinha uma única reivindicação, o aumento de salário”. Possivelmente, na visão dos dirigentes, seria muito mais grave se os anseios da “massa trabalhadora” e as palavras de um dirigente de base respaldassem as formulações teóricas de intelectual discordante. Sendo assim, talvez, não se tratasse apenas uma censura parcial, e sim uma censura cirúrgica, que eliminou o mais

⁴⁸⁰ FALCÃO, Frederico José. Op. cit., p. 116.

⁴⁸¹ GRABOIS, Maurício. Elevar o nível ideológico: tarefa decisiva para o fortalecimento e construção do Partido. In. *A Classe Operária*, n. 399, Rio de Janeiro, p. 4, 10 abr. de 1951.

⁴⁸² Idem, p. 2.

⁴⁸³ GRABOIS, Maurício. O aniversário da “A Classe Operária” e as tarefas de nossa imprensa. In. *A Classe Operária*, n. 400, Rio de Janeiro, p. 3, 1 de mai. de 1951.

importante. Podemos pensar, de outra forma, que o texto não foi integralmente proibido porque a direção também precisasse por vezes negociar. Indispor-se com intelectuais que se mantinham fiéis ao partido poderia ser inconveniente. Ou, outra explicação possível para a publicação do artigo poderia ser a influência de membros da revista que eram amigos e talvez compartilhassem com as suas ideias (o que ajudaria explicar o motivo de terem sido justamente os textos divergentes lembrados e elogiados quando da campanha para a libertação de Chaves Neto). Infelizmente, estas questões são apenas reflexões sobre as quais este trabalho não pode dar respostas com exatidão.

De qualquer forma, ao acompanharmos os artigos de Chaves Neto em *Fundamentos*, tivemos a oportunidade de observar que algumas diferenças com a linha política oficial pecebista tornaram-se públicas justamente em um órgão do próprio partido. Ainda que se trate de um caso excepcional, o exemplo de Chaves Neto demonstra que houve espaços para o aparecimento de expressão pública de divergências. Elias Chaves Neto expôs suas divergências em duas ocasiões. Primeiro, em *Fundamentos*, um órgão relacionado ao PCB, sofreu uma censura prévia, pontual, porém não passou por questionamentos públicos quanto ao conteúdo de seu texto. Em seguida, na Revista Brasiliense, uma publicação independente do Partido Comunista, na qual era o diretor, Chaves Neto apresentou de modo mais claro suas diferenças com a linha política do partido. Neste caso, logo após a publicação do artigo, vieram às críticas do próprio secretário-geral, Luiz Carlos Prestes. Apesar das respostas por parte da direção do PCB, não houve banimento.

CONCLUSÃO

Em suas memórias, Hércules Corrêa, após descrever o absurdo e o perigo de uma “tarefa de honra” que lhe fora destinada, reflete: “o Partido mandou, a gente obedece e pronto. Eles lá é que deveriam saber para que isso serviria”.⁴⁸⁴ A frase pode ser tida como um exemplo daquilo que se esperava de um militante ideal, a saber, a “adesão incondicional”. Muitos outros depoimentos de ex-militantes vão ao encontro com o de Corrêa, transmitindo a impressão que a intenção do Partido em constituir-se como um todo monolítico fora alcançada.

A devoção total de que fala Corrêa ajudaria a explicar outro elemento presente em muitos depoimentos de ex-militantes: o “mandonismo” dos dirigentes. Agildo Barata, Leôncio Basbaum e Osvaldo Peralva, por exemplo, deixaram relatos detalhados sobre como as decisões que moviam o Partido eram tomadas por uma cúpula que, favorecida pelo aparato organizacional e a adesão incondicional de seus quadros, conseguia impor suas vontades e manter, pelo menos durante longos períodos, autoridade quase inquestionável. O Partido, dentro desta ótica, funcionaria como uma linha de transmissão na qual as ordens vindas de cima eram acatadas pelos quadros posicionados abaixo na hierarquia.

Grande parte dos acadêmicos que falaram a respeito do PCB aceitou essa imagem de “monolítico” – passada por ex-militantes e pelo próprio partido – e, alguns (p. ex. Loner e Ferreira), dedicaram-se a explicar o funcionamento desta “máquina de unanimidade”. Assim, percebe-se na bibliografia a tendência em olhar o PCB de forma unilateral, privilegiando as coerções internas e a ausência de criatividade nas formulações políticas. Seguindo esta linha de raciocínio, os intelectuais teriam sido manipulados e suas atividades – seja nas artes ou nas análises político-sociais – não mais do que panfletárias. Para os que entendem que a característica central do “intelectual” é “manter a atitude crítica”⁴⁸⁵, a condição de mero instrumento que legitima diretrizes partidária por meio de seu reconhecimento social é uma contradição insolúvel.

Mas em que medida todos aqueles se aproximaram do comunismo e eram publicamente identificados com PCB se dispuseram a devoção plena como vista no depoimento de Hércules Corrêa? Teria o partido conseguido constituir um aparato de vigilância tão consistente que não deixasse arestas?

Essas foram questões que nortearam o trabalho. As discordâncias de Elias Chaves Neto com a política agrária oficial tornadas públicas por meio da revista *Fundamentos* – como se verificou, em um órgão bastante próximo ao PCB – e seu discreto confronto com o dirigente maior do partido, sem sofrer abertamente punições, demonstram que existiam frestas pelas quais ideias divergentes puderam vir a lume. E vale ressaltar que essas divergências apareceram no período considerado como o do auge do stalinismo no Partido Comunista brasileiro e no mundo.

As páginas de *Fundamentos* também deixam transparecer desencontros dentro da política cultural em meio a afirmação do *zhdanovismo* como modelo artístico oficial. Ao acompanharmos os debates e publicações literárias na revista, averiguamos que nem sempre a receita foi aplicada – as vezes por não haver consenso sobre o “método” do realismo socialista

⁴⁸⁴ CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista*. Rio de Janeiro: Ópera Nostra, 1994, 62.

⁴⁸⁵ COSER, Lewis A. “Intelectuais”. In. OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom (ed.). *Op. cit.*, p. 455.

(Ibiapaba Martins) e, outras vezes, provavelmente por se abster em segui-lo (Afonso Schmidt).

Ainda dentro desta discussão, a questão das formas de adesão do intelectual ao partido foi levantada. Os ganhos simbólicos e a disponibilidade de espaço dado pela imprensa comunista para os autores publicarem seus textos são vantagens indiscutíveis para a inserção nas disputas próprias ao campo literário. Esses tipos de ganhos podem ser entendidos como uma forma de estímulo para o intelectual engajado – aquele que por uma questão moral e visão crítica de mundo se posiciona politicamente – manter-se como militante no partido apesar de seu afastamento dos órgãos dirigentes.⁴⁸⁶ Diferente destes espaços, cujas privações à liberdade eram mais evidentes, o dirigismo na política cultural não foi pleno a ponto de privar os intelectuais militantes de toda autonomia, portanto, para alguns intelectuais pode ter sido vantajoso permanecer afastados do centro do aparelho partidário. Mas este afastamento não deve reduzir a importância da militância de intelectuais e artistas que se filiaram ao comunismo. Estes colocaram sua “palavra” a disposição do partido, levando-os a ser reconhecidos perante um amplo público como comunistas, inclusive, pelo aparelho repressor do Estado brasileiro.

Os exemplos da atividade dos intelectuais em *Fundamentos* e suas pontuais divergências com as diretrizes partidárias – reproduzidas na revista – podem ajudar a tirar um pouco o foco tradicionalmente dado ao caráter sufocante que o partido exercia sobre seus quadros, e, assim, abrir os olhos para os movimentos autônomos que os intelectuais pecebistas conseguiam realizar mesmo em um período de maior burocratização como os anos entre 1948 e 1955.

⁴⁸⁶ Afastamento verificado por RODRIGUES, Leôncio Martins. *Op. cit.*, p. 492.

BIBLIOGRAFIA

Geral

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. “Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964”. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 83 – 122.

ARAUJO, Mônica da Silva. *A arte do partido para o povo: o realismo socialista no Brasil e as relações entre artistas e o PCB (1945-1958)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS-PPGHIS UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

ARBEX, Luciana Marta Bueno. *Intelectualidade brasileira em tempos de Guerra Fria: agenda cultural, revistas e engajamento comunista*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, SP, 2012.

AUTRAN, Arthur. “Cineastas Comunistas no Brasil”. ROXO, Marcos; SACRAMENTO, Igor (orgs.). *Intelectuais Partidos: comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012, p. 303.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Comentários à Constituição Brasileira*. 7º volume. São Paulo: Editora Saraiva.

BERSTEIN, Serge. “Os partidos”. In: RÉMOND, René (dir.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-98.

BERTOLINO, Osvaldo. Monteiro Lobato e o Partido Comunista do Brasil. Disponível em: vermelho.org.br/autores-e-ideias/noticia/177032-297. Visitado em: 6 de jan. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Os usos sociais da Ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. O campo político. In. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.5, p. 193-216, 2011. Disponível: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6274>>. Acesso:16 de jun. 2014.

BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. “A *doxa* e a vida cotidiana: Uma entrevista”. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 265-278.
BOYER, Robert. “A arte do judoca”. In. ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (coords.). *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 271-283.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva – as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)*. São Paulo: HUICITEC, 1997.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CARONE, Edgard. *O P.C.B. II (1943 a 1964)*. São Paulo: Difel, 1982.

CARONE, Edgard. A Internacional Comunista e as 21 condições. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=195:a-internacional-comunista-e-as-21-condicoes-por-edgard-carone&catid=2:artigos> Acesso em 2 de maio de 2014.

CHICOLTE, Ronald. *PCB: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista – vol.2 – o apogeu do stalinismo*. São Paulo: Global, 1985-1986. (Coleção luta de classes).

CORRÊA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direito na cidade de São Paulo, 1953 a 1964*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, SP, 2007.

DEL ROIO, Marcos. “A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo”. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Volume IV. Visões do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000, p. 69-126.

_____. “O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil”. In. MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil – Vol. 1: O impacto das revoluções*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 59-122

_____. “Sodré e o feudalismo no Brasil: Uma tentativa de atualização do problema”. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima. *Nelson Werneck Sodré: Entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, p. 165 - 193.

DALMÁS, Carine. Partidos Comunistas e Políticas Culturais: um estudo comparado da imprensa no Brasil e no Chile, 1935-1956. *Revista IZQUIERDAS*, ano 3, n. 8, p. 6, 2010.

_____. *Frentismo cultural em prosa e verso: Comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos (1935-1948)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

- DORE, Elizabeth. “Campesinato”. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983, pp. 42-43
- DORTIER, Jean-François (dir.). *Dicionário de Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DULLES, Jonh Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo: O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.
- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil Vol. 2).
- FERREIRA, Muniz Gonçalves. “O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro”. In: Marco Roxo; Igor Sacramento. (Org.). *Intelectuais Partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012, v. 1, p. 13-41.
- FORTE, Graziela Naclério. *CAM e SPAM: Arte, política e sociabilidade na São Paulo moderna, do início dos anos 1930*. 2008. 294 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.
- GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1 ed. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- JOHNSTONE, Monty. “Internacionais”. In: BOTTOMORE, Tom (Org.) et. al. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 195-199.
- KONDER, Leandro. *A derrota de dialética*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura. Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LENIN, Vladimir I. *Por onde começar?* Disponível em: <<http://textosmarxistas.blogs.sapo.pt/17761.html>>. Acesso: 15 de jul. 2014.
- LÉNINE, Vladimir I. *Que fazer?* Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

_____. “A organização do partido e a literatura de partido”. In: _____. *Obras escolhidas* (em seis tomos). v. 1. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1984, pp. 277-282.

LIMA, Felipe Vitor. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo* (1945). Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIMA, Heitor Ferreira. “Revista Brasiliense: sua época, seu programa seus colaboradores, suas campanhas”. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LIMA, José Rosamilton de; SANTOS FILHO, Evanildo Oliveira dos. Editorial: Gênero de expressão opinativa. *Interdisciplinar*, ano IV, v.14, p. 87-99, jul./dez. de 2011. Disponível em: <http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_14/INTER14_08.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

LONER, Beatriz Ana. *O PCB e a linha do ‘Manifesto de Agosto’*: Um estudo. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. 1985.

LÖWY, Michael. . “Introdução: Pontos de referencia para uma história do marxismo na América Latina”. In: _____ (org.). *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: 1999.

_____. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humana, 1979.

LUCA, Tania Regina de. Um repertório do Brasil: tradição e renovação na *Revista Nova. ArtCultura*, v.8, n.13, p.97-107, jul.-dez. 2006.

_____. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

_____. “Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo?” In: DUTRA, Eliane de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 315-334.

LUKÁCS, György. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

_____. Nova e velha cultura. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>>. Visitado em: 10 abr. de 2015.

_____. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. (Pensamento Crítico, 13).

MARLETTI, Carlo. “Intelectuais”. BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 637-640.

MARTINS, Ibiapaba. *Falam os muros da cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1950.

MARX, Karl. “Para a crítica da economia política” (prefácio). In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

MELO, Luís Correa de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1954, p. 565-566.

MELLO, Marisa Schincariol de. “Encarcerando ideias: Graciliano Ramos, Jorge Amado e o realismo socialista (1945-1953)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *Livros vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto; FAPERJ, 2010, p. 123-160.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. “Notas sobre uma publicação comunista independente: a *Revista Brasiliense*”. In: *Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar*. Quadrimestral – Nº 10 – Ago./Set./Out./Nov.

MORAES, Dênis de. MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

_____. *O imaginário vigiado. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, João Quartim. “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”. In: _____. *História do Marxismo no Brasil – V.2 – Os influxos teóricos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 43 – 102.

NEVES, Lucília de Almeida. O partido Comunista Brasileiro: trajetória e estratégias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, nº47, São Paulo, out/2007.

OLIVEIRA, Ilka Maria de. *A literatura na revolução*. Contribuições literárias de Astrojildo Pereira e Alina Paim para uma política cultural do PCB nos anos 50. 1998. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 1998.

OPPO, Anna. “Partidos Políticos”. In: BOBBIO, Norberto; et al. (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 898 – 909.

OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista...escritores brasileiros e o comunismo, 1920-1945*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. 1997.

_____. Hamelet acabará Narciso? Associação Brasileira de Escritores 1942-1945. Antíteses, v.6, n.11, p.100-126, jan./jun. 2013.

PANDOLFI, Dulce. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>>.

PAULILO, Maria Célia Rua de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume: Fapesp: Unifício, 2002.

PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. *Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

PCB. *Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/tematica/1945/11/estatuto-pcb.htm>. Acesso: 20 de janeiro de 2014.

PÈCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PINHEIRO, Aline. Livro mostra que, 50 anos depois, mazelas da justiça permanecem. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-fev-26/livro_mostra_mazelas_justica_permanecem> Acesso em abr. de 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. “Apresentação”. In: CHAVES NETO, Elias. O sentido dinâmico da democracia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 9-18

POSADA, Francisco. *Lukács, Brecht e a situação atual do realismo socialista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

RAMOS, José Mário Ortiz. Cinema, Estado e Lutas Culturais: anos 50, 60, 70. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

REIS, José Carlos. “Caio Prado Jr. versus PCB: A revolução brasileira (1966)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil Vol. 2), p. 173-194.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições”. In: FORTES, Alexandre (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/ Chapecó: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. *Uma Revolução Perdida: A história do socialismo soviético*. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 172 e 173.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos históricos*, n.31, 2003, p. 147-160.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os “Combatentes da Paz”*: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003

RICUPERO, Bernardo. *CaioPrado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo; Fapesp; E. 34, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010

RODRIGUES, Leôncio Martins. “PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Boris (dir.). *Historia geral da civilização brasileira, tomo 3, vol. 3: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 375-

RODRIGUES, Miguel Urbano. “Sobre Editorial”. Disponível em: <http://resistir.info/mur/sobre_o_editorial.html>. Acesso em: 20 dez. 2014.

ROXO, Marcos; SACRAMENTO, Igor (orgs.). *Intelectuais Partidos: comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012

RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil”. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil – v.3- Teorias. Interpretações*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998, pp. 305-376.

RÜCKERT, Sérgio Joaquim. *Persuasão e ordem: A escola de quadros do Partido Comunista do Brasil na década de 50*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 1988.

SADER, Emir. “Introdução. O marxismo ocidental no Brasil”. In: ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 7-13.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB(1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. *Caio Prado Jr. na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Maud/Faperj, 2001

_____. “Um clássico da Revolução Brasileira (Introdução)”. In: PRADO JR., Caio. *Dissertações sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense; Fundação Astrojildo Pereira, 2007, p. 13-32.

SAPIRO, Gisèle. “Autonomia estética, autonomização literária”. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (coords.). *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 293-300.

SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008. (Paulicéia).

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. “Revolução e história”. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=409&page=visualizar>>. Acesso: 03 de jun. de 2014.

SILVA, Marcos. “Diante do imediato”. In: SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001, p. 9-23.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 14ª ed. São Paulo: Difel, 1986.

_____. *Formação histórica do Brasil*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

STÁLIN, Josef. Sobre o Materialismo dialético e materialismo histórico, p. 18-19. Disponível em: <pt.scrib.com/doc/49888200/Materialismo-dialetico-e-materialismo-historico> Acesso em: 6 jan. 2013.

_____. “A questão da estratégia e da tática dos comunistas russos”. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/stalin/1923/03/14.htm>>. Acesso em: 10 de junh de 2014.

STRADA, Vittorio. “Do ‘realismo socialista’ ao zhdanovismo”. In: HOBSBAWM, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia*. v. IX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 151-219.

TERRAY, Emmanuel. “Proposta sobre a violência simbólica”. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (coords.). *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 303-308.

TROTSKY, Leon. Cultura e Socialismo. In. *Esquerda Marxista*. Disponível em: <<http://www.marxismo.org.br/content/cultura-e-socialismo>> . Visitado em: 10 abr. de 2015.

VÁRIOS AUTORES. *História do Marxismo no Brasil*. 6 volumes. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995-2007.

VIANNA, Marly. “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In: *O Brasil Republicano*.

VINHAS, Moisés. *O Partido. A luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ZAIDAN, Michel. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

Memórias

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário* (memórias). São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo*: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista*. Rio de Janeiro: Ópera Nostra, 1994.

PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

Periódicos

Classe Operária, Rio de Janeiro, 1945-1960.

Fundamentos, São Paulo, 1948-1955.

Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 1949-1957.

Literatura, Rio de Janeiro, 1946-1948.

Para Todos, Rio de Janeiro, 1950-1954.

Problemas, Rio de Janeiro, 1948-1953.

Revista Brasiliense, São Paulo, 1955-1964.

Tribuna Popular, Rio de Janeiro, 1945-1947.

Voz Operária, Rio de Janeiro, 1950-1956.

Arquivos consultados

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado de São Paulo/DEOSP

Associação Brasileira de Imprensa/RJ

Biblioteca Nacional/Periódicos

CEDEM-UNESP/ASMOB